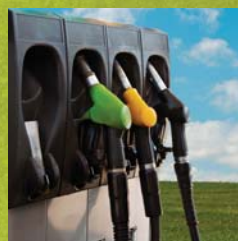




SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA NO BRASIL 2007:



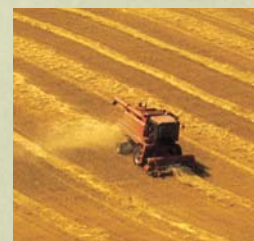
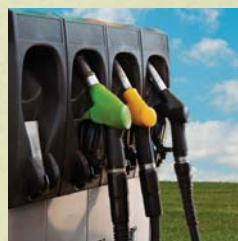
INCLUI A LINHA DO TEMPO







SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA NO BRASIL 2007:



INCLUI A LINHA DO TEMPO

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2008

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional
<http://www.iica.int>

Brasília, Brasil
2008

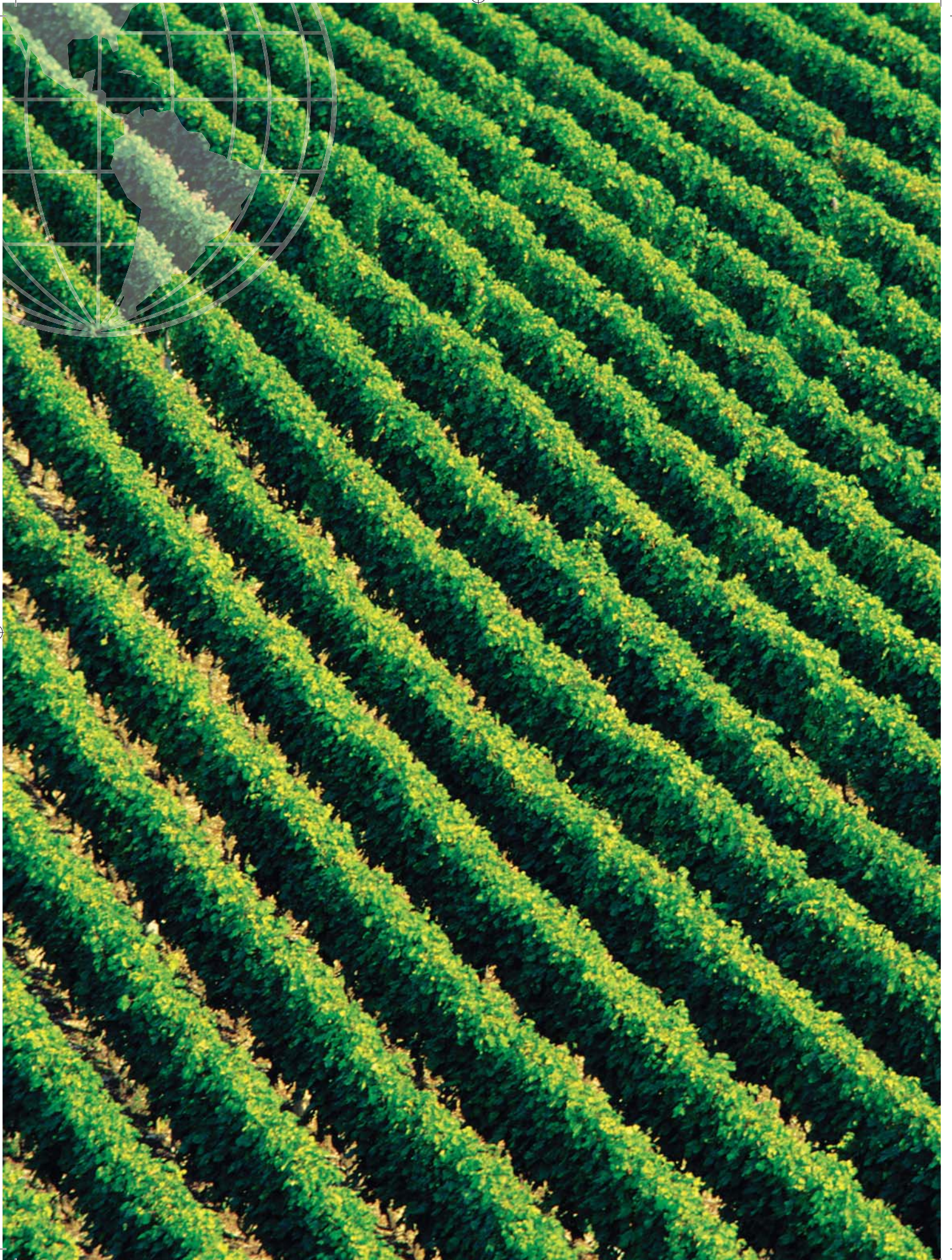
O presente Informe foi preparado pelas equipes de Reposicionamento da Agricultura* e de Agronegócios da Representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA no Brasil (RIB), sob a orientação do Dr. Carlos Américo Basco, Representante do IICA no Brasil, e com o apoio técnico do professor Carlos E. Guanziroli da Universidade Federal Fluminense.

O Informe contou ainda com a colaboração de Gertjan Beekman, Carlos Miranda, Romélia Moreira de Souza, Marcus Vinícius Batista de Souza e Donivaldo Pedro Martins, todos da Representação do IICA no Brasil.

Dúvidas e questionamentos sobre o documento em questão devem ser direcionados a Marco Ortega Berenguer (Marco.Ortega@iica.int).

* A equipe de Reposicionamento da Agricultura da RIB é formada por Marúcia Carvalho Montenegro e a de Agronegócios por Diego Donizetti G. Machado, Daniela Carneiro de Faria, Ana Letícia de Matos e Marco Ortega.





APRESENTAÇÃO

É com satisfação que compartilho com nossos parceiros e leitores o Informe Nacional de Situação e Perspectivas da Agricultura no Brasil ano 2007, publicado anualmente por este Instituto.

Trata-se de um instrumento elaborado por técnicos e consultores do IICA Brasil para informar os atores do setor da agricultura sobre tendências, fatos e situações que marcaram o setor no ano em questão. Também pretende orientar nossas partes interessadas, que se situam nos três setores de agenciamento da sociedade, em processos futuros de tomada de decisão, formulação de políticas e definição de estratégias de investimento

A difusão da informação é uma das prioridades do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, de modo que esta publicação vem se somar a um conjunto crescente de produtos que oferecemos via nossos canais de informação.

Esperamos, desta forma, dar modesta colaboração nos processos de desenvolvimento e consolidação da agricultura no Brasil.

Cordialmente,

Carlos Américo Basco

Representante do IICA no Brasil





PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

Alca	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuro
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAS	Conselho Agropecuário do Sul
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNTBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mapa	Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIN	Ministério da Integração Nacional
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE	Organização Internacional de Saúde Animal
OMC	Organização Mundial do Comércio
Proger	Programa de Geração de Emprego e Renda
Pesa	Programa Especial de Saneamento de Ativos
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Sisbov	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina

ÍNDICE DE TABELAS DO INFORME

Tabela 1: Variação das exportações agropecuárias em volume e valor - 2006/2007.....	22
Tabela 2: Participação do agronegócio na balança comercial do Brasil.....	22
Tabela 3: Propostas para gastos com ajuda interna e gastos atuais.....	27
Tabela 4: Evolução do Crédito Rural: 2000-2006.....	37
Tabela 5: Crédito Rural por produtos: variação 2006/2005.....	37
Tabela 6: Valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas - Região Geográfica	38
Tabela 7: Variação do Crédito de Investimento entre 2005 e 2006.....	39
Tabela 8: Pronaf - Financiamentos Rurais (em valor) Concedidos no País por Finalidade – Brasil	39
Tabela 9: Pronaf - Financiamentos Rurais (em número de contratos) concedidos no país por finalidade – Brasil.....	39
Tabela 10: Pronaf - Distribuição do Crédito de Custeio por produtos.....	40
Tabela 11: Evolução anual dos principais contratos agropecuários negociados na BM&F.....	42
Tabela 12: Perdas no Rio Grande do Sul devido à estiagem para a soja, milho e trigo (04/05).....	44
Tabela 13: Estimativas de produção agrícola para 2007/2008.....	47
Tabela 14: Distribuição geográfica da produção agrícola.....	47
Tabela 15: Produção estimada de cana-de-açúcar e álcool para 2007/2008	48
Tabela 16: Consumo anual de fertilizantes e máquinas.....	49
Tabela 17: Custo de produção, conversão alimentar e intensidade tecnológica na suinocultura industrial dos principais países produtores em 2005	53
Tabela 18: Evolução das exportações dos principais países e do total mundial de carne de frango no período 1990-2005 (em 1.000 U\$).....	54
Tabela 19: Ranking das maiores empresas agropecuárias no Brasil	55
Tabela 20: Índice de aridez.....	72
Tabela 21: Distribuição temporal dos assentamentos dos municípios pesquisados segundo a data de sua criação, por manchas (em porcentagens).....	90
Tabela 22: Universo das principais políticas relacionadas ao desenvolvimento territorial.....	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos preços domésticos e internacionais da soja – de janeiro de 2006 a agosto de 2007	31
Gráfico 2: Termos de troca soja vis à vis máquinas agrícolas.....	32
Gráfico 3: Distribuição geográfica do crédito.....	38
Gráfico 4: Evolução do número de cooperativas, dos principais ramos, registradas na OCB, desde 1990.....	41
Gráfico 5: Média diária mensal de contratos agropecuários negociados na BM&F	42
Gráfico 6: Contratos negociados na BM&F por produtos principais.....	43
Gráfico 7: Proporção de pobres no Brasil - 1970/2002 (Em %)	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: PIB por setor - variação acumulada 1999 a 2007	18
Figura 2: Crédito Rural: estrutura histórica das fontes de recursos	36
Figura 3: Custo de obtenção do litro de álcool.....	51
Figura 4: Quantidade de cana-de-açúcar produzida.....	68
Figura 5: Mapa da susceptibilidade do Brasil à desertificação.....	73
Figura 6: Distribuição das famílias, segundo o número de membros recebendo em torno do mínimo. Brasil, 2002 e 2005	92
Figura 7: Distribuição das famílias brasileiras segundo quartos da população. Brasil, 2004.....	93
Figura 8: Curva de Lorenz para famílias com aposentados e famílias sem aposentados. Brasil. 2004.....	93
Figura 9: Inter-relações dos atores sociais em um contexto territorial.....	96

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Projeto de Modalidades para a Agricultura – Resumo	107
Anexo 2: Linha do Tempo da Agricultura.....	116
Anexo 2: Caderno de Estatísticas de <i>Commodities</i> Agrícolas.....	125



SUMÁRIO

1.	Introdução	13
2.	Conjuntura Macroeconômica.....	15
3.	Balança Comercial do Agronegócio	21
4.	Negociações Comerciais Brasileiras	25
5.	Preços, Termos de Troca e Volatilidade das Commodities	31
6.	Instrumentos de Financiamento Rural.....	35
6.1.	Crédito Rural.....	35
6.1.1.	Crédito Empresarial.....	35
6.1.2.	Crédito para Agricultura Familiar.....	39
6.1.3.	Crédito para Cooperativas.....	40
6.2.	Mercado de Futuros e Derivativos como Instrumento de Financiamento da Agricultura	42
6.3.	Política de Preços Mínimos	43
6.4.	Seguro Rural Agrícola.....	44
7.	Produção Agropecuária.....	47
8.	Cadeias Produtivas Seleccionadas.....	51
9.	Fruticultura Irrigada: Potencialidades e Desafios.....	57
10.	Biocombustíveis e Agroenergia.....	61
11.	Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.....	67
11.1.	Impactos Ambientais da Cana-de-Açúcar	67
11.2.	Redução de Riscos de Eventos Extremos: Desertificação e Seca.....	71
12.	Avanços e Problemas Relacionados à Sanidade Agropecuária no Brasil em 2007	77
13.	Desenvolvimento Rural e Pobreza.....	85
13.1.	Pobreza Rural	85
13.2.	O Desenvolvimento Rural no Brasil: Algumas Tendências Contemporâneas	95
14.	Referências Bibliográficas	101
15.	Anexos.....	107
16.	Caderno de Estatísticas de Commodities Agrícolas	125



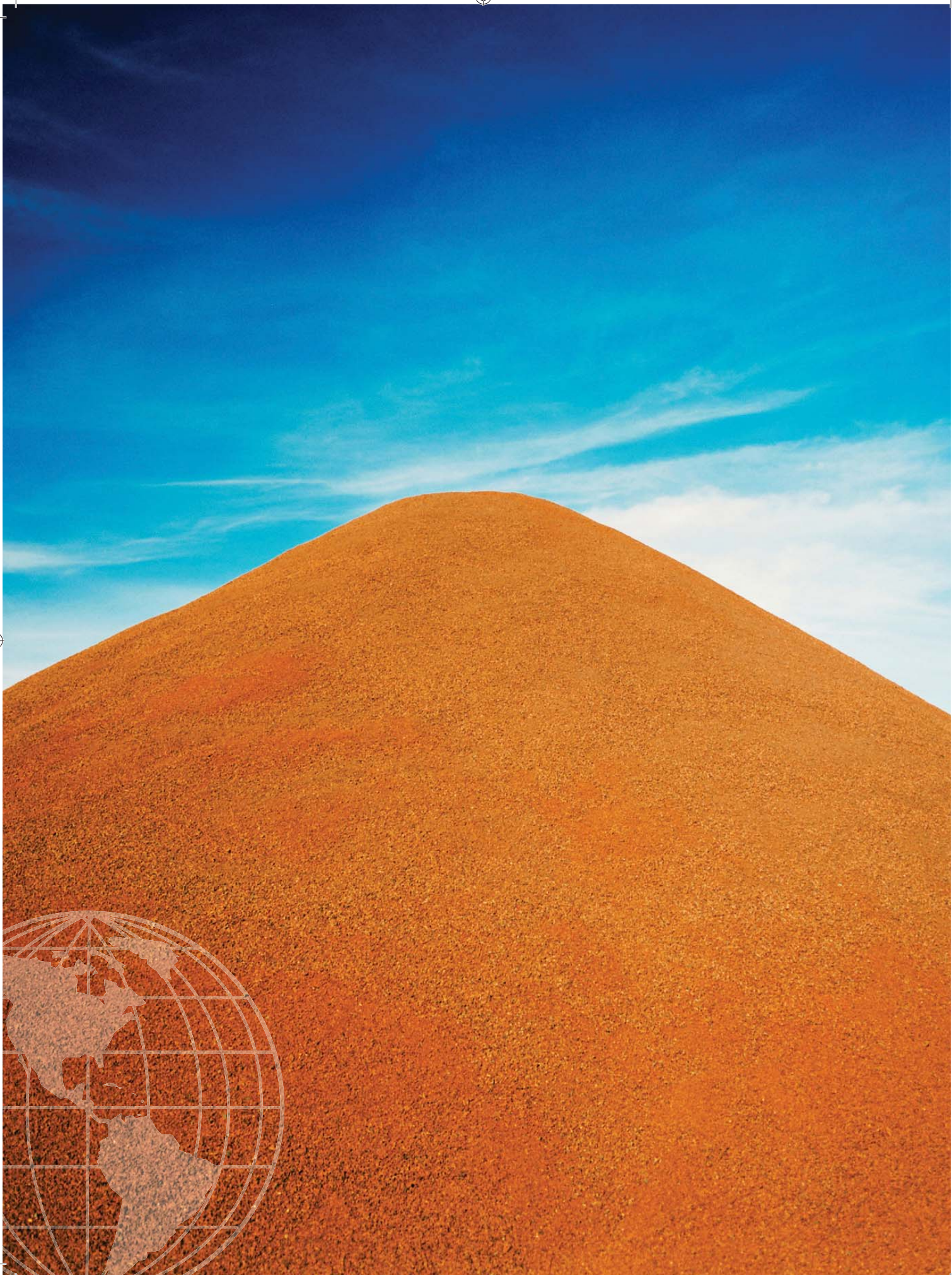
1 INTRODUÇÃO

O ano de 2007 foi marcado pela sustentabilidade. O impacto das mudanças climáticas sobre as produções, comércio, custo de vida e crescente desigualdade entre os países desenvolvidos e não-desenvolvidos, incentivou a conscientização mundial sobre a importância de desenvolver técnicas de produção e comércio que atendam às necessidades ambientais, sociais e econômicas do meio gerador de renda. A percepção internacional sobre a necessidade de viabilizar a sustentabilidade das produções mundiais pôs, assim, o setor da agricultura em voga.

O foco se volta agora para os países em desenvolvimento, mais vulneráveis às tais mudanças e os que mais sofrerão com a inevitável redução na oferta de alimentos e escassez de recursos em um futuro próximo. A necessidade de buscar alternativas para o sustento das comunidades em vias de desenvolvimento incentivou a cooperação técnica no setor da agricultura, setor-chave para o crescimento econômico.

O setor está atualmente muito dinâmico e o Brasil, em especial, como maior exportador de algumas *commodities* agrícolas e detentor de técnicas que viabilizam a produção de energias alternativas, aparece no cenário político e econômico internacional como ator renovado da nova era da sustentabilidade. A conscientização nacional sobre a importância do setor também aumentou e gerou contribuições.

Do fomento às novas técnicas de otimização das produções agrícolas, maior segurança sanitária e alimentar, estímulo ao desenvolvimento comercial do setor, com a dinamização do agronegócio; incentivo ao desenvolvimento ambiental e suas práticas de mitigação de secas; e por fim, fomento ao desenvolvimento social, buscando aumentar a inserção das comunidades mais carentes no ciclo produtivo, o IIICA Brasil, como instituto de cooperação técnica apresenta o Informe Nacional de Situações e Perspectivas da Agricultura sobre o ano de 2007, uma contribuição ao fomento do desenvolvimento sustentável do setor da agricultura no Brasil.



2 CONJUNTURA MACROECONÔMICA

Já no final de 2007, todos os analistas de conjuntura acreditavam que o ano deveria se encerrar com um crescimento do PIB em ritmo acelerado. O Boletim da UFRJ calculava esse crescimento em 5%, o da Fipe em 4,4% e o do Ipea em 4,5%, ou seja, todos acreditavam num crescimento superior à taxa média de expansão do PIB no triênio 2004-2006 (4,1% a.a.). O dado oficial sobre o PIB de 2007, finalmente publicado em março de 2008, constatou um crescimento superior a essas expectativas: a taxa de crescimento foi de 5,4% em relação ao ano anterior. O Brasil, portanto, teria resistido às turbulências ocorridas no mercado financeiro internacional. Os analistas também concordam que a redução da taxa Selic cumpriu um papel relevante neste processo. No entanto, a diminuição dos juros não conseguiu evitar que houvesse uma piora do saldo comercial.

Dados do Boletim de Conjuntura da UFRJ embora mostrem um crescimento relativamente alto das exportações e um saldo comercial elevado: o saldo comercial ficou em US\$ 43,1 bilhões (US\$ 153,4 de exportações e, US\$ 110,2 de importações), revelam também que as exportações em 2007 cresceram a um ritmo menor (15,9%) que as importações, 27,8% em relação aos doze meses anteriores. A tendência, no final de 2007, foi o saldo comercial não superar os US\$ 40 bilhões em 2007 contra 45 bilhões de 2006. O dólar, em torno R\$ 1,70, preocupou os empresários e redobrou as preocupações do governo quanto ao desempenho das exportações e à entrada de produtos importados.



Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 1.502 empresas, mostrou que a maioria aponta para o crescimento das vendas no mercado interno brasileiro. É grande o pessimismo quanto às exportações, principalmente entre pequenas e médias indústrias, que enfrentam maior dificuldade para se adaptarem a um cenário de valorização do real.¹ O estudo mostra que as empresas que utilizam muita mão-de-obra, as que dependem de matérias-primas brasileiras e as que utilizam muita energia elétrica são as maiores prejudicadas. Também sofrem as indústrias de menor porte, que têm pouco fôlego para adaptações. Já as empresas que podem importar sua matéria-prima se beneficiam do dólar barato, assim como as que transferiram sua produção para o exterior.² Pode-se agregar: mudança na produtividade versus mudança na valorização cambial. Apesar da valorização do real, os dados da balança comercial indicam uma boa performance do comércio exterior brasileiro. Por enquanto, os preços favoráveis para as *commodities* têm sustentando o aumento das exportações.

O Ipea constata também um desequilíbrio de natureza fiscal: a expansão do gasto público bem acima do PIB (o gasto primário total do governo central cresceu 9,4% nos primeiros sete meses do ano). A contrapartida disso tem sido a elevação da carga tributária que, segundo o Ipea:

- i) Prejudica a competitividade da economia brasileira, dificultando a correção do descompasso atual: demanda/PIB e importações/exportações;
- ii) Tende a afetar negativamente o investimento.

Uma variável-chave para a sustentabilidade do crescimento seria o aumento da taxa de investimento nos próximos anos. Esta taxa ainda se encontra em nível muito baixo, 17,1% do PIB no segundo trimestre de 2007 e insuficiente para um crescimento sustentado em torno de 5% ao ano (Ipea, 2007). Não somente a infra-estrutura de transporte e de energia mostra sinais de esgotamento em um horizonte bastante curto, como o próprio setor industrial apresenta elevados níveis de utilização de suas plantas – o que deve afetar o PIB potencial do Brasil.³

O terceiro dos problemas que emergem está ligado ao tema da inflação. Vários elementos apontam para o aumento da inflação no futuro próximo: uma menor taxa de juros contribuirá para aumentar a demanda; o câmbio, depois de cinco anos colaborando para a queda da inflação, deixará provavelmente de exercer esse papel; e a redução da ociosidade deixará os produtores com um maior poder de barganha diante dos consumidores para procurar aumentar as suas margens. Essas pressões se somariam ao recente surgimento de uma alta nas taxas de variação em 12 meses de algumas rubricas importantes na composição dos índices de preços, não totalmente compensadas pela ajuda que vem sendo exercida nos últimos meses pelos preços administrados (UFRJ, outubro de 2007). A evolução dos preços dos produtos do item “alimentação” representa um papel importante nesse processo. Entre 2006 e os últimos 12 meses encerrados em agosto, a taxa de inflação passou de 3,1% para 4,2%, com destaque para o aumento dos preços livres, que passaram de 2,6% no ano passado para 5,0% nos últimos 12 meses (Ipea boletim de conjuntura | 78 | set 2007). Até o fim do próximo ano, o Ipea espera uma tendência gradual de aumento da taxa de inflação, com pequenas oscilações, atingindo 4,3% em 2008, após ser de 4,0% em 2007.

¹ Folha de São Paulo 05/11/2007 - Pequenas e médias indústrias estão pessimistas com as vendas externas.

² O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - Beatriz Abreu, Lu Aiko Otta e Nilson Brandão Júnior.

³ Hélio Nogueira da Cruz FIPE. Outubro/2007.





Como contrapartida a esses problemas o mercado de trabalho brasileiro vem se expandindo de forma gradual ao longo do ano e, até julho, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), já registrou um aumento de 2,9% no nível de ocupação, e uma taxa de crescimento da população ocupada de 2,3% (Ipea 2007). Segundo este instituto, essa melhora quantitativa do emprego vem ocorrendo junto com uma “crescente formalização do emprego, evidenciada pelo incremento, no acumulado do ano, de 4,2% no número de ocupados com carteira assinada. Assim como o nível de emprego, os rendimentos também apresentam um movimento de alta continuada. Na média do ano, os rendimentos médios habitualmente recebidos foram 4,2% superiores aos observados no mesmo período de 2006, o que, aliado à inserção de novos trabalhadores no mercado, vêm gerando um forte crescimento da massa salarial habitual (7,2%)” (Ipea 2007 p. 12).

A inflação de alimentos assinalada anteriormente está pressionando os índices de preços no Brasil. O Ministério de Agricultura e Pecuária no seu primeiro Boletim, de outubro de 2007, concorda com o diagnóstico da UFRJ de que os preços dos alimentos contribuíram para um maior crescimento da inflação, pois seus preços subiram em velocidade maior que a dos demais itens componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. De fato, de janeiro a agosto de 2007, o item *Alimentação e Bebidas*, do INPC, acumulou alta de 6,83%, enquanto o índice total alcançou 3,13%. O fundamento deste choque de oferta (de sinal negativo) é o aumento da demanda do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos (UFRJ setembro de 2007). A decisão anunciada pelo governo norte-americano de fazer a produção doméstica de etanol passar dos 18,5 bilhões de litros, alcançada em 2006, para 54,1 bilhões de litros em 2012, teria impacto direto e altamente relevante sobre a demanda mundial não apenas de milho, mas das principais *commodities*; os Estados Unidos, principal exportador dessa matéria-prima no mundo, não possuem área suficiente para ampliar o plantio de determinada cultura sem ter que encolher a área de outra. Com isso, as cotações internacionais do milho, em Chicago, sofreram continuado processo altista entre agosto de 2006 (US\$ 2,3/bushell) e fevereiro de 2007 (US\$ 4,1/bushell); as da soja passaram de US\$ 5,6/bushell, em agosto de 2006, para US\$ 9/bushell, em setembro de 2007 e as do trigo passaram de US\$ 4,65/ bushell (agosto/2006), para US\$ 6,91/ bushell (agosto/2007) (Mapa, outubro de 2007).

Este choque de oferta seria pior do que se imaginava inicialmente, uma vez que os estoques estão nos patamares mais baixos dos últimos anos e haveria escassez nos países exportadores. No caso do Brasil o impacto do milho na cadeia do IPCA não é alto. O item milho não consta na atual composição do IPCA. Entretanto, seu impacto ocorre indiretamente – pois é utilizado como ração na criação de aves e suínos cujo impacto pode ser bem maior. Segundo o Boletim da UFRJ, o atual patamar de preço tem incentivado a produção da soja e a resposta da oferta não costuma ser demorada, mas no caso do trigo, há uma cadeia bastante extensa que abrange principalmente os panificados, o que vai influenciar muito o Índice de Preços por Atacado – IPA e, portanto, o Índice Geral de Preços – IGP.

Algumas evidências sugerem que o setor agrícola responde com mais rapidez às condições de demanda do que as *commodities* metálicas, e que, portanto, já estaríamos próximos de um fim do ciclo de aumento. Essa análise é defendida por uma parte do mercado. Entretanto, há quem diga que o atual aumento é apenas o

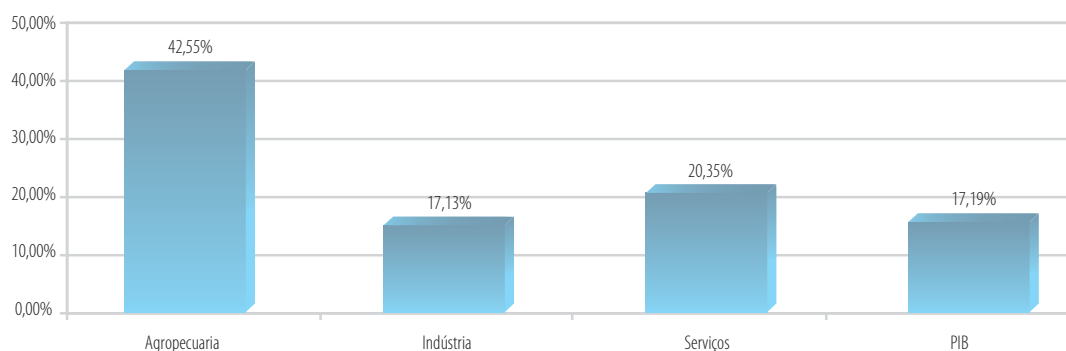


início de uma tendência de longo prazo influenciada pelo elevado preço do petróleo, mudanças permanentes da demanda e condições adversas de oferta. Se isso for verdade, os índices de preços permanecerão um longo tempo pressionados.

O PIB agrícola se manteve estável em relação ao total e tem apresentado um crescimento médio, de 1995 a 2006, de 11,36% ao ano, passando de R\$ 35,55 bilhões para R\$ 102,89 bilhões (Mapa, outubro de 2007). Esse comportamento teria ocorrido segundo o Mapa “mesmo diante de algumas crises causadas pela queda em nível de preços de algumas *commodities* agrícolas, pelas dificuldades estruturais de escoamento da produção no Centro-Oeste brasileiro e pelo elevado endividamento dos produtores rurais”. (Boletim 01 outubro de 2007). O PIB agropecuário teria apresentado o melhor desempenho na economia brasileira, com um acréscimo de 42,55%, contra os setores de indústria e serviços, que apresentaram acréscimos de 17,13% e 20,36%, respectivamente.


A expansão da agricultura no PIB se reflete no aumento de sua participação no Investimento Direto. Segundo a Carta do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2007), a Agricultura e o Setor Extrativista tiveram participação de 23,4% sobre o total de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em setembro, ao receber um total de US\$ 336 milhões. Esse valor, por sua vez, foi equivalente a uma expansão de 144,9% contra setembro de 2006 (US\$ 137 milhões). No ano, o setor primário acumulou IDE da ordem de US\$ 3,5 bilhões (13,8% do total), um salto de 204,7% em relação aos nove primeiros meses do ano passado (US\$ 1,1 bilhões). Carta IEDI. Veja a tabela abaixo.

Figura 1: PIB por setor variação acumulada 1999 a 2007

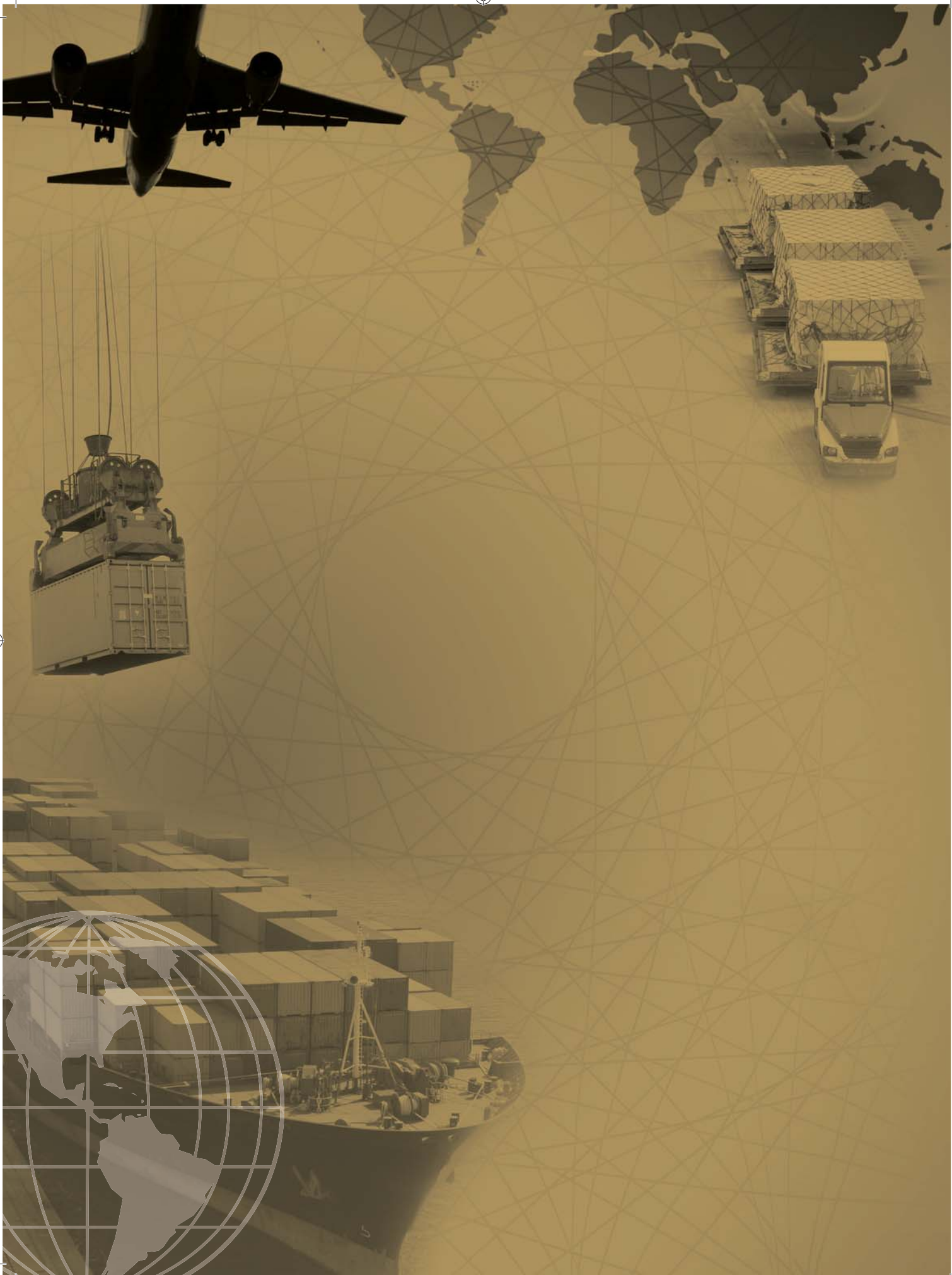


Fonte: IBGE e Ipea
Fonte: Mapa 2007

Um limitante à expansão agrícola está situado no aumento dos preços dos insumos. Como se sabe os preços dos insumos agrícolas (defensivos, fertilizantes e corretivos, sementes etc.), desde meados de 2006, vem aumentando de forma considerável, em resposta ao aumento de demanda interna, somada à conjuntura



internacional e às restrições a importação. Os motivos são os mesmos que vem reforçando a tendência altista dos preços das *commodities*: a maior demanda de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos, o crescimento do consumo de alimentos na China e na Índia e o aumento na demanda mundial por biocombustíveis. O consumo mundial de fertilizantes cresce no ritmo do crescimento das áreas plantadas, baixando estoques e elevando os preços no mercado internacional e interno.



3 BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

Cabe destacar, primeiramente, a alta participação do agronegócio na pauta de exportações brasileira em 2006, em média cerca de 41% do total exportado (Mapa 2007). Dentro desse volume destacam-se algumas *commodities*, especialmente as carnes e o complexo soja, que segundo estudo da CNA “Balança Comercial do Agronegócio Janeiro a Setembro de 2007”, seriam os principais responsáveis pelos resultados da balança comercial do agronegócio, tendo registrado saldo de US\$ 36,64 bilhões de janeiro a setembro, 16,91% superior ao saldo do mesmo período de 2006, de US\$ 31,34 bilhões. Tal resultado se deve ao crescimento de 18,7% das exportações, totalizando US\$ 42,81 bilhões até setembro. Embora o estudo da CNA constata uma redução no ritmo de crescimento das exportações do agronegócio, tanto em setembro (14,6%) como no acumulado do período, a expansão das exportações do setor continua superior ao crescimento das exportações totais do Brasil, de 12,6% em setembro e de 15,5% no período.

As exportações do conjunto das carnes, segundo a CNA, cresceram 32,0% no período, “resultado de 19,0% de aumento no *quantum* exportado e de 10,9% nos preços internacionais. O crescimento mais expressivo ocorreu no segmento da carne de frango, cujas exportações aumentaram 45,3%, alcançando US\$ 3,28 bilhões no período”. O complexo soja foi outro destaque positivo do período de janeiro a setembro. As exportações bateram novo recorde, com aumento de 18,3%, totalizando US\$ 8,96 bilhões. “O principal responsável por esse desempenho foi a elevação de 22,2% nos preços, ocasionada pela elevação da demanda mundial. Somente em setembro, os preços subiram 37,0%” (CNA, 2007).

**Tabela 1**

Variação das exportações agropecuárias em volume e valor – 2006/2007

Produto	jan/set 2006		jan/set 2007		Variação 2006-2007	
	ton	mil US\$	ton	mil US\$	ton	mil US\$
Açúcar	12.454.111	4.197.824	14.484.672	3.983.454	16,30%	-5,11%
Café	1.074.820	2.306.463	1.140.518	2.744.557	6,11%	18,99%
Carnes	3.583.881	6.033.422	4.269.163	7.936.003	19,12%	31,53%
Couros e Peleteria	370.684	2.580.319	333.734	1.992.006	-9,97%	-22,80%
Madeiras e seus Produtos	11.050.923	5.860.730	9.851.402	5.537.264	-10,85%	-5,52%
Soja	32.916.464	7.579.682	31.865.714	8.965.423	-3,19%	18,28%

Fonte: SECEX/ALICE WEB. Elaboração Própria

Tabela 2

Participação do agronegócio na balança comercial do Brasil

Saldo da Balança Comercial	2005	2006	Variação 06/05
A: Total: Balança do Agronegócio	36.092.140	41.131.231	13,96%
B: Total: Balança Comercial	100.956.506	116.599.117	15,49%
C: Participação % A/B	35,75	35,28	

Fonte: Secex/Alice Web

O aumento do consumo interno de milho nos Estados Unidos para a produção de etanol e a conseqüente redução das suas exportações vem abrindo espaço para o milho brasileiro no mercado internacional. As exportações já aumentaram 252,3% no período, alcançando o inédito resultado de US\$ 1,14 bilhão, em 2007. Esta é a primeira vez que as exportações de milho superam a cifra de US\$ 1 bilhão. Desta forma, o milho passou a ser um item representativo da pauta exportadora agrícola brasileira. As exportações de produtos florestais também apresentaram crescimento no período, com aumento de 10,7%. No caso do suco de frutas (suco de laranja), a elevação foi de 68,8%, devido principalmente ao aumento de 39,6% das cotações internacionais do suco de laranja, ocasionado por problemas climáticos na Flórida, Estados Unidos segundo CNA (2007). As exportações de café aumentaram 19,0%, de janeiro a setembro, após registrarem crescimento de 14,9%, em 2006 (CNA Balança Comercial do Agronegócio Janeiro a Setembro de 2007).

Em termos de balança comercial (saldo de exportações menos importações) o maior gerador deste saldo, segundo estudo do IEDI (2007), teria sido o segmento *cereais* (onde se destaca soja e milho como itens de exportação e trigo como item de importação) com US\$ 5,8 bilhões ou 28,0% do saldo comercial total, mesmo com o grande aumento das compras externas realizadas. Em seguida está o segmento *agricultura tropical* (café, açúcar, frutas como destaques) respondendo por 26,1% do saldo (US\$ 5,4 bilhões). Em terceiro está o setor de *produtos animais* com US\$ 5,1 bilhões; e somente em quarto lugar está o setor *intensivo em capital*, que na primeira metade de 2005 detinha a maior participação. Além disso, o setor *matérias-primas* desponta também como grande gerador de saldo, respondendo por 21,0% do total.





Apesar das exportações do setor serem prejudicadas pela apreciação da taxa de câmbio, as importações de insumos necessários à sua produção são favorecidas. Conseqüentemente, os efeitos ocasionados pela taxa de câmbio sobre o Agronegócio dependem da ponderação das parcelas destinadas para o exterior e para o interior, das relações mantidas com os demais setores da economia, bem como da dependência de insumos importados a serem empregados na produção.

O trabalho de Takamatsu et al (2007) mostra que de fato, de janeiro de 2000 a dezembro de 2004, na agricultura – por apresentar comportamento de preços flexíveis (*flex price*) – a apreciação da taxa de câmbio implica em perda de competitividade e a depreciação, por sua vez, implica em ganho de competitividade.

Outro estudo (Gonçalves da Silva et al 2007) permite verificar que as variáveis: taxa de câmbio real e renda mundial, são fatores determinantes na explicação da evolução do valor das exportações agropecuárias, ou seja, aproximadamente 10,87% de sua variância é explicada pelos choques dessas variáveis ao final de 10 períodos. Os resultados indicam ainda que, a variável taxa de câmbio teve um impacto superior à variável renda mundial sobre o valor das exportações agropecuárias, pois, individualmente, a variável taxa de câmbio explica aproximadamente 9,2% da variância do erro de previsão do valor das exportações, enquanto, a variável renda mundial é responsável por 1,7% dessa variância, considerando o décimo período posterior ao impulso.





4 NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS BRASILEIRAS

A RODADA DE DESENVOLVIMENTO DE DOHA

Apesar do bom comportamento do agronegócio brasileiro no mercado internacional, o protecionismo de países mais desenvolvidos tem prejudicado o setor há bastante tempo. Os altos subsídios praticados por alguns deles, principalmente Estados Unidos, que pressionam os preços para baixo, e o alto nível de proteção a que esses produtos estão sujeitos em mercados internacionais, diminuem as vendas e os rendimentos do setor. Nesse contexto, e diante do fato de que o Brasil possui grande vantagem comparativa na produção agropecuária, a liberalização dos mercados seria bastante vantajosa para o país. Esse é exatamente o objetivo da Organização Mundial do Comércio (OMC): facilitar as negociações de abertura comercial dos mercados internacionais e torná-los mais justos.

Atualmente, os membros da OMC estão negociando o acordo da Rodada de Desenvolvimento de Doha, que tem sido vista – por uns com mais otimismo, por outros com menos – como um importante meio para se alcançar essa abertura. O Brasil tem participado ativamente das negociações, não só por ser um dos países que mais tem a ganhar com a liberalização dos mercados, mas também pelo destaque que tem entre as economias chamadas emergentes.

Desde setembro de 2004, as negociações da Rodada de Doha encontram-se na “fase das modalidades”, que é um dos estágios mais críticos das negociações, visto que nela são definidos alvos e regras para se alcançar os objetivos acordados na Declaração Ministerial de Doha, que são: “melhora substancial de acesso aos mercados; redução, com vistas ao fim de todas as formas de subsídio às exportações; e reduções substanciais



de apoios domésticos distorcivos”. No que se refere às negociações agrícolas, foi feita uma divisão em três pilares: competitividade das exportações, acesso a mercados e ajuda interna.

Após a Reunião Ministerial de Hong Kong, em dezembro de 2005, em que foi acordado que as modalidades para esses três pilares seriam definidas antes de 30 de abril de 2006, foram realizadas várias reuniões com forte participação do G-6 (União Européia, Estados Unidos, Austrália, Brasil, Índia e Japão). Entretanto, em 24 de julho de 2006, sem muitos avanços, os Estados Membros decidiram suspender as negociações. Apenas em fevereiro de 2007, elas foram formalmente retomadas, com uma reunião do Comitê de Agricultura (CHIBBARO, 2007).

A primeira tentativa real de negociação aconteceu em Potsdam, Alemanha, após a publicação de dois documentos de “desafios” pelo presidente do Comitê de Agricultura, embaixador Crawford Falconer, que buscava estimular as negociações. Estavam presentes os representantes do G-4: Brasil, Índia, Estados Unidos e União Européia. As reuniões terminaram sem sucesso e até antes da data planejada.

O principal ponto de insatisfação teria sido a proposta dos Estados Unidos para redução do teto do volume anual de ajuda aos produtores. Esperava-se que a proposta de redução fosse bem mais significativa que os US\$ 19,5 bilhões, diante do teto atual de US\$ 22,5 bilhões⁴. A oferta da União Européia, um pouco mais generosa, de elevar para 51,5% o corte médio de suas tarifas de importação de produtos agrícolas, foi um avanço mais considerável em relação aos 39% propostos inicialmente. No entanto, todas as propostas feitas procuravam manter protegidos os mercados de carne bovina e de frango. A Índia, por sua vez, buscava a criação de salvaguardas e produtos especiais para países em desenvolvimento que ficariam isentos de redução tarifária. Porém, propuseram um número muito grande de produtos para essas categorias (NASSAR, 2007). Por outro lado, a pressão sobre o Brasil seria para obter abertura do setor industrial, como elemento de equilíbrio nas negociações, que, entretanto, estava apenas disposto a ceder com ofertas mais generosas por parte dos outros negociadores.

O fracasso das negociações de Potsdam foi seguido de um fator complicador: a expiração do *fast-track* para o presidente dos Estados Unidos, que não foi renovado até o fim de 2007⁵. Para estimular e facilitar as negociações, foi publicado, pelo presidente do Comitê, uma revisão do “projeto de modalidades” para a agricultura, cujo resumo encontra-se no Anexo “Projeto de Modalidades para a Agricultura”, e foram agendados ciclos de negociações, que foram intensos nos meses de setembro e outubro de 2007.

O foco principal dessas negociações foram as questões fundamentais de acesso a mercados. As principais demandas do setor do agronegócio brasileiro nesse pilar são: teto tarifário de 100% para países desenvolvidos e 150% para produtos sensíveis, enquanto para os países em desenvolvimento, teto de 150% e 200% para produtos sensíveis ou especiais; eliminação das salvaguardas especiais para os países desenvolvidos e, para os países em desenvolvimento, essas teriam o teto máximo da diferença entre a Rodada Uruguai e a Rodada Doha, com gatilho simultâneo de preço e volume; regra única, simples e clara para produtos sensíveis, sendo que, quanto menores forem os cortes de tarifas, maiores devem ser as quotas tarifárias, como forma de compensação (ICONE, 2007).

⁴ Estima-se que o gasto atual seja ainda bem menor que esses valores, aproximadamente US\$ 11 bilhões (THE ECONOMIST, 2007).

⁵ Esse é um mecanismo que concedia autoridade ao presidente dos Estados Unidos e sua administração para negociar acordos comerciais sem que os parlamentares pudessem fazer emendas.





Entretanto, nesse pilar, há bastante incerteza e poucas melhoras concretas. As regras para os produtos sensíveis têm sido um dos principais pontos controversos. A proposta de Falconer é que esses representem 4% ou 6% dos produtos, o que são considerados percentuais bastante altos pelos países em desenvolvimento, já que representam cerca de 75% do comércio da União Européia. Um importante avanço foi a consolidação da idéia de que a base para expandir a quota seria o consumo doméstico. O tema de produtos especiais também não tem avançado, já que os países do G-33 resistem em reduzir os indicadores e colocar limite na quantidade de produtos. O presidente do Comitê apresentou duas opções: colocar um limite máximo de 5% de linhas tarifárias por banda com desvio da fórmula de corte geral de cinco pontos percentuais ou um limite de 10% das linhas tarifárias com desvio de corte de 10 pontos percentuais. O tema de mecanismo de salvaguarda encontra-se na mesma situação, pois a União Européia, principalmente, defende a manutenção delas e muitos países não apóiam a proposta do presidente do Comitê, que estabelece que o adicional tarifário não pode ser maior que a diferença entre as tarifas consolidadas da Rodada Uruguai e a de Doha. Os outros temas principais, como equivalentes *ad valorem* e simplificação tarifária e a progressividade tarifária, têm tido forte oposição de alguns países desenvolvidos (DRAI, 2007).

No que se refere à ajuda interna, a principal demanda do agronegócio brasileiro é que haja teto por produto para a soma das caixas amarela e azul, limitando os subsídios que distorcem o mercado mundial, principalmente de soja, milho, arroz e algodão. Entretanto, ainda não se sabe o que os Estados Unidos aceitarão dentro desse tema (ICONE, 2007). Nesse pilar, houve algum avanço nas negociações, no entanto, ele ainda se encontra distante de um acordo (BRIDGES, 2007b). Foram propostas categorias para cortes de ajuda interna distorciva, mostradas no Quadro X, as quais foram aceitas por todos como base para negociação.

Tabela 3

Propostas para gastos com ajuda interna e gastos atuais

País	OTDS* (milhões)		AMS** (milhões)	
	Proposta	Valor atual	Proposta	Valor atual
União Européia	EUR 16.500 a EUR 27.500	EUR 110.000	EUR 21.210	EUR 70.700
Estados Unidos	US\$ 13.000 a US\$ 16.300	US\$ 48.000	US\$ 7.600	US\$ 19.103
Japão	US\$ 10.300 a US\$ 14.400	US\$ 49.000	US\$ 10.700	US\$ 35.900

* Ajuda Interna Causadora de Distorção no Comércio (Overall trade-distorting domestic support)

** Medida Agregada de Apoio (Aggregate measure of support)

Elaboração: Agronegócio/IICA-Brasil

Fonte: DRAI, 2007

Esse pilar engloba ainda um assunto importante para o agronegócio brasileiro: a questão do algodão. O setor faz pressão para que os Estados Unidos não retirem da mesa a proposta feita pelo presidente do Comitê para um tratamento diferenciado e mais ambicioso para o algodão (ICONE, 2007).

As conversas sobre competitividade das exportações são as que estão mais perto de um acordo. Nesse assunto, já foi decidido, na Conferência Ministerial de Hong Kong, que em 2013 todos os subsídios à exportação serão eliminados (ALADI, 2007). A partir de então, discute-se, com alguns avanços, principalmente a respeito de





ajuda alimentícia, créditos de exportação e de empresas estatais exportadoras de produtos agropecuários (BRIDGES, 2007b).

Desde novembro de 2007, foram publicados mais dezesseis documentos para serem discutidos já no início de 2008, sendo quatro sobre competitividade das exportações, quatro sobre ajuda interna e oito sobre acesso a mercados. Eles refletem os avanços nas negociações após a publicação do projeto de modalidades de julho e agosto e têm como objetivo auxiliar no foco das discussões e ajudar o presidente do Comitê a preparar o próximo projeto de modalidades, que tem publicação prevista para fevereiro de 2008⁶.

CONTENCIOSOS NA OMC

O órgão de solução de controvérsias da OMC tem como objetivo reforçar a observância e garantir o cumprimento das normas acordadas na OMC. O Brasil tem usado esse mecanismo de forma exemplar em diversas ocasiões em que se sentiu lesado por ações de outros países, tendo ganhado a maioria dos painéis que abriu. Em 2007, há dois fatos importantes para a agricultura brasileira relacionados a esse órgão que valem ser destacados: o questionamento por parte do Brasil de subsídios concedidos aos agricultores pelo governo dos Estados Unidos; e a publicação do relatório final sobre o cumprimento das decisões da OMC pelos Estados Unidos no contencioso sobre subsídios ao algodão.

Em julho de 2007, o Brasil fez o pedido de consultas com os Estados Unidos na OMC a respeito dos subsídios. Elas referiam-se a duas categorias de medidas para produtos agropecuários: ajuda interna e garantias de crédito para exportação. Desde 1999 até 2005, os Estados Unidos teriam excedido os níveis acordados de gastos com subsídios distorcivos. Além disso, as garantias de crédito de exportação seriam equivalentes a subsídios proibidos pelas regras da OMC (BRIDGES, 2007a).

Esse pedido de consultas é bastante similar a um feito pelo Canadá poucos meses antes. Entretanto, a decisão do Brasil de participar como reclamante ocorreu porque a participação como terceira parte interessada no painel lançado pelo Canadá, “não ofereceria a oportunidade de atuação de que necessita o País em controvérsia de grande relevância sistêmica em matéria agrícola”⁷.

O principal motivo para esses dois países terem iniciado esses contenciosos no ano de 2007 foi a mudança da Lei Agrícola dos Estados Unidos. Em dezembro de 2007 expirou a Lei atual e, em 2008, será implementada a nova, que cobrirá os anos de 2008 a 2012. Entretanto, o projeto para essa nova Lei prevê os mesmos subsídios agrícolas e ampliação de recursos para a produção de álcool, o que gerou preocupação de que as distorções se repitam nos próximos anos⁸.

A respeito do caso do algodão, em dezembro de 2007, o governo brasileiro recebeu o relatório final do painel estabelecido para avaliar se os Estados Unidos haviam cumprido as decisões da OMC no contencioso dos subsídios ao algodão (DS 267 – Subsídios ao Algodão Americano). O contencioso, iniciado em setembro

⁶ Site OMC.

⁷ Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Nota à imprensa nº 326.

⁸ Agência Brasil.





de 2002, buscava avaliar se medidas de ajuda interna e de subsídios à exportação do algodão estavam de acordo com as regras da OMC e se estavam causando prejuízos ao Brasil⁹.

Em março de 2005, o informe do órgão de apelação foi aprovado, com medidas que deveriam ser tomadas para adequar os programas de apoio ao algodão às regras da OMC. Após isso, foram introduzidos ajustes nos programas de garantias de crédito às exportações, além da eliminação de dois deles e do chamado *Step 2*¹⁰. Entretanto, essas ações não foram suficientes para cumprir com as decisões do contencioso. Essa foi a conclusão do relatório do órgão de solução de controvérsias do painel aberto pelo Brasil em setembro de 2006¹¹. Com essa decisão, caso não haja apelação, o Brasil deverá impor retaliações comerciais aos Estados Unidos de até US\$ 4 bilhões, equivalente a quantia que o Brasil deixou de vender para o exterior¹².

PERSPECTIVAS

As negociações da Rodada Doha já duram mais de seis anos e as opiniões a respeito de seu futuro são bastante controversas. No ano de 2007 não houve significativo avanço e há grande expectativa de se concluir a Rodada em 2008, apesar das eleições americanas e da possibilidade da entrada de um presidente democrata, o que deixaria o Congresso dos Estados Unidos ainda mais protecionista.

O setor privado brasileiro, entretanto, está cada vez menos otimista, deixando de investir em pesquisas e viagens relacionadas às negociações. Na avaliação desse grupo, nas propostas apresentadas, especialmente por Estados Unidos e União Européia, principais interesses comerciais estão longe de um mínimo aceitável.

Um dos motivos para tal posição defensiva dos países desenvolvidos é que eles esperam grande crescimento nos próximos anos das economias emergentes, como China, Índia e Brasil. Por isso, preferem proteger seus produtores ineficientes a buscarem um acordo que ameace setores agrícolas de suas economias, além de esperarem maior reciprocidade na abertura dos mercados. Entre os países em desenvolvimento do G-20, há alguns, como a China, que não estão dispostos a abrir o setor industrial em contraposição a abertura agrícola dos países desenvolvidos. Assim, como destacado por NASSAR (2007), no choque de interesses ofensivos (que querem a liberalização) com defensivos, o equilíbrio converge para um resultado defensivo.

Apesar disso, o não fechamento de um acordo também traria grandes prejuízos e a perda de oportunidades valiosas para as economias desenvolvidas. Com o recente crescimento de Brasil, Índia e China, o interesse em seus mercados tem aumentado, o que resulta em maior poder de negociação para os países emergentes, além de gerar maior comprometimento por parte dos países desenvolvidos.

Assim, apesar da posição defensiva nas negociações, há chances de a Rodada ser concluída, no ano de 2008, mesmo que seja com um acordo pouco ambicioso. Um acordo desse tipo, entretanto, não deve ser visto como um fracasso, mas como parte de um processo que deve ser contínuo¹³.

⁹ Site OMC.

¹⁰ Programa do governo dos Estados Unidos para compra de algodão do país a preços mais altos que os de mercado.

¹¹ Site OMC.

¹² Agência Brasil.

¹³ Como destacado por Jagdish Bhagwati, em BALTAHZAR, 2007.





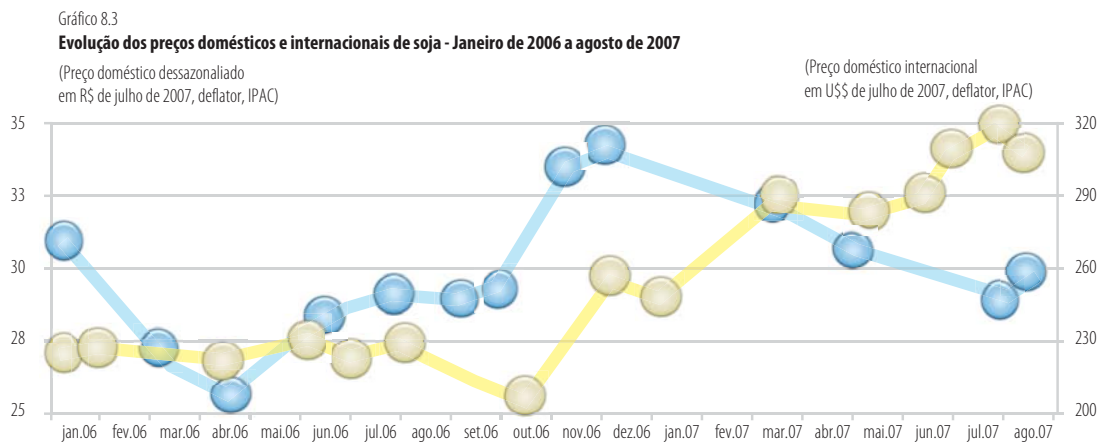
5 PREÇOS, TERMOS DE TROCA E VOLATIBILIDADE DAS *COMMODITIES*

A análise da conjuntura agrícola atual, conforme foi visto na seção da conjuntura macroeconômica mostra que, nos últimos meses, os preços dos alimentos têm pressionado de forma significativa os índices de inflação. No entanto, como consequência da própria alta dos preços agrícolas, há uma perspectiva favorável para o plantio da próxima safra de verão (ano agrícola 2007/2008), revertendo o quadro de crise que marcou os dois anos agrícolas anteriores (2004/2005 e 2005/2006). Conforme também se viu antes, a transferência de 15% na área plantada de soja nos Estados Unidos para o plantio de milho, que vai virar etanol, somada a um aumento de consumo mundial da oleaginosa fez o preço no mercado interno e externo se manter em alta, melhorando o ganho do produtor.

O gráfico que segue, extraído de Ipea (2007) mostra o comportamento do preço da soja nos últimos meses:

Gráfico 1

Evolução dos preços domésticos e internacionais da soja – de janeiro de 2006 a agosto de 2007



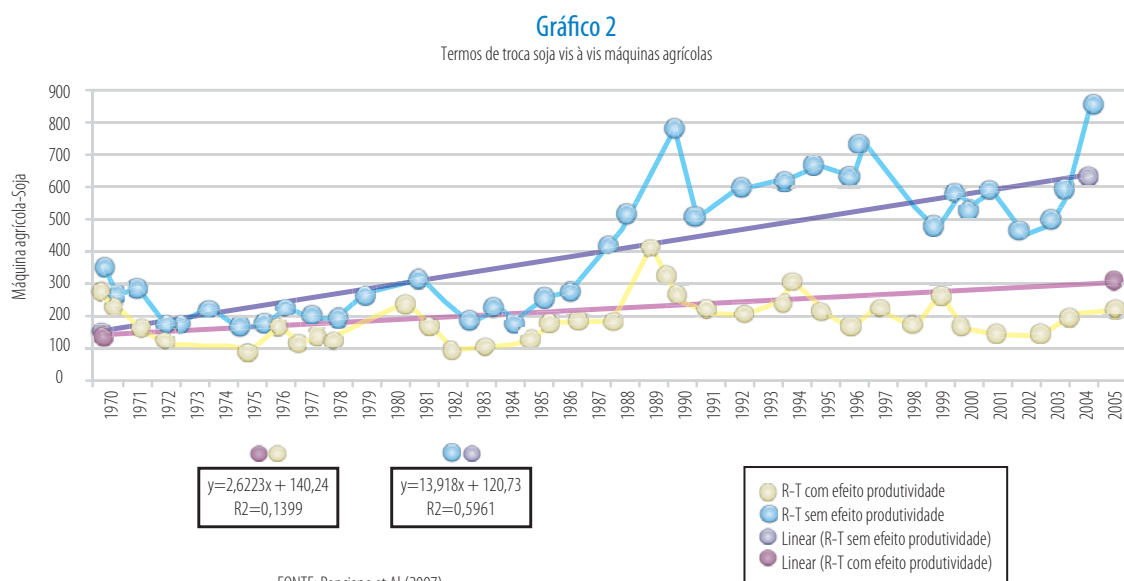
O Boletim do Ipea (boletim de conjuntura | 77 | jun 2007) mostra que os preços domésticos de soja, milho e trigo, devidamente dessazonalizados, subiram 25%, 50% e 15%, respectivamente, nesse período. Essa elevação de preços domésticos foi devida a um aumento ainda mais acentuado dos preços internacionais desses grãos, no mesmo período. Os dados do Ipea mostram que os preços internacionais desses grãos, também deflacionados e dessazonalizados, subiram 57% no caso do milho, 26% no caso da soja e 14% no caso do trigo. O impacto no mercado doméstico, obviamente, foi em parte neutralizado pela apreciação cambial, de 3,3% no período.

Em contraste com o comportamento dos preços dos grãos, o comportamento dos preços domésticos do açúcar e do álcool foi francamente desfavorável. Os preços desses dois produtos voltaram aos baixos níveis (já dessazonalizados) de junho de 2005, após terem passado por uma alta expressiva entre junho de 2005 e maio de 2006 (Ipea 2007 p. 5).

O Trabalho do Ipea explica que esse comportamento doméstico dos preços do açúcar e do álcool reflete, de maneira muito estreita, o comportamento dos preços do açúcar no mercado internacional. Cabe destacar que estes aumentos permitem que a agricultura se recupere apenas de forma parcial do prejuízo dos últimos anos. O estudo de Ponciano et al (2007) mostra que para o período de 1970 a 2005, ocorreu forte tendência de deterioração dos termos de troca para os produtores de grãos de arroz, de milho, de soja e de café. Os termos de trocas beneficiaram o setor ao montante da agricultura, principalmente os vendedores de combustíveis e de máquinas agrícolas.

Em relação a fertilizantes a relação de troca permaneceu estabilizada, em função do comportamento decrescente de seus preços reais, assim como dos grãos. As inovações tecnológicas indutoras da expansão da produtividade de grãos desempenharam papel importante no período analisado, porém foram insuficientes para compensar o viés do efeito desfavorável no qual os preços dos grãos reduziram em magnitudes significativas em relação ao comportamento dos preços pagos pelos produtores por insumos combustíveis, fertilizantes e máquinas (Ponciano et al 2007).

O gráfico que segue extraído de Ponciano et al (2007) mostra que cada vez se precisam mais sacas de soja para comprar a mesma quantidade de máquinas agrícolas:





No caso do café, o estudo de Cunha et al (2007) mostra que apesar de perderem na relação de trocas, os preços recebidos pelos produtores brasileiros e aqueles praticados na Bolsa de Futuros de Nova Iorque (NYBOT) são relativamente estáveis. O estudo demonstra indícios de que o mercado de café arábica brasileiro está funcionando adequadamente, existindo rápida difusão e propagação de informações entre os agentes dessa cadeia produtiva.

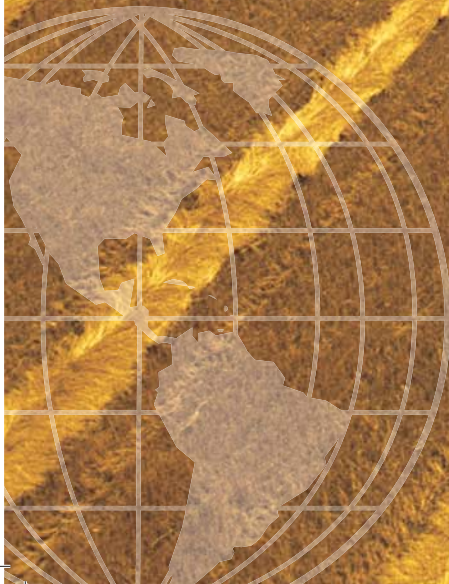
Ressalta-se a importância desse tipo de análise no processo de tomada de decisão sob situação de incerteza, que incide sobre os agentes econômicos em diversos ramos de atividade e, particularmente, aqueles envolvidos com os mercados financeiros e de *commodities* (soja, café, milho, boi gordo etc) (Cunha, 2007).

Tanto os *hedgers*, envolvidos com transações físicas de produtos, querem se proteger de futuras oscilações de preços, quanto os especuladores, que querem assumir riscos nesses mercados em função de possíveis ganhos futuros, necessitam de informações sobre as variáveis e os ativos que são fundamentais para a rentabilidade de suas atividades. (Schwager, 1995. Citado em Cunha 2007). Logo, a oscilação na renda de produtores e investidores, proveniente de flutuações nos preços, se configura como um problema em vista das perdas que essas flutuações podem provocar tanto em termos de lucratividade para o setor quanto em termos de empregos e divisas para o Brasil.

Campos et al (2007) revelam que, ao contrário do café, os retornos de principais *commodities* agrícolas (soja, milho e boi gordo), são marcados por acentuadas flutuações de preços, indicando significativas oscilações na rentabilidade destas culturas e propiciando aos especuladores mais informados, maior lucratividade dado o seu poder de previsões mais precisas sobre o comportamento do mercado. Apesar destes problemas existe uma conjuntura bastante favorável para os negócios do Brasil no campo nos próximos anos. Num cenário de curto prazo, o país deve beneficiar-se da alta de preços de algumas das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional, como: café, açúcar e soja. A tendência de valorização varia de 10% a 15%, dependendo da cultura (ICONE, 2007). Conforme se viu anteriormente, essa inflação vem sendo ocasionada por quebras de safras de importantes países produtores e pelo aquecimento da demanda por alimentos provocada pela evolução da população mundial. Essa pressão deve tornar-se ainda maior no futuro. Jank, M (ICONE, 2007) acrescenta que:

Com a taxa de crescimento demográfico mundial estimada em 30% até 2020, proporcionada em sua maior parte por China e Índia, haverá um impulso grande para o aumento da produção de alimentos. O Brasil é a nação que tem as melhores condições para suprir essa necessidade (p.3).





6 INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO RURAL

Os instrumentos de política agrícola e financiamento rural, utilizados nas últimas décadas, visam sempre implantar formas de defender o produtor rural dos riscos próprios da atividade agrícola (climas, pragas, preços). No entanto, as formas e os tipos de instrumentos utilizados têm variado substancialmente desde 1960. Nas décadas de 1960 e 1970 usava-se o crédito subsidiado como forma de compensar o risco e os problemas advindos da sobrevalorização cambial. Posteriormente, na década de 1980 e parte de 1990 usou-se mais os instrumentos de preços mínimos (EGF, AGF) para proteger de riscos e após o real, passou-se a usar mecanismos de mercados futuros e derivativos (cédulas, *warrants*, etc). Está sendo inaugurada agora uma nova etapa, na qual o risco agrícola é contornado através de seguro agrícola, como se observa na parte final deste capítulo. Neste capítulo busca-se alinhar alguns dados que mostrem a evolução do crédito rural, do sistema de preços mínimos, dos mercados futuros e do sistema de seguro agrícola.

6.1. CRÉDITO RURAL

Para analisar a evolução do crédito, entre os anos de 2006 e 2005, deve-se tratar de duas categorias distintas: o crédito empresarial, o crédito para agricultura familiar e o crédito para cooperativas.

6.1.1. CRÉDITO EMPRESARIAL

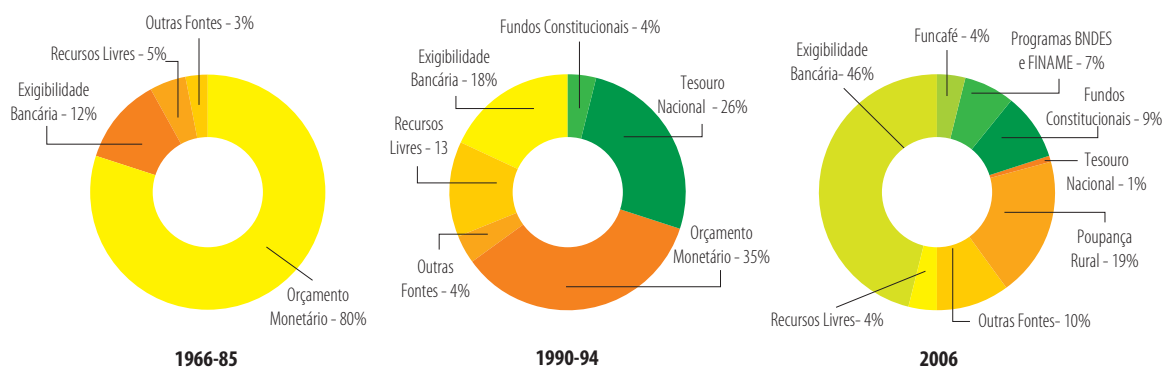
Começando com o crédito empresarial, o ano de 2006 registra uma novidade em relação à composição das fontes dos recursos destinados a este setor. Segundo artigo publicado na Revista de Política Agrícola do Mapa (julho de 2007).

No período entre 1966 e 1985, 80% dos recursos eram oriundos dos cofres públicos. A alternativa foi o emprego crescente de recursos não-governamentais, aplicados de forma compulsória no crédito rural. Entre 1990 e 1994, esse quadro já era bem diferente, mas a participação de recursos públicos no crédito rural ainda era significativa. Do total aplicado, 35% eram oriundos do Orçamento Federal e 26% do Tesouro Nacional, entretanto já começava a haver diversificação e 18% do financiamento se dava por exigibilidades bancárias, 13% por recursos livres, 4% por Fundos Constitucionais e 4% de outras fontes. Em 2006, a origem dos recursos aplicados no crédito rural é quase que exclusivamente privada. A soma das exigibilidades bancárias, dos recursos próprios e da poupança rural alcança 69% do total. O Tesouro Nacional contribuiu com apenas 1%. (Guimarães, E 2007 p. 7-8).

A maior disponibilidade de recursos da exigibilidade para atender a safra explica-se pela autorização dada pelo Banco Central aos agentes financeiros, de utilização, na safra 2007/2008, da deficiência de aplicação observada na safra passada. Isso significa que os agentes financeiros que não conseguiram cumprir a obrigatoriedade de aplicação em crédito rural, em vez de recolherem a deficiência ao Banco Central e pagarem multa de 40% sobre esse valor, poderiam aplicar esses recursos em crédito rural na atual safra (Guimarães, op cit).

Figura 2

Crédito Rural: estrutura histórica das fontes de recursos



Fonte: Extraído de Guimarães, E (2007)

A maior demanda por crédito em 2006/2007 teria sido viabilizada pela prorrogação das dívidas de custeio e investimentos agropecuários das safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, vencidas e vincendas em 2007. A renegociação da dívida agrícola das safras passadas foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em setembro de 2007, e garantiu aos produtores de soja, algodão, arroz, milho e trigo uma prorrogação de um ano após o vencimento da última parcela. As dívidas de investimento também foram prorrogadas por um ano após o pagamento mínimo de 20% (MODERFROTA, por exemplo).



A tabela que segue mostra a evolução do crédito rural entre 2000 e 2006:

Tabela 4

Evolução do Crédito Rural: 2000-2006

Ano	Moeda	Valor Corrente	Valores Constantes em Reais (*)	Varição Anual(%)
2000	R\$	13.779.503.344	24.993.558.117	2,77
2001	R\$	17.942.118.196	29.487.123.540	17,98
2002	R\$	22.443.322.771	32.495.135.699	10,20
2003	R\$	31.102.681.908	38.675.878.061	12,97
2004	R\$	40.446.493.995	43.596.639.512	18,87
2005	R\$	41.959.848.252	42.683.738.503	(0,09)
2006	R\$	43.765.587.022	43.785.587.022	1,73

Fonte: Banco Central do Brasil – Departamento de Supervisão Indireta e Gestão da Informação – DESIG

Os dados da tabela mostram um aumento forte na oferta de crédito entre 2001 e 2004, até recuperar em parte os níveis históricos (no ano 1989 o valor era semelhante, mas em 1980 o valor era de aproximadamente 100 bilhões). Após o ano de 2004, o volume de crédito ofertado se estabilizou na faixa dos 42 bilhões por ano. Ao analisar a composição interna deste crédito verifica-se que no último ano sob análise (2006) houve uma relativa diminuição do crédito para soja, milho e fumo com aumento para as culturas de cana de açúcar e café, como mostra a tabela seguinte. Cabe lembrar que entre 2005 e 2006 os preços dos cereais estavam baixos enquanto o café e a cana estavam em alta, o que incentivou mais os produtores a demandarem por crédito para custeio desses produtos.

Tabela 5

Crédito Rural por produtos: variação 2006/2005

Crédito Custeio	2005	2006	Varição % 06/05
Soja	3.583.198.744	3.605.975.146	0,64
Milho	2.540.006.527	2.262.242.165	-10,1
Fumo	858.211.486,9	755.215.218,2	-12,0
Cana-de-açúcar	623.304.449,9	1.063.778.066	70,1
Café Arábica	828.432.668	1.048.442.778	26,6

Fonte: Elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

Os estados que tiveram maiores aumentos no volume de crédito de custeio, entre 2005 e 2006, foram: São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, que são regiões de café, tendo caído bastante em Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso, que são os estados produtores de cereais, que como foi dito antes, estavam com os preços defasados na safra de 2005/2006. Isto se reflete bem na tabela que segue, em que a região Sudeste aparece com um aumento do crédito, enquanto a região Sul e a Centro-Oeste têm percentuais menores em 2006, em relação a 2005.





Tabela 6

Valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas - região geográfica.

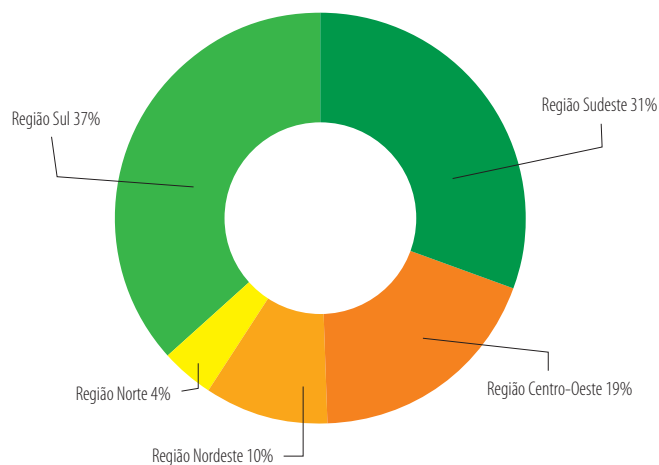
Região	2005	2006
Sul	38%	36%
Sudeste	28%	34%
Centro-Oeste	21%	16%
Nordeste	9%	10%
Norte	4%	4%

Fonte: elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3

Distribuição geográfica do crédito

Valores de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas - região geográfica



Fonte: Elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

No caso do crédito de investimento (que é de mais longo prazo) percebe-se, na tabela seguinte que está havendo uma mudança forte nas prioridades do governo. Deixa-se de financiar correção de solos, colheitadeiras e aumentam-se fortemente os recursos destinados a financiamentos e aquisições de pequenas propriedades (Crédito Fundiário). Isto em parte sucedeu-se pela diminuição do ritmo de desapropriações para fins de reforma agrária, cuja demanda foi canalizada pelo sistema de crédito fundiário, que é menos conflituoso e também menos burocratizado que a reforma agrária tradicional. Cabe verificar se posteriormente, em 2007, houve uma recuperação do crédito para correção de solos, que também é muito necessário, principalmente na região do cerrado, onde se localiza a maior parte do avanço do agronegócio.



**Tabela 7**

Variação do Crédito de Investimento entre 2005 e 2006

Crédito de Investimento	2005	2006	Varição % 06/05
Tratores nacionais	1.209.748.975,04	1.274.172.092,60	5,33%
Colheitadeiras automotrizes nacionais	919.343.263,75	862.952.034,53	-6,13%
Outras aplicações de investimento	450.660.471,27	522.445.114,00	15,93%
Correção intensiva do solo	304.120.982,46	140.782.469,95	-53,71%
Colheitadeira	276.678.953,44	228.022.063,62	-17,59%
Fundiários aquisição de peq. Prop.	145.176.535,09	332.525.344,49	129,05%

Fonte: elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

6.1.2. CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR

O outro segmento assinalado anteriormente, o crédito para a agricultura familiar, evoluiu da seguinte forma:

Tabela 8

Pronaf - Financiamentos rurais (em valor) concedidos no país por finalidade – Brasil

Finalidade	Financiamentos em 2005	Financiamentos em 2006	Varição 2006/2005
Custeio Agrícola	2.790.909.179,27	2.997.630.651,56	7,41%
Custeio Pecuária	540.310.351,56	616.580.551,99	14,12%
Investimento Agrícola	732.103.793,45	1.158.963.975,39	58,31%
Investimento Pecuária	1.722.422.486,66	2.392.855.398,39	38,92%
TOTAL GERAL	5.785.745.810,94	7.166.030.577,33	23,86%

Fonte: elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

Tabela 9

Pronaf - Financiamentos rurais (em número de contratos) concedidos no país por finalidade – Brasil

Finalidade	Contratos em 2005	Contratos em 2006	Varição 2006/2005
Custeio Agrícola	748.499	728.915	-2,62%
Custeio Pecuária	159.399	170.556	7,00%
Investimento Agrícola	199.797	300.981	50,64%
Investimento Pecuária	1.100.503	1.351.045	22,77%
TOTAL GERAL	2.208.198	2.551.497	15,55%

Fonte: elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

Percebe-se claramente que houve aumento notável entre os dois anos (2005 e 2006), tanto na quantidade de contratos (aumento de 15,55%) como no montante de recursos ofertados (23,86%), atingindo um valor que representa quase 17% do total de recursos ofertados ao setor empresarial (de R\$ 7,2 bilhões / 43 bilhões, ou seja, 17%). Verifica-se também que a parcela de aumento foi canalizada quase integralmente no investimento





(tanto agrícola como pecuário), que era o tipo de crédito mais demandado pela agricultura familiar, em função de sua necessidade de capital para sua estruturação e consolidação enquanto produtores rurais. Dentro deste crédito se destacam os créditos destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, que aumentou em 100%, de formação de culturas perenes e compra de animais de serviço.

Tabela 10

Pronaf - Distribuição do Crédito de Custeio por produtos.

Produto	Percentual: Contratos de Pronaf Custeio Lavouras	Percentual: Recursos de Pronaf Custeio Lavouras	Varição 2006/2005
Algodão	0,3	0,3	-59
Arroz	3,5	4,4	-14
Batata	0,5	0,9	3
Café	10,3	11,1	7
Cana-de-Açúcar	1,1	1,0	8
Feijão	5,6	3,6	3
Fumo	0,2	0,1	-2
Mandioca	9,4	6,4	-9
Milho	43,9	38,4	-3
Outras Lavouras	10,3	13,8	6
Soja	14,0	18,5	-1
Trigo	0,9	1,5	-35

Fonte: elaboração própria com base nos Anuários Estatísticos do Banco Central do Brasil.

Conforme pode se observar na tabela acima, apenas três produtos: soja, milho e café concentram quase 68% do total dos recursos, enquanto outros produtos mais típicos da agricultura familiar como feijão, mandioca e arroz recebem juntos menos que 15% do total dos recursos de custeio do Pronaf. Esta tendência continua se acentuando: a mandioca e o arroz tiveram menos recursos na safra de 2006 que em 2005, o que é mais um exemplo da força dos preços e da rentabilidade dos produtos em sinalizar e alocar os recursos de crédito nas atividades mais rentáveis, no caso soja, milho e café. Os estados do Sul-Sudeste também são os que absorvem a maior parte do crédito.

6.1.3. CRÉDITO PARA COOPERATIVAS

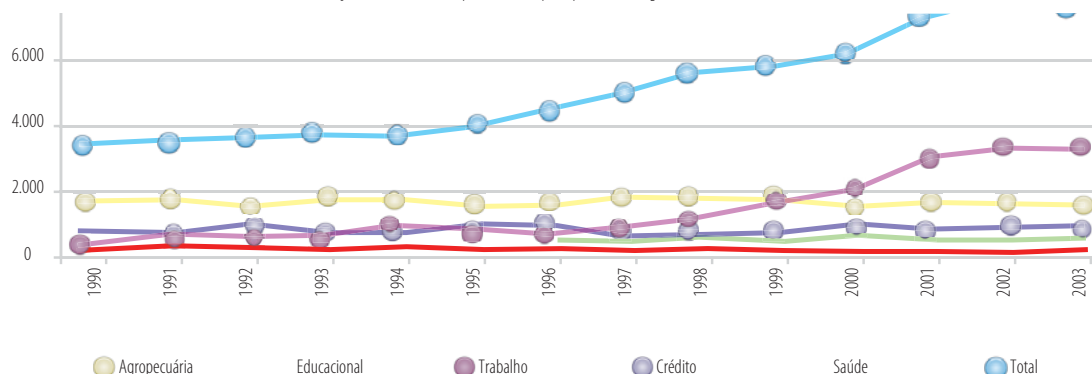
A relativa diminuição do crédito oficial operado pelo Banco do Brasil e pelos bancos privados abriu espaço nos últimos anos ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito. Houve assim uma aproximação entre os produtores e agentes econômicos “não agrários” como indústrias processadoras e fornecedores de insumos que passaram a atuar como financiadores da atividade agrícola e as cooperativas agropecuárias, que também atuam como revendas de insumos e que ganharam espaço entre as organizações que realizam operações a crédito. O gráfico que segue apresenta a evolução do número das cooperativas no decorrer do tempo. O total de cooperativas teve aumento significativo na década de 1990. Quanto às cooperativas de crédito, observa-se que, durante o período analisado, apresentaram um crescimento notável.





Gráfico 4

Evolução do número de cooperativas, dos principais ramos, registradas na OCB, desde 1990



Fonte: extraído de Cillos Silva, V e Caetano Bacha (2007)

Fonte: extraído de Cillos Silva, V e Caetano Bacha (2007)

Segundo Cilloos Silva e Caetano Bacha 2007, as cooperativas de trabalho, em termos numéricos, são as que se apresentaram em maior número: 1.994 (em dezembro de 2005), mas assumiram a 5ª posição em termos de número de cooperados (associados) e de número de empregados, respectivamente. O maior número de associados ocorreu nas cooperativas de consumo: 2.181.112 (em dezembro de 2005); seguidas das cooperativas de crédito: 2.164.499; e das cooperativas do ramo agropecuário 879.918. Essas últimas são as que mais empregam no cooperativismo nacional. Em dezembro de 2005, 61,78% dos empregados no sistema de cooperativas do Brasil estavam vinculados a cooperativas do ramo agropecuário. Segundo o autor citado anteriormente o maior número de cooperativas encontra-se no Sudeste (39,22% do total nacional), seguido do Nordeste (23,34% do total nacional). Não obstante, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados de maior número de cooperativas no Brasil. Juntos, esses estados respondem por 26,79% do total de cooperativas do Brasil.

O cooperativismo de crédito tem como princípio básico a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus cooperados e no estabelecimento da poupança sistemática, chegando atualmente à prestação de serviços bancários completos. O segmento das cooperativas de crédito tem apresentado uma expansão contínua, não somente no número de instituições, mas também em sua participação relativa nas operações do setor, a despeito de seu pequeno valor. Nas cooperativas de crédito, a maior parte do dinheiro dos associados tende a ficar no próprio município, contribuindo para o seu desenvolvimento. Além disso, enquanto os bancos precisam aplicar apenas 25% de seus “depósitos à vista” na agricultura, as cooperativas de crédito rural aplicam no mínimo 60% (Bittencourt, 2001).

As cooperativas têm papel importante no desenvolvimento rural. Especialmente em áreas pouco desenvolvidas onde essas organizações têm a função de aumentar o poder de barganha de seus membros fornecendo-lhes meios de escoamento da produção rural e a compra de insumos por preços mais baixos. Nesse sentido, as cooperativas, enquanto organizações que não objetivam lucro têm a função social de facilitar o aumento da renda dos cooperados (Vilela Prado et al 2007).

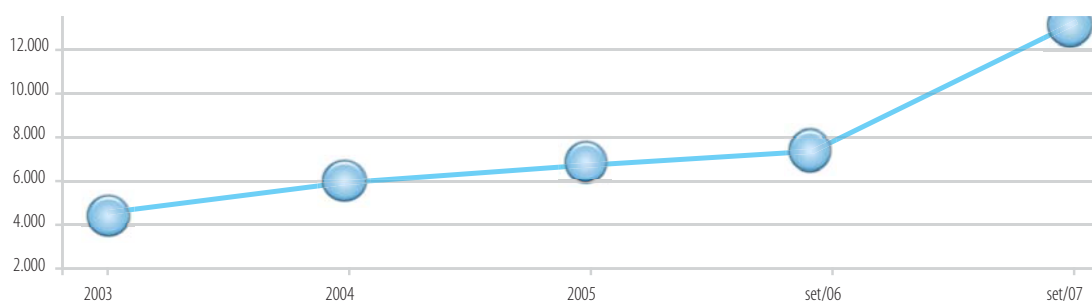


6.2. MERCADO DE FUTUROS E DERIVATIVOS COMO INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

Como foi adiantado acima, a nova década começou com a entrada em cena de novos instrumentos de financiamento agrícola, como os: CDA – Certificado de Depósito Agropecuário, WA – *Warrant* Agropecuário, CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, LCA – Letra de Crédito do Agronegócio e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio. Este mercado, conhecido como mercado de derivativos e futuros, aumentou sua participação no financiamento da agricultura como revela o gráfico e a tabela que seguem:

Gráfico 5

Média diária mensal de contratos agropecuários negociados na BM&F



Fonte: elaboração própria com dados da BM&F (consulta ao site em 19/11/2007)

Fonte: elaboração própria com dados da BM&F (consulta ao site em 19/11/2007)

O gráfico acima mostra que dentro da tendência persistente de aumento de operações agropecuárias através da BMF houve um salto pronunciado em 2007, atingindo a faixa de 13 mil operações realizadas por dia.

Tabela 11

Evolução anual dos principais contratos agropecuários negociados na BM&F

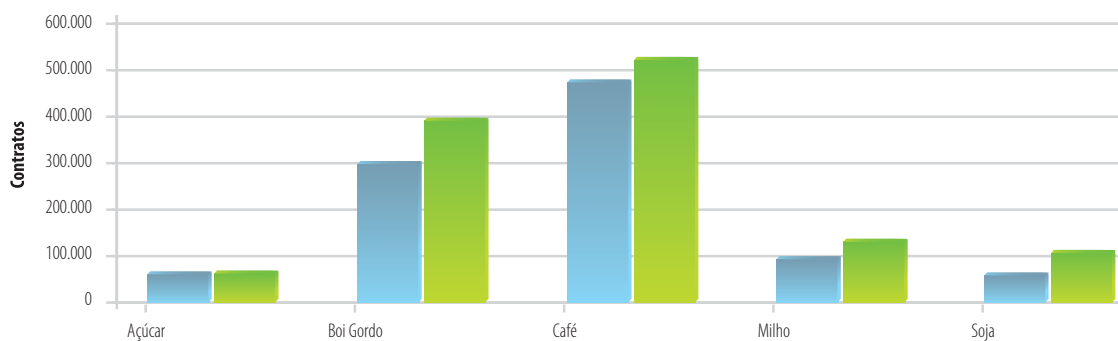
Ano	Café Arábica	Boi Gordo	Açúcar Cristal	Soja	Milho
2000	386.929	147.496	33.554	306	4.303
2001	448.444	58.201	61.596	51	2.640
2002	446.115	152.939	48.326	624	16.472
2003	478.544	113.473	40.257	2.917	43.902
2004	620.997	225.200	47.347	7.225	52.600
2005	485.902	311.459	63.385	47.360	97.795
2006	528.462	392.012	69.351	112.107	135.188

Fonte: BM&F(2007)



Gráfico 6

Contratos negociados na BM&F por produtos principais



Fonte: Elaboração Própria com Dados BM&F

Fonte: elaboração própria com dados da BM&F

Conforme se pode apreciar na tabela anterior houve, entre 2005 e 2006, uma ampliação significativa do papel do mercado futuro na comercialização da soja que aumentou, em número de contratos, 107%. Isto teria acontecido por causa do maior conhecimento que os agentes estão tendo deste mercado. A comercialização de milho, que aumentou 34% em número de contratos através da BM&F por mercados futuros, também se ampliou embora ainda sejam muito poucos significativos os volumes comercializados por esta via em relação ao total vendido (menos de 3%). Os outros produtos têm se mantido constantes em relação às suas participações históricas. Em média no setor agropecuário, o número de contratos negociados através da BM&F aumentou em 21,6 % entre os dois anos acima referenciados. Cabe assinalar que as negociações que ocorrem no mercado futuro referem-se a contratos futuros de *commodities* e não de produto físico. Assim, observa-se que são contratos padronizados pela BM&F, através dos quais são negociados diferentes ativos (Zilli et al 2007).

6.3. POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

O Estado brasileiro participa da comercialização agrícola basicamente através de dois instrumentos: o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) instituído no plano de safra 1995/96 e os Contratos de Opção de Venda (COV) criados no plano de safra 1996/97. O Contrato de Opção de Venda (COV) foi criado para casos em que há falta de recursos para sustentar os preços de mercado no nível dos preços mínimos. A operação é feita por meio de leilões, na qual o produtor paga o prêmio que lhe dá a garantia de venda do produto ao governo, numa data futura, previamente definida, a um preço superior (preço de exercício) ao preço mínimo. No entanto, o COV não permite a venda imediata da produção ao governo. Através do COV o produtor adquire prazos para buscar no mercado preços melhores para o produto. Neste sentido, o COV funciona como seguro contra queda de preço do produto. Na data de vencimento do COV, se o preço de mercado for inferior ao preço de exercício, o produtor poderá exercer a sua opção de venda. Caso contrário vende a produção ao mercado sem, contudo, ser reembolsado quanto ao prêmio pago (ver Cruz, Teixeira Erly 2007).

O Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) é instrumento de garantia de preços ao produtor utilizado em situações em que o preço de mercado é inferior ao preço mínimo. O governo se compromete a pagar a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo. Esta diferença é o prêmio ou subsídio e é definida por meio de leilões públicos, nos quais os compradores (iniciativa privada) disputam o direito de adquirir



determinado volume de produção pelo preço mínimo. Desta forma, o governo visando à sustentação do preço mínimo para o produtor pode, ao invés de comprar e estocar o excedente e incorrer em despesas de armazenagem, optar por pagar aos agentes de comercialização um prêmio.

6.4. SEGURO RURAL AGRÍCOLA

A agricultura é uma atividade de elevado risco e significativa incerteza que decorrem tanto da instabilidade de origem climática e das ameaças sanitárias, quanto das oscilações do mercado. Uma adequada gestão de riscos agrícolas pode afetar positivamente a estabilidade da renda do produtor rural e garantir sua própria permanência na atividade. As formas mais comuns de gerenciamento de riscos são:

A utilização de instrumentos oferecidos pelo setor de seguros e pelo mercado financeiro (mercados futuros, de opções, contratos a termo etc.), a troca de insumos por produtos, a diversificação da produção entre diferentes culturas e criações e a diversificação de atividades dentro e fora do setor agropecuário (Ozaki, 2007). Dentre esses, o seguro agrícola é um importante mecanismo de proteção da renda do produtor rural.

O seguro agrícola atua de forma a amenizar os riscos de perdas na atividade agropecuária e proporciona a recuperação de sua capacidade financeira na eventualidade de sinistros ocorridos por motivos naturais incontroláveis. Apesar dessas vantagens, esse instrumento tem tido muitas dificuldades para se mostrar economicamente viável e deslanchar em diversos países do mundo. Ozaki, V (2007) dá um exemplo de perdas numa das regiões mais afetadas pela estiagem de 2004/05, a região Sul:

Tabela 12

Perdas no Rio Grande do Sul devido à estiagem para a soja, milho e trigo (04/05)

Cultura	Expectativa de Produção	Produção Efetiva	Perdas	Preço	Perda Total
	(milhões ton)			(R\$/ton)	(milhões R\$)
Soja	8,30	2,45	5,85	461	2.700,2
Milho	4,51	1,49	3,02	300	904,8
Trigo	1,65	1,65	0,00	309	1,3
Total	14,46	5,58	8,88	-	3.606,2

Fonte: Extraído de Ozaki, V (2007) com base em Emater/RS (2005). Preço - Base dez/05

Ozaki (2007) estima que as perdas para soja, milho e trigo foram de R\$ 3,6 bilhões. houvesse um mercado de seguros desenvolvido na época que garantisse o pagamento de certo percentual do financiamento e também da renda, a situação enfrentada pelos produtores no Rio Grande do Sul seria diferente. Atualmente, o mercado de seguros passa por um momento crucial. Existe uma grande expectativa em relação à abertura do mercado de resseguros e a entrada de resseguradores internacionais no mercado. A regulamentação da Lei nº 126 no dia 15 de Janeiro de 2007, incentivou a competição, assim, houve a queda nos preços e uma melhora na qualidade dos serviços e tecnologias utilizadas no setor securitário. O governo federal e alguns governos estaduais tentam, por sua vez, apoiar as operações de seguro agrícola subvencionando o prêmio pago pelos produtores.

No ano de 2005, o número de contratos de seguros ficou muito aquém da capacidade do mercado e da necessidade dos produtores rurais. Os gastos do governo com seguro agrícola foram de apenas



R\$ 2,3 milhões segundo dados do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A principal dificuldade, estava na negociação de resseguros das empresas com o IRB (Instituto Resseguros do Brasil), que exigiam a implantação de um Fundo de Catástrofe como forma de reduzir os riscos das seguradoras com riscos extraordinários. Para a safra de 2006/2007, o governo havia reservado recursos da ordem de R\$ 42,6 milhões para pagamento de subvenções, mas no final de setembro de 2007, o Ministério da Agricultura baixou nova ordem que elevou este valor para R\$ 60,9 milhões (Mapa, 2007, Departamento de Gestão de Risco Rural, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério). Além do volume maior dos recursos, o Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007 traz cinco alterações na área de seguro rural, autorizadas pelo Decreto nº 5.782, de 23 de maio de 2006 (ver *site* Mapa, out 2007). São elas:

1. Novas Modalidades: além do seguro rural agrícola, foram criadas outras três modalidades, que poderão receber subvenção do governo na safra 2006/07: seguro rural pecuário, florestal e aquícola.

2. Ampliação do Escopo do Programa: pelas regras vigentes em 2005, apenas oito culturas estavam habilitadas a receberem a subvenção do governo federal – algodão, arroz irrigado, feijão, maçã, milho, soja, uva de mesa e uva para vinho. Agora, serão beneficiadas todas as culturas que contam com seguro rural aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3. Ampliação dos Percentuais de Subvenção: os valores máximos de subvenção ao prêmio, que eram R\$ 7 mil para culturas periódicas e R\$ 12 mil para culturas perenes, foram unificados em R\$ 32 mil, representando variações da ordem de 457% e 267%, respectivamente. O produtor rural poderá receber subvenção para mais de uma cultura dentro do mesmo grupo, desde que o somatório do benefício não ultrapasse R\$ 32 mil naquele grupo. O limite de subvenção para as novas modalidades também é R\$ 32 mil.

4. Novos Tetos: com a mudança nos limites de subvenção, o valor máximo que o produtor pode receber de subvenção em 2006 também foi elevado, de R\$ 26 mil para R\$ 192 mil. Além disso, o produtor poderá receber subvenção do MAPA e de outros governos estaduais e municipais para a mesma lavoura.

5. Mais Incentivo: o governo ampliou em 15% o limite do crédito de custeio para os produtores que contratarem seguro rural para o empreendimento financiado.

Esses valores, embora melhores que na safra anterior, equivalem a menos de 1% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. Para crescer em número de contratos e em volume, sem depender quase exclusivamente do aporte de recursos públicos, deveria ser equacionado um fundo de catástrofe. Isto daria novo alento as companhias seguradoras e de resseguro para operar no segmento do agronegócio. O Mapa está trabalhando nesse sentido. Em artigo publicado na Revista de Política Agrícola, de setembro de 2007, propõe-se a substituição do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe. A Secretaria de Planejamento e Avaliação – SPA em conjunto com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, estaria finalizando um projeto de lei para ser apresentado ao Congresso Nacional. A proposta é assegurar recursos que protejam o mercado segurador contra perdas financeiras “decorrentes de eventos considerados catastróficos, garantindo segurança às empresas seguradoras para operarem no mercado agrícola brasileiro” (RPA 2007 p. 12). A idéia é que o governo dê suporte financeiro ao Fundo de Catástrofe por meio de subvenção econômica anual do Mapa e que haja garantia da União, em títulos do Tesouro Nacional a serem depositados em instituição financeira federal.





7 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Segundo a Conab o Brasil terá uma colheita, na safra de 2007/2008, entre 136,3 e 139,3 milhões de toneladas. Comparando-se à safra 2006/07, 131,7 milhões ton, o crescimento poderá chegar a 5,8% no intervalo inferior. Estima-se ganho de produção da soja, de 2,1%; de milho (1ª, 2ª e 3ª safras) de 7,6% ; do arroz de 6,7% ; do algodão de 2,1 % e do trigo de 71,5% que corresponde a 1,6 milhão de toneladas. São estimadas perdas entre 0,2% e 7,1% para o feijão, e os demais produtos uma redução de 3%.

Tabela 13

Estimativas de produção agrícola para 2007/2008

Produto	Safra 06/07 (a)	Safra 07/08		Variação	
		Lim inf (b)	Lim sup (c)	(b/a)	Absoluta
Algodão	2.383,6	2.441,4	2.434,1	2,1	50,5
Arroz	11.315,9	12.013,5	12.070,0	6,7	754,1
Feijão	3.339,8	3.241,1	3.332,7	(0,2)	(7,1)
Milho	51.369,	53.586,5	75.266,7	7,6	3.897,0
Soja	58.376,4	58.491,7	59.583,0	2,1	1.206,6
Trigo	2.233,7	3.831,4	3.831,4	71,5	1.597,7
Demais Produtos	2.716,1	2.742,4	2.796,7	3,0	80,6
BRASIL	131.735,2	136.348,0	139.314,5	5,8	7.579,3

Fonte: Elaboração Própria com base em CONAB. Levantamento março 2008.

As regiões de maior produção continuam sendo Centro-Oeste e Sul, mas estimam-se aumentos importantes de produção na região Nordeste, como pode se observar na tabela que segue:

Tabela 14

Distribuição geográfica da produção agrícola

Região	Safra 06/07(a)	Safra 07/08 (b)	Variação b/a
Norte	3.580,0	3.602,4	0,6
Nordeste	9.828,4	11.426,4	16,3
Centro-Oeste	43.698,9	47.814,8	9,4
Sudeste	16.314,5	16.426,9	0,7
Sul	58.313,4	60.044,1	3,0
Brasil	131.735,2	139.314,5	5,8

Fonte: Elaboração Própria com base em CONAB Levantamento safras março 2008



A tabela também mostra que a região Centro-Oeste, somada ao Sul e ao Sudeste, concentram 91% do total da produção nacional de grãos. Além dos grãos, existem as produções de culturas permanentes, as olerícolas (mandioca, por exemplo), e a cana-de-açúcar. Daremos destaque neste informe a esta última cultura em função do avanço do programa do etanol anunciado pelo governo federal recentemente.

Tabela 15

Produção estimada de cana-de-açúcar e álcool para 2007/2008

Região	Cana-de-açúcar Destinada a açúcar 1000t			Cana-de-açúcar destinada a álcool 1000 t		
	Safra 06/07	Safra 07/08	Var %	Safra 06/07	Safra 07/08	Var %
Norte Nordeste	33.728	36.130	7,12	4.212,9	4.596,4	9,10
Centro-Sul	190.058,7	187.353,0	(1,42)	26.010,7	25.050,8	(3,69)
Brasil	223.787,5	223.483,5	(0,14)	30.223,6	29.647,2	(1,91)

Fonte: Elaboração Própria com base em CONAB- 3º Levantamento novembro 2007

A estimativa da Conab de produção nacional de cana-de-açúcar destinada à indústria sucroalcooleira é de 473,16 milhões de toneladas, das quais 46,92% (223,48 milhões de toneladas) são para a fabricação de açúcar e 53% (251,59 milhões de toneladas) são para a produção de álcool. Quando comparada à safra 2006/07, verifica-se um crescimento de 7,12 % no Norte/Nordeste, devido principalmente às boas condições climáticas, e um decréscimo de 1,42% no Centro-Sul, em função de ajustes na área e na produtividade.

Do total de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro, São Paulo esmagará 58,55% (278,18 milhões de toneladas); Paraná 8,47% (40,22 milhões de toneladas); Minas Gerais 7,67% (36,46 milhões de toneladas); Alagoas 5,63% (26,74 milhões de toneladas) Goiás 4,43% (21,06 milhões de toneladas) e Pernambuco 3,71% (17,61 milhões de toneladas) Conab 2007.

A produção nacional de açúcar está estimada em 29,65 milhões de toneladas, 1,91% (576,4 mil toneladas) inferior à da safra 2006/07. Desse total, a região Centro-Sul participa com 84,50% (25,05 milhões de toneladas) e a Norte/Nordeste com 15,50% (4,60 milhões de toneladas).

A produção nacional de álcool será de 20,88 bilhões de litros, superior em 19,53% (3,41 bilhões de litros) à da safra anterior. Desse total, a região Centro-Sul participa com 90,40% (18,88 bilhões de litros) e a Norte e Nordeste com 9,60% (2,00 bilhões de litros).

A produção nacional de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro e a outros fins é de 549,91 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 15,80% (75,11 milhões de toneladas). Desse total, a indústria sucroalcooleira esmagará 86,39% (475,07 milhões de toneladas) e o restante – 13,61% (74,83 milhões de toneladas) – serão destinadas à fabricação de cachaça, à alimentação animal, às sementes e a outros fins.

A área ocupada atualmente com essa cultura é de 6,96 milhões de hectares, superior em 13,00% (800,4 mil hectares) à da safra anterior. Desse total, 82,37% (5,74 milhões de hectares) estão na região Centro-Sul e os 17,63% (1,22 milhões de hectares) restantes, na região Norte/Nordeste. Estima-se para esta safra uma produtividade média de 78,969. kg/ha, superior à safra 2006/07 em 2,50% (Conab estimativas de novembro de 2007).





A pecuária, por outro lado, cresceu num ritmo bem mais rápido, alcançando o índice de 2,19%, somente em julho, ou 4,92% no ano, refletindo principalmente a recuperação da indústria de laticínios e de abate de animais (CNA, out 2007). Como anunciado na parte da conjuntura, o setor de insumos acompanha o crescimento do setor produtivo. A tabela que segue (extraída de CNA, 2007) mostra essa tendência claramente:

Tabela 16

Consumo anual de fertilizantes e máquinas

Ano	Fertilizantes	Calcário	Máquinas
2005	20.915	14.334	23.222
2006	20.982	15.046	25.672
2007*	9.397	19.490	15.514*

Obs: *de janeiro a junho

Fonte: CNA 2007 com base em: Anda, Abracal e Anfavea

Pode se perceber que em 2007 o ritmo de expansão do consumo de fertilizantes máquinas vem sendo bem superior ao dos anos anteriores. A tendência de aumento da produção agrícola verificada nos últimos dois anos deve se sustentar no futuro próximo. Dados do FAPRI (2007) (sigla em inglês do Instituto de Pesquisa em Política para a Alimentação e a Agricultura), compilados por Gasques et al (2007) projetam para o Brasil uma produção de 93 milhões de toneladas em 2015/2016, devido à expansão de área e conversão de pastagens, aliadas ao aumento de produtividade e melhores alternativas de transporte. Isto significaria 33,6% da produção mundial. A Argentina terá uma produção de 55,7 milhões de toneladas em 2015/2016. A produção de soja dos Estados Unidos deverá ser de 82,5 milhões de toneladas em 2015/2016.

As projeções para a produção de soja, realizadas pela AGE-Mapa (Gasques et al 2007), para o Brasil, no período 2006/07 a 2016/2017, mostram valores abaixo daqueles obtidos pelo FAPRI. Uma das razões das diferenças é que essa instituição partiu de estimativas de produção de soja para a safra 2004/2005 que, por problemas climáticos ocorridos no Sul do Brasil e parte do Centro-oeste, não se confirmaram. As estimativas realizadas pela AGE indicam uma produção brasileira de 72,4 milhões de toneladas de soja em 2016/2017.

As projeções do FAPRI para o milho do Brasil indicam produção de 42,5 milhões de toneladas na safra 2005/2006 e de 53,39 milhões em 2015/2016. Essa variação representa um acréscimo na produção do período de 10,9 milhões de toneladas. Essa variação de produção representa variação de área colhida de 12,8 milhões de hectares em 2005/2006 para 14,12 milhões de hectares em 2015/2016. Segundo o FAPRI, da produção a ser obtida em 2015/2016, 56,6 milhões de toneladas se destinarão ao consumo doméstico, sendo que deste, 43,23 milhões de toneladas se destinarão à produção de rações para animais e 7,1 milhões para alimentação humana. As projeções de produção de milho no Brasil indicam um aumento de 10,74 milhões de toneladas entre 2005/06 e 2016/17. Em 2016/2017 a produção deverá situar-se em 51,52 milhões de toneladas.

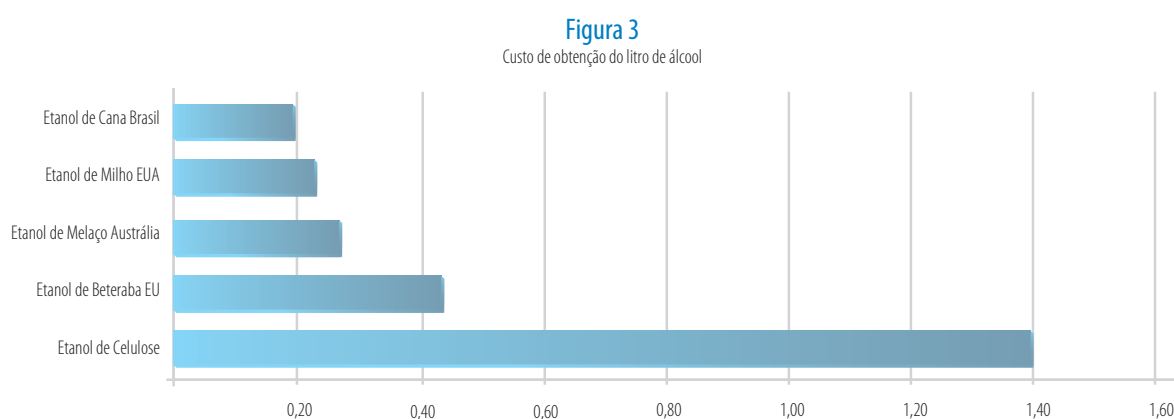




8 CADEIAS PRODUTIVAS SELECIONADAS

Como foi visto no capítulo anterior, algumas cadeias produtivas têm tido um desempenho importante nos últimos anos no Brasil. Este sucesso concentra-se principalmente nas cadeias de carnes: bovina, suína, de frango e na cadeia do etanol, de suco de laranja e na cadeia da soja. Incluímos uma breve referência ao setor de produção de feijão para mostrar também algo da realidade de uma cadeia de produtos básicos. Busca-se nesta seção avaliar a competitividade destes setores dentro do agronegócio brasileiro e internacional.

O etanol tem sido o produto mais comentado neste ano, devido à decisão dos Estados Unidos de fomentar sua produção a partir do milho e da beterraba. Como podemos observar na figura abaixo, o etanol brasileiro produzido com cana-de-açúcar possui menor custo de produção que estas alternativas:



Fonte: CEPEA
Fonte: Oliveira, L. (2007)



Aproveitando esta vantagem comparativa, no Brasil retomaram-se as metas agroenergéticas. Procura-se, atualmente, substituir o petróleo para que deixe de ser o único combustível para automóveis e preparar também o país para enfrentar problemas ambientais decorrentes das emissões de CO₂ (um dos principais gases causador do efeito estufa) na atmosfera por automóveis movidos a combustíveis fósseis. Esses motivos despertaram a necessidade de buscar fontes energéticas alternativas que sejam menos poluentes ao meio ambiente. A cultura da cana-de-açúcar surge assim como a alternativa mais viável. Cabe assinalar que, além dos benefícios ambientais, a indústria sucroalcooleira gera uma quantidade não desprezível de empregos diretos e indiretos. O estudo de Magalhães et al (1991), mostra que o setor criou na época do Proálcool um total de 828.000 empregos entre agrícolas, industriais e no setor de insumos.

Para avaliar a possibilidade de que o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro viesse a diminuir a produção de alimentos, Magalhães et al (1991), compararam a área colhida com culturas alimentares, entre 1960/85 e verificaram que o incremento total da oferta de alimento deveria ter sido de 153,7% para garantir o abastecimento interno e não de 138% que foi observado. O incremento da produção das culturas alimentares, entre 1960/85, foi inferior ao das culturas energéticas e de exportação. Os incrementos observados nas culturas energéticas e de exportação foram, respectivamente, de 254% e 292% enquanto a de alimentos foi 138%. Em relação ao estado de São Paulo, a produção de alimentos declinou, em termos absolutos, durante o período, e mesmo com um incremento entre 1960-1985 de 55%, ficou abaixo do incremento populacional, que foi de 129% (Oliveira Lima, 2007).

Entretanto, os autores rebatem a tese da ocorrência de substituição de culturas, pois, para que isso acontecesse, seria necessário que todas as terras produtivas do País estivessem ocupadas de tal forma que o aumento na área plantada de um produto implicasse na redução da área disponível para outros; no Brasil isso não acontece, visto que são imensas as áreas de solos inaproveitados. Outra cadeia importante é a de carne bovina. Segundo Pedroso et al (2004) a atividade pecuária nacional movimentava "em torno de 55 bilhões de dólares por ano, sendo responsável por praticamente 20 milhões de empregos, tendo o Brasil se tornado o líder no *ranking* mundial em 2004". O País possui o maior rebanho comercial bovino do mundo e registrou, em 2005, um volume de exportações de 1.857 mil toneladas equivalente-carcaça (ABIEC, 2006). A Austrália, Índia e Nova Zelândia vêm em seguida, com respectivas exportações de 1.413, 620 e 589 mil toneladas equivalente-carcaça; sendo os Estados Unidos, a Rússia e o Japão os maiores importadores mundiais.

Segundo Pedroso (2004), o Brasil mostra-se competitivo neste setor, sobretudo pelo preço do produto, uma vez que possui um dos custos de produção mais baixos do mundo e o animal é essencialmente criado no pasto. Os custos de produção nacional chegam a ser, respectivamente, 60% e 50% menores que os de Austrália e Estados Unidos. A vantagem do Brasil está na aptidão que possui para a atividade pecuária dada pelas condições edafoclimáticas do país, que permitem que a bovinocultura seja uma atividade explorada em todo o território nacional. O Brasil possui, aproximadamente, 2,19 milhões de estabelecimentos rurais pecuários, ocupando cerca de 225 milhões de hectares, segundo dados do último Censo Agropecuário do





FIBGE (1995). Apesar destas vantagens naturais, no Brasil ainda predomina o sistema extensivo de produção, em regime de pasto e pouco tecnificado. Damasceno Reis et al (2007) explicam neste sentido que:

Apesar de possuir o maior rebanho comercial do mundo, o desempenho da produção do Brasil está comprometido pela baixa taxa de desfrute (em torno de 24,3%), baixa produtividade por hectare, elevada idade ao abate e idade à primeira cria. Estes fatores acabam por afetar a dinâmica do setor, e sua competitividade no mercado internacional (p. 13).

Com a abertura comercial no início dos anos 1990, a pecuária de corte brasileira, no entanto, passou a exigir maior modernização para o alcance de maior produtividade e melhor qualidade do produto o que pode significar que no futuro os sistemas de produção e de uso da terra também se modernizem.

Um sistema menos extensivo e relativamente mais moderno que o de bovinos é o de produção de suínos. Os custos de produção, neste caso, são vantagens absolutas do país, que apresenta, segundo Kanadani Campos et al (2007) os menores custos entre os principais países produtores e exportadores. Esse desempenho reflete, segundo os autores citados, uma boa disponibilidade de grãos; a incorporação de tecnologias de abate e processamento; os avanços em genética, nutrição e medicamentos e; de organização e coordenação da cadeia produtiva. A tabela que segue mostra a maior eficiência desta cadeia no Brasil, se comparada com outros países que também se dedicam a isso de forma importante.

Tabela 17

Custo de produção, conversão alimentar e intensidade tecnológica na suinocultura industrial dos principais países produtores em 2005

País	Custo de produção (US\$/kg)	Conversão Alimentar (kg de ração / kg de ganho de peso)	Matrizes por trabalhador (cabeças)**	Participação das matrizes tecnificadas no alojamento total
Brasil	0,73	2,7	60	60%
EUA	0,77	2,9	340	95%
China	0,89	2,8	30	5%
Canadá	1,14	3,0	300	90%
UE-25*	1,25	2,9	164	84%
Federação Russa	1,61	5,0	25	20%
Japão	2,17	3,2	90	100%

Fonte: extraída *ipsi literi* de Kanadani Campos et al (2007), pp 12.

Outra cadeia muito competitiva no Brasil é a de carne de frango. Segundo Mayorag et al (2007) esta cadeia começou a se desenvolver de forma consistente na década de 1960 quando importam dos Estados Unidos linhagens híbridas mais resistentes a doenças, de período vegetativo mais curto e de conversão de kg de peso vivo por alimento mais conveniente. Isto é, se passa de 98 dias de ciclo produtivo para alcançar um peso de 1,6 kg, para 40 dias, em média, para produzir um frango com 2 kg de peso. A conversão passa de 3,5 kg de ração por kg de peso vivo, para 1,8 kg de ração por kg de peso vivo (p. 12). Posteriormente, na década de 1980, segundo Souza et al (2007) teria havido novas mudanças qualitativas no processo produtivo da indústria avícola com a incorporação de tecnologias ao nível do abate de aves, a crescente automatização, o uso de novos tipos de máquinas e equipamentos para o processamento de produtos recortados e industrializados, associado à inovação de produtos, a exemplos dos cortes, embutidos, que buscavam atender ao mercado segmentado.





O complexo agroindustrial avícola de corte é altamente articulado. As agroindústrias de abate e processamento realizam contratos com os produtores rurais para terminação de frangos e conseguem assim alta produtividade, permitindo que o produto frango se incorpore ao hábito alimentar de grande parcela da população. A indústria brasileira de carne de frango cresceu principalmente nos estados de Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, onde há boa disponibilidade de milho e soja, indispensáveis para as rações, mas atualmente começa a se expandir em Goiás e Mato Grosso. As exportações brasileiras de carne de frango, segundo Mayorga et al 2007, mostraram uma tendência crescente ultrapassando os 2,42 milhões de toneladas, gerando uma receita equivalente a US\$ 2,8 bilhões; constituindo-se no maior exportador mundial de carne de frango, contando hoje com mais de 130 países importadores do produto e com aumento da rentabilidade das vendas devido ao crescimento das exportações de cortes de frango, um produto com maior valor agregado (p. 11).

Tabela 18

Evolução das exportações dos principais países e do total mundial de carne de frango no período 1990-2005 (em 1.000 US)

Países de Destino	1990/1991	1992/1993	1994/1995	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005
Mundo	5.369.069	6.405.168	12.089.804	14.535.568	11.415.529	8.809.355	10.960.693	16.707.149
Brasil	658.558	863.898	1.417.484	1.433.863	1.518.326	1.437.954	2.473.515	5.709.689
Estados Unidos	1.101.025	1.275.513	3.363.982	4.449.077	2.972.574	2.338.921	2.320.187	3.788.278
Holanda	1.063.134	1.132.220	1.749.701	1.885.723	1.451.319	1.026.414	1.384.523	2.054.959
Franca	1.058.499	1.079.131	1.541.746	1.839.244	1.374.968	815.189	943.820	1.276.078
Alemanha	39.260	156.557	243.632	309.173	287.052	214.127	483.664	655.531
Reino Unido	88.967	116.852	287.291	342.186	305.430	195.719	282.248	515.544
Polônia	0	98.735	64.854	16.843	0	66.442	77.030	369.925
China	158.149	275.378	1.077.490	1.350.241	923.852	754.677	520.124	279.222
Hong Kong	137.848	196.729	571.852	1.129.670	886.049	664.396	569.648	250.410
Itália	29.665	45.869	94.451	107.243	110.776	75.715	137.165	219.459
Argentina	2.457	1.080	5.608	17.603	17.125	13.050	40.783	164.204

Fonte: Extraído literalmente de Souza et al 2007. Dados da FAO, 2007, *on line*.

Entre as cadeias problemáticas cabe destacar a de citrus. Nos últimos anos, o país assiste a um processo continuado de concentração neste segmento da economia. As empresas Cutrale, Citrusuco e a Frutesp ampliaram seu poder de atuação no segmento conjuntamente com dois grandes grupos internacionais: a Cargill e o Grupo Dreyfus que assumiu a posição de terceiro produtor na década de 1990, ambos com alta capacidade de investimento. Estas empresas controlam atualmente mais de 90% do mercado comprador de laranja. Segundo Giannini Borges et al 2007: "Fica caracterizada a estrutura oligopolizada desse segmento, que apresenta significativas barreiras à entrada, diferenciais de custo, devidas à economia de escala, e uma capacidade financeira que viabiliza algumas das empresas a resistirem à concorrência via preço" (p. 14).





Tabela 19

Ranking das maiores empresas agropecuárias no Brasil

Ano	Empresa/Sede	Segmento	Vendas Valor (em R\$ milhões)
1	Ambev - São Paulo/SP	Bebidas	22 952,80
2	Pão de Açúcar - São Paulo/SP	Comércio varejista	12 171,20
3	Carrefour - São Paulo/SP	Comércio varejista	11 500,00
4	Cargill - São Paulo/SP	Óleos, farinhas e conservas	10 951,10
5	Bunge Alimentos - Gaspar/SC	Óleos, farinhas e conservas	10 841,10
6	Souza Cruz - Rio de Janeiro/RJ	Fumo	8 820,80
7	Wal-Mart - Barueri/SP	Comércio varejista	8 200,00
8	Sadia - Concórdia/SC	Aves e suínos	7 797,70
9	Copersucar - São Paulo/SP	Açúcar e álcool	5 643,10
10	Nestlé - São Paulo/SP	Leite e derivados	5 471,00

Fonte: Revista Exame, out 2007 *on line*.

Do ponto de vista do abastecimento interno uma cadeia de fundamental importância é a de feijão. O feijão, que sempre foi um produto importante na alimentação dos brasileiros, faz parte da pauta de importações do Brasil. O Brasil, apesar de ser o 1º produtor mundial não se auto-abastece deste produto e depende de importações vindas de Argentina e Paraguai principalmente. Dependendo de importações não seria problema se não fossem tão poucos os países exportadores: segundo os dados da FAO (sigla em inglês da Organização para a Agricultura e Alimentação) os únicos países que produzem feijão são: Brasil, Índia, China, Myanmar e México, que juntos representam mais de 65% da produção mundial. Trata-se, portanto, de um segmento que deveria ser mais incentivado pelo Governo Brasileiro.





9 FRUTICULTURA IRRIGADA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

No ano de 2007, o agronegócio no Brasil apresentou um *superávit* recorde de US\$ 49,7 bilhões (US\$ 58,4 bilhões de produtos agrícolas exportados, contra importações de US\$ 8,7 bilhões), prevendo-se, para 2008, um *superávit* de “US\$ 55 bilhões a US\$ 60 bilhões”, confirmando a importância do setor para a economia nacional.

Desse total, US\$ 505,9 milhões¹⁴ são resultantes das exportações de frutas frescas, principalmente de uvas, melões, mangas, maçãs, bananas, limões e papaias, 45,3% maiores que as do ano de 2006 e pouco mais de duas vezes as de 2002 (Secex/Datafruta-Ibraf).

Apesar desta evolução, as exportações de frutas brasileiras representam pequena parcela do comércio mundial (em torno de 1%), pois, como os dois outros maiores produtores mundiais (a China e a Índia¹⁵), a quase totalidade de sua produção está voltada para o mercado interno.

Mais da metade da produção total de frutas destina-se ao mercado interno de frutas *in natura*, 46% é utilizada pela indústria processadora e de 1 a 2% é direcionada para o mercado externo, sendo que, do volume de recursos movimentado pelo setor de frutas, 75% é representado pelas frutas tropicais cujo mercado mundial cresce em maior proporção que as demais frutas e que são produzidas, quase na sua totalidade, sob irrigação.

Quando comparada com outros segmentos do agronegócio, a cadeia de produção de frutas tem um grande potencial de geração de empregos e renda: emprega mais de quatro milhões de trabalhadores e o faturamento médio por hectare atinge valores entre R\$ 1 mil e R\$ 20

¹⁴ Valores computados até o mês de outubro de 2007.

¹⁵ O Brasil é o terceiro maior produtor mundial.



mil, significativamente maiores que a média de R\$ 100,00 a R\$ 600,00 por hectare na produção de grãos ou pecuária extensiva.

Por sua vez, o aumento da demanda por alimentos saudáveis, ricos em vitaminas e sais minerais, aliado à elevação da renda dos consumidores, à urbanização e a melhores níveis de informação e educação, tanto no ambiente externo como no interno, indica cenários extremamente favoráveis à produção de frutas.

No Brasil, o semi-árido nordestino apresenta vantagens edafoclimáticas para a produção de frutas de inquestionável qualidade, constituindo-se no mais importante elemento alavancador da agricultura irrigada, viabilizando os projetos de irrigação implantados pelo poder público e pela iniciativa privada na região. No vale do rio São Francisco, na Chapada do Apodi e no Baixo Assu estão os mais importantes e exitosos empreendimentos produtores de manga, uva, goiaba, banana, acerola, pinha e outros cultivos em franca produção.

Para o aproveitamento de todo este potencial, no entanto, alguns desafios terão que ser enfrentados, tais como:

a) Oferta de infra-estrutura de pós-colheita (logística), qualidade, padronização e classificação das frutas: com a globalização dos mercados, as exigências de qualidade na fruticultura passaram a assumir características ditadas pelos grandes mercados consumidores. Para ter aceitação nos principais países importadores, a fruta tem que apresentar uma padronização quanto aos tratamentos culturais e à logística de pós-colheita, de modo a se adequar ao gosto dos consumidores (sabor, aparência etc.) e às exigências ditadas pela cadeia de comercialização (embalagem, transporte, resfriamento, armazenagem etc.).

Ao valor intrínseco do produto, que depende fortemente de tratamentos culturais, tais como: adubação, irrigação, variedades, controle de pragas, doenças e resíduos tóxicos, agregam-se novos valores em um mercado cada vez mais competitivo como apresentação, marca, tipos de embalagem, etc.

As regiões produtoras para se inserirem competitivamente neste mercado globalizado devem perseguir padrões e condutas produtivas e de gestão, sinalizados pelos principais mercados consumidores. Neste sentido, a montagem de uma logística de pós-colheita adequada assume um significado estratégico fundamental, pois através desta, torna-se possível agregar até 70% ao valor final do produto. Para tanto, quanto mais eficientes e atualizados tecnologicamente forem os serviços de transporte, armazenagem e distribuição ao varejo, mais competitiva se tornará a cadeia produtiva de uma dada região.

Vale ressaltar que a fruticultura de exportação, ao estreitar vínculos com os principais mercados consumidores internacionais, possibilita internalizar padrões de condutas produtivas e de gestão que são disseminadas nas regiões produtoras.

b) Especialização da mão-de-obra utilizada: cada vez mais se faz necessário o treinamento dos trabalhadores envolvidos na fruticultura para se conseguir os padrões exigidos pelo mercado, tanto em tarefas específicas no campo como no pós-colheita e na gestão, o que leva à implementação de ações de capacitação nas áreas de produção.





- c) Suporte tecnológico: o desenvolvimento tecnológico – relacionado à biotecnologia, ao gerenciamento de processos, aos aspectos fitossanitários, à conservação dos produtos, entre outros – revoluciona os parâmetros que definem a competitividade da produção de uma região ou país.

O suporte tecnológico por parte das instituições de pesquisa e o seu envolvimento com os produtores é um dos fatores positivos que concorrem para o avanço dos padrões produtivos; embora o segmento esteja praticando níveis tecnológicos relativamente avançados, o desafio da expansão requer um esforço inovativo mais articulado onde participem as entidades governamentais de pesquisa e de extensão, as universidades, escolas técnicas e demais órgãos do aparato de P & D, junto com empresas e associações de produtores.

- d) Organização da comercialização: ainda são incipientes as ações efetivas no sentido da organização da comercialização, principalmente para o caso dos colonos e dos pequenos produtores, tendo muito o que avançar em termos de estímulo ao associativismo e/ou cooperativismo, pois as associações e cooperativas existentes têm ainda uma atuação relativamente tímida, face à baixa adesão e pouca confiança dos produtores nesses instrumentos.

- e) Exigências fitossanitárias e dos selos de certificação: o agronegócio da fruticultura para se tornar competitivo deve diferenciar e especializar sua produção; implantar e tornar eficaz seu sistema regulatório; integrar as cadeias produtivas e de comercialização; aperfeiçoar e sofisticar seu complexo de P & D. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e os produtores do setor estão investindo em um sistema de cultivo de frutas de alto padrão de qualidade e sanidade: o Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF), que prevê o emprego de normas de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, viabilidade econômica e socialmente justa, mediante o uso de tecnologias não agressivas ao meio ambiente e ao homem.

As frutas cultivadas no sistema de produção integrada vão para o mercado com um selo de conformidade, atestando a sua qualidade e sanidade e garantindo a rastreabilidade. Desde que foi implantado, segundo o Mapa o PIF permitiu uma redução de 63% no uso de agrotóxicos nos pomares de manga; de 50% no mamão; de 32% na uva; e de 30% na maçã.

O PIF teve início no Brasil no final de década de 90 e já é aplicado em 17 culturas, entre as quais maçã, manga, uva, mamão, banana e pêssego. Hoje, da área plantada de 2,3 milhões de hectares de frutas no Brasil, apenas 40 mil hectares estão dentro do PIF, segundo dados do Ministério da Agricultura. Há que se fazer, ainda, a equivalência do PIF com outros protocolos utilizados, como o caso do Eurepgap.

- f) Disponibilidade de crédito: embora existam linhas de crédito que atendam à fruticultura, há que se fazer um esforço no sentido de desburocratizar, agilizar, respeitar o calendário das culturas e aumentar o volume dos recursos.





10 BIOCOMBUSTÍVEIS E AGROENERGIA

O ano de 2007, para o setor dos biocombustíveis, foi um ano de grandes investimentos e inaugurações de usinas, vividos por momentos de otimismo e apreensão. Com o mercado garantido pela realização de leilões, a indústria apostou no Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), buscou obter o Selo Social e fez a capacidade de produção atingir o triplo da demanda do B2 (óleo diesel com 2% de biodiesel).

Ainda que apenas metade dos cerca de 50 projetos de usinas de biodiesel anunciados em 2007 tenham se concretizado, ou estejam sendo construídos para inaugurar em 2008, a capacidade de produção do combustível no país atingiu o triplo do necessário para atender à demanda do B2. Em 2007, 27 indústrias foram autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), totalizando 45 usinas e capacidade de produção de 2,5 bilhões de litros.

Com a forte entrada de empresas no setor, alguma delas gigantes, calcula-se que o volume de investimentos durante o ano tenha chegado a R\$ 1,2 bilhão. A Petrobras, por exemplo, aprovou a construção de três usinas (em Minas Gerais, na Bahia e no Ceará) ao custo total de R\$ 180 milhões. Só a carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para produção de biodiesel teve dez projetos que representaram investimentos de R\$ 602,5 milhões, R\$ 466,1 milhões financiados pelo banco. A capacidade instalada para essas plantas, que tinham previsão de entrar em operação no final de 2007 ou em 2008, é de 1,1 bilhão de litros.

O movimento do setor foi sentido também nas fabricantes de equipamentos para usinas. A Dedini, que afirma ter construído 35% das fábricas de biodiesel do Brasil, recebeu consultas para pelo menos 60 projetos, dos quais 10 deveriam se transformar em unidades produtivas, ainda em 2007 ou em 2008.



Mesmo antes da obrigatoriedade do B2 começar a vigorar, o País já contava com uma capacidade de produção de 600 milhões de litros anuais, para uma demanda estimada de 720 milhões de litros/ano em 2008. Muitas distribuidoras de combustíveis já estavam comercializando o combustível, de olho no marketing da energia limpa. A venda no ano foi uma realidade em 16% das revendedoras, atingindo perto de seis mil postos espalhados por todo o País.

A capacidade instalada fez o governo considerar a antecipação do B5, de 2013 para 2010. Mesmo com tantas barreiras a serem vencidas, muitos empresários do setor acreditam que o Brasil já tem estrutura para adiantar a meta prevista e passar a mistura de 5% a partir de 2010. O tema chegou a ser tratado em setembro, do mesmo ano, em uma reunião entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e representantes da União Brasileira de Biodiesel (Ubrabio), com a proposta de adicionar de forma gradual mais 1% de biodiesel ao B2 até chegar ao B5 em 2013. A princípio, o 1% adicional seria opcional, mas se os produtores conseguirem atender à demanda de 3% (soma dos 2% obrigatórios do B2 mais 1% facultativo), o percentual opcional passaria a ser obrigatório. Caso o Brasil siga esse caminho, o salto deve ser ainda maior, fazendo com que os agricultores alcancem o mercado externo. Para chegar lá, no entanto, eles terão de adequar a produção às normas européias e norte-americanas.

A antecipação do B5 é vista pela indústria como solução para o problema do excesso de oferta, que ameaça provocar sobras do combustível e causar prejuízos, tendo em vista que a resposta do setor privado foi acima do esperado, podendo haver uma disputa muito forte para ver quem vai suprir a demanda, já que o mercado é limitado.

O efeito dessa grande concorrência foi sentido nos 6º e 7º leilões, realizados pela ANP em novembro. O preço médio de R\$ 1,865 por litro, semelhante ao negociado no 5º leilão, em fevereiro, surpreendeu o mercado, já que ao longo de todo o ano representantes da indústria queixaram-se do aumento dos custos e afirmaram estar operando no limite do prejuízo. Depois da desagradável surpresa de novembro, o preço médio se recuperou nos dois últimos leilões do ano, realizados em dezembro diretamente pela Petrobras e pela Refap, e não mais pela ANP, e ficou em R\$ 2,18 o litro.

O alto preço médio não foi o único complicador enfrentado pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB em 2007. Já em fevereiro, começaram a aparecer furos no cronograma de entrega do biodiesel nos leilões realizados anteriormente pela ANP, quando parte dos 42 milhões de litros programados, até aquele momento, deixaram de ser entregues. A inadimplência estendeu-se ao restante do volume programado para 31 de dezembro. A ANP chegou a abrir processo administrativo para apurar os casos de descumprimento, o que resultou no cancelamento, total ou parcial, de contratos. Houve também a ameaça de deixar as usinas inadimplentes fora dos leilões seguintes.

Muitas empresas alegaram que problemas de documentação, como licença ambiental, impediram o início da produção, mas para analistas ocorreram outros motivos, como o despreparo de algumas empresas, que entraram no leilão para garantir espaço no mercado e, depois, perceberam que seria necessário mais investimento. A forte alta no preço das matérias-primas também foi apontada, desta vez pelas próprias usinas, para o atraso da operação.





Outras indústrias, porém, alegaram que a Petrobras atrasou a retirada do biodiesel nas usinas, o que as obrigou a parar por causa da superestocagem. A Petrobras, por sua vez, afirmava que as usinas é que descumprem os prazos, por motivos diversos. A estatal, porém, renegociou contratos com as indústrias, e pagou multa de R\$ 16 milhões à empresa Brasil Ecodiesel pela não-retirada do produto.

Mesmo com os desentendimentos entre usinas e Petrobras, o governo decidiu, em outubro, estender por mais um ano a atuação da estatal como centralizadora das compras de biodiesel no País. A medida foi considerada como mudança de rumo, já que a previsão inicial era que o mercado atuasse livremente a partir de 2008, com as distribuidoras de combustíveis buscando fornecimento diretamente com os produtores de biodiesel, estruturando e fortalecendo a cadeia no Brasil, estimulando o mercado interno e conferindo credibilidade ao programa nacional.

Apesar das inúmeras críticas sobre o programa, o governo continuou defendendo e incentivando seu principal objetivo, a produção de combustível verde atrelada à agricultura familiar, servindo como inclusão social, contando com as 100 mil famílias que fornecem grãos às usinas para produzir o combustível.

O problema é que a agricultura dos pequenos não acompanhou os investimentos dos grandes usineiros. Sem estrutura e com opções insuficientes de financiamentos agrícolas, pequenos produtores viram seus custos subirem às alturas e muitos tiveram dificuldades em cumprir os contratos. Os produtores alegam que ficam com todo o risco do plantio, uma vez que o desconto ou a isenção do PIS/Cofins, um dos benefícios do selo, só se dá quando a compra do biodiesel é efetivada. Além disso, há o risco de inadimplência, seja pela baixa produtividade, seja pelo descumprimento de contratos por parte dos agricultores, como ocorrido na Bahia em 2007. Lá houve caso de agricultores de mamona que preferiram vender o grão à indústria ricinoquímica, que pagou melhor.

Apesar dos ataques, as empresas anunciaram ao longo do ano a assinatura de contratos com a agricultura familiar. A Brasil Ecodiesel, por exemplo, anunciou planos de ampliar a área plantada com mamona e o fechamento de contratos com 2,5 mil famílias no Espírito Santo. Em julho, a Granol assinou com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) – do Mato Grosso do Sul, um termo de cooperação para contratar técnicos que deverão atuar junto a famílias dos assentamentos Itamarati I e II em Ponta Porã.

Houve também iniciativas públicas para incrementar a inserção da agricultura familiar no programa. O governo do Ceará prometeu um aporte inicial de R\$ 6,67 milhões, no lançamento de seu Programa de Fortalecimento e Inserção de Maneira Sustentável da Agricultura Familiar no Mercado de Bioenergéticas. O objetivo é dar incentivo para que pequenos produtores sejam fornecedores de oleaginosas, como mamona girassol, gergelim e amendoim, e chegar a 70 mil hectares de área plantada.

Em Pernambuco a promessa feita, em agosto, foi de que 15 mil agricultores sejam beneficiados pelo Programa de Produção de Biodiesel do Agreste de Pernambuco. O projeto tem como meta difundir o plantio da mamona em 13 municípios da região, consorciada com o feijão, numa área total de 15 mil hectares.

Em nível nacional a melhor notícia veio em junho, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou a linha de crédito Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental, estimando investimento de R\$ 12 bilhões para ajudar agricultores familiares a se inserirem na cadeia de produção de energias renováveis.





Essas iniciativas públicas foram criadas para acabar com os temores de que o programa, feito para promover a agricultura familiar, acabe nas mãos dos grandes empresários do agronegócio, uma vez que a produção das empresas está sustentada no óleo de soja, devido à disparada nos preços das matérias-primas, tanto no mercado interno quanto no externo. Na falta da mamona, a oleaginosa mais incentivada pelo PNPB e com produção decepcionante, a indústria precisou contar com o óleo de soja, cujos preços bateram recordes seguidos ao longo de 2007.

Em um cenário tão desfavorável aos lucros, a saída para os produtores de biodiesel foi buscar alternativas no ano que passou. O setor começou a observar o sebo bovino, a ver com bons olhos o óleo de cozinha reciclado e a interessar-se por uma oleaginosa das mais promissoras: a *Jatropha curcas* L., ou pinhão manso.

Assim, se depender da soja, a produção de biodiesel nacional corre sério risco. O alerta para o perigo foi dado em maio, com a divulgação de alguns dados. O custo de produção do litro do biodiesel com soja chegava a R\$ 1,91 e tornava o negócio inviável diante do preço médio de R\$ 1,82 atingido nos cinco leilões da ANP realizados até aquele momento. Temerosa, a indústria adiou investimentos. O efeito foi sentido especialmente no estado do Mato Grosso do Sul, que atraiu grupos interessados em instalar usinas no estado, mas viu a maior parte dos projetos serem abandonados. Pelo menos 10 grupos, dos 16 que haviam apresentado cartas-consulta ao governo do estado, suspenderam os planos de implantação de usinas de biodiesel por lá.

O óleo de soja fechou o ano com cotação média de R\$ 2.305,00 a tonelada, alta de 31% em relação aos R\$ 1.757,00 de dezembro de 2006, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O aumento ajudou a puxar para cima também o preço do sebo bovino, que em 2007 passou a disputar o mercado de biodiesel ao entrar nos planos de várias usinas.

As cotações do sebo bovino saíram de R\$ 550,00 a tonelada em fevereiro de 2006 para fechar 2007 a R\$ 1.705,00, de acordo com dados da Safras & Mercados e da Uniamérica. A impressionante variação agradou os pecuaristas brasileiros. O sebo bovino é fundamental para que o país consiga exportar o biocombustível para a Europa. Está claro que, se o Brasil quiser exportar biodiesel um dia, terá que utilizar 30% de sebo bovino em sua composição. Para alguns especialistas, somente com o uso do sebo bovino o Brasil poderá chegar a um biodiesel de composição semelhante ao utilizado na Europa.

Outra alternativa surgida em 2007 foi o cambre, cujo registro de cultivar foi obtido em setembro pela Fundação MS, de Maracaju (MS). Segundo responsáveis pelas pesquisas do cambre na Fundação MS, a produtividade nos campos experimentais da fundação foram de 1.400 quilos por hectare em 2007. Já na região de Caarapó, a 60 quilômetros de Dourados, os experimentos da empresa Agrenco Bioenergia com o cambre alcançaram 800 quilos por hectare. Em outros experimentos nos municípios de Eldorado e Naviraí, também no Mato Grosso do Sul, a produtividade alcançada foi de 1.300 quilos por hectare.





Outra polêmica gerada no setor, no ano de 2007, foi quanto a uma possível concorrência com os alimentos. Os ataques em série se intensificaram a partir de maio, quando órgãos da ONU começaram a divulgar documentos advertindo para o fato de que, a tecnologia que promete combater o efeito estufa acabaria causando fome e destruição de *habitats*. Durante três meses seguidos (maio, junho e julho) relatórios vindos da organização sugeriram que a crescente demanda por biocombustíveis pode provocar a escalada dos preços internacionais de alguns alimentos, alta puxada pelos preços de importação de grãos e óleos vegetais, usados em grande escala na produção de biocombustíveis, sobretudo nos derivados de milho.

Preocupado em defender os interesses do Brasil, tido como futura potência em biocombustíveis, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não perdeu oportunidades de ressaltar que pelo menos aqui os investimentos em combustíveis renováveis não prejudicarão a produção de alimentos nem colocará em risco as florestas do País. O Brasil, com 383 milhões de hectares agricultáveis, pode conciliar a produção de alimentos, a produção de biocombustíveis e a defesa de nossas florestas.





11 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

11.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DA CANA-DE-AÇÚCAR

CRESCIMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO BRASILEIRO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cana-de-açúcar é uma das atividades agrícolas do agronegócio, mais importantes para a economia do Brasil, apresentando um crescimento acumulado de sua produção de 41,42% nos últimos cinco anos (2002-2007), sendo que somente entre os anos de 2006 e 2007 o crescimento foi de 12,7%, e a expectativa para o fim de 2008 é que a produção ultrapasse a margem das 558 milhões de toneladas no país.

Este crescimento vertiginoso leva, a cada ano, uma grande expansão de área plantada, que em 2007 ocupou um espaço no território brasileiro de 7.853.515 ha, sendo que nos últimos cinco anos houve um aumento em 50,8% da área plantada desta cultura. A figura seguinte demonstra o crescimento da produção da cana de açúcar, entre os anos de 2002 a 2007 e a expectativa para 2008.

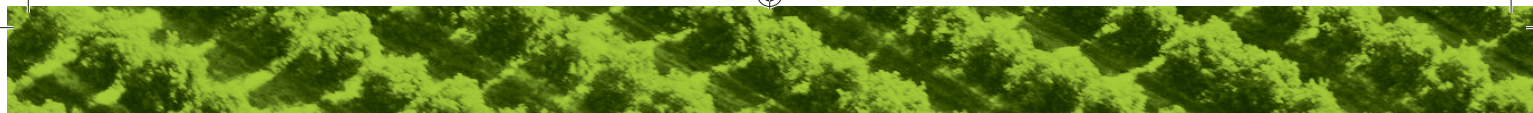
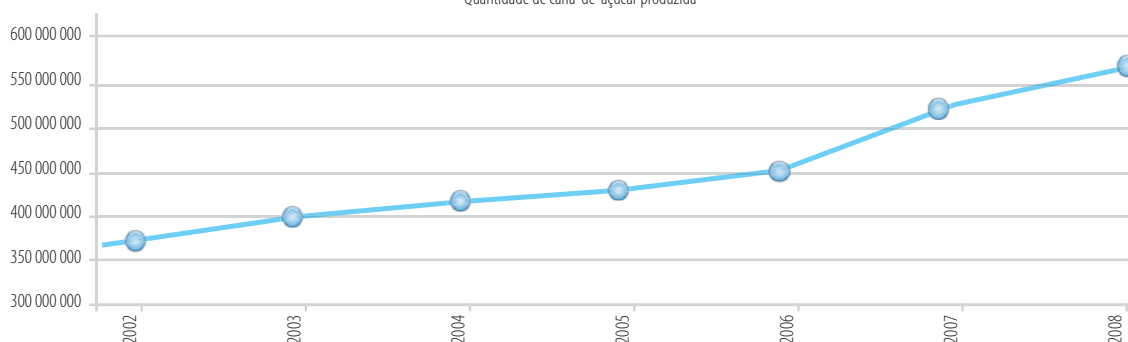


Figura 4

Quantidade de cana-de-açúcar produzida



Fonte dos dados: IBGE, 2008

A ampliação da lavoura canavieira mostra o interesse pelos produtos derivados da cultura da cana, notadamente o etanol e o açúcar, tornando o setor sucroalcooleiro parte importante do agronegócio brasileiro, sendo que o álcool se acha mais atrativo no momento, em decorrência do aumento do consumo, para a geração do etanol, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. O setor sucroalcooleiro representa também cerca de 11% do total do emprego agrícola do país, superando a soja, o café, e o milho, só perdendo para a pecuária.

É importante considerar também que, a participação brasileira nas energias renováveis, no total da energia primária ofertada no país, é de quase 45%, enquanto nos demais países essa participação corresponde cerca de 13%. Na maior parte, o componente renovável da matriz brasileira se deve à geração hidrelétrica de energia, mas os derivados da cana-de-açúcar também merecem destaque, representando 14% da energia primária.

A QUESTÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA CANA-DE-AÇÚCAR

Segundo legislação brasileira (Resolução Conama 001, de 23.01.1986) considera-se impacto ambiental: “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais”.

A monocultura da cana, que na maioria dos casos está sob a forma de latifúndios, provoca diversos impactos ambientais negativos ao meio ambiente, como contaminação de águas subterrâneas e superficiais pelo uso de fertilizantes, inseticidas e herbicidas para controle biológico de pragas; a destruição de reservas naturais, com a retirada da vegetação nativa; a destruição das áreas de sobrevivência natural e das fontes de alimento





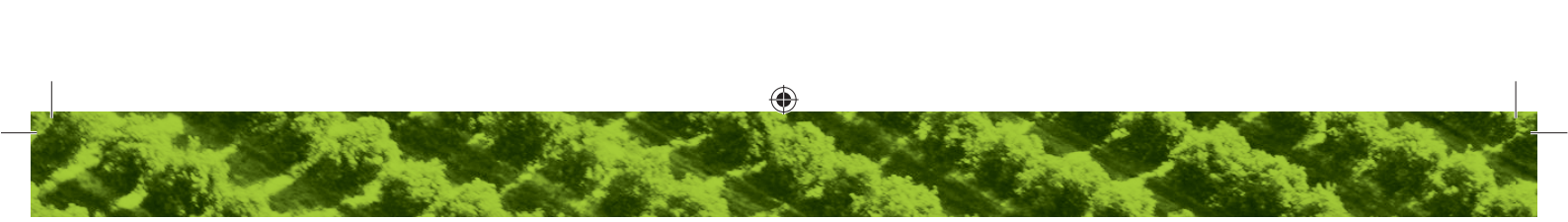
para a fauna selvagem; a destruição da camada superior de microorganismos do solo, contribuindo para o seu esgotamento quando a cana é queimada, além da liberação de gases de efeito estufa neste último caso, tais como dióxido de carbono (CO_2), monóxido de carbono (CO), metano (CH_4), óxidos de nitrogênio (NO_x) e óxido nitroso (N_2O).

O setor também provoca o impacto social, de um lado pela grande geração de empregos, apesar de temporários, e por outro a superexploração dos trabalhadores no corte da cana, que em muitos casos trabalham em regime de escravidão e sem estruturas mínimas de trabalho com baixos salários, além do aumento de problemas de saúde aos trabalhadores, mais precisamente respiratórios.

Hoje, quase todos os estados brasileiros produzem cana, mas São Paulo ainda é o maior produtor, cerca de 60% da produção nacional, consumindo cerca de 40% do total de água utilizada pelo setor industrial no estado, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, devendo neste caso haver um uso racional da água para a produção de açúcar e álcool.

De outro lado, é importante considerar que, a participação brasileira nas energias renováveis, no total da energia primária ofertada internamente, é de quase 45%, enquanto nos demais países essa participação corresponde, em média, a cerca de 13%. Em grande parte, o componente renovável da matriz brasileira se deve à geração hidroelétrica de energia, mas os derivados da cana-de-açúcar também merecem destaque, representando 14% da energia primária.

Os derivados da cana-de-açúcar levam em consideração, não apenas o açúcar e álcool, mas também a utilização do bagaço, resíduo sólido da produção, destinado, além de alimentação animal, para a geração de



energia limpa, nas formas térmica, mecânica e elétrica. Essa energia é capaz de suprir toda a demanda das unidades produtoras e ainda gerar excedentes exportáveis à rede elétrica.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS PARA A SUSTENTABILIDADE DO CRESCIMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NO PAÍS

O licenciamento ambiental é um instrumento necessário para disciplinar construção, instalação, ampliação e funcionamento das atividades do setor, para que haja a minimização de impactos ambientais negativos, porém, em um contexto holístico; antes do licenciamento é necessária a elaboração do Plano de Ocupação e Uso do Solo por meio de um Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE, pois no cenário atual, depois que é feita a entrada no processo de licenciamento, é raro o órgão licenciador não autorizar o projeto executivo da plantação. O máximo que é feito são medidas mitigadoras, que em muitas vezes poderão apenas reduzir alguns impactos ambientais negativos, para ser liberada a ação.

Porém, e se neste caso a bacia hidrográfica, em que a cultura será inserida, for fragilizada e não possuir capacidade de suporte para a prática de monocultura? Será se o órgão licenciador não irá autorizar a execução do projeto, “atrapalhando o desenvolvimento econômico do País?”

O Ordenamento Territorial para Ocupação e Uso do Solo deve ser a premissa para qualquer ação, em que o objeto possa causar impacto ambiental, para que depois sejam definidas “zonas” propícias para o crescimento sustentável do negócio. Neste sentido o EIA-RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) deve ter a consistência no que tange ao estudo, planejamento, avaliação, formulação de diretrizes e exigências técnicas eficazes para a prevenção e controle dos impactos ambientais desta atividade.

O próprio setor sucroalcooleiro, por meio do Comitê de Agroenergia e Biocombustíveis da Sociedade Rural Brasileira e suas entidades representativas, também deveriam elaborar um plano de crescimento e expansão para a cultura da cana no país, em cumprimento do seu próprio objetivo em exercício que é: “Promover o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil com geração de riqueza, renda e emprego com base no avanço sustentável da produção primária rural e do sistema agroindustrial”.

Desta forma o setor estaria minimizando conflitos sociais, ambientais e éticos com a sociedade, além de dar subsídio para o governo na definição do macrozoneamento para a cultura da cana-de-açúcar no país.

CONCLUSÃO

Importante considerarmos que é muito fácil relatar e reclamar do que pode estar errado; difícil é encontrar uma forma viável de equacionar o problema em questão.

Poderemos atingir melhores indicadores econômicos, mas em relação à qualidade ambiental, caso não sejam tomadas as devidas medidas técnicas de precaução, será inevitável a deterioração do meio ambiente com práticas de monocultura, sem o devido planejamento, pois segundo a Constituição Federal, em seu art. 225 diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.



Por fim, a sociedade brasileira, juntamente com os órgãos ambientais, deve entender que a cana-de-açúcar é um produto, de referência do agronegócio, sendo que, em nível internacional, o Brasil possui diversas condicionantes para se tornar uma potência econômica por meio de combustíveis limpos. Porém o setor sucroalcooleiro e o governo devem compreender também que, para o crescimento continuar, o desenvolvimento sustentável será a única alternativa viável para a ascensão deste negócio, sendo também uma forma do país continuar com as exportações em alta, pois no cenário internacional, a questão ambiental está sendo muito discutida, sendo que os países desenvolvidos estão cada vez mais rígidos na cobrança do “selo verde” por meio de uma gestão ambiental sustentável na produção da cana-de-açúcar, cenário este, se refletindo também no mercado interno por meio de instrumentos de normalização de qualidade ambiental.

11.2. REDUÇÃO DE RISCOS DE EVENTOS EXTREMOS: DESERTIFICAÇÃO E SECA

A desertificação é a degradação das terras secas. Este processo consiste na perda da produtividade biológica e econômica das terras agrícolas, das pastagens e das áreas de matas nativas devido às variabilidades climáticas e às atividades humanas.

As terras secas se adaptam às variações climáticas. Por definição, as regiões semi-áridas têm fortes limitações de água doce. As precipitações variam consideravelmente ao longo do ano e os períodos de seca prolongada podem durar vários anos. Isto fez com que houvesse uma adaptação da flora e fauna à disponibilidade de água e umidade nessas regiões.

O aumento da densidade populacional contribui para a exploração dos recursos naturais para além de sua capacidade de suporte, conseqüentemente o incremento da demanda por alimentos, energia e outros recursos naturais vêm provocando importantes impactos na base de recursos naturais das regiões semi-áridas.

Além das formas inadequadas de manejo da terra que vêm provocando degradação – dos solos, da vegetação e da biodiversidade –, a degradação das terras secas causa sérios problemas econômicos. Isto se verifica principalmente no setor agrícola, com o comprometimento da produção de alimentos. Além do enorme prejuízo causado pela quebra de safras e diminuição da produção, existe o custo quase incalculável de recuperação da capacidade produtiva de extensas áreas agrícolas e da extinção de espécies nativas, algumas com alto valor econômico e outras que podem vir a ser aproveitadas na agropecuária, inclusive no melhoramento genético, ou nas indústrias farmacêutica, química e outras.

Os problemas sociais estão intimamente relacionados aos custos econômicos. Segundo estimativas das Nações Unidas, uma dieta nutricionalmente adequada para a crescente população mundial implica a triplicação da produção de alimentos ao longo dos próximos 50 anos, meta difícil de se alcançar mesmo sob condições favoráveis. Dentro desta perspectiva pode-se esperar um agravamento significativo no quadro de desnutrição, falência econômica, baixo nível educacional e concentração de renda e poder que já existem tradicionalmente em muitas áreas propensas à desertificação nos países pobres ou em desenvolvimento. Sob essas condições vivem milhões de pessoas com pouca chance de se enquadrarem em uma economia cada vez mais moderna e globalizada.



A falta de perspectivas leva a população a migrar para os centros urbanos. Procurando condições mais favoráveis de sobrevivência, estes migrantes tendem a agravar os problemas de infra-estrutura (transporte, saneamento, abastecimento, entre outros) já existentes nos centros urbanos. Verifica-se também um aumento nos níveis de desemprego e violência urbana.

A desertificação agrava o desequilíbrio regional. Nas regiões mais pobres do planeta, existe uma grande lacuna a ser preenchida quanto ao desenvolvimento econômico e social entre as áreas susceptíveis ou em processo de desertificação e as áreas mais desenvolvidas. Outro obstáculo a superar é a ação política tradicional, baseada na exploração das populações mais fragilizadas.

Os mercados internacionais podem estimular a exploração dos recursos. A recente integração das economias das regiões semi-áridas aos mercados nacionais e internacionais vem estimulando uma maior exploração dos recursos para atender às crescentes demandas, na maioria das vezes não contemplando padrões adequados de sustentabilidade.

As áreas susceptíveis à desertificação enquadradas no escopo de aplicação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação são aquelas de clima árido, semi-árido e subúmido seco. Conforme a definição aceita internacionalmente, o Índice de Aridez, definido como a razão entre a precipitação e a evapotranspiração potencial, estabelece as seguintes classes climáticas:

Tabela 20

Índice de aridez

Hiper-árido	< 0,03
Árido	0,03 - 0,20
Semi-árido	0,21 - 0,50
Subúmido seco	0,51 - 0,65
Subúmido úmido	> 0,65

Fonte: elaboração própria

Este índice foi utilizado para o estabelecimento das áreas de risco e ampara a elaboração do Atlas Mundial da Desertificação, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e que serve como parâmetro em todo o mundo. No Brasil, as áreas susceptíveis estão localizadas na região Nordeste e no Norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

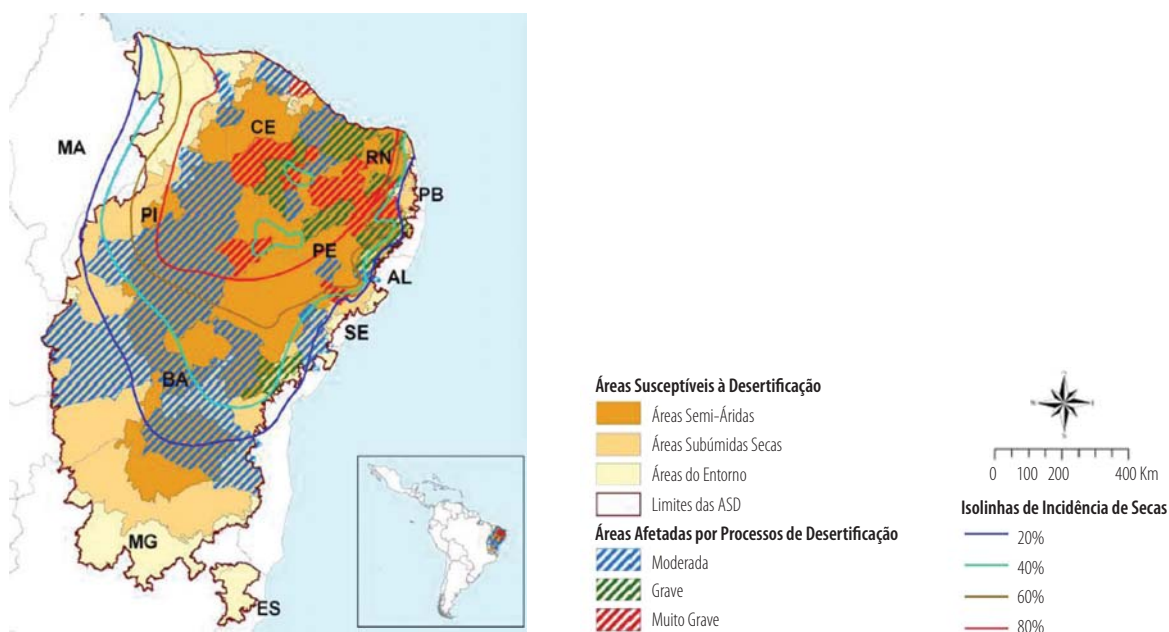
O mapa da susceptibilidade do Brasil, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA a partir de trabalho realizado pelo Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA, determinou três categorias de susceptibilidade: alta, muito alta e moderada. As duas primeiras referem-se respectivamente às áreas áridas e semi-áridas definidas pelo índice de aridez. A terceira é resultado da diferença entre a área do Polígono das Secas e as demais categorias. Assim, de um total de 980.711,58 km² de áreas susceptíveis, 238.644,47 km² são de susceptibilidade muito alta; 384.029,71 km² são de susceptibilidade alta; e 358.037,40 km² são moderadamente susceptíveis.

- O processo de desertificação se manifesta de duas maneiras diferentes: i) difusa no território, abrangendo diferentes níveis de degradação dos solos, da vegetação e dos recursos hídricos; ii) concentrada em pequenas porções do território, porém com intensa degradação dos recursos da terra.

- Os estudos disponíveis indicam que a área afetada de forma muito grave é de 98.595 km², 10% do semi-árido e as áreas afetadas de forma grave atingem 81.870 km², 8% do território. Deve-se acrescentar que as demais áreas sujeitas ao antropismo, 393.897 km², sofrem degradação moderada.
- Além destas áreas com níveis de degradação difusos, podem ser citadas quatro áreas com intensa degradação, segundo a literatura especializada, os chamados Núcleos de Desertificação. São eles: Gilbués-PI, Irauçuba-CE, Seridó-RN e Cabrobó-PE, totalizando uma área de 18.743,5 km².
- Nessas áreas vive um contingente de aproximadamente 31.663.671 habitantes, em 1.482 municípios, correspondendo a 18,6 % da população do país, dados do censo do IBGE de 2000. Trata-se de um dos semi-áridos mais povoados do mundo.

Figura 5

Mapa da susceptibilidade do Brasil à desertificação



Fonte: Programa de Combate à Desertificação - Proágua Semi-árido - Antidesertificação. Otamar, 2006.

Como parte dos esforços dos governos, sociedade civil organizada e instituições técnicas em enfrentar o problema e mitigar seus efeitos, os países comprometem-se em construir, garantindo ampla participação social, seus planos de ações utilizando os princípios da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) como norteadores dos documentos. Dentre as prerrogativas da UNCCD, os Planos de Ações Nacionais devem conter uma estratégia de combate à desertificação contemplando aspectos relevantes tais como:

- a) O aumento das respectivas capacidades, a educação e a conscientização pública, a cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como os recursos e os mecanismos financeiros;



- b) A erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida humana;
- c) A realização da segurança alimentar e de um desenvolvimento sustentável e de uma gestão sustentada das atividades agrícolas, pecuárias, florestais e de uso múltiplo;
- d) A gestão sustentada dos recursos naturais, particularmente a exploração racional das bacias hidrográficas;
- e) A gestão sustentada dos recursos naturais nas zonas de elevada altitude;
- f) A gestão racional e conservação dos recursos pedológicos e o aproveitamento e utilização eficiente dos recursos hídricos;
- g) A elaboração e aplicação de planos de emergência para mitigar os efeitos da seca;
- h) A criação e/ou reforço de sistemas de informação, avaliação e acompanhamento de alerta rápido nas regiões propensas à desertificação e à seca, tomando em consideração os aspectos climatológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos, pedológicos, econômicos e sociais;
- i) O desenvolvimento, a gestão e o uso eficiente de diversas fontes de energia alternativas;
- j) A conservação e a utilização sustentada da diversidade biológica, de conformidade com as disposições da Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- k) A tomada em consideração dos aspectos demográficos relacionados com a desertificação e a seca; e
- l) A criação ou o reforço dos quadros institucionais e jurídicos que permitam a aplicação da Convenção, visando, entre outros aspectos, a descentralização das estruturas e das funções administrativas relacionadas com a desertificação e a seca, envolvendo a participação das comunidades afetadas e da sociedade em geral.

Com o intuito de atender aos compromissos do país, tanto no âmbito da comunidade internacional quanto no âmbito local, foi construído o documento PAN Brasil – Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca entre os anos de 2003 e 2004, contando com ampla participação de todos os segmentos que lidam com o tema e das comunidades afetadas. Esse documento foi homologado pela UNCCD e está em fase de implementação pelo governo brasileiro, sociedade civil organizada e parceiros; seus principais eixos temáticos são: combate à pobreza e à desigualdade; ampliação sustentável da capacidade produtiva; preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais; e gestão democrática e fortalecimento institucional.

Dentre as preocupações manifestadas no processo de construção do PAN Brasil, destaca-se a necessidade de preparar as populações que vivem nas áreas susceptíveis a desertificação para o advento de eventos extremos (secas e enchentes), hoje cada vez mais frequentes em função dos efeitos já reconhecidos das mudanças climáticas sofridas no planeta. Em consonância com a estratégia adotada pela Convenção nos itens transcritos que abordam especificamente essa temática:

a) elaboração e aplicação de planos de emergência para mitigar os efeitos da seca; b) criação e/ou reforço de sistemas de informação, avaliação e acompanhamento de alerta rápido nas regiões propensas à desertificação e à seca, tomando em consideração os aspectos climatológicos, meteorológicos, hidrológicos, biológicos, pedológicos, econômicos e sociais.

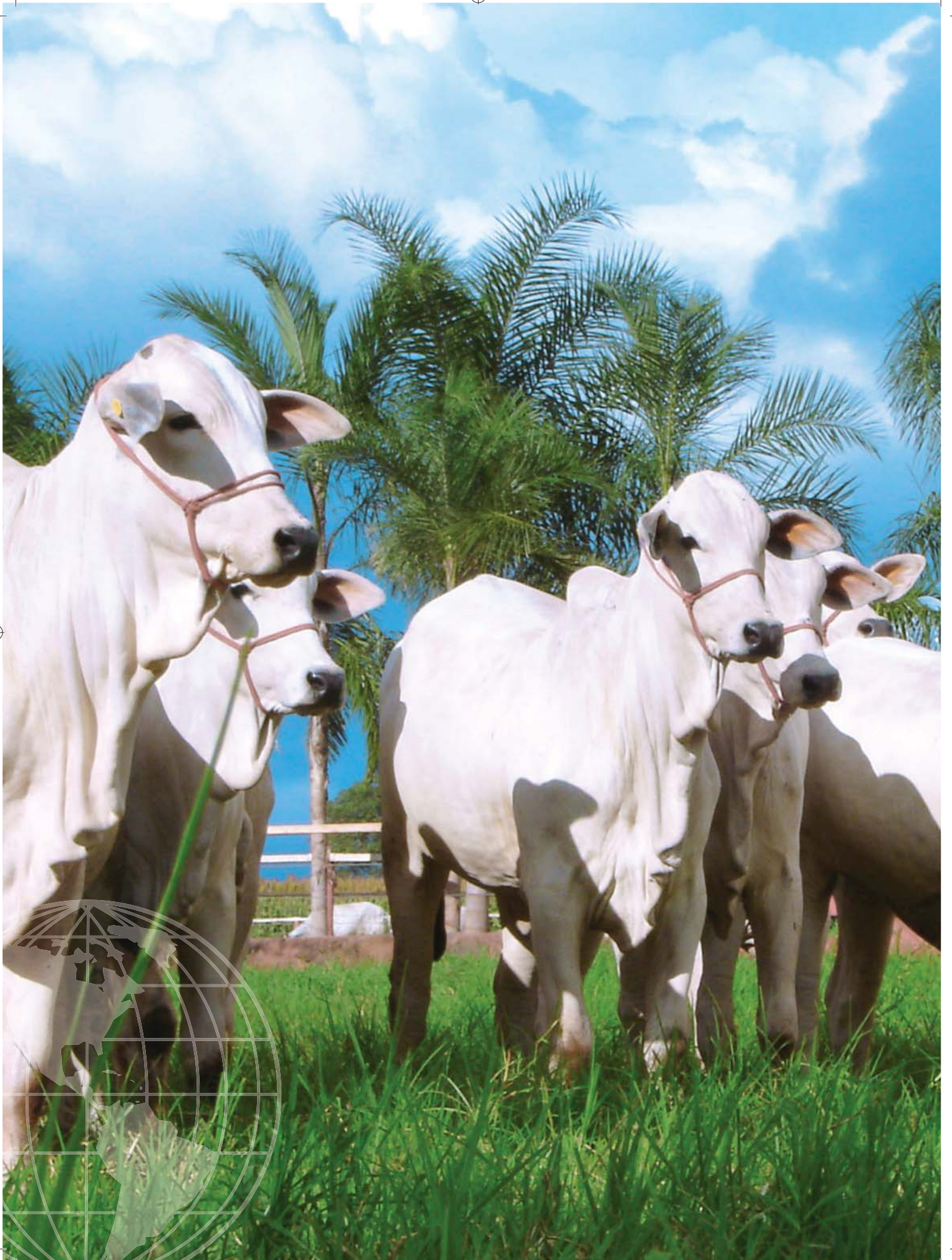




Buscando corresponder a essa necessidade, foi organizado nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2007, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em São José dos Campos/SP, pela Coordenação Técnica de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente com o apoio do IICA, um *workshop* para a definição das bases conceituais para o sistema de alerta precoce de seca e desertificação. O *workshop* reuniu especialistas das mais diversas áreas que lidam com as temáticas: desertificação, climatologia, meteorologia, hidrologia, biologia, geografia, geologia dentre outras compatíveis com o assunto. O produto desse *workshop* foi um conjunto de recomendações para orientar o desenvolvimento do sistema de alerta precoce de secas e desertificação, sendo discutidos aspectos como: restrições técnicas, científicas, políticas, e institucionais para a implantação do sistema.

As recomendações enfocaram, principalmente, a necessidade de se fazer uso sinérgico de programas de monitoramento, previsão, extensão e disseminação já existentes e em operação na região semi-árida. Ao longo das discussões, ficou claro que os sistemas de alerta contra as periódicas secas (extremos climáticos) encontram-se em um estágio mais avançado se comparados às diferentes iniciativas na área de detecção e prevenção do processo de desertificação. Sendo assim, o grupo recomendou que o futuro sistema de alerta precoce utilizasse como cerne os sistemas já operacionais na área de monitoramento e previsão de secas, exercitando e resgatando a rede de parcerias já existente. Os indicadores de degradação serão gradualmente incorporados a este sistema. A estratégia recomendada é a implementação inicialmente um programa piloto do sistema, que norteará o seu desenho definitivo.





12 AVANÇOS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SANIDADE AGROPECUÁRIA NO BRASIL EM 2007

TEMA DA FEBRE AFTOSA

A ocorrência da febre aftosa afetou as exportações de carnes brasileiras, em 2006 e 2007, após a constatação da doença em 2005 nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Em 2006, o Brasil exportou ao mundo cerca de US\$ 3,7 milhões em animais vivos e produtos de origem animal¹⁶. Parceiros comerciais como a Colômbia e a Angola voltaram a negociar o produto com o Brasil em 2007, depois de efetivados os procedimentos necessários para eliminação da doença. O embargo imposto por Angola datava de 27 de outubro de 2005 e restringia a importação de carnes, animais vivos e material genético. Com a suspensão do embargo, todos os estados foram habilitados para exportação; a suspensão foi mantida apenas em relação às carnes com osso. O embargo imposto pela Colômbia entrou em vigor em 27 de janeiro de 2006 e restringia a importação de carnes bovinas, bubalinas, suínas, caprinas e ovinas provenientes dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. A partir de janeiro de 2007, todos os estados foram habilitados a exportar novamente; apenas os municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul foram mantidos interditados. As ações sanitárias conduzidas nos municípios em questão impediram a difusão do vírus, mas não sua eliminação.

No mesmo mês, apareceu um foco de aftosa no Departamento de Santa Cruz na Bolívia. O governo boliviano suspendeu as exportações de carne no intuito de conter a disseminação da doença, mas o apoio por parte do governo brasileiro foi necessário para a implantação de ações de vigilância primária; tal ação foi oficializada em 31 de janeiro de 2007. Representantes de quatro estados brasileiros, que fazem

¹⁶ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Colômbia suspende embargo às carnes do Mato Grosso do Sul e Paraná". Divulgada em 15 de Janeiro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>



fronteira com a Bolívia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Rondônia se reuniram e estabeleceram um plano emergencial de reforço às ações de fiscalização na área limítrofe entre os dois países. Tanto o número de barreiras fixas e móveis e quanto o de fiscais agropecuários foram ampliados para assegurar a contenção da doença. Em outra ocasião, os Secretários de Agricultura, produtores e exportadores de 11 estados brasileiros se reuniram para fomentar sugestões para otimizar o monitoramento e a fiscalização da doença nas regiões de fronteira agrícola do Brasil. O grupo solicitou ao governo federal, a criação de uma vigilância sanitária permanente, com a presença de tropas do Exército nas fronteiras com a Argentina, Paraguai e Bolívia; visando coibir o contrabando e a entrada de gado contaminado pela febre aftosa¹⁷.

O controle das fronteiras tem sido falho, em parte causado por sua extensão e limitação de recursos e agentes para a região. Como evidência se tem a apreensão e sacrifício de 142 animais contrabandeados da Bolívia para o Mato Grosso, em 13 de agosto de 2007. Em consequência da crise na fronteira, os presidentes do Brasil e da Bolívia assinaram em 15 de fevereiro, um entendimento que oficializava a cooperação na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos de origem animal e vegetal. O acordo organizou questões como o controle sobre o trânsito internacional, relações comerciais e ações conjuntas dos governos para o combate à aftosa. A doação de doses de vacina contra a doença foi condicionada à criação de um plano de aplicação por parte das autoridades bolivianas.

Em maior escala, o Cone Sul também se movimentou para a aprovação do Programa Continental de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA). Na proposta brasileira, o programa mencionado foi apoiado pelo IICA, OIE e FAO, apresentado em 8 de março de 2007, na reunião do CAS na Bolívia. A existência do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) facilitou a negociação e a implementação de programas especiais para a região. Dentro do Programa Continental, zonas de alta vigilância de no mínimo 15 km foram estipuladas, assim como a convergência dos períodos de vacinação assistida e procedimentos de emergência, cadastramento e monitoramento de animais e logísticas. O Conselho Veterinário Permanente (CVP) do CAS e a OIE monitoraram todas as ações relativas à aftosa. O PHEFA foi rediscutido nos dias 15 e 16 de março na XXXIV Reunião da Comissão Sul-americana de Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa) que teve como objetivo a análise de ações de cumprimento às metas de erradicação da doença em 2009.

Em maio de 2007, o governo federal divulgou duas medidas provisórias relacionadas ao controle da febre aftosa. A Medida nº 370 estipulou R\$ 25 milhões ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O governo do Mato Grosso do Sul já havia recebido R\$ 20 milhões que foram utilizados na indenização de produtores pelo abatimento de animais contaminados e em investimentos em vigilância sanitária. A Medida nº 371 determinou a distribuição das indenizações a pecuaristas fronteiriços; ficou então estipulado que as propriedades localizadas em até 150 km serão indenizadas pela União, além desta faixa, o montante assegurado pela União será de 2/3 e o restante fica a cargo do governo estadual. Todas as indenizações estão condicionadas à verificação da responsabilidade sanitária do pecuarista ou propriedade.

O reconhecimento da defasagem em termos legislativos das necessidades dos estados frente às questões sanitárias emergenciais motivou o Mapa, em julho, a organizar um programa para rever normas e

¹⁷ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Aftosa: Guedes Recebe Documento dos Secretários de Agricultura". Divulgada em 14 de fevereiro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





procedimentos sanitários e fitossanitários. Questões relacionadas ao trânsito, controle e manutenção das zonas livres, vacinação e legislação foram discutidas e atualizadas. Foram introduzidos novos conceitos como o de “zona de contenção” e discutidas as recomendações da última missão da União Européia.

A campanha da vacinação contra a febre aftosa foi considerada exitosa. A vacina foi aplicada nos rebanhos duas vezes durante o ano de 2007. Para otimizar o controle e a eficácia da aplicação, os estados foram divididos em quatro grupos de aplicação em meses diferentes. O calendário da vacinação está anexado ao final deste. De acordo com o Mapa, cerca de 126 milhões de bovinos e mais de 950 mil bubalinos devem ter sido imunizados¹⁸. Santa Catarina não vacina seus rebanhos desde o ano 2000 e o estado foi reconhecido pela OIE como livre de febre aftosa em 22 de maio de 2007. Em 03 de julho foi a vez da região Centro-Sul do Pará conseguir o reconhecimento da OIE, somente que com vacinação. Tal nomeação livre de aftosa, com ou sem vacinação, foi estipulada de acordo com a Instrução Normativa do Mapa nº 53, que classificou o status sanitário dos estados de acordo com os procedimentos tomados para o saneamento da doença. Em novembro, 17 estados brasileiros incluindo os estados do Mato Grosso do Sul e os municípios afetados de Eldorado, Japorã e Mundo Novo foram reconhecidos como livre da febre aftosa. Os estados do Rio Grande do Sul e a Ilha de Marajó anunciaram a vacinação de 2008 já para o início de janeiro, como previsto e estipulado no calendário.

Houve muita especulação em torno da responsabilidade sanitária brasileira em 2007. Dada a ocorrência dos focos de aftosa em 2005, 2006 e em países vizinhos ao Brasil em 2007, as exportações brasileiras foram o foco de negociações e renegociações internacionais. Questões internacionais mais importantes surgiram no início do ano com a Rússia e ao final de 2007 com a União Européia. Em março, surgiram boatos de que os Russos poderiam suspender a importação de carne brasileira por causa de fraudes na Certificação Sanitária Internacional (CSI) emitida pelo Mapa. O fato se efetivou em 18 de maio com a suspensão temporária imposta a 10 frigoríficos brasileiros. No mês de julho, o Irã suspendeu o embargo imposto aos estados do Mato Grosso e do Paraná; no total, 24 frigoríficos voltaram a exportar para o país. Com a Rússia, o processo foi um pouco mais lento; negociações em torno de uma certificação impressa em papel moeda e na criação de um sistema eletrônico *on line* nomeado GTA fundamentaram as bases para a suspensão do embargo; etiquetagem individual por peça de carne bovina e identificação nas caixas, também compuseram a cesta de certificações.

Uma comitiva brasileira foi à Rússia, em junho, para tratar a questão do embargo às carnes brasileiras e em 7 de agosto de 2007, a Rússia suspendeu o embargo a sete dos dez frigoríficos selecionados. O porto de Ponta do Félix (PR), de onde cerca de 90% das exportações eram destinadas à Rússia, estava embargado desde maio de 2007. Em agosto, o porto também foi liberado para exportação de carnes *in natura*, o que possibilitou o escoamento de produtos provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste¹⁹. Desde primeiro de dezembro de 2007, oito estados brasileiros voltaram a exportar carne bovina e suína para a Rússia. Um protocolo sanitário de exportação entre os dois países deve ser assinado no início de 2008.

18 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Mais de 126 Milhões de Bovinos Devem ser Vacinados Contra a Febre Aftosa até o dia 31 de Janeiro”. Divulgada em 04 de maio de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>

19 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Russos Liberam Porto de Antonina (PR) para embarque de carnes”. Divulgada em 19 de agosto de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





O Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) foi modificado no final de 2007. Em 19 de novembro, a União Européia restringiu o número de propriedades habilitadas para exportação à Comunidade Européia e especificou prazos de abate para os frigoríficos habilitados. O sistema antigo do Sisbov contabilizava cerca de 72 milhões de animais. Para o novo sistema, seis mil propriedades ERAS (Estabelecimento Rural Autorizado Sisbov) serão auditadas até 31 de janeiro de 2008. Os animais não cadastrados até a data estipulada serão, portanto, excluídos do sistema.

Em relação ao abate, somente animais que estejam na área habilitada há 90 dias e na mesma propriedade há 40 dias poderão ser exportados. As propriedades que receberam animais de áreas não-habilitadas não poderão exportar até cumprirem o prazo de 90 dias. Para tal, a Guia de Trânsito Animal (GTA), sistema eletrônico de certificação, deve estar acompanhada do número de registro no Sisbov; este procedimento deve ser assegurado na exportação de cada animal. A União Européia estipulou o envio dos relatórios de inspeção e a lista das propriedades a serem habilitadas até meados de março de 2008; uma comitiva européia virá então ao Brasil para verificar a implantação do novo sistema.

DEFESA SANITÁRIA

As autoridades de defesa sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm investido na cooperação técnica e no incentivo às capacitações na área sanitária. O Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários do Mapa prestou assistência técnica à República do Cabo Verde, auxiliando o planejamento e a avaliação das capacidades do sistema de controle nacional de alimentos e pesca cabo-verdiano no ano de 2007. No Brasil, capacitações foram fomentadas em uma parceria do Mapa com a Universidade de Brasília. A Universidade abriu dois cursos de pós-graduação: em Gestão do Agronegócio e outro, mais recente, em Vigilância Agropecuária Internacional; viabilizado apenas para fiscais federais agropecuários do Serviço de Vigilância Internacional (Vigiagro).

O concurso público para o cargo de nível médio de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) havia sido suspenso em maio de 2006 devido a ações judiciais ajuizadas nas 14ª e 16ª Varas de Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro e no Ministério Público. Com as pendências sanadas, a realização do concurso foi autorizada em março de 2007. A cooperação internacional na área também foi fomentada pelos Estados Unidos. Entre 27 e 29 de março de 2007, técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA/APHIS) organizaram a 1ª Oficina sobre Microscopia e imagens digitais para identificação de pragas interceptadas. O evento aconteceu em Recife e o público-alvo era composto de fiscais federais agropecuários e pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen). O governo americano havia doado equipamentos os quais foram utilizados no treinamento do Congresso em questão. A cooperação com os Estados Unidos, firmada na última reunião do CCA (Comitê Consultivo Agrícola) estipulou a doação de equipamentos em troca da abertura do porto e do aeroporto de Recife para frutos de caroço do pacífico norte-americano²⁰.

20 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Técnicos Iniciam Treinamento para Identificação de Pragas por Meio de tecnologia Digital". Divulgada em 23 de março de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





Entre 02 e 03 de agosto de 2007, técnicos, veterinários e autoridades de defesa agropecuária do Brasil e do Uruguai participaram de um evento cujo intuito foi sincronizar as ações de saúde animal junto à fronteira entre os dois países. Os temas discutidos foram: febre aftosa, EEB (vaca louca), bicheira, raiva, carrapato, sanidade eqüina, brucelose, tuberculose, influenza aviária, newcastle, zoonoses, comunicação social, educação sanitária, entre outros. Na área de alimentação animal, algumas questões precisaram ser acompanhadas de perto por especialistas do Mapa. Em 2007 a distribuição de rações com melamine causou a morte de animais de estimação no exterior. O Brasil buscou inicialmente impedir a importação de rações animais provenientes da China e dos Estados Unidos e de produtores assimilados ao problema. A adição de melamine às rações animais foi então proibida no Brasil e os estoques dessas rações foram rastreados. Maiores informações sobre a composição dessas rações e os procedimentos em caso de contaminação foram solicitados, pelo Mapa, aos fabricantes.

Em 18 de dezembro de 2007, um decreto assinado pelo Presidente da República atualizou a Lei nº 6.198, referente à inspeção e à fiscalização obrigatória dos produtos destinados à alimentação animal. O decreto regulamentou o registro de estabelecimentos e produtos, embalagem e comercialização, importação, armazenamento, transporte, controle da qualidade, infrações e sanções administrativas²¹.

No âmbito nacional, alguns avanços na área de defesa sanitária e fitossanitária foram evidenciados, em especial na Bahia, onde o estado intensificou as ações e implantou novas diretrizes que contemplaram as culturas de citros, manga, mamão, uva, banana, pinha, soja, algodão, sisal; além dos projetos Campo Limpo, Controle de Moscas-das-Frutas e de Certificação Fitossanitária de Origem. Outros projetos também foram desenvolvidos, tais quais, o de Prevenção à Sigatoka Negra, o programa de Manejo Estratégico da Ferrugem Asiática da Soja e o projeto Fitossanitário do Algodão.

Infelizmente, em 23 de agosto, foi revogada a área livre de Sigatoka Negra do estado do Pará. O transporte de bananas para outros estados do Brasil ficou condicionado às medidas do Sistema de Mitigação de Risco estabelecidas pela Instrução Normativa nº 17, de 31 de maio de 2005. Em contrapartida, em abril, Alagoas foi reconhecido como áreas livres de Sigatoka Negra. Em dezembro, os estados de Pernambuco e Sergipe conquistaram tal *status*. Inspeções estaduais nas propriedades produtoras e verificação das certificações serão realizadas trimestralmente como ação de controle fitossanitário. No ano de 2007, na maioria das regiões produtoras de soja, foi executado o chamado “vazio sanitário”; ação parte do Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS), elaborado pelo Mapa. De acordo com a Instrução Normativa nº 2 de 2007, para que a ação seja eficaz, deve-se manter o campo sem soja por, no mínimo, 60 dias corridos. A maioria dos estados optou pelo período de 30 de junho a 30 de setembro, ampliando em 30 dias do previsto anteriormente.

A Brucelose e a Tuberculose também foram acompanhadas pelas autoridades sanitárias em 2007. Uma fazenda localizada em São Sebastião-DF recebeu o primeiro certificado de Propriedade Livre de Brucelose e Tuberculose da Região Centro-Oeste, depois de um ano de verificação de acordo com as normas do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT). Tal certificado

21 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Decreto Regulamenta Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal”. Divulgada em 18 de dezembro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





é exigido pela União Européia para a importação de produtos lácteos. Mesmo assim, um escândalo quanto à adição de componentes prejudiciais à saúde em várias empresas de laticínios no Brasil enfraqueceu a credibilidade do produto. A fiscalização do leite brasileiro foi então reestruturada em novembro de 2007. As auditorias passaram a ser aleatórias e a rotatividade dos agentes fiscalizadores foi imposta. Um centro para a observação da produção de laticínios deve estar funcionamento em meados de março de 2008. Conhecido como Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite (CQuali-Leite); o serviço funcionará como um banco de dados abrigado na página eletrônica do DPDC do Ministério da Justiça e terá informações desde a produção até a rotulação dos produtos.

GRIFE AVIÁRIA

Apesar de o Brasil estar livre do vírus H5N1 de alta patogenicidade, as autoridades nacionais e alguns estados deram continuidade ao Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle; aprovado em abril de 2006 pela Instrução Normativa nº 17 (a classificação do Plano está ao fim deste). Os estados puderam optar por aderir ao Plano em questão e auditorias posteriores à adesão foram executadas por equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

Em 2006, o diagnóstico positivo do vírus da influenza aviária e doença de Newcastle em aves migratórias no município de Galinhos (RN) demonstrou a fragilidade das medidas sanitárias frente a uma epidemia aviária. Um foco da doença de Newcastle também foi identificado no estado do Mato Grosso e Rio Grande do Sul no mesmo ano.

Uma importante ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi o monitoramento em campo do vírus H5N1. O Plano de Monitoramento da Influenza Aviária em Aves Migratórias e Silvestres no Brasil estipulou a captura e o monitoramento das aves em 18 sítios de migração existentes no País, nas populações avícolas comerciais ou de subsistência, zoológicos e parques urbanos, localizados em um raio de 10 km ao redor dos sítios²². O material coletado foi enviado ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Campinas-SP e a pesquisa foi concluída, em junho de 2007. O trabalho será recorrente e condicionado aos períodos migratórios das aves do Norte e do Sul. A Bahia, em especial, executou ações de vigilância sanitária, observando a questão aviária, em fevereiro de 2007. Equipes compostas por médicos veterinários e fiscais agropecuários foram preparadas para atuar e propor ações de emergência sanitária, caso necessário. Auditorias simultâneas também foram realizadas, em abril, nos sistemas de defesa sanitária animal dos estados de Pernambuco e Santa Catarina.

As negociações internacionais estiveram em voga em fevereiro de 2007; uma comitiva chilena veio ao Brasil para verificar e habilitar frigoríficos para a exportação de aves termoprocessadas. No mesmo mês, a União Européia, enviou um grupo para avaliar a implantação do Plano Nacional de Controle de Resíduos de Produtos de Origem Animal. Os auditores europeus apresentaram um relatório sobre as ações do governo brasileiro nesta área à Food Veterinary Office (FVO) da União Européia. Como mencionado anteriormente,

²² Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Mapa Encerra Campanha de Prevenção da gripe Aviária no rio Grande do Sul". Divulgada em 04 de maio de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





em 2006 foram identificados focos da doença de Newcastle em alguns estados brasileiros, desde então, a importação de aves vivas, ovos para incubação, carne de aves e todos os demais produtos da avicultura que não passaram por tratamento térmico, procedentes do estado do Rio Grande do Sul haviam sido embargadas pela Rússia. Em 2007, o embargo foi suspenso devido à constatação da eficácia do procedimento preventivo do Brasil frente uma pandemia de Influenza Aviária. O trabalho de prevenção foi reconhecido internacionalmente e apresentado em um *workshop* em Roma, de 16 a 19 de abril de 2007. O Grupo de Trabalho em Comunicação e Mobilização Social representou o governo brasileiro na apresentação de uma estratégia global de prevenção e controle do vírus da Influenza Aviária. Em abril, também foi apresentado pelo Mapa, o Plano de Contingência para a Influenza Aviária e Doença de Newcastle.

Com a persistência de focos da doença em outros países, o Mapa decidiu, em parceria com a Secretaria de Defesa Agropecuária, ampliar o controle de doenças na produção avícola, em dezembro de 2007. A constatação do vírus da Influenza Aviária de alta patogenicidade no Canadá, no mês de agosto, obrigou o Mapa a suspender temporariamente a importação de aves e material genético canadenses. Os novos critérios de monitoramento de doenças aviárias são baseados na estratégia de regionalização do controle de doenças, método utilizado com boa aceitação em vários países.

Classificação dos Estados de Acordo com o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle:

A classificação foi elaborada baseada na capacidade de contingência dos estados em relação ao vírus influenza aviária e à doença de Newcastle e distribuídas em quatro grupos classificatórios, como a seguir, após a avaliação do Mapa em dezembro de 2007:

- a) Estados classificados como nível **"A"** são os reconhecidos como de maior eficiência no País. Os produtos originários destes estados possuem livre circulação no território nacional;
- b) Estados classificados como nível **"B"** são aqueles considerados como funcionais, porém há necessidade de auxílio do Mapa na condução das ações sanitárias;
- c) Santa Catarina;
- d) Estados classificados como nível **"C"** são os de nível intermediário, pois necessitam da coordenação do Mapa na condução de alguns procedimentos sanitários;
- e) Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins;
- f) Estados classificados como nível **"D"** são os que necessitam de estruturação e do desenvolvimento de ações pontuais para realização da vigilância às doenças das aves;
- g) Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Nas três últimas classificações, os estados só poderão direcionar seus produtos para estados com classificação equivalente²³.

23 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Mapa Implementa Plano de Prevenção À Influenza Aviária e Doença de Newcastle". Divulgada em 10 de abril de 2007. <http://www.agricultura.gov.br/>





13 DESENVOLVIMENTO RURAL E POBREZA

13.1. ENFOQUE SOBRE A POBREZA RURAL NO BRASIL

O Banco Mundial em seu relatório "Indicadores sobre o Desenvolvimento Mundial" de 2005 atestou que a pobreza extrema caiu pela metade entre 1980 e 2001, mas que, no entanto, a pobreza aumentou em determinadas regiões do mundo, em especial na América Latina e no Caribe, onde o número de pobres aumentou em números absolutos de 36 para 50 milhões no período observado²⁴.

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) divulgou um estudo, em fevereiro de 2007, revelando que a miséria está concentrada no campo e não nos centros urbanos, constatação freqüente em países em desenvolvimento. O sombreamento entre o que é urbano e o que é rural dificulta a correta análise dos dados estatísticos nacionais possibilitando leituras e resultados diversos dependendo da metodologia e da orientação utilizadas, pois não há uma definição clara sobre os limites urbanos/rurais no país.

Segundo os dados levantados pelo Fida, cerca 60 milhões de brasileiros vivem em situação de miséria, 40 milhões vivem nas cidades e 20 milhões estão na zona rural²⁵. O instituto aponta o êxodo rural como fenômeno responsável pela concentração de pobreza nas grandes áreas urbanas. A correlação entre a pobreza rural, os conflitos no campo, a migração e a "favelização" das cidades é fato, no entanto, a compreensão da pobreza rural requer uma discriminação mais minuciosa das informações do Censo Demográfico. A pesquisa do ano 2000 indicou uma taxa de urbanização

²⁴ Antunes, Davi J. N., Gimenez, Denis M., Fagnani, Eduardo. Crescimento econômico e pobreza. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

²⁵ FIDA. Rural Poverty Portal. Rural Poverty in Brazil. <http://www.ruralpovertyportal.org/english/regions/americas/bra/index.htm>



no Brasil de 81,2% da população, no entanto, em outras pesquisas realizadas pelo IBGE, Ipea e Unicamp, o percentual de urbanização nacional cai para 57%.

O professor de economia da USP, Dr. José Eli da Veiga, combate em seu livro “Cidades imaginárias”, a noção tradicional da cidade brasileira e de sua abrangência. Para o professor, seria necessária uma distinção maior entre tais definições e uma reestruturação na metodologia utilizada nos censos para assimilar a permeabilidade que existe entre o urbano e o rural no Brasil; ele defende a combinação entre o critério de tamanho populacional com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização.

O fato a ser aqui assimilado é que o meio rural é subestimado pelas agências nacionais, assim como as necessidades da população que compõe o meio. Uma análise estatística errônea pode levar à distorção da importância, tanto do meio como das políticas a serem executadas, para assegurar que a população mais carente alcance o desenvolvimento sustentável. O setor da agricultura esteve em voga, em 2007, por causa de vários fatores, como a crescente reivindicação por assentamentos, potencialidades na produção de combustíveis alternativos e conseqüentes valorizações de algumas *commodities* rurais.

O Banco Mundial dedicou o relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2008 ao setor da agricultura; uma maior conscientização nacional em relação à produção familiar e à identificação de riquezas e potencialidades locais foram objetos de vários estudos no ano de 2007. Como menciona Sampaio e Ferreira (1977), o estudo da pobreza rural se justifica pela importância do setor agrícola no Nordeste e pela condição de vida precária a que ainda está sujeita boa parte da população²⁶.

Outra questão importante e pouco discutida é a heterogeneidade das regiões brasileiras; um estudo elaborado sobre assentamentos rurais apontou para as distintas capacidades organizativas e problemáticas nas distintas regiões observadas. As percepções e necessidades variam imensamente, desde a necessidade de orientação técnica e/ou comercial às necessidades primárias como de sustentabilidade no semi-árido brasileiro.

Para Carneiro (2003), a concentração de pobres é mais contundente nas áreas rurais do Nordeste²⁷. A região nordestina é a que comporta a maior concentração populacional de baixa renda do país, por tal motivo deve servir de alvo no âmbito de um projeto de combate à pobreza rural. De acordo com uma análise do Dieese, elaborado pelo técnico Antônio Ibarra sobre o PNAD 2006, a pobreza no Nordeste Rural corresponde a 22% da pobreza nacional, por isso, há necessidade de discutir políticas públicas eficazes e sustentáveis, específicas ou transversais para a região em questão. A pobreza no Nordeste brasileiro corresponde à miséria. De acordo com Jonasson e Helfand, a pobreza rural já atingiu 70% da população no Norte e Nordeste do Brasil, quando em outras regiões rurais chega a afetar 42%²⁸. Em seu artigo de dezembro de 2006, Luiz Honorato Junior, apresentou uma porcentagem de pobres na região nordestina referente ao ano de 1992 correspondente a 67% da população; a porcentagem de indigência beirou 40%²⁹.

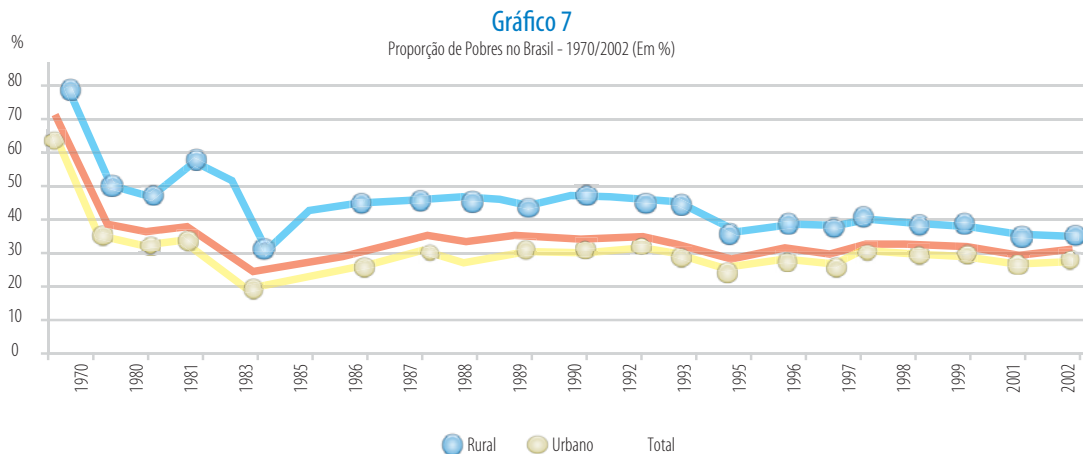
26 Junior, Luiz Honorato da Silva. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13 N. 26 p. 275-290, dezembro de 2006.

27 Junior, Luiz Honorato da Silva. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13 N. 26 p. 275-290, dezembro de 2006.

28 Jonasson, Erik e Helfand, Steven M. Locational Determinants of Rural Non-Agricultural Employment Evidence from Brazil.

29 Junior, Luiz Honorato da Silva. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13 N. 26 p. 275-290, dezembro de 2006.





Fonte: Antunes, Davi J. N., Gimenez, Denis M., Fagnani, Eduardo. Crescimento econômico e pobreza. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

Fonte: Antunes, Davi J. N., Gimenez, Denis M., Fagnani, Eduardo. Crescimento econômico e pobreza. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

GERAÇÃO DA POBREZA NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Alguns eventos pontuais ao longo dos últimos 25 anos deram forma à miséria presente hoje no Nordeste do Brasil. Podem-se indicar alguns deles como: esvaziamentos das fazendas, causados ora por crises produtivas ou econômicas e mudanças na legislação previdenciária. O processo de formalização do setor, ao exigir os devidos repasses relativos aos direitos dos trabalhadores, desencadeou uma onda de desemprego. A informalidade e sazonalidade são características do trabalho no campo, mas se exige das grandes empresas um quadro funcional de acordo com a legislação vigente.

Em especial pode-se observar a crise da agroindústria canavieira em meados dos anos 1980³⁰, que incentivou um aumento no número de invasões nas fazendas da região em questão. Outra crise importante foi a do comércio do algodão que causou o desmoronamento de uma prática tradicional nas áreas rurais conhecida como boi-algodão-subsistência³¹, muitos trabalhadores ficaram sem emprego com a crise, em contrapartida, a crise contribuiu para o enfraquecimento das oligarquias locais e forçou uma renovação política na região do semi-árido nordestino. Infelizmente a renovação surtiu um efeito provisório, pois ainda se mantêm relações baseadas nas tradições dos “coronéis donos das terras”.

As grandes secas de 1958, 1983, 1979-1980 e 1993, entre outras, também provocaram caos no meio rural; em conseqüência, muitos trabalhadores perderam emprego e migraram para centros urbanos. Em 2002, o fraco desempenho econômico da região da América Latina e Caribe causou um PIB por habitante negativo (-2.1%)³². A inflação chegou a 12%, o dobro da década anterior e as conseqüências foram as já conhecidas: aumento do desemprego, da informalidade e da pobreza.

30 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

31 Magalhães, Antônio Rocha. Combate à pobreza rural e projetos comunitários no nordeste. <http://www.no.com.br> Acessado em 20 de janeiro de 2008.

32 CEPAL. Pobreza rural y políticas de desarrollo: avances hacia los objetivos. Serie Desarrollo Productivo N. XXX.





Os freqüentes ciclos migratórios refletem instabilidades políticas, econômicas e ou sociais. A migração também pode estar relacionada às políticas de incentivos à industrialização; quando o governo federal incentiva o setor industrial, muitos trabalhadores rurais migram para as grandes cidades atrás de emprego, em contrapartida, quando a industrialização perde velocidade, os trabalhadores rurais optam ou pelo alojamento nas periferias das cidades onde se encontram, ou migram de volta aos municípios de origem.

FOMENTO À REDUÇÃO DA POBREZA RURAL NO BRASIL EM 2007

Em 17 de abril de 2007, um evento em Brasília pontuou a discussão sobre a pobreza rural no Brasil, reunindo pesquisadores, professores e técnicos nacionais e internacionais para expor as reais condições do meio rural brasileiro. Os pontos analisados serviram como orientação para a elaboração deste artigo.

Outro evento que apontou para o tema da pobreza rural em 2007 foi a oficina “Pobreza Rural: Desafios e Perspectivas para a Agricultura Familiar no Semi-árido Brasileiro.” Cujo objetivo foi a construção de uma estratégia para o enfrentamento da pobreza rural a partir da articulação de políticas públicas. A ação partiu de uma parceria entre as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), em Petrolina.

A Oficina buscou facilitar fomentar sobre o acesso dos agricultores familiares a algumas políticas públicas existentes, como: ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), à Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), ao Seaf (Seguro da Agricultura Familiar), ao PGPAF (Garantia-Safra e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar)³³ e outros.

Existem três tipos de créditos oferecidos aos assentados para que possam viabilizar condições mínimas de moradia e iniciar suas produções. Os créditos oferecidos são: crédito fomento, crédito habitação e crédito alimentação; de acordo com uma pesquisa sobre famílias assentadas, 81%, 72% e 74,63%³⁴ das famílias foram atendidas pelos créditos mencionados acima, respectivamente. Há de se levar em consideração, no entanto, que os créditos são liberados, mas que há muita burocracia e demora na liberação dos mesmos. A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário SAF/MDA e a Articulação no Semi-árido assinaram um termo para desenvolverem o Programa Uma Terra e Duas Águas, incentivando a conscientização sobre a questão do semi-árido nordestino. Algumas ações importantes estão previstas na proposta, como a implantação das Unidades Demonstrativas Familiares de Captação e Manejo de Água de Chuva, que deverá acontecer prioritariamente em 18 municípios distribuídos nos nove estados³⁵.

Não se pode negligenciar o efeito positivo dos programas de desertificação no combate à pobreza rural, em especial para a região mais pobre do País, o semi-árido brasileiro. Os programas de redução da pobreza rural devem obrigatoriamente assimilar questões relativas à sustentabilidade das produções na região afetada pela seca no intuito de combater a miséria. Como programas de alto valor técnico para a região, deve-se

33 Portal SAF. Secretário destaca ações para enfrentar a pobreza rural. Notícias de 20 de novembro de 2007. <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=15059&scid=283>

34 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

35 Portal SAF. Secretário destaca ações para enfrentar a pobreza rural. Notícias de 20 de novembro de 2007. <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=15059&scid=283>





mencionar o trabalho do IICA Brasil em Gilbués, no Piauí, um estado que apresenta um dos maiores índices de pobreza e desigualdade do País.

O QUE SE SABE SOBRE A POBREZA RURAL NO BRASIL?

O que se sabe sobre a pobreza rural no Brasil é que a pobreza está nos locais menos densamente populosos e está relacionada ao trabalhador do setor da agricultura. De acordo com uma classificação elaborada por Luiz Honorato Silva, a probabilidade de um indivíduo residente nas áreas rurais nordestinas ser pobre aumenta se ele tiver as seguintes características:

1. Nunca estudou ou tem baixíssima escolaridade;
2. Não é de cor branca;
3. É do sexo feminino;
4. Possui sua principal atividade profissional ligada à agricultura e;
5. Reside nos estados do Piauí ou da Paraíba³⁶.

De acordo com a pesquisa, a probabilidade de tal indivíduo ser pobre variou entre os anos de 1992, 1995 e 1999; as probabilidades correspondentes são respectivamente: 52,3%, 36,2% e 46,9%.

A partir de 1985 uma nova safra de projetos voltados para a erradicação da pobreza passou a ser de responsabilidade dos estados³⁷, assim surgiram os PAPPs – Projeto de Apoio a Pequenos Produtores rurais e mais recentemente, os PCPRs – Projetos de Combate à Pobreza Rural. Tais projetos já beneficiaram diretamente mais de 44%³⁸ da população rural do nordeste.

Em 2007, os projetos de PCPR estiveram em alta e viabilizaram investimentos de milhões de reais no setor nos distintos estados nacionais. Como exemplo, pode-se indicar os PCPRs dos estados do Maranhão, do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais e do Piauí. Outros projetos interessantes são o Prodim (MA), o Produzir (BA) e o Prorural II (PE).

ASSENTAMENTOS E REFORMA AGRÁRIA

A pobreza rural está intrinsecamente relacionada aos movimentos de reivindicações de terras, pois são as primeiras reações depois do contato com a pobreza extrema. Como o nível educacional é muito baixo no meio rural, a parte excedente dos trabalhadores rurais também não encontra trabalho em setores não-agrícolas e assim perpetuam o ciclo vicioso da pobreza. Uma alternativa encontrada por alguns, quase sempre sob orientação de terceiros é a conscientização sobre os direitos dos cidadãos e conseqüente adesão a movimentos que viabilizam assentamentos.

36 Junior, Luiz Honorato da Silva. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas características durante os anos noventa. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13 N. 26 p. 275-290, dezembro de 2006.

37 Magalhães, Antônio Rocha. Combate à pobreza rural e projetos comunitários no nordeste. <http://www.no.com.br> Acessado em 20 de janeiro de 2008.

38 Magalhães, Antônio Rocha. Combate à pobreza rural e projetos comunitários no nordeste. <http://www.no.com.br> Acessado em 20 de janeiro de 2008.





Por outro lado, os assentamentos servem como instrumentos de pesquisa na compreensão das problemáticas regionais causadoras da pobreza e da desigualdade. Um estudo sobre assentamentos no Brasil deu origem a um artigo intitulado “Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil”. A pesquisa identificou, em uma amostragem de manchas em estados diferentes, as diferentes dinâmicas regionais e capacidade organizativa dos assentados.

As manchas são regiões com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial. No estudo em questão, foram identificadas seis grandes manchas que retratam a realidade e a diversidade brasileira, elas são: sul da Bahia, entorno do DF, sertão do Ceará, sudeste do Pará, oeste catarinense e zona canavieira nordestina (AL, PB e PE) ³⁹.

Uma metodologia interessante aplicada na pesquisa foi a análise de cada mancha separadamente, os resultados servem para a identificação das problemáticas existentes em cada região observada; foi constatado que cada problemática se refere a um momento ou crise econômica ocorrida no estado. Como exemplo, se tem a informação de que a maioria dos assentados do sul da Bahia (45%)⁴⁰ são ex-assalariados rurais, produtos da onda de desemprego causada pela crise cacaueteira. Em Santa Catarina, a informação de que 14%⁴¹ dos assentados são membros não remunerados de famílias agricultoras reflete uma crise no processo da agricultura familiar no estado.

Tabela 21

Distribuição temporal dos assentamentos dos municípios pesquisados segundo a data de sua criação, por *manchas* (em porcentagens)

Período	Total das manchas	Sul da BA	Sertão do CE	Entorno do DF	Oeste de SC	Período	Zona Canavieira do NE
1985-1989	25%	40%	24%	21%	11%	57%	5%
1990-1994	8%	----	5%	4%	30%	6%	2%
1995-1997	67%	60%	71%	75%	59%	37%	93%
Totais	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Listagem do Incra – 1999

Fonte: Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

De acordo com o estudo, a única mancha que manteve seu ritmo de desapropriação, mesmo no período entre 1990 e 1994, foi o sudeste do Pará o que demonstra uma capacidade de planejamento estratégico deste grupo em relação à Amazônia. Outro número interessante divulgado pelo estudo é que mais de 80% da população amostrada era originária do próprio município ou de municípios vizinhos de onde estavam assentados e 94% deles provinham do setor da agricultura. A constatação de que 96%⁴² dos assentamentos resultaram de uma situação de conflito, afirma que as iniciativas dos trabalhadores são o verdadeiro motor das desapropriações, via ocupação ou resistência.

39 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

40 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

41 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.

42 Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.





Outra informação essencial para a compreensão e formulação de políticas para a redução da pobreza rural é que 87% dos assentados da amostra estudaram no máximo até a quarta série e 32% do total nunca foram à escola⁴³. Outras questões a serem observadas são as precárias condições dos assentamentos em relação à eletricidade, trabalho, educação e postos de saúde. As condições locais são retratos das capacidades organizativas dos assentados; alguns assentamentos se organizam em cooperativas, outros em comunidades, outros em núcleos mais politizados e outros têm menos capacidade de reivindicar as condições mínimas necessárias.

Em uma análise social os assentamentos têm servido como mecanismo de recomposição de famílias antes separadas pela freqüente migração de algum membro da família em procura de trabalho; os assentamentos também impõem uma reorganização social das famílias lhes obrigando à convivência em núcleo e suas respectivas regras comunitárias.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA RURAL, TRANSVERSAIS E ESPECÍFICAS

Foram postas em marcha uma gama de programas e instrumentos para a redução da pobreza rural, como exemplificado anteriormente pela atuação da SAF/MDA em 2007. As ações de combate à pobreza rural objetivam prover o acesso da população carente aos programas de crédito, de seguros, de assentamentos, de reforma agrária, de capacitações e programas específicos de combate à fome, aposentadorias, bolsa-família, bolsa-escola e outros.

Experiências freqüentemente reconhecidas como exitosas no Brasil por observadores internacionais são as da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial, que buscam fortalecer a participação da comunidade-alvo no processo decisório, empoderando-as. Pode-se aqui ter como exemplo, o Projeto Árido, que redefiniu a metodologia para o planejamento participativo e o Programa lançado em 25 de fevereiro de 2008, pelo governo federal: Territórios da Cidadania, que buscará atuar em três áreas distintas:

1. Apoio às atividades produtivas;
2. Cidadania e acesso a direitos;
3. Recuperação e qualificação da infra-estrutura.

Os ministérios disponibilizaram R\$ 11,3 bilhões para 135 ações em 15 ministérios. Em 2008, serão beneficiados 60 territórios e até 2010 o governo pretende beneficiar outros 60 territórios.

Outra política que tem contribuído para a redução da pobreza rural é a da valorização do salário mínimo. Apesar de o aumento representar um valor absoluto ainda inadequado, o impacto do aumento no rendimento é positivo sobre uma parcela importante da população, em especial a população agrária no nordeste brasileiro.

De acordo com Santos e Garrido (2006), o censo demográfico de 2000 registrou 39,4 milhões de pessoas com rendimento entre 0,5 e 2 salários mínimos. Desse dado se conclui que um aumento, como foi o fato entre

⁴³ Heredia, Beatriz, Medeiros, Leonilde, Palmeira, Cintrão, Rosângela e Leite, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. 2002.





os anos de 2005 e 2006, nominal de 75% e real 25%⁴⁴, tem um impacto importante na redução da pobreza, no entanto, apenas sobre alguns segmentos da população e de acordo com a porcentagem repassada ao benefício em questão. Como evidência, se apresenta o dado de que no período mencionado a proporção de famílias abaixo da linha da pobreza caiu de 28,2% para 26,3%⁴⁵.

A tabela anexada demonstra a superação da linha da pobreza para algumas famílias, dado o aumento do valor do mínimo e certamente fatores adicionais.

Figura 6

Distribuição das famílias, segundo o número de membros recebendo em torno do mínimo. Brasil, 2002 e 2005.

Características das famílias	2002		2005		Varição 2005-2002
Total de famílias	51.161.715	100,0	55.626.746	100,0	8,7
Total com algum membro recebendo em torno do mínimo	14.007.368	27,4	16.509.994	29,7	17,9
Com 1 membro recebendo em torno do mínimo	11.295.649	22,1	13.186.458	23,7	16,7
Com 2 membros recebendo em torno do mínimo	2.385.247	4,7	2.915.673	5,2	22,2
Com 3 ou mais membros recebendo em torno do mínimo	326.472	0,6	407.863	0,7	24,9
Com 2 ou mais membros recebendo em torno do mínimo	2.711.719	5,3	3.323.536	5,9	22,6

Fonte: IBGE, PNAD, 2002 e 2005. Elaboração própria de tabulações especiais com os microdados. (1) Excluíse os sem declaração de rendimento e a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; (2) Famílias com algum membro da família com rendimentos entre 1 e 1,10 salário mínimo de cada ano.

Fonte: Santos, Anselmo L e Garrido, Fabiano. Impactos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

As famílias que mais se beneficiam com tal transferência de renda, são aquelas compostas de dois ou mais membros da família ganhando um salário mínimo, no entanto, estas representam apenas 5 a 6% das famílias brasileiras. Já as famílias nas quais apenas um de seus membros recebe o mínimo, representam quase 1/4 da população brasileira.

O que se conclui é que um aumento no salário mínimo tem a função primordial de reduzir o número de famílias abaixo da linha da pobreza (de meio mínimo) cumprindo a função de transferência de renda para os menos favorecidos do sistema. Tal política é uma condição necessária, mas não suficiente, pois representa apenas uma peça em um quebra-cabeça; as políticas de transferência de renda devem ser executadas paralelamente a mudanças importantes nas áreas social e econômica. O aumento no valor do mínimo, mesmo que gradativo, aporta benefícios importantes para os segmentos menos favorecidos da população, em especial, para os pensionistas.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E POBREZA RURAL NO BRASIL

As aposentadorias representam um importante instrumento de transferência de renda para as populações mais carentes. O impacto da aposentadoria é mais forte sobre as famílias rurais de baixa renda. Foi constatado em um estudo, que as famílias que tem ao menos um aposentado em sua composição se concentram nos

⁴⁴ Santos, Anselmo L e Garrido, Fabiano. Impactos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

⁴⁵ Santos, Anselmo L e Garrido, Fabiano. Impactos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.





2/4 dos estratos superiores da população⁴⁶. A aposentadoria tem o mesmo efeito, mas não em valores reais, que a política de aumento do salário mínimo, no entanto, é uma consequência deste.

Foi elaborado um indicador para medir o grau de dependência da renda familiar em relação à renda das aposentadorias, foi constatado um grau próximo ou superior a 50% em todos os estados brasileiros. A aposentadoria representa cerca de 90% da renda para famílias (unipessoais e ou de casais sem filhos) que se situam nos 2/4 inferiores do estrato populacional. É interessante reiterar a vinculação do sistema previdenciário ao salário mínimo nacional. Um aumento no salário mínimo afeta as aposentadorias diretamente, assim, algumas famílias podem se beneficiar de um aumento no salário mínimo, pelas duas vias de transferência; mesmo que de forma gradativa.

Figura 7

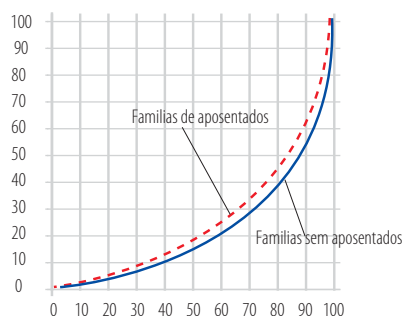
Distribuição das famílias brasileiras segundo quartos da população. Brasil, 2004

Quarto Populacional	Famílias com Aposentados				Famílias sem Aposentados				(A-B)/(B) %
	Número de pessoas	%	Número de famílias	Renda per capita (A)	Número de pessoas	%	Número de famílias	Renda per capita (B)	
1º	6.260.362	12,1	1.427.516	74,5	36.680.627	30,6	8.520.075	61,7	20,9
2º	12.436.115	24,0	3.587.902	161,8	30.505.222	25,4	8.586.048	160,0	1,1
3º	16.018.748	30,9	6.109.676	308,3	26.923.148	22,5	8.534.111	309,4	-0,4
4º	17.181.632	33,1	6.676.124	1.106,5	25.760.353	21,5	9.137.499	1.075,6	2,9
Total	51.896.857	100,0	17.801.217	509,3	119.869.350	100,0	34.777.733	360,2	41,4

Valores atualizados para janeiro/2005 segundo o INPC corrigido para a PNAD. Fonte: www.ipeadata.gov.br. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, microdados, IBGE. Elaboração dos autores.

Figura 8

Curva de Lorenz para famílias com aposentados e famílias sem aposentados. Brasil. 2004



Fonte: Dedecca, Cláudio S., Ballini, Rosângela e Maia, Alexandre G. Rendimentos previdenciários e distribuição de renda. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

Fonte: Dedecca, Cláudio S., Ballini, Rosângela e Maia, Alexandre G. Rendimentos previdenciários e distribuição de renda. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

REDUÇÃO DA POBREZA RURAL VIA OPORTUNIDADE DE TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA

A renda rural não-agrícola tem o potencial de absorver a força de trabalho local excedente e reduzir a migração, no entanto, de acordo com Jonasson e Helfand no artigo: *Local determinants of Rural Non-*

⁴⁶ Dedecca, Cláudio S., Ballini, Rosângela e Maia, Alexandre G. Rendimentos previdenciários e distribuição de renda. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.





agricultural Employment Evidence from Brazil, a “capacidade” do mercado local e o grau de urbanização definem as oportunidades de trabalho rural não-agrícola. Tanto o artigo de Jonasson e Helfand, como o Banco Mundial em seu Relatório sobre o desenvolvimento Mundial 2008, mencionam o fato de que a parte de trabalhadores rurais não-agrícolas no mercado tem aumentado gradativamente. Graziano da Silva e del Grossi (2001) relataram que o setor rural não-agrícola cresceu 2,5% entre 1992 e 1997 enquanto que o emprego no setor da agricultura cresceu negativamente -2,2%⁴⁷, no mesmo período. Entretanto, o setor não-agrícola no Brasil representará uma oportunidade ao meio rural somente quando o nível educacional deste for compatível com as demandas mais exigentes.

CONCLUSÃO

A transferência de renda não específica disponibiliza uma renda extra à população, no entanto, às vezes não suprem as necessidades básicas da população mais carente. Programas específicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, surtem mais efeito sobre a problemática focalizada (segurança alimentar) do que outros mais abrangentes como o bolsa-família. Assim, programas eficazes para o combate à pobreza rural devem assimilar tanto as políticas públicas transversais como as específicas e devem estar acompanhados de mudanças estruturais que possibilitem o crescimento.

Como mencionado no artigo “Crescimento econômico e pobreza”, a redução de 8% na proporção de pobres no Brasil entre 2003 e 2004, revelada pela PNAD, não foi consequência do programa Bolsa Família apenas, como afirma o governo federal. A sustentabilidade econômica que o país experimentou impulsionou todos os setores. O crescimento de quase 5% do PIB teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, tais quais: o aumento da formalidade, a redução do desemprego, uma remuneração mais estável e certa melhora na distribuição de renda⁴⁸. De acordo com um o artigo de Antunes e Fagnani, as menores remunerações tiveram um ganho real de 3,2% enquanto que os maiores rendimentos tiveram uma perda real de 0,6%.

Para Pochman e Fagnani, a supervalorização do papel das políticas focalizadas na transferência de renda é um paradoxo, dado o baixo crescimento econômico e extrema discrepância na distribuição da renda nacional. Os autores apontam o crescimento econômico como o processo decisivo na melhora das condições sociais no Brasil. Sem desmerecerem por completo a importância das políticas de transferência de renda, os autores confirmam haver uma forte correlação entre o crescimento econômico e a redução da pobreza. Como evidência, os mesmos relatam a experiência brasileira na década de 70 quando a renda per capita subiu 86% dada a média do PIB em 8,6% a.a.⁴⁹ O que se conclui é que a redução da pobreza depende da combinação de várias políticas, sociais, econômicas e ambientais e da capacidade dos atores estatais de manterem e viabilizarem o crescimento econômico.

⁴⁷ Jonasson, Erik e Helfand, Steven M. Locational Determinants of Rural Non-Agricultural Employment Evidence from Brazil.

⁴⁸ Antunes, Davi J. N., Gimenez, Denis M., Fagnani, Eduardo. Crescimento econômico e pobreza. Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.

⁴⁹ Pochmann, Marcio e Fagnani, Eduardo. Apresentação da Carta Social e do Trabalho. CESIT. N. 4. Publicações de maio a agosto de 2006.



13.2. O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: ALGUMAS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

INTRODUÇÃO

O texto apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento rural no Brasil, comentando as tendências vistas como mais relevantes relacionadas à incorporação da territorialidade e sustentabilidade nas políticas públicas, a emergência de uma nova institucionalidade, a crescente importância da bioenergia e o aumento dos níveis de assalariamento rural.

A) INCORPORAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE TERRITORIALIDADE E SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Um número cada vez maior de entidades incorporam concepções de territorialidade e de sustentabilidade em suas ações de desenvolvimento rural.

A concepção de territorialidade é entendida como um mecanismo de articulação e integração entre a sociedade civil, movimentos sociais e o poder público na promoção do desenvolvimento.

Nesta perspectiva, encontramos no Brasil políticas territoriais e de fomento às atividades produtivas, destacando-se os aspectos referentes à articulação das ações públicas, considerando a dimensão territorial, as diferentes áreas setoriais e as iniciativas dos três entes federados (quadro seguinte).

Tabela 22

Universo das Principais Políticas Relacionadas ao Desenvolvimento Territorial

Universo das Principais Políticas Relacionadas ao DET		
Área	Políticas	Instituições Locais
POLÍTICAS TERRITORIAIS	Desenvolvimento regional	Fóruns, agências
	Desenvolvimento agrário	Conselhos, fundos
	Desenvolvimento social	Consórcios, municípios
	Desenvolvimento urbano	Conselhos, fundos
	Meio ambiente	Comitês de bacias, sistemas
	Regionalizações e estaduais	Conselhos, agências
	Regionalizações municipais	Consórcios, associações
POLÍTICAS DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS	Desenvolvimento, indústria e comércio	APLs, estados
	Trabalho, emprego e renda	Estados, municípios
	Turismo, agricultura	Estados, municípios
	Ciência e tecnologia	Estados, universidades
	Crédito e financiamento	Bancos estatais
	Apoio ao empreendedorismo	Sistema S, bancos
	Políticas estaduais	Agências, agropólos
POLÍTICAS SOCIAIS	Políticas municipais	Fóruns DLIS, conselhos
	Educação, saúde, assistência social, habitação social, cultura, esporte	Sistemas nacionais, estados, municípios
POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA	Energia elétrica, telecomunicações, transporte, infra-estrutura regional	Agências, empresas, estados e municípios

Fonte: Boletim Regional, Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Kelson Vieira Senra, UFRGS.

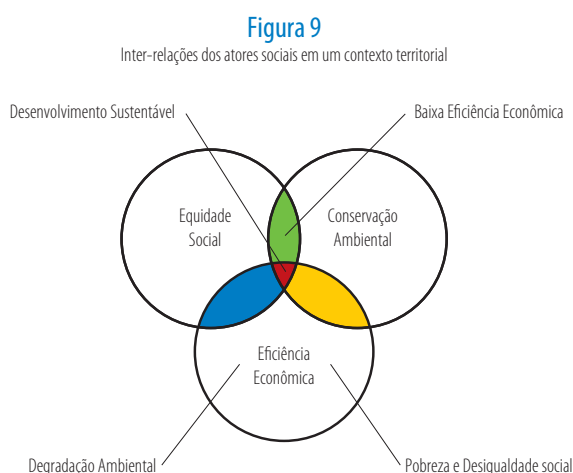
Confirmando esta tendência, o governo federal lançou recentemente o programa “Territórios da Cidadania”. Trata-se de uma iniciativa em parceria com os governos estaduais e municipais e as organizações da sociedade. Para isso, definiram-se conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais. E que tenham, ainda, uma identidade e uma coesão social, cultural e geográfica: os chamados “territórios”.

Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais verdadeira, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões. Em 2008, serão 60 territórios beneficiados, até 2010 serão 120 territórios por todo País, cada um deles contemplados com 135 ações setoriais, executadas em 980 municípios.

Mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, populações indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais terão acesso às ações do programa.

Essa territorialização incorpora a concepção de sustentabilidade nas ações de desenvolvimento rural, o que pressupõe a compreensão do desenvolvimento como um processo multidimensional que busca integrar as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e político-institucional.

Isto significa que a execução das políticas públicas de desenvolvimento rural, em uma dada realidade, deve considerar as especificidades dos atores sociais, sua cultura, a estrutura político-institucional e o estágio de desenvolvimento do território objeto da ação, visando garantir a sustentabilidade. O gráfico seguinte mostra este conjunto de inter-relações das diferentes dimensões em um contexto territorial.



Fonte: elaboração própria, Carlos Miranda

B) A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE

No âmbito dos processos de redemocratização vivenciados pela sociedade brasileira ocorreram o surgimento e o fortalecimento de novas institucionalidades, ou seja, novas formas de organizações que



não são governamentais, porém executam variadas e múltiplas atividades de natureza política, cultural e socioeconômica de caráter público.

Na prática, o que se observa é o surgimento e proliferação de organizações de base e colegiados (conselhos, fóruns, associações comunitárias e outras), municipais, territoriais e estaduais que se constituem em instâncias de governança e gestão social, não necessariamente fundamentadas em normas legais, porém legitimadas pelas organizações da sociedade civil e atores sociais.

No Brasil, estima-se a existência de cerca de 400 mil organizações não-governamentais (ONG), executando ações de promoção econômica, social, cultural, ambiental e política.

Essas iniciativas convivem, e muitas vezes interagem, com entidades governamentais dos distintos níveis político-administrativo, estabelecidos na Constituição do País, e participam de diversas formas na gestão das políticas públicas.

O exemplo mais emblemático é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Condraf), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, constituído por entidades públicas, movimentos sociais, organizações não-governamentais e bancos de fomento, cuja maioria dos seus 42 membros são de representantes da sociedade civil.

Esse processo redundou no fortalecimento do capital social dos territórios e, por conseqüência, no empoderamento de suas organizações para assumirem um maior controle social das políticas públicas.

A convivência e a interação dessas duas esferas de governança dão origem, em muitos lugares, a diferentes modelos de gestão compartilhada, que redefine o papel do Estado e suas relações com atores sociais.

C) A CRESCENTE IMPORTÂNCIA DA AGROENERGIA

Nos últimos anos, a geração de energias renováveis vem ganhando cada vez maior importância como alternativa para modificação da matriz energética do Brasil. Com essa perspectiva, o governo federal lançou, oficialmente, em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso de Bicombustível (PNPB). Esse programa estimulou a criação de numerosos projetos, tanto de âmbito nacional como estadual e até municipal, no campo de agroenergia.

Em forma resumida pode-se afirmar que existem no Brasil duas grandes iniciativas de agroenergia. Uma baseada no etanol, dominado pelo setor privado cada vez mais transnacionalizado, em torno de investimentos de vulto visando primazia no mercado global emergente. Nesta ação está previsto o aumento da produção atual de álcool de 17 bilhões de litros para 27 bilhões até 2010, com a criação de 360 mil novos empregos diretos e 900 mil indiretos.

O outro cenário é regido pelo setor público, visando objetivos sociais tanto desenvolvimentistas como ambiental. Seu propósito é consolidar estratégias de desenvolvimento territorial organizado em torno da posição protagonista da agricultura familiar. Projetos integrados de alimentos, insumos e de energia aumentariam a autonomia das localidades, a partir da geração de maior valor agregado retido na própria região. O foco é o aproveitamento das culturas típicas dos distintos biomas e os seus sistemas de produção,





que favorecem a preservação da biodiversidade e os conhecimentos tradicionais. Aproximadamente 600 mil unidades de produção familiar e comunidades rurais isoladas já se beneficiaram dos programas executados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA e Minas e Energia – MME.

D) O INCREMENTO NOS NÍVEIS DE ASSALARIAMENTO RURAL

Nas últimas décadas a estrutura produtiva e a própria sociedade brasileira passaram por significativas transformações, muitas das quais ainda em curso e com contornos indefinidos: nas mudanças tecnológica; nas relações de trabalho; na legislação; nas organizações de representação de interesse de categorias e da sociedade civil em geral; no papel do Estado; nas relações públicas-privadas na inserção dos países na economia mundial.

Estes são alguns dos elementos que contribuem para uma redefinição, em alguns casos radicais, do modo de produzir e das relações sociais em geral. Essas transformações têm impacto profundo no mercado de trabalho e vêm modificando tanto o potencial de geração de novas oportunidades quanto o perfil da estrutura ocupacional, as relações entre os próprios trabalhadores e entre o capital e o trabalho.

Esse fenômeno se reflete sobre os territórios rurais e sobre a expansão das chamadas ocupações rurais não-agrícolas, que incluem uma vasta gama de trabalhos, que têm no meio rural um *locus* especial. Essas atividades rurais não-agrícolas incluem desde o turismo rural até a prestação de serviços técnicos e ambientais, que se expandem com o adensamento populacional e produtivo.

As relações e condições de trabalho adquirem uma renovada importância no contexto atual do meio rural brasileiro. Todavia nota-se uma profunda ausência de políticas públicas e marcos regulatórios voltados para essa categoria, em especial, dos trabalhadores da agricultura. Este fato é objeto de muita preocupação porque o País possui, aproximadamente, 27,5 milhões de empregados nas atividades agrícolas, dos quais, quase 18 milhões sem carteira do trabalho assinada. Fenômeno que tende a se agravar, pois as principais *commodities* estão em franco processo de expansão em várias regiões, em especial no Centro-Oeste e Norte.

REFLEXÕES FINAIS

Reconhecidas essas tendências, observa-se que as políticas públicas de desenvolvimento rural tradicionais, praticadas no Brasil, tais como: crédito, financiamento, formação de recursos humanos, assistência técnica, tecnologia e mesmo as setoriais como: educação e saúde, não são suficientes e nem apropriadas aos requerimentos para sustentabilidade dessas novas tendências.

Nesse sentido, é preciso dar resposta a uma questão central: quais são os principais desafios das políticas públicas de desenvolvimento rural?

Como sejam:

- Incorporar um novo conceito de rural, que não é mais considerado um setor e sim um espaço; a agropecuária, sem diminuir a sua importância, é uma das formas de ocupação desse espaço;





- Superar os enfoques tradicionais, quando se confundiam o rural com o agrícola, o territorial com o familiar e o produtor com o cidadão;
- Adotar estratégias territoriais capazes de resgatar a riqueza da diversidade natural e cultural que o País possui e viabilizar a formulação e a gestão de políticas públicas diferenciadas;
- Ter em conta que a sustentabilidade pressupõe o desenvolvimento como um fenômeno complexo e multidimensional e, portanto, requer estratégias e políticas de longo prazo;
- Valorizar a importância da cultura como um conjunto dos traços distintivos, espirituais, éticos, materiais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou grupo social e seu sentimento de pertencimento;
- Incorporar o conceito de território de identidade, entendido como laços de cooperação e solidariedade baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território possui: a sua cultura, as tipificidades, o patrimônio ambiental, as práticas produtivas e as potencialidades;
- Superar o desafio de articular as políticas setoriais com participação social nos espaços territoriais;
- Redefinir ou adaptar os atuais instrumentos de políticas de crédito e financiamento, formação de recursos humanos, assistência técnica, tecnologia da legislação trabalhista e de setores como educação e saúde às especificidades e requerimentos do desenvolvimento territorial.





14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALADI. *Seguimiento de los Avances de las Principales Negociaciones Internacionales*. Asociación Latinoamericana de Integración, ALADI/SEC/di 2104, 28 set. 2007.

ANTUNES, D. J. N.; GIMENEZ, D. M.; FAGNANI, E. Crescimento econômico e pobreza. *Carta Social e do Trabalho*, n. 4. CESIT. Publicações de maio a agosto de 2006.

BALTHAZAR, R. Interesse dos EUA permitirá acordo na OMC? *Valor Econômico*, 18 jun. 2007.

BATALHA, Mário. Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: Batalha, Mário. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. Grupo de Estudos e Pesquisas Agro-Industriais. São Paulo: Atlas, 1997.

BITTENCOURT, G. A. *Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e funcionamento*. Estudos NEAD 4, 2001.

BM&F. *Publicações do Setor Agropecuário*. Acesso em: 19 novembro 2007.

BORGES, A. C. G. et al. Fusões e aquisições no processo de evolução da indústria processadora de citros do Estado de São Paulo. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Balanço Nacional de Cana-de-Açúcar e Agroenergia*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. Brasília: Mapa/SPAE, 2007.

BRIDGES WEEKLY TRADE NEW DIGEST , Vol. 11, Number 26, 2007a.

BRIDGES WEEKLY TRADE NEW DIGEST, Vol. 11, Number 38, 2007b.

CAMPOS, K. C. et al. Volatilidade de preços de produtos agrícolas: uma análise comparativa para soja, café, milho e boi gordo. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

CAMPOS, S. K. et al. Competitividade da carne bovina brasileira no mercado internacional: uma análise das exportações segmentadas. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

CARVALHO, S. P. et al. A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.



CEPAL. Pobreza rural y políticas de desarrollo: avances hacia los objetivos. *Serie Desarrollo Productivo*, N.XXX.

CHIBBARO, Arnaldo. *Desarrollo y Situación Actual de las Negociaciones sobre Agricultura en la OMC*. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA, 21 mayo 2007.

CNA. *Indicadores Rurais*. Ano XI, número 80, edição de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 18 novembro 2007.

CONAB. *Levantamento safras Outubro 2007*. Companhia Nacional de Abastecimento, 2007.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução CONAMA Nº 01*, 23 janeiro 1986.

CONVENÇÃO das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

CRUZ, A.; BRAGA, M. J. A competitividade brasileira no mercado internacional de carne de frango. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

CRUZ, A.; TEIXEIRA, E. C. Estabilização dos preços agrícolas: análise da eficácia dos instrumentos de apoio à comercialização agrícola. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

CUNHA, C. A. et al. O efeito pass-through da taxa de câmbio sobre os preços agrícolas. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

CUNHA, D. A. et al. Integração dos preços ao produtor e preços da bolsa. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

DEDECCA, C. S.; BALLINI, R.; MAIA, A. G. Rendimentos previdenciários e distribuição de renda. *Carta Social e do Trabalho*, n. 4. CESIT. Publicações de maio a agosto de 2006.

DIAS, F. L. F. *Relação entre a produtividade, clima, solos e variedades de cana-de-açúcar, na Região Nordeste do Estado de São Paulo*. Piracicaba/SP: 1997. 64p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

DRAI. *Estado Actual de las Negociaciones Multilaterales en la Organización Mundial del Comercio (OMC)*. Argentina: Dirección de Relaciones Agroalimentarias Internacionales, Ministerio de Economía y Producción, nov. 2007.

FAPRI. *Agricultural Outlook 2007*. Disponível em: <<http://www.faprii.astate.edu>>. Acesso em: 18 novembro 2007.

FIDA. *Rural Poverty Portal*: Rural Poverty in Brazil. Disponível em: <<http://www.ruralpovertyportal.org/english/regions/americas/bra/index.htm>>.

GASQUES, J. et at. Projeções do agronegócio no Brasil – 2006/2007 a 2016/2017. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.





GUIMARÃES, E. Secretaria de Política Agrícola – 15 anos formulando a política agrícola brasileira. *Revista de Política Agrícola*. Mapa/SPA. Ano XVI – Edição Especial 15 anos, Julho 2007.

HEREDIA, B. et al. *Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil*. 2002.

ICONE. *Rodada de Doha: que resultados o agronegócio pode esperar?* ICONE, 2 jun 2007. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=6&arealD=5&secaoID=8&artigoID=1538&mesN=10&anoN=2007&paginaN=1#1538>>. Acesso em: 12 fevereiro 2008.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *O Comércio Exterior Brasileiro no Primeiro Semestre de 2007 – Evolução, Características Setoriais e Intensidade Tecnológica*. N. 15, junho 2007.

IPEA. *Boletim de Conjuntura Agrícola*. Setembro de 2007.

JANK, M. *Boletim ICONE*. Outubro 2007.

JONASSON, E.; HELFAND, S. M. *Locational Determinants of Rural Non-Agricultural Employment Evidence from Brazil*.

JUNIOR, L. H. S. Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas características durante os anos noventa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, V. 13, N. 26, p. 275-290, dezembro 2006.

LIMA, L. C. O. et al. Etanol: Instituições, Mercado Global e Competitividade. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

MAGALHÃES, A. R. *Combate à pobreza rural e projetos comunitários no nordeste*. Disponível em: <<http://www.no.com.br>>. Acesso em: 20 janeiro 2008.

MAGALHÃES, J. P. *Proálcool: uma avaliação global*. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Macroeconomia*. Boletim 1, Ano 1, Out 2007.

MAYORGA et al. Exportações e competitividade do complexo carnes de frangos do Brasil e Paraná no período 1990-2005. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

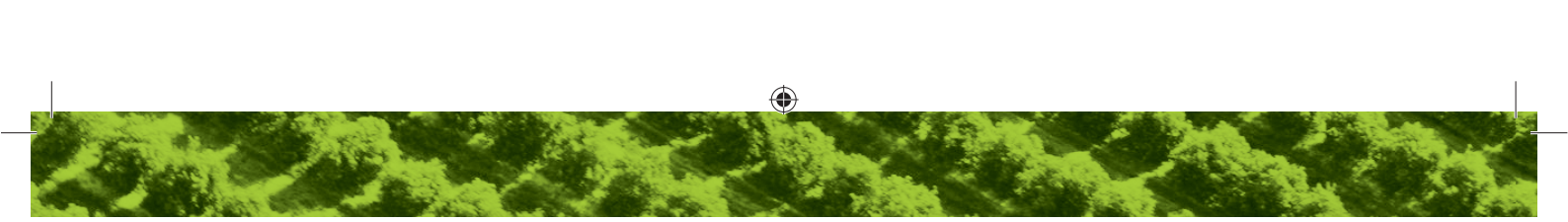
MIELE, M. Cadeia produtiva da carne suína no Brasil. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

NASSAR, A. M. O “não-acordo” na Rodada Doha. *Valor Econômico*, 22 jun. 2007.

NAVES, I. M. Agronegócio e Logística: Dicotomia. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

NOGUEIRA, J. M. et al. A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.





OMETTO, A. R.; MANGABEIRA, J. A. C.; HOTT, M. C. "Mapeamento de potenciais de impactos ambientais da queima de cana-de-açúcar no Brasil". In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. *Anais*. Goiânia/GO: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPI, 2005.

OZAKI, V. A. O papel do seguro na gestão do risco agrícola e os empecilhos para o seu desenvolvimento. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

PAN BRASIL – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação.

PEDROSO, E. K.; PEDROSO, P. K.; LOCATELI, A. L.; GROSSKLAUS, C. Marketing e Cadeia Produtiva da Carne. In: IV SIMCORTE – Simpósio de Produção de Gado de Corte. *Anais*, p.145-166. Viçosa/MG, Brasil, 2004.

POCHMANN, M.; FAGNANI, E. Apresentação. *Carta Social e do Trabalho*, n. 4. CESIT. Publicações de maio a agosto de 2006.

PONCIANO, N. J. et al. Comportamento dos preços de grãos voltadas para exportação e para o mercado interno, no período de 1970 a 2005. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

PORTAL SAF. *Secretário destaca ações para enfrentar a pobreza rural*. Notícias de 20 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=15059&scid=283>>.

REIS, J. D. et al. Análise econômica da cadeia produtiva de carne bovina brasileira no período de 1990 – 2006. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

RELATÓRIO Consolidado do *Workshop* do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação. Disponível em: <<http://www.iicadesertification.org.br>>.


SANTOS, A. L.; GARRIDO, F. Impactos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, n. 4. CESIT. Publicações de maio a agosto de 2006.

SILVA, C. A. G. et al. O impacto do câmbio e da renda mundial nas exportações agropecuárias brasileiras. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

SILVA, C. C.; MAIA, S. F. Desempenho do agronegócio brasileiro: uma abordagem de vantagem comparativa usando dados em painel. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

SOUZA, J. V. P. et al. Novos títulos de financiamento para a agropecuária: a análise da emissão internacional de CDCA por cooperativas agropecuárias. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

SOUZA, L. G. A. et al. Exportações e a competitividade do complexo carne bovina brasileira e paranaense – 1990 a 2005. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.



TAKAMATSU, R. T. et al. Impactos da política cambial no agronegócio brasileiro: uma análise das empresas de capital aberto por meio de seus indicadores financeiros. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

UFRJ. *Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ*. 2007.

WANDER, A. E. et al. Evolução da produção e do mercado mundial do feijão. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

ZILLI, J. B. et al. A Rentabilidade dos contratos futuros de soja em relação ao mercado físico no município de Chapada/RS. In: XLV Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). *Anais*. Londrina/PR: UEL, 22 a 25 de julho de 2007.

REFERÊNCIAS: SITES PESQUISADOS

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 10 agosto 2006.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 fevereiro 2008.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>.

OMC. Disponível em: <<http://www.wto.org>>.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: 02 fevereiro 2008.

PORTAL UNICA. Disponível em: <<http://www.portalunica.com.br>>. Acesso em: 12 fevereiro 2008.

THE ECONOMIST. Disponível em: <<http://www.economist.com>>.



15 ANEXOS

RESUMO

PROJETO DE MODALIDADES PARA A AGRICULTURA

Embaixador Crawford Falconer – Presidente do Comitê de Agricultura

Os presidentes dos Comitês de Agricultura, embaixador Crawford Falconer, e das negociações sobre AMNA, Don Stephenson, divulgaram seus documentos de “modalidades”, no dia 17 de junho de 2007. Modalidades são metas, incluindo metas numéricas, para alcançar os objetivos das negociações.

O projeto de modalidades para a agricultura é um documento técnico, diferentemente dos dois documentos de “desafios”, que discorreu sobre questões políticas e comerciais nas áreas em que há decisões pendentes. Não é um texto definitivo, mas propõe possíveis esferas de acordo para serem discutidas pelos membros, é uma avaliação do que pode ser acordado para os cortes de tarifas, subsídios agrícolas distorcivos ao comércio, e questões relacionadas. Ele foi feito com base nas informações que chegaram dos países ao presidente do Comitê de Agricultura. A seguir, um resumo do Projeto de Modalidades para a Agricultura.

I – AJUDAS INTERNAS

A. Redução Global da Ajuda Interna Causadora de Distorção no Comércio

Nível de Base – ajuda interna que causa distorção no comércio (ajuda distorciva) será a soma de: i) a Medida Agregada de Apoio (MAA) Total Final Consolidada; ii) 10% do valor da produção no período base (1995-2000); e iii) a média dos pagamentos existentes de caixa azul ou 5% da média do valor total da produção agrícola no período de base, se este for mais alto.

Fórmula Estratificada de redução – quando o nível de base (em bilhões de US\$) for:

- > 60 – redução de 75-85%
- 10 - 60 – redução de 66-73%
- 0 - 10 – redução de 50-60%



Prazo e escalonamento – para Países Membros Desenvolvidos (PD) e Países Membros em Desenvolvimento (PED), já no primeiro ano a soma da ajuda distorciva não excederá 80% do nível de base dele. As reduções restantes ocorrerão em partes iguais até o fim do prazo para a aplicação, sendo que para os PED o prazo será maior.

Tratamento diferenciado – PD com elevados níveis relativos de ajuda distorciva incluídos nos segundo grupo, farão uma redução adicional igual à metade da diferença entre a taxa de redução do segundo e do primeiro grupo.

PED:

- que não tenham compromissos a respeito da MAA, não são obrigados a contrair compromissos sobre reduções da ajuda distorciva;
- que tenham compromissos em matéria de MAA, reduzirão a ajuda distorciva no equivalente a 2/3 da ajuda do terceiro grupo da fórmula estratificada mostrada anteriormente;
- que são importadores natos de produtos alimentícios, não estarão obrigados a reduzir.

Países membros pequenos de adesão recente e com baixa renda e economias em transição (PP) não são obrigados a efetuar reduções desse tipo de ajuda.

Compromissos Adicionais:

B. MAA Total Final consolidada

Fórmula estratificada de redução – quando a MAA for (em bilhões de US\$):

- > 40 → redução de 70%;
- 15 - 40 → redução de 60%
- 0 - 15 → redução de 45%

Prazo e escalonamento – as reduções ocorrerão em partes iguais anuais até o fim do prazo para a aplicação, sendo que para os PED o prazo será maior.

Tratamento diferenciado – PD com elevados níveis relativos de MAA farão uma redução adicional igual a:

- quando incluídos no segundo grupo, taxa de diferença entre a taxa de redução do segundo e do primeiro grupo;
- quando incluídos no terceiro grupo, metade da taxa de diferença entre a taxa de redução do segundo e do primeiro grupo.

PED:

- a redução dos que tenham compromissos em matéria de MAA equivalerá a 2/3 do compromisso de redução dos PD;
- importadores natos de produtos alimentícios, não estarão obrigados a reduzir a MAA.

Esses países poderão continuar recorrendo às disposições do Parágrafo 2, do Artigo 6, do Acordo de Agricultura que dispõe sobre a não-obrigatoriedade de compromissos de redução de certas medidas de assistência em países em desenvolvimento.

Os PP não estão obrigados a efetuar redução da MAA.

Exceções – serão abordadas separadamente e de forma pragmática, caso por caso, de acordo com o Parágrafo 4, do Artigo 8, do Acordo de Agricultura.





C. Limites da MAA por produto específico

Limites de MAA por produto específico – limites que não poderão ser ultrapassados serão incluídos na Lista do Membro, de acordo com a média do limite aplicado durante o período de aplicação da Rodada do Uruguai (1995-2000). Os limites serão aplicados em partes anuais iguais durante o prazo para aplicação.

Período de base – Caso haja um nível de ajuda MAA por produto específico superior ao nível *de minimis* em um período posterior ao período de base, o período de base para o produto será a média dos dois anos posteriores ao período de base notificado.

Caso essa ajuda tenha sido inferior ao nível *de minimis* no período de base, a ajuda MAA corrente para esses produtos não excederá o novo nível *de minimis*.

No caso dos Estados Unidos, os limites serão definidos aplicando a distribuição média da ajuda por produto específico no período 1995-2004 e da MAA do período de aplicação da Rodada do Uruguai.

Tratamento diferenciado – para os PED há a possibilidade da MAA por produto específico: i) ser calculada pela média dos níveis aplicados nos anos 1995-2004; ou ii) ser o dobro do nível *de minimis* por produto específico do membro; ou, ainda, iii) ser de 20% da MAA Total Anual Consolidada.

D. De minimis

Reduções – os níveis *de minimis* serão reduzidos em 50 ou 60% ou, caso necessário para ajustar-se a ajuda distorciva permitida, em uma quantia maior.

Tratamento diferenciado – os PP não são obrigados a efetuar cortes do nível *de minimis*.

Também não são obrigados a efetuar reduções os PED que:

- não tenham contraído compromissos de MAA;
- tenham contraído compromissos de MAA, mas que direcionem quase toda essa ajuda aos agricultores de subsistência e com poucos recursos; ou
- sejam países importadores natos de produtos alimentícios.

Para os demais PED, a redução equivalerá a 2/3 da proposta para os PD mais a quantia adicional que seja necessária para ajustar-se ao corte da ajuda distorciva, caso essa seja maior. No caso dos PED de recente adesão que tenham compromissos de MAA, se admitirá para a quantia adicional cinco pontos percentuais. O prazo para redução será maior para esses membros.

E. Caixa azul

Limite – os tipos de pagamentos diretos excluídos do cálculo do MAA, mostrados no 5º Parágrafo, do Artigo 6, do Acordo de Agricultura; além de fixos devem ser invariáveis (por meio da alteração do texto do Acordo) e o valor desse tipo de ajuda não excederá 2,5% da média do valor total da produção agrícola durante o período base. Este limite será efetivo desde o início do prazo para aplicação.

No caso de um membro que tenha colocado na caixa azul no período base um percentual excessivamente alto da sua ajuda distorciva, definido como 40%, a redução percentual dessa ajuda será igual à redução



percentual da MAA desse membro. Para ele, poderá ser considerado um prazo breve, ao invés de imediato, para a aplicação.

Produto particular – o valor da ajuda dada: i) não excederá o valor médio da ajuda concedida a ele no período de 1995-2000; e ii) não será superior a 110 ou 120% da permitida na distribuição por produto específico estabelecida por lei.

Será permitido aumento quando esse não for superior a uma redução correspondente (de um para um, exceto no caso do algodão, que será de dois para um) e irreversível da ajuda MAA corrente para o produto. Nos casos em que não houve ajuda MAA no período base, será permitido aumento que não exceda 10% do limite máximo global.

Tratamento diferenciado – para os PED, o nível máximo permitido desse tipo de ajuda será de 5% da média do valor total da produção no período base. Quando um determinado produto represente mais de 25% do valor total da produção agrícola e receba 80% da ajuda MAA durante o período base, poderá transferir-se da MAA para a caixa azul a ajuda desse produto, mesmo que com isso se exceda o nível máximo permitido.

F. Caixa verde

Modificação dos Parágrafos 2 e 6 e da nota de rodapé 5, do anexo 2, do Acordo de Agricultura, como indicado no Anexo A do documento.

G. Algodão: ajuda interna

Redução – para a ajuda compreendida na MAA, aplicação da fórmula:

$$Rc = Rg + \frac{(100 - Rg) \times 100}{3 \times Rg}$$

sendo que Rc é a redução aplicada ao algodão e Rg é a redução geral da MAA, em %. O valor de base de ajuda será a média do período 1995-2000 e o limite de caixa azul será 1/3 do limite por produto (mostrado em C).

Prazo – a ajuda interna distorciva ao algodão será reduzida em um prazo equivalente a 1/3 do prazo para aplicação.

Tratamento diferencial – os PED com compromissos de MAA e caixa azul com respeito ao algodão estabelecerão uma taxa de redução de 2/3 da calculada pela fórmula acima e o prazo para cumprimento será maior que o dos PD.

II – ACESSO AOS MERCADOS

A. Fórmula estratificada para reduções tarifárias

Base – calcular equivalente *ad valorem* das tarifas e efetuar reduções anuais iguais.

Fórmula estratificada de redução – de acordo com a fórmula:

- 0-20% → redução de 48-52%
- 20-50% → redução de 55-60%

- 50-75% → redução de 62-65%
- >75% → redução de 66-73%

Para os PED, salvo os especificados a seguir:

- 0-30% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no grupo inferior
- 30-80% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no segundo grupo
- 80-130 → redução de 2/3 da aplicada aos PD no terceiro grupo
- >130% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no quarto grupo

A redução máxima que será exigida dos PED como resultado da aplicação dessa fórmula será de 36 ou 40%, com a possibilidade de reduções proporcionais em todas as bandas para manter-se nesse nível médio.

Tratamento diferenciado – para as economias pequenas e vulneráveis:

- 0-40% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no grupo inferior
- 40-90% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no segundo grupo
- 90-140 → redução de 2/3 da aplicada aos PD no terceiro grupo
- >140% → redução de 2/3 da aplicada aos PD no quarto grupo

A redução máxima que será exigida das economias pequenas e vulneráveis como resultado da aplicação dessa fórmula será de 24%, com a possibilidade de reduções proporcionais em todas as bandas para manter-se nesse nível médio. Há, ainda, a possibilidade de no caso do resultado da fórmula ser insustentável, o país não ser obrigado a efetuar redução estratificada, mas apenas uma redução média global.

B. Produtos sensíveis

PD – terão direito a designar até 4 ou 6% de suas linhas tarifárias como “produtos sensíveis”. Poderá aumentar o número de produtos sensíveis para 6 ou 8% se: i) tiver mais de 30% das suas linhas tarifárias na banda superior; ou ii) a metodologia impor uma limitação desproporcional ao número absoluto de linhas tarifárias por esse membro ter seus compromissos tarifários em seis dígitos.

Pode haver desvio da redução dos direitos sobre os produtos sensíveis de 1/3 a 2/3 em relação à fórmula.

PED – terão direito de designar até 1/3 a mais de linhas tarifárias como produtos sensíveis.

Pode haver desvio da redução dos direitos sobre os produtos sensíveis em não menos que 2/3 em relação à fórmula.

Possibilidades de expandir os contingentes – com a aplicação dos contingentes tarifários, os PD devem obter novas oportunidades de acesso de no mínimo 4 ou 6% do consumo interno em unidades físicas para o desvio de 2/3 e acesso de 3 ou 5% para o desvio de 1/3.

Um membro que designar um maior número de produtos sensíveis deverá assegurar uma média global mais elevada, de 4,5 ou 6,5%.

No caso das duas bandas superiores, se o volume de importações NMF excede 50% das que entram pelos contingentes tarifários, se eles representam pelo menos 2% do consumo interno e utiliza-se o desvio mínimo, a obrigação de ampliar o contingente tarifário poderá reduzir-se a 1/4. No caso das duas bandas inferiores, nessas condições, poderá reduzir-se em 1/5.

No caso de desvio mínimo (1/3), se as importações dentro de um contingente tarifário representam:

- 10-20% do consumo interno → aplicação do contingente tarifário de 2,5 ou 3,5%;
- 20% ou mais → aplicação do contingente tarifário de 2 ou 3%.



Quando, como resultado das novas reduções resultantes desta negociação, um membro constata que as importações com tributo NMF reduzido tenham aumentado em uma quantidade superior a duas ou três vezes o aumento estabelecido no novo compromisso de contingentes tarifários, expresso em % do consumo interno, esse compromisso poderá reduzir-se pela metade (excluindo casos em que há outras medidas da OMC que aumentem o NMF).

Tratamento diferenciado – para os PED os contingentes tarifários serão equivalentes a 2/3 da quantia correspondente a dos PD e, no consumo interno, não será incluído a quantia da produção de subsistência.

C. Outras questões

Progressividade tarifária

Essa questão requer mais trabalhos, não há nada próximo de um acordo. Assim, foram apenas destacados alguns pontos. Basicamente, destacou que não se pode ignorar essa questão, que é de interesse particular dos PED. Existem propostas concretas, muito amplas para serem acordadas, porém deve-se partir delas para as discussões e usá-las como ajuda para os debates. Destacou que esse ponto não prevalecerá sobre o principal motor da liberalização, que são fórmulas estratificadas, sendo apenas complementar. E, por último, sugeriu dois modos para pensar sobre essa questão: usar alguma referência e centrar nos casos mais notáveis ou orientar-se por algum conceito de margem mínimo.

Produtos básicos

Caso os efeitos desfavoráveis da progressividade tarifária não sejam eliminados com a fórmula estratificada, os membros discutirão com os membros dependentes de produtos básicos, seguindo o enfoque do projeto, para buscar soluções satisfatórias. Ao final da aplicação, todas as barreiras não *ad valorem* sobre os produtos identificados se consolidarão sobre uma base *ad valorem*. Do mesmo modo, se preverão procedimentos adequados para as negociações sobre a eliminação de medidas não tarifárias que afetem o comércio de produtos básicos.

Serão adotadas disposições para garantir que os membros possam atuar coletivamente para fixar preços das exportações de produtos básicos agropecuários em níveis estáveis, equitativos e remuneradores, inclusive com medidas adotadas em conjunto entre os países produtores e consumidores.

Simplificação das barreiras – nenhuma barreira deverá consolidar-se de forma mais complexa que a atual e as formas muito complexas serão eliminadas ou simplificadas.

Contingentes tarifários

A questão dos direitos consolidados dentro dos contingentes ainda deve ser objeto de negociações concretas, entretanto, foram feitas algumas propostas a título de orientação: i) eles devem ser reduzidos a um nível que garanta que o comércio possa fluir efetivamente; ii) as reduções dos direitos dentro do contingente devem ser inferiores a taxa de redução da banda correspondente; iii) busca-se uma melhora dos termos e condições de acesso com a manutenção da relatividade, assim, a questão é determinar que resultado cobrirá desde esse ponto até a eliminação total dos direitos dentro do contingente ou de alguns deles; iv) as reduções dos direitos dentro dos contingentes não contará no cálculo da redução média, nem dentro das bandas nem na média geral (se aplicável).

Salvaguarda especial para a agricultura

O Artigo 5, do Acordo de Agricultura, onde estão as provisões de salvaguarda especial expirará nos PD membros ao final do prazo para a aplicação. Os membros reduzirão o número de linhas tarifárias com direito a salvaguarda em ao menos 50% ao início do prazo para a aplicação e, posteriormente, em partes iguais anuais.





Ou

Os PD terão direito de manter um número de salvaguardas especial para um número de linhas tarifárias equivalente ao correspondente dos produtos sensíveis.

D. Tratamento especial e diferenciado

Produtos especiais – apenas orientações que poderiam ajudar a intensificar os trabalhos:

Seleção do número de produtos especiais para os PED, designada por eles, baseando-se nos critérios de segurança alimentar, segurança dos meios de subsistência e desenvolvimento rural de cada um.

Partir-se-á da lista de indicadores do G-33.

A partir daí, duas possibilidades: i) aceitar os indicadores acordados ou ii) adotar um enfoque mais concreto, estabelecendo uma % mínima superior a dos produtos sensíveis, dando maior flexibilidade aos membros de recente adesão e estabelecendo um nível proporcional mais alto para os PED, os PP e os membros de recente adesão.

Mecanismo de salvaguarda especial – algumas orientações apenas:

Dois elementos de ativação: preço e quantidade, não aplicados simultaneamente, sendo que deverá ser estabelecido um período de ativação razoável para o mecanismo não alterar o comércio normal ou ser excessivamente sensível a flutuações pouco importantes.

Objetivo de responder às necessidades dos agricultores dos países em desenvolvimento: o desenvolvimento rural, a segurança alimentar e dos meios de subsistência, portanto está fundamentalmente orientada aos produtos nacionais.

O mecanismo não tem por finalidade proteger os provedores especiais, não deve ser levado em conta o comércio preferencial no cálculo dos elementos de ativação.

A mais completa liberalização do comércio de produtos tropicais e produtos para diversificação – muito distantes com relação a esse assunto.

Foram propostas algumas hipóteses de trabalho:

- Lista ampliada da Rodada do Uruguai, entretanto, menor que a lista do grupo de Cairns.
- Não há obrigação de separar os produtos para diversificação, mas, isso seria conveniente.
- O que seria “a mais completa liberalização”? Dar sentido a essas palavras.

Desgaste das preferências – ainda muito distantes de uma decisão, apresentou apenas propostas provisórias e hipóteses de trabalho: certos produtos de elevado interesse, sendo que os principais são açúcar (para o qual continuam valendo as observações no documento de desafios) e banana.

Para alguns casos, serão necessárias medidas comerciais, mas isso não deve ser generalizado. Nesses casos provavelmente haverá prolongação do prazo para a aplicação.

No Anexo 2 do projeto estão alguns estudos analíticos realizados pela Secretaria, para dar um impulso nesse trabalho.

E. Membros de recente adesão

A Arábia Saudita, a ex-República Iugoslava da Macedônia e o Vietnã, como membros de adesão muito recente, não são obrigados a assumir nenhum novo compromisso por esse documento.





Aos outros membros de recente adesão, a aplicação dos compromissos assumidos em relação a essas modalidades deverá iniciar depois de cinco anos após o cumprimento dos compromissos resultantes da adesão na OMC. Este prazo poderá ser prolongado por mais dois anos. Esses membros terão direito a moderar os cortes da aplicação da fórmula estratificada em até cinco pontos *ad valorem* em cada banda e os direitos consolidados inferiores a 10% dos PED de recente adesão estarão isentos de redução.

Os PP não estarão obrigados a efetuar reduções dos direitos consolidados.

F. Países menos adiantados

Esses países não estão obrigados a efetuar reduções dos direitos consolidados.

Os PD outorgarão.

Os PED que se declarem em condições de fazê-lo, outorgarão. Os que se encontrem em dificuldades para outorgar acesso aos mercados, outorgarão acesso aos mercados livre de direitos e de contingentes para ao menos 97% dos produtos originários desses países para o ano de 2008 ou não depois do começo do prazo para aplicação.

G. Acesso aos mercados para o algodão

Os PD e os PED que tenham condições, darão acesso livre de direitos e contingentes às exportações de algodão dos países menos adiantados a partir do começo do prazo para a aplicação. Os que não tenham condições, se comprometerão a examinar as possibilidades de aumentar as oportunidades de importação de algodão desses países.

H. Economias pequenas e vulneráveis

No presente acordo, esse termo se aplicará aos membros cuja economia representava, como média, no período de 1999-2004: i) não mais que 0,16% do comércio mundial de mercadorias; ii) não mais de 0,1% do comércio mundial de produtos não-agropecuários; e iii) não mais de 0,4% do comércio mundial de agropecuários.

Os PD e os PED que estejam em condições de fazê-lo, preverão amplas melhoras nos acessos aos mercados para os produtos cuja exportação interessa aos membros com economias pequenas e vulneráveis.

III. COMPETÊNCIA DAS EXPORTAÇÕES

A. Disposições gerais

Esses compromissos não devem ser interpretados de modo que ultrapassem os compromissos ou mude obrigações e direitos das Listas dos Membros, do Acordo de Agricultura ou de outro acordo da OMC.

B. Compromissos em matéria de subsídios

PD: eliminarão todos os subsídios no final de 2013, sendo que, no fim de 2010, 50% já terá sido reduzido e o restante será eliminado em partes iguais anuais.

PED: eliminarão os subsídios às exportações em X% em partes anuais iguais. E continuarão beneficiando-se das disposições do Parágrafo 4 do Artigo 9 do Acordo de Agricultura durante um período de 5 anos depois da data final para a eliminação de todas as formas de subsídios às exportações.





Os níveis de compromisso em matéria de quantidade: i) se reduzirão em partes anuais iguais a partir dos níveis de compromisso da Rodada do Uruguai; ou ii) se aplicarão como *status quo* desde o início aos níveis correntes ou aos da Rodada do Uruguai reduzidos em 20%, se estes forem inferiores.

C. Créditos a exportação, garantias de crédito a exportação ou programas de seguro

Serão ajustadas às disciplinas detalhadas no Anexo D, onde é proposto um outro Parágrafo 2 para o Artigo 10 do Acordo de Agricultura.

D. Empresas comerciais de Estado exportadoras de produtos agropecuários

Se ajustarão às disciplinas detalhadas no Anexo E do documento, que propõe outra mudança no Artigo 10 do Acordo de Agricultura.

E. Ajuda alimentícia internacional

Se ajustará às disciplinas detalhadas no Anexo F, que propõe um novo texto para o Parágrafo 4, do Artigo 10, do Acordo de Agricultura.

F. Algodão

PD: eliminarão todas as formas de subsídios a exportação para o algodão ao começo do prazo para aplicação.

PED: não definido.

→ Se especificará na Lista de Compromissos as disciplinas e a forma como serão feitas as disciplinas das competências das exportações.

IV. VIGILÂNCIA E SUPERVISÃO

Deverão ser analisadas as propostas recentes dos grupos de Cairns e do G20 (documentos JOB(07)/88 e JOB(07)/97, respectivamente).

V. OUTRAS QUESTÕES

- Itens não definidos:**
- A. Iniciativas Setoriais**
 - B. Impostos diferenciais a exportação**
 - C. Indicações Geográficas**

D. Proibições e restrições à exportação

Modificação do Artigo 12 do Acordo de Agricultura. Deverá incluir, entre outras disposições, que: todas as proibições ou restrições a exportação aplicadas a alimentos e rações serão eliminadas um ano após a data para aplicação, a não ser que os dois membros envolvidos acordem um prazo superior, que não exceda 18 meses, e os motivos sejam justificados.



LINHA DO TEMPO DA AGRICULTURA – ANO DE 2007

JANEIRO DE 2007

Regulamentação da Lei de resseguros

A Lei complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, regulamentou o resseguro promovendo a abertura do mercado de resseguros e extinguindo o monopólio do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). A abertura teve como objetivo o incentivo à competição, à queda nos preços e à melhora na qualidade dos serviços e tecnologias utilizadas no setor securitário. A partir de então as operações de resseguro e retrocessão podem ser realizadas por um ressegurador local, sediado no país; um admitido, que pode ser sediado no estrangeiro, mas que tenha uma representação e por último, um ressegurador eventual, que na tenha uma representação no Brasil, mas que cumpra as demandas da LC nº 126. O Poder Executivo determinará os limites máximos que serão cedidos anualmente a resseguradores eventuais e determina que nos três primeiros anos de vigência da LC 126, pelo menos 60% das operações deverão ser realizadas por resseguradores locais e após três anos, o percentual cai para 40%.

Presidência da República, Casa civil. Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp126.htm>

FEVEREIRO DE 2007

Presidentes do Brasil e da Bolívia assinam entendimento de cooperação técnica

Em 15 de fevereiro de 2007, os presidentes da Bolívia e do Brasil assinaram um entendimento de cooperação técnica na área de segurança sanitária e fitossanitária. O documento estipula que o Brasil dará apoio técnico à Bolívia, o foco inicial foi dado para a erradicação da febre aftosa nos dois países e a promoção da cooperação técnica internacional em áreas de interesse mútuo, como por exemplo, em relação ao trânsito internacional, sanidade vegetal, negociações internacionais e etc.

Primeiros zoneamentos de matérias-primas para a produção de biodiesel

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou os primeiros zoneamentos de matérias-primas para a fabricação de biodiesel no país. Os primeiros zoneamentos publicados com a finalidade de se produzir matéria-prima para a fabricação de biodiesel são para a cultura do girassol nos estados de Goiás, Tocantins, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão, além do Distrito Federal. Foi aprovado, ainda, o zoneamento do dendê na Bahia. Com o zoneamento, são definidas as habilidades ao cultivo nas diversas regiões do país e indicadas as culturas mais aptas, objetivando diminuir os riscos de frustração de safra.

Suspensão dos embargos às carnes brasileiras em fevereiro

Os Embargos impostos pela Angola e pela Colômbia às exportações da carne brasileira foram suspensos no mês de fevereiro de 2007.

MARÇO 2007

Rússia autoriza importação de frango do RS

Serviço Federal de Supervisão Veterinária e Fitossanitária da Federação Russa autorizou em cinco de março a importação de aves vivas, ovos para incubação, carne de aves e todos os demais produtos da avicultura que não passaram por tratamento térmico, procedentes do estado do Rio Grande do Sul; suspensas desde julho de 2006.

CAS e a questão da aftosa no Mercosul

O Conselho Agropecuário do Sul (CAS) se reuniu em oito de março, na Bolívia, e definiu a criação de zonas de Alta Vigilância nas fronteiras entre os países do Mercosul. A dimensão mínima das zonas foi estipulada em 15 km para cada lado da fronteira. Na reunião também foi proposto o monitoramento e a harmonização de todas as ações de combate e erradicação à aftosa como em vacinações assistidas e em períodos sincronizados, cadastramento e monitoramento de animais e propriedades.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "CAS cria zona de vigilância sanitária no Brasil". Divulgada em 15 de fevereiro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

ABRIL 2007

Criação do Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.

O Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle (PNPIA), implementado pela Instrução Normativa nº 17, de 07 de abril de 2007; foram estipulados critérios de classificação dos estados brasileiros de acordo com o status sanitário verificado em relação à influenza aviária e à doença de Newcastle.

A classificação foi estipulada como a seguir:

- nível **"A"** = Estados reconhecidos como de maior eficiência no país.
- nível **"B"** = Estados considerados como funcionais, porém há necessidade de auxílio do Mapa na condução das ações sanitárias.
- nível **"C"** = Estados de nível intermediário, pois necessitam da coordenação do Mapa na condução de alguns procedimentos sanitários.
- nível **"D"** = Estados que necessitam de estruturação e do desenvolvimento de ações pontuais para realização da vigilância às doenças das aves.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Mapa implementa plano de prevenção à influenza aviária e doença de *newcastle*". Divulgada em 10 de abril de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

MAIO 2007

Novo padrão de qualidade da soja

Em 16 de maio de 2007 o Mapa divulgou a Instrução Normativa nº 11, que aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Soja (Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ da Soja). O novo padrão serviu para atualizar os parâmetros de qualidade adequá-los aos mercados nacionais e internacionais.

Crédito Rural

Em 23 de maio, uma medida provisória autorizou uma linha de crédito definida como Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), para liquidar as dívidas de produtores rurais e cooperativas contraídas com fornecedores de insumos agropecuários durante as safras 2004/2005 e 2005/2006. A linha disponibilizará R\$ 2,2 bilhões de Reais. Em 30 de maio de 2007 foram aprovados o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e a Linha Especial de Crédito (LEC) para avicultura e suinocultura em regime integrado. A medida autoriza também o empréstimo para o financiamento do milho destinado ao consumo de tais culturas.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "MP viabiliza renegociação de dívidas entre produtores e fornecedores de insumos". Divulgada em 23 de maio de 2007. <http://www.agricultura.gov.br> e Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "CMN autoriza EGF e LEC para suinocultura". Divulgada em 23 de maio de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

JUNHO 2007

Aumenta a mistura do álcool na gasolina automotiva

Em 13 de junho de 2006, foi estipulado um aumento do percentual obrigatório de mistura do álcool anidro à gasolina, visando estimular o setor sucroalcooleiro e o aumento da produção nacional. O coeficiente passou de 23% a 25%.

Maior prazo para o pagamento de dívidas agrícolas

Em 14 de junho de 2006, foi prorrogado o prazo do pagamento das dívidas de contraídas para investimento e custeio agrícola de safras anteriores a 2006/2007, aprovado pelo CMN. Como mencionado pelo Ministro Stephanes, o alto custo do escoamento da produção em determinadas regiões penaliza os produtores nacionais.

Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008

O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 foi lançado pelo Presidente Lula e por Reynolds Stephanes em junho de 2007. Além de atualizar os recursos para custeio, investimento e comercialização, detalha as mudanças no Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) (expansão dos títulos privados do agronegócio, aumento dos preços mínimos de produtos agrícolas em nível nacional e regional e avanços na implementação do seguro rural, entre outros pontos).

CONTINUAÇÃO – JUNHO 2007

Novo Certificado Sanitário Internacional

O Mapa elaborou uma nova certificação para a exportação de carnes bovinas brasileiras. O Certificado Sanitário Internacional (CSI), que entrou em vigor em 29 de junho de 2007, será impresso em papel especial emitido pela Casa da Moeda do Brasil e terá 12 itens de segurança. Em relação às importações da Rússia, o novo certificado será acompanhado de uma etiquetagem individual de cada peça de carne bovina e da identificação de cada caixa a ser exportada. Tais medidas foram acertadas pelo Mapa e pelas autoridades Russas em sanidade agropecuária.

FAO vê conflito com alimentos

A FAO, órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, divulgou um estudo que sugere que a crescente demanda por biocombustíveis pode estar levando a uma alta dos preços internacionais de alguns alimentos. Segundo o estudo, os gastos globais com a importação de alimentos devem crescer 5% e atingir um valor recorde de US\$ 400 bilhões no ano de 2007.

JULHO 2007

Ministério da Agricultura trabalha o zoneamento dos cultivos de soja e cana-de-açúcar

Em 13 de agosto de 2007, foi aprovado o zoneamento para a cultura de soja em 11 estados brasileiros. O zoneamento apresenta o nome de todos os municípios e períodos mais adequados para o plantio da soja. Em 17 de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reynolds Stephanes, estipulou o zoneamento da plantação da cana-de-açúcar. O mapeamento proibirá a produção de cana-de-açúcar nos biomas da Amazônia e do Pantanal. As áreas para o plantio da cultura serão inicialmente as áreas de pastagem degradadas. Uma certificação socioambiental para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar está sendo discutida pelo Inmetro.

Nova espécie de mamona

Uma nova espécie de mamona, caracterizada pela precocidade no cultivo, foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Algodão), de Campina Grande, com a perspectiva de ser o primeiro produto concebido para ser matéria-prima de energia renovável no semi-árido nordestino. Fruto de uma pesquisa iniciada em 2000, com experimentos feitos na Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Rondônia, a BRS Energia permite ao agricultor uma colheita de cachos com metade do tempo previsto para a colheita das outras cultivares disponíveis no mercado.

AGOSTO 2007

Novo Sisbov

Um novo sistema de rastreabilidade das carnes brasileiras foi implementado. O novo Sisbov foi modificado de acordo com exigências européias para exportação de carne bovina à Comunidade Européia. De acordo com o Mapa, até agosto de 2007, cerca de seis milhões haviam migrado para o novo sistema. Um prazo para a inclusão dos animais foi estipulado para o dia 31 de dezembro de 2007, após tal data, os animais não cadastrados serão excluídos do sistema.

Mapa fortalece a regulamentação e certificação para produtos de exportação brasileiros

O GTA – Guia de Trânsito Animal para movimentação de seres vivos, ovos férteis e materiais de multiplicação tornou-se obrigatório. Impressas pela Casa da Moeda do Brasil e com 12 itens de segurança, atende tanto a demanda nacional quanto a internacional. Este documento é um dos elementos necessários para a exportação de carnes brasileiras à Rússia e à União Européia.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Nova GTA tem uso obrigatório a partir de amanhã". Divulgada em 31 de agosto de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

SETEMBRO 2007

Mapa define zoneamento para oito estados

Oito portarias de zoneamento foram publicadas em setembro de 2007. Nos estados do Piauí e São Paulo, foram estipuladas as portarias para o zoneamento da banana. Nos estados do Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal, foram estipuladas as zonas de mandioca. No Maranhão e no Piauí, foram liberadas as zonas para o plantio do milho. Por último, foi liberado o zoneamento de arroz sequeiro em Rondônia.

Guiana pretende produzir etanol

A Guiana solicitou ao Brasil informações sobre a produção de etanol. Sendo a Guiana um país de clima tropical-temperado e de uma extensão de terra arável suficiente para a produção em questão, pretendem desenvolver um programa de biocombustíveis. O Ministro Stephanes declarou que a tecnologia do etanol é pública e está à disposição de parceiros e vizinhos, pois quanto maior a quantidade de países plantando cana-de-açúcar, maior será a inserção do produto como combustível alternativo em nível mundial.

Criação do CIBA Consórcio Internacional em biologia Avançada

A Embrapa e o Cirad assinaram, em setembro de 2007, uma carta de intenções para a criação do Consórcio Internacional em Biologia Avançada (Ciba), que vai gerenciar os esforços de pesquisas ente a Embrapa e a Agropolis, Pólo de Pesquisa em Agronomia Tropical e Mediterrânea, que compões instituições de

CONTINUAÇÃO – SETEMBRO 2007

peso na França como o próprio Cirad, o Inra e o IRD. O Cirad passará a ser o mediador entre a Embrapa e a Agropolis.

Prorrogação de dívidas agrícolas

Em 14 de junho de 2006, o prazo do pagamento das dívidas contraídas para investimento e custeio agrícola de safras anteriores a 2006/2007 já havia sido prorrogado. Como mencionado pelo Ministro Stephanes, o alto custo do escoamento da produção em determinadas regiões penaliza os produtores nacionais. A renegociação das dívidas do crédito rural têm sido recorrente. Em agosto de 2007, o Conselho Monetário Nacional havia aprovado um rebate de 10% nos financiamentos de crédito contratados com recursos do FAT e do BNDES nos programas Moderfrota, Prodecoop e Finame Agrícola Especial. Em setembro, o CMN ampliou novamente o prazo para pagamento das dívidas de produtores rurais. As safras assimiladas foram as de 2003/2004, 2005/2006 e 2007/2008. A ampliação serviu para dar mais tempo ao produtor, os prazos estipulados para os pagamentos ficaram definidos para as dívidas custeio em 30 de outubro e para as dívidas de investimento, em 17 de dezembro.

OUTUBRO 2007

Seguro Rural

A contratação de seguro rural em 2007 chega a R\$ 32 milhões e supera o valor contratado em todo o ano de 2006. Representante do Mapa declara que a aplicação do volume total da subvenção disponibilizado beneficiará 50 mil produtores e tem potencial para assegurar R\$ 9 bilhões de capital, garantindo a cobertura a cinco milhões de hectares, ou seja, 8% da área explorada com culturas anuais e permanentes. No ano passado, foram aplicados R\$ 31,1 milhões em subvenção, o que garantiu R\$ 2,9 bilhões de capital e propiciou a cobertura de uma área de 1,5 milhão de hectares. Até agora as principais culturas beneficiárias da subvenção foram soja, trigo e uva. (Katja Polisseni).

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Contratações de Seguro Rural somam R\$32 milhões e já superam valores de 2006". Divulgada em 19 de outubro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

Governo antecipa o B2

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), antecipou o prazo para a adição obrigatória de 2% de biodiesel ao óleo diesel (B2). A nova data foi modificada para o dia primeiro de janeiro de 2008 e não mais 14 de janeiro.

NOVEMBRO 2007

Regulamentação para produtos de origem vegetal

De acordo com o Decreto 6.268 que regulamenta a Lei 9.972, do ano 2000, a certificação de produtos vegetais: *in natura*, processados e industrializados pode ser efetuada pelos próprios estabelecimentos desde que estes estejam de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com normas e práticas internacionais.

DEZEMBRO 2007

Mapa regionaliza controle de risco de doenças na produção avícola

Ao longo de 2007, apesar de o Brasil estar livre do vírus H5N1 de alta patogenicidade, as autoridades nacionais e alguns estados deram continuidade ao Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de *Newcastle*; aprovado em abril de 2006 pela Instrução Normativa nº 17. O Mapa decidiu, em parceria com a Secretaria de Defesa Agropecuária, ampliar o controle de doenças na produção avícola em dezembro de 2007. Os novos critérios de monitoramento de doenças aviárias foram baseados na estratégia de regionalização do controle de doenças, método que é utilizado com boa aceitação em vários países. Inseridos em tal estratégia, alguns estados foram distribuídos pelos quatro grupos classificatórios do PNPIA, temos como exemplo os estados abaixo: Na avaliação do Mapa em seis de dezembro de 2007:

- a) Estados classificados como nível **"A"** são os reconhecidos como de maior eficiência no país. Os produtos originários destes estados possuem livre circulação no território nacional;
- b) Estados classificados como nível **"B"** são aqueles considerados como funcionais, porém há necessidade de auxílio do Mapa na condução das ações sanitárias:
 - a. Santa Catarina;
- c) Estados classificados como nível **"C"** são os de nível intermediário, pois necessitam da coordenação do Mapa na condução de alguns procedimentos sanitários:
 - a. Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins;
- d) Estados classificados como nível **"D"** são os que necessitam de estruturação e do

CONTINUAÇÃO – DEZEMBRO 2007

desenvolvimento de ações pontuais para realização da vigilância às doenças das aves:

a. Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Governo aumenta a fiscalização de produtos para alimentação animal

O Decreto nº 6.296 que regulamenta a Lei de nº 6.198 de 26/12/1974, atualizou em 18 de dezembro de 2007: as normas previamente estabelecidas para a produção, comercialização e fiscalização de produtos para alimentação animal. Como os decretos divulgados este ano; assimila desde a produção, transporte, armazenamento, comercialização, armazenamento e distribuição, até as sanções a serem aplicadas caso seja constatada alguma fraude no processo.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Decreto Regulamenta fiscalização de produtos para alimentação animal". Divulgada em 18 de dezembro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>

Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite – CQuali-Leite

A fiscalização do leite brasileiro foi então reestruturada em dezembro de 2007. Um centro para a observação da produção de laticínios deve estar funcionamento em meados de março de 2008. Conhecido como Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade do Leite (CQuali-Leite), o serviço funcionará como um banco de dados, abrigado na página eletrônica do DPDC do Ministério da Justiça, e terá informações desde a produção até a rotulação dos produtos.

Novas regras para a cadeia de orgânicos

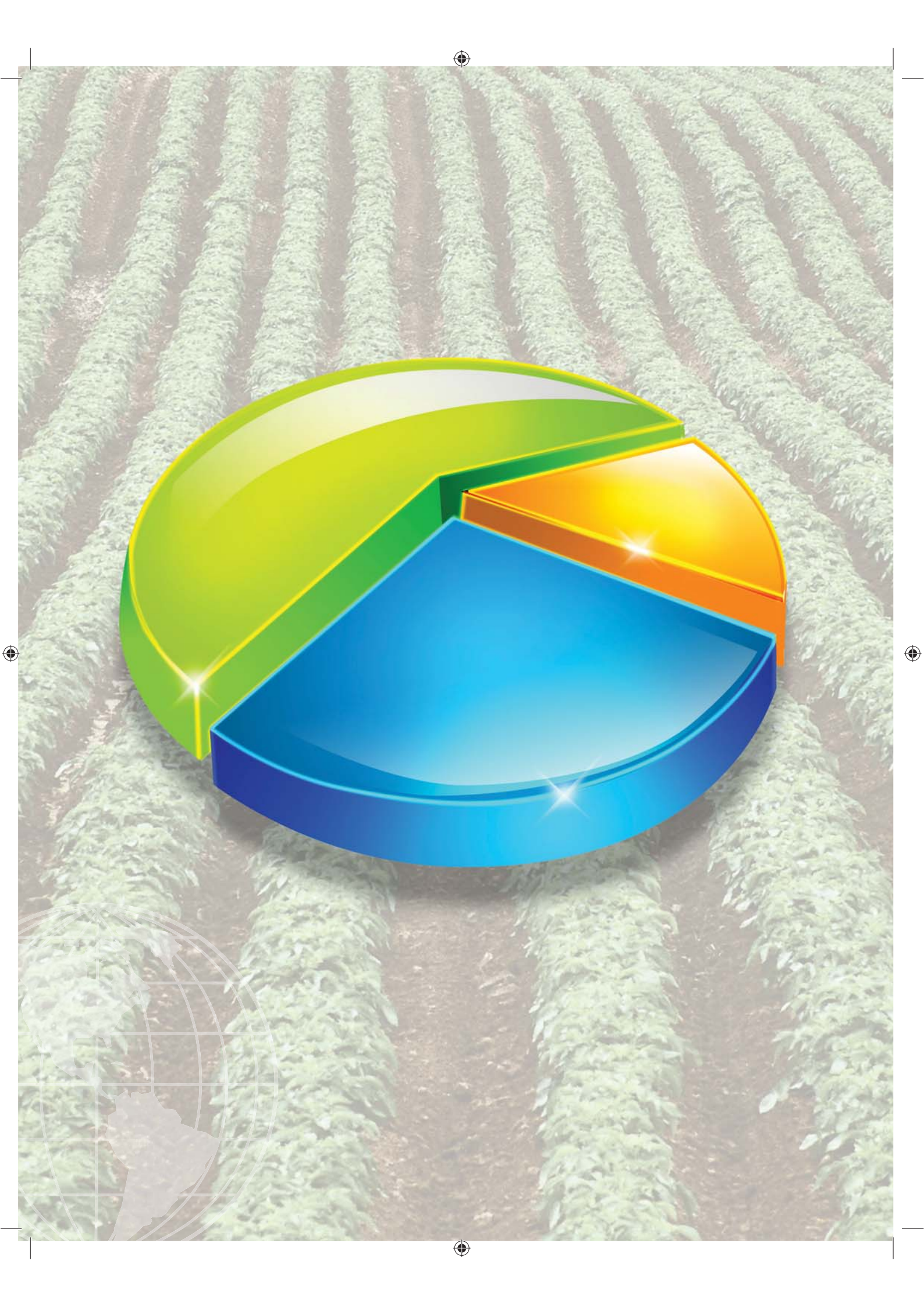
O acordo com o Decreto nº 6323 que regulamenta da Lei nº 10.831/2003, estabelece crité-

rios de produção, armazenamento, certificação, transporte, comercialização e fiscalização para a agricultura orgânica. O decreto criou também o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica que monitorará todos os processos da cadeia produtiva. As responsabilidades são distribuídas entre o Ministério e organismos de avaliação de conformidade habilitado pelo Mapa, para avaliar e certificar as propriedades produtoras. Também será criada uma Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg) e comissões estaduais, para propor reformas e estimular fóruns de discussão sobre o tema. O decreto também permitiu a produção não-orgânica na mesma propriedade, desde que devidamente separadas e os produtos a serem distribuídos no mercado interno devem respeitar as normas brasileiras, mesmo que siga as exigências de alguns países exportadores.

Zoneamento de Riscos Climáticos Embrapa

Em 2007, 22 estados e 23 culturas foram contemplados pelo programa da Embrapa de Zoneamento do Risco Climático. Os zoneamentos recentemente definidos foram para as culturas de ameixa, amendoim, girassol, nectarina, pêra e pêssego; outras culturas já contempladas anteriormente foram as seguintes: algodão, arroz, banana, cevada, café, caju, dendê, feijão, feijão-caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva. Para 2008, está planejado o zoneamento das culturas do coco e canola e estudos para os demais estados brasileiros. A estimativa do Mapa é que até 2012, 600 estudos de zoneamento estejam contribuindo para o planejamento sustentável da agricultura brasileira.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "Estudos do Zoneamento do Risco Climático são ampliados em 2007". Divulgada em 28 de dezembro de 2007. <http://www.agricultura.gov.br>



16 CADERNO DE ESTATÍSTICAS DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

AÇÚCAR

ÁLCOOL

ARROZ

CAFÉ

CARNE BOVINA

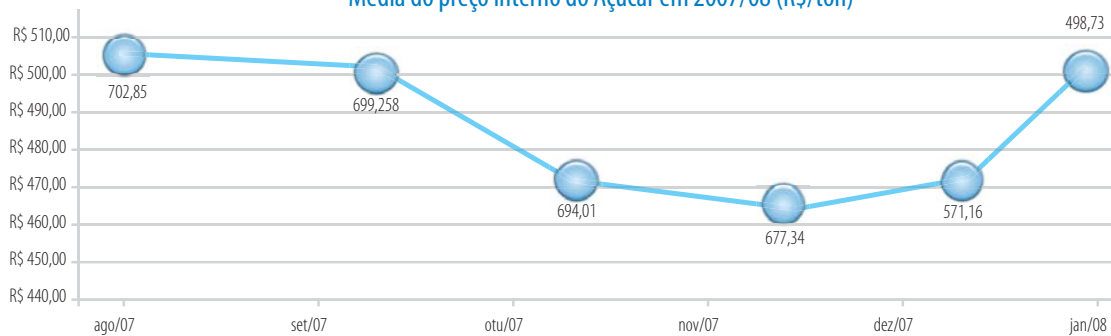
CARNE SUÍNA

LEITE E DERIVADOS

MILHO

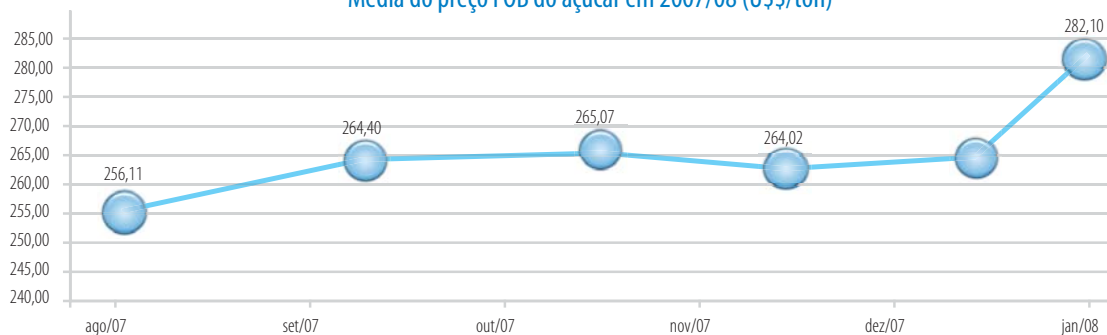
AÇÚCAR

Média do preço interno do Açúcar em 2007/08 (R\$/ton)



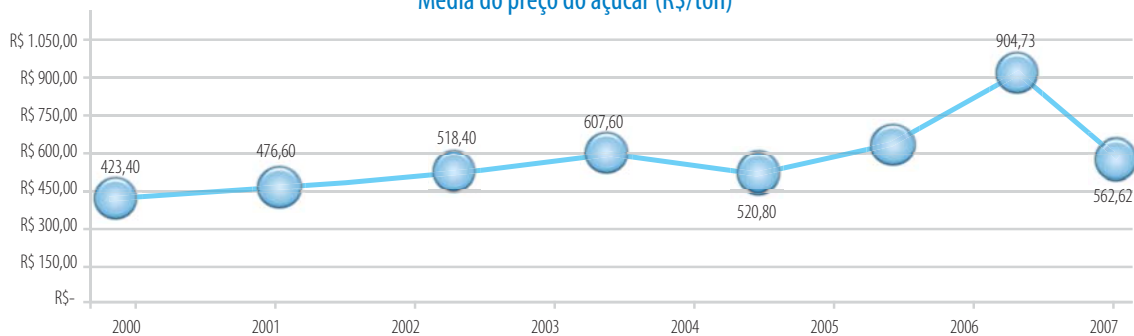
Fonte: CEPEA/USP/ESALQ

Média do preço FOB do açúcar em 2007/08 (US\$/ton)

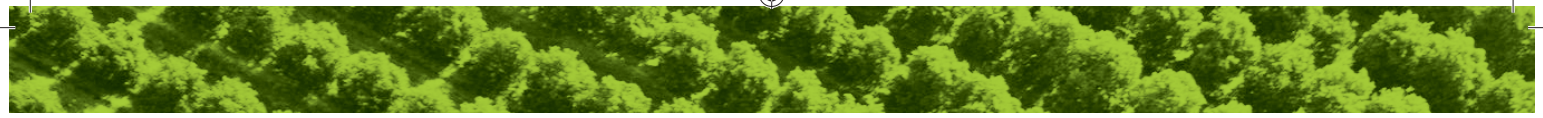


Fonte: CEPEA/USP/ESALQ

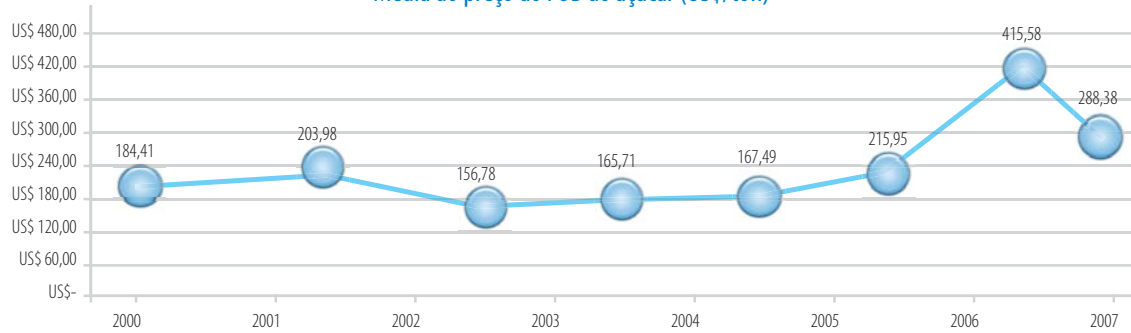
Média do preço do açúcar (R\$/ton)



Fonte: CEPEA/USP/ESALQ

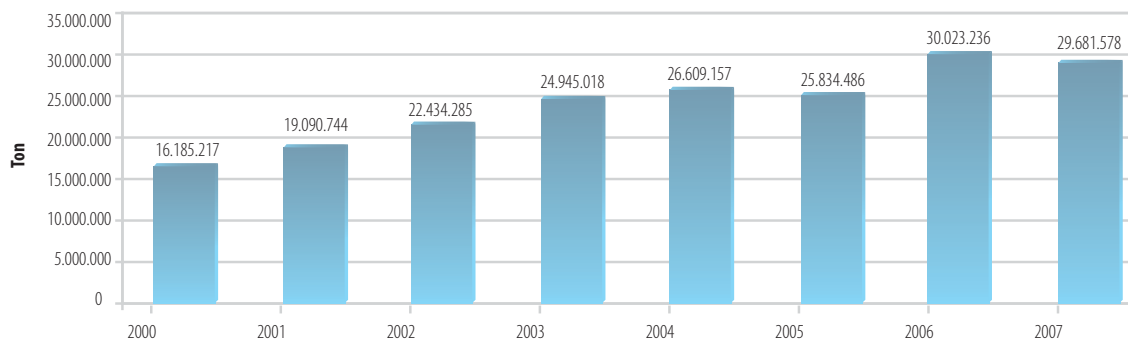


Média do preço do FOB do açúcar (US\$/ton)



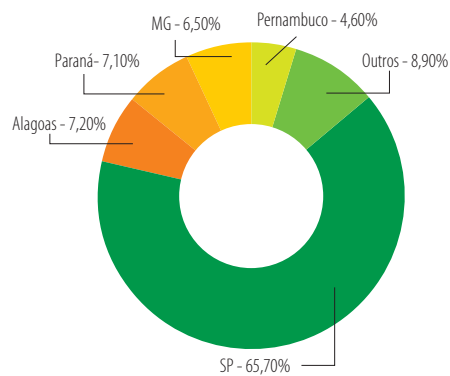
Fonte: CEPEA/USP/ESALQ

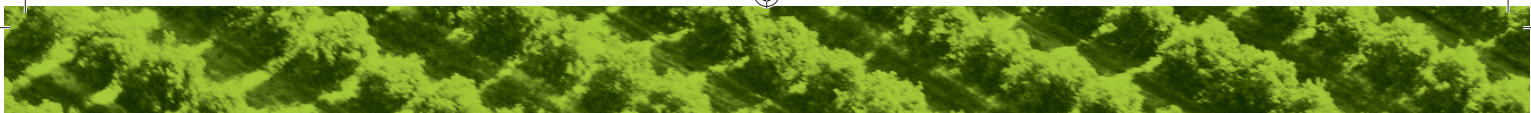
Produção de Açúcar no Brasil



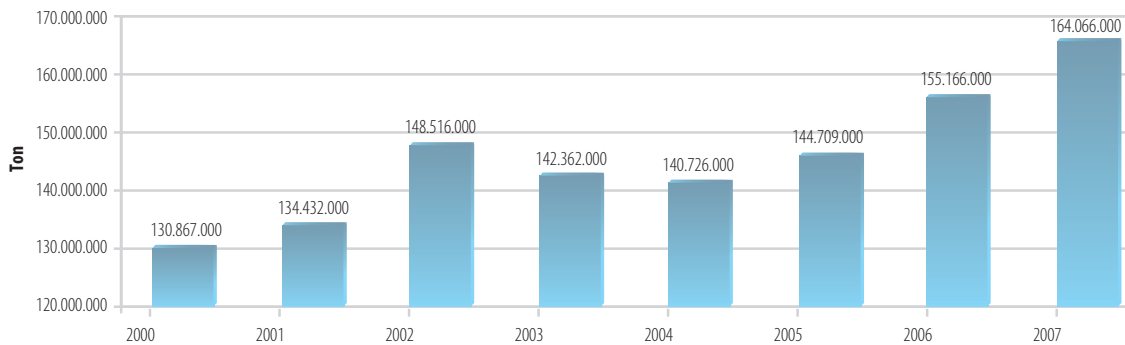
Fonte: UNICA

Produção de Açúcar no Brasil em 2007



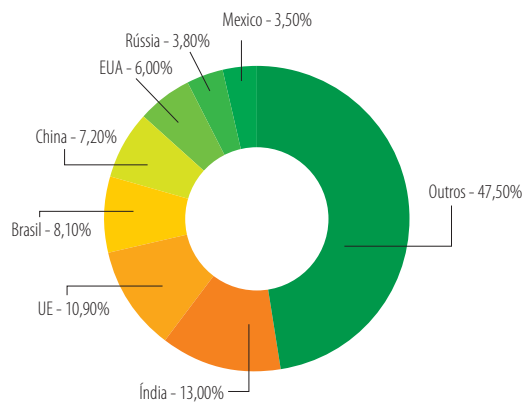


Produção Mundial de Açúcar

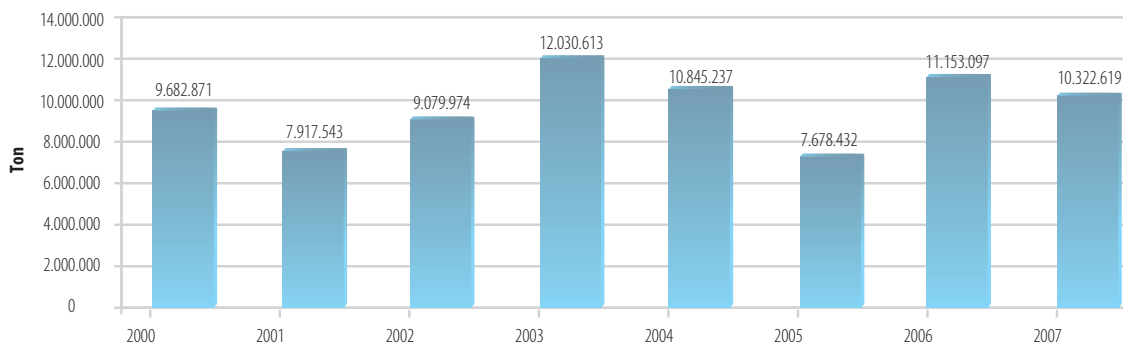


Fonte: Aliweb

Produção Mundial de Açúcar em 2007



Consumo Interno do Açúcar

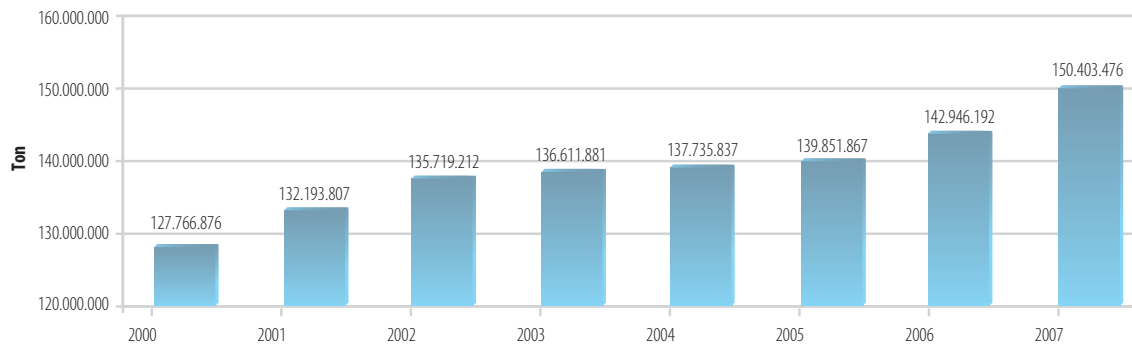


Fonte: Aliweb



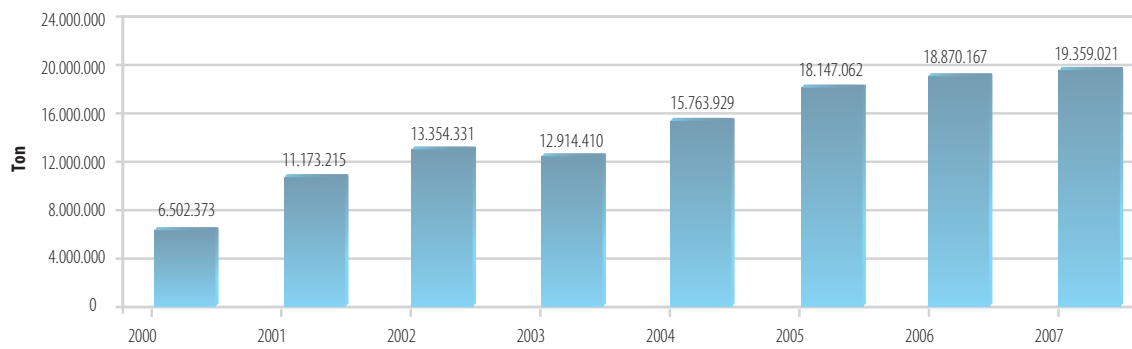


Consumo Mundial de Açúcar



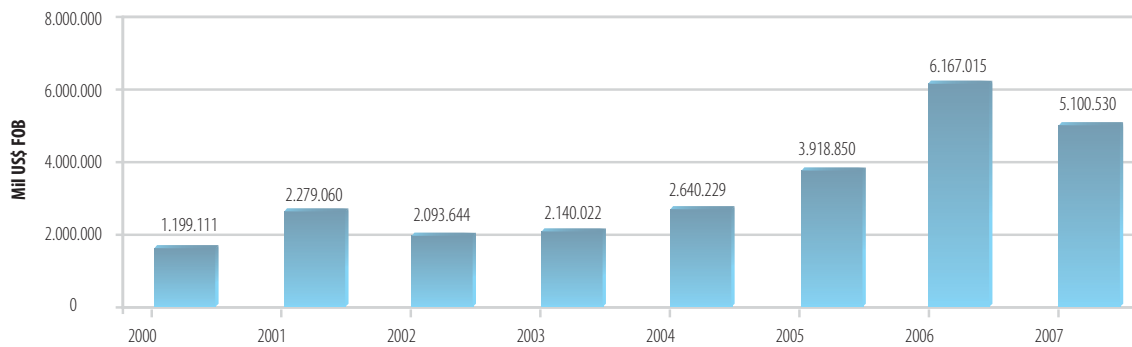
Fonte: USDA

Exportação Brasileira de Açúcar



Fonte: Aliceweb

Exportação Brasileira de Açúcar

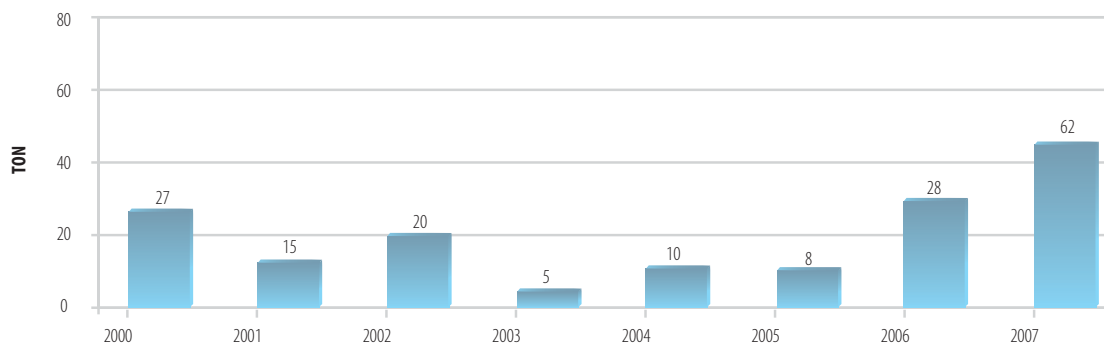


Fonte: Aliceweb



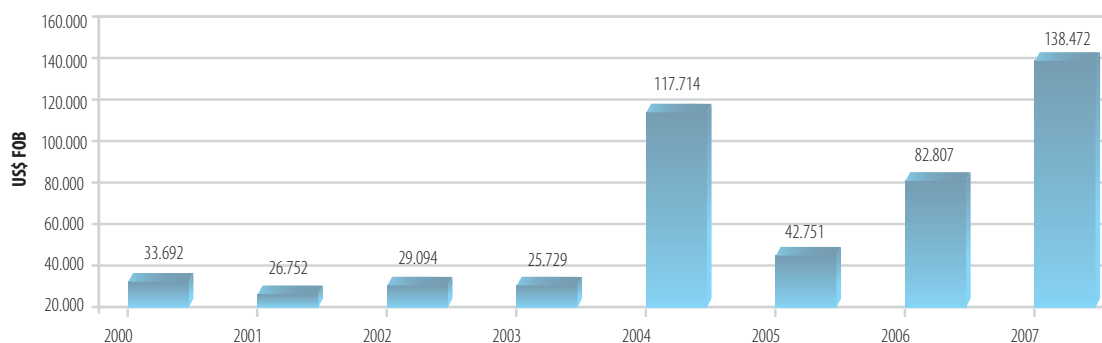


Importação Brasileira de Açúcar



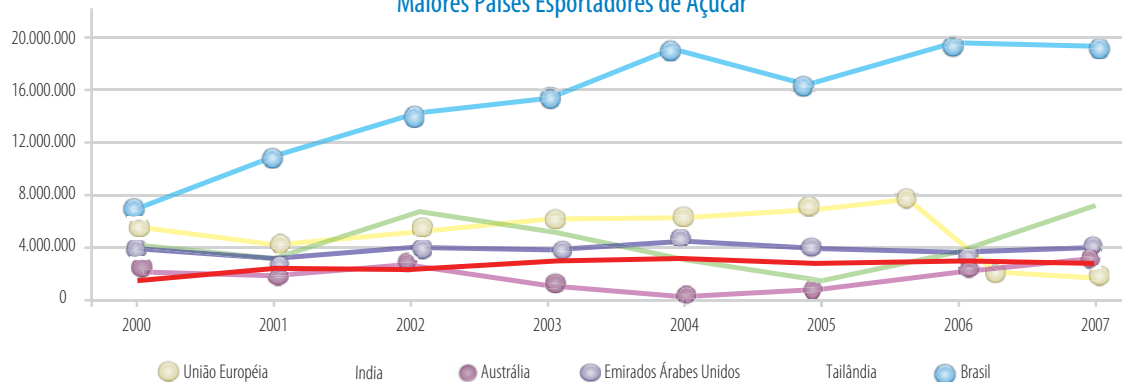
Fonte: Aliceweb

Importação Brasileira de Açúcar



Fonte: Aliceweb

Maiores Países Exportadores de Açúcar

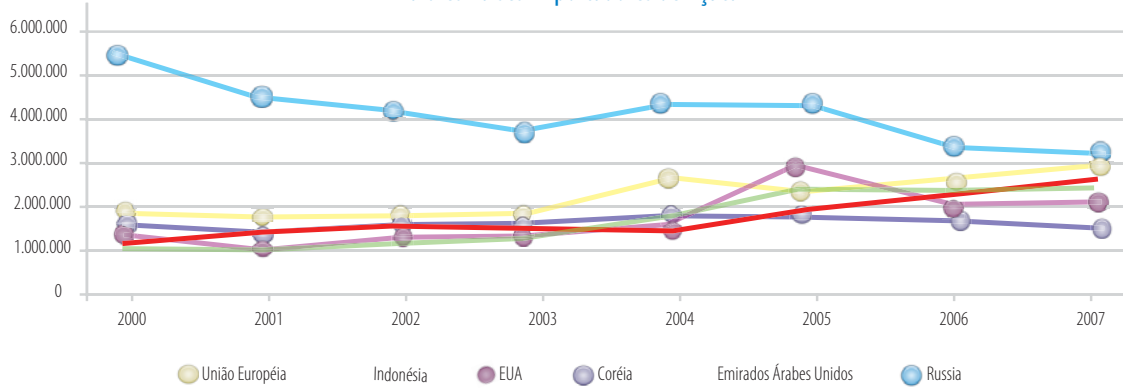


Fonte: USDA



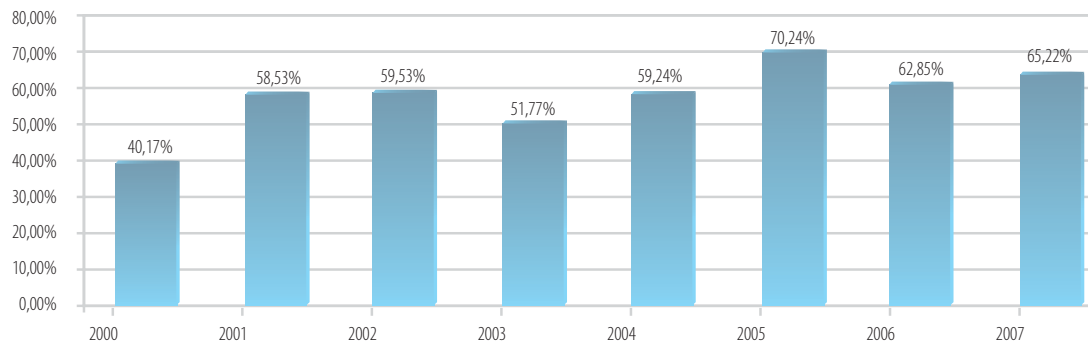


Maiores Países Importadores de Açúcar



Fonte: USDA

Coefficiente X / Produção

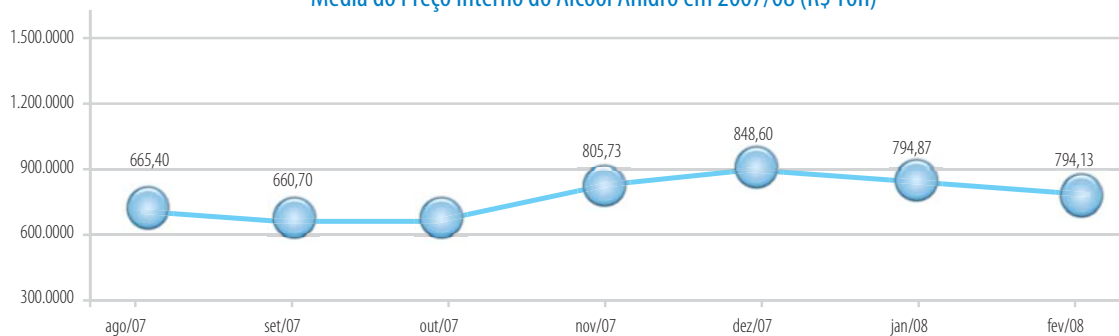


Elaboração: IICA



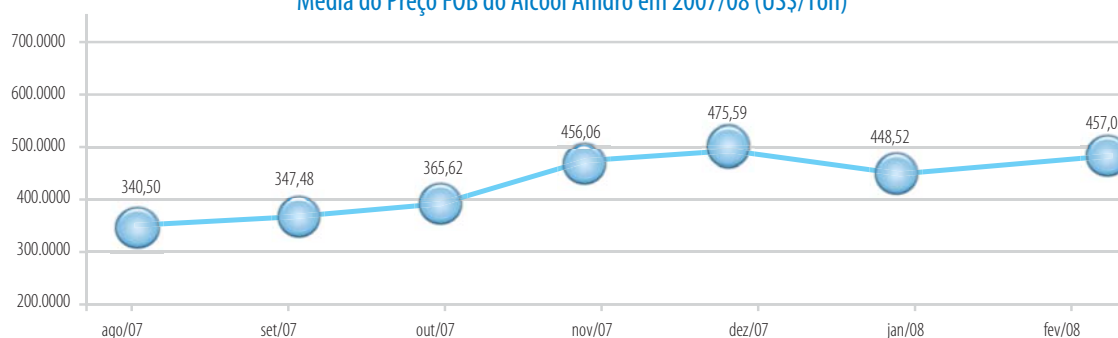
ÁLCOOL

Média do Preço Interno do Álcool Anidro em 2007/08 (R\$ Ton)



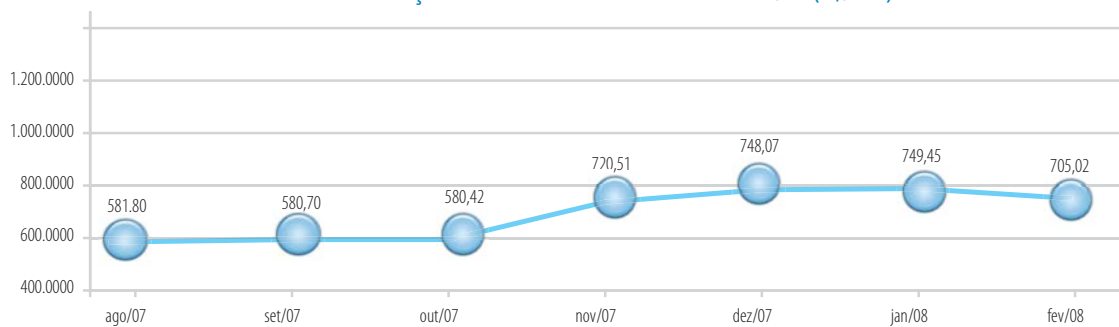
Fonte: CEPFA/FSAI/UPS

Média do Preço FOB do Álcool Anidro em 2007/08 (US\$/Ton)



Fonte: CEPFA/FSAI/UPS

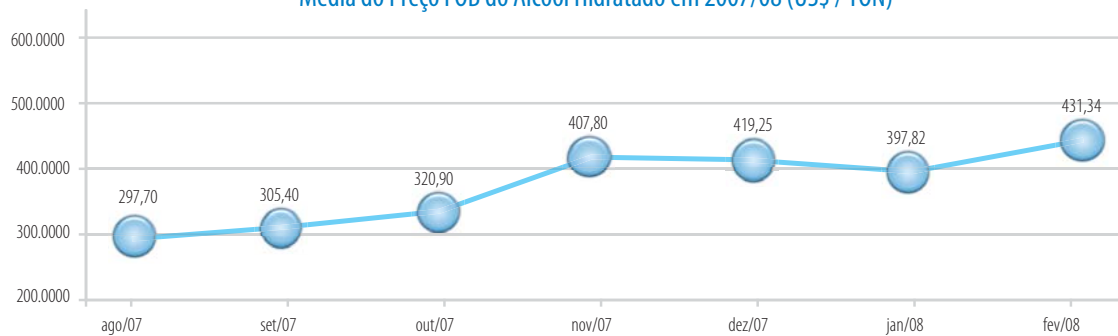
Média do Preço Interno do Álcool Hidratado em 2007/08 (R\$/Ton)



Fonte: CEPFA/FSAI/UPS

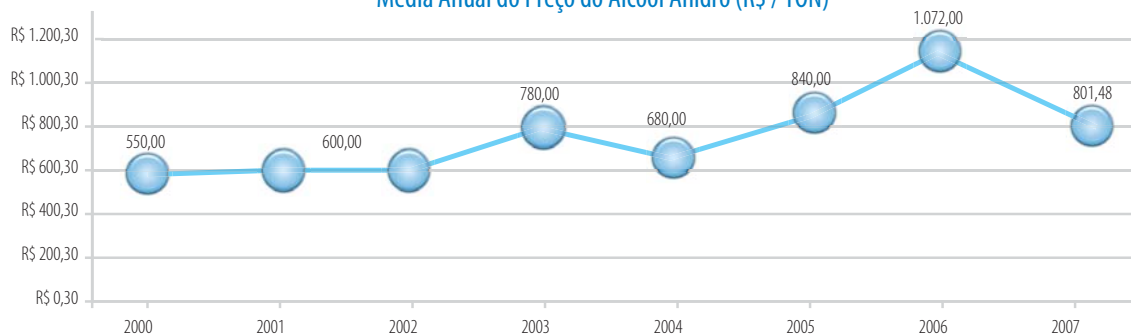


Média do Preço FOB do Álcool Hidratado em 2007/08 (US\$ / TON)



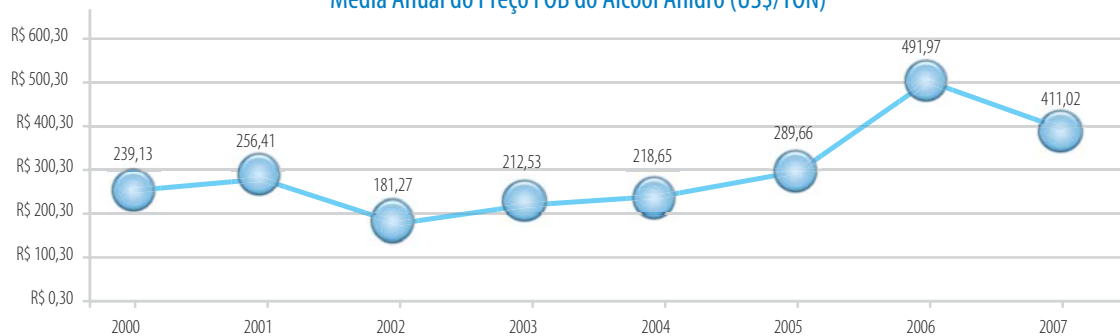
Fonte: CEPFA/FSAI/UPS

Média Anual do Preço do Álcool Anidro (R\$ / TON)



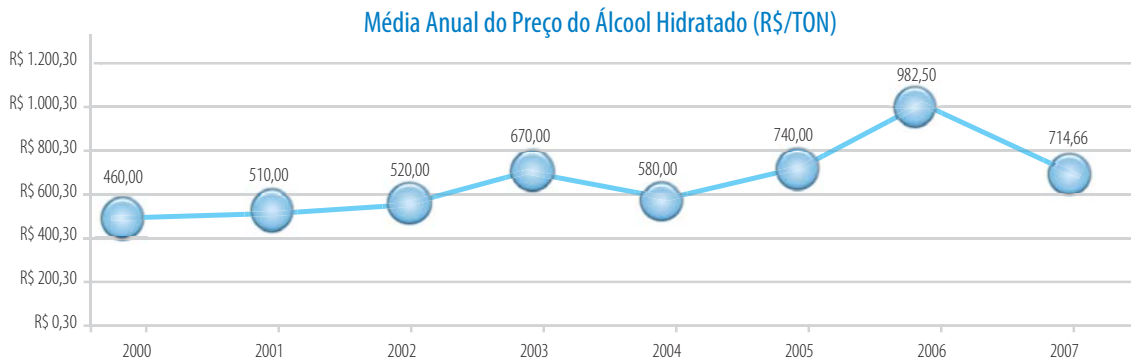
Fonte: CEPFA/FSAI/UPS

Média Anual do Preço FOB do Álcool Anidro (US\$/TON)

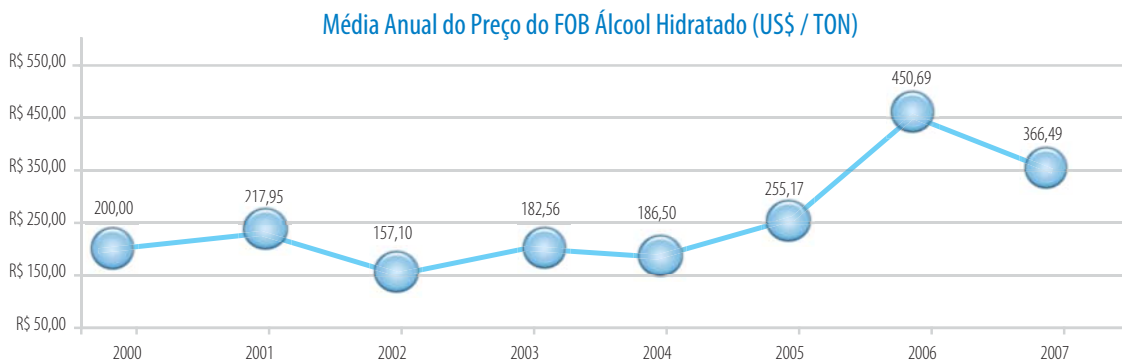


Fonte: CEPFA/FSAI/UPS





Fonte: CEPFA/FSAI/UPS



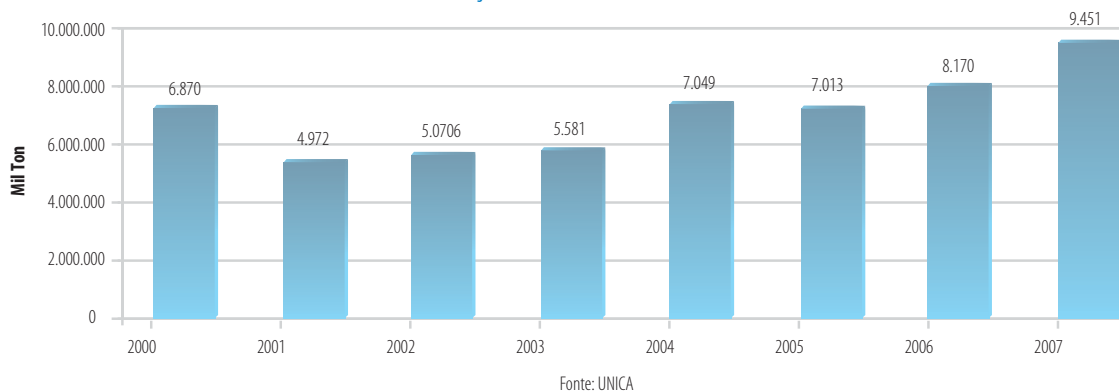
Fonte: CEPFA/FSAI/UPS



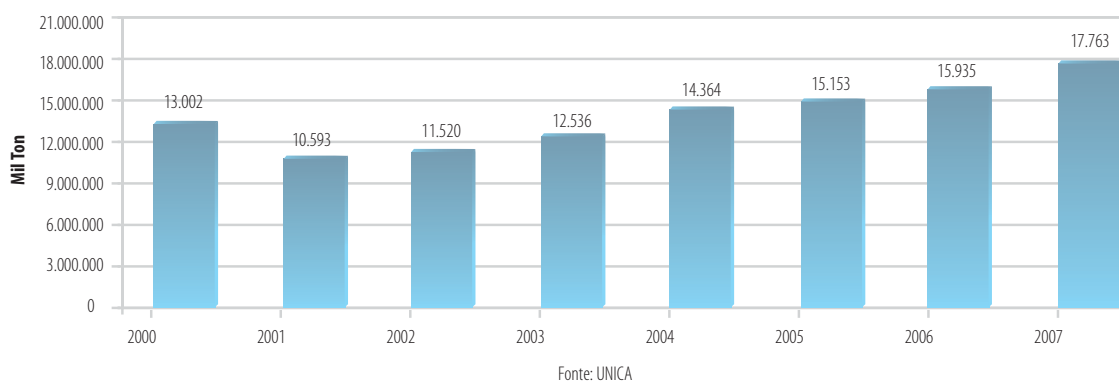
Fonte: UNICA



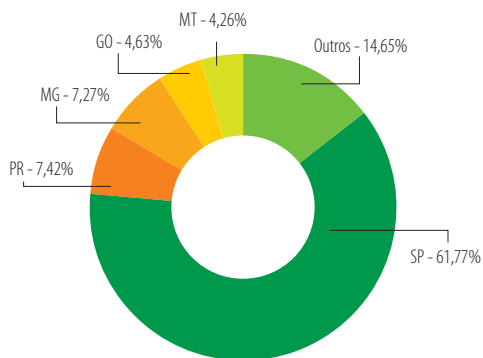
Prudção de Alcool Hidratado no Brasil



Produção de Alcool Total no Brasil

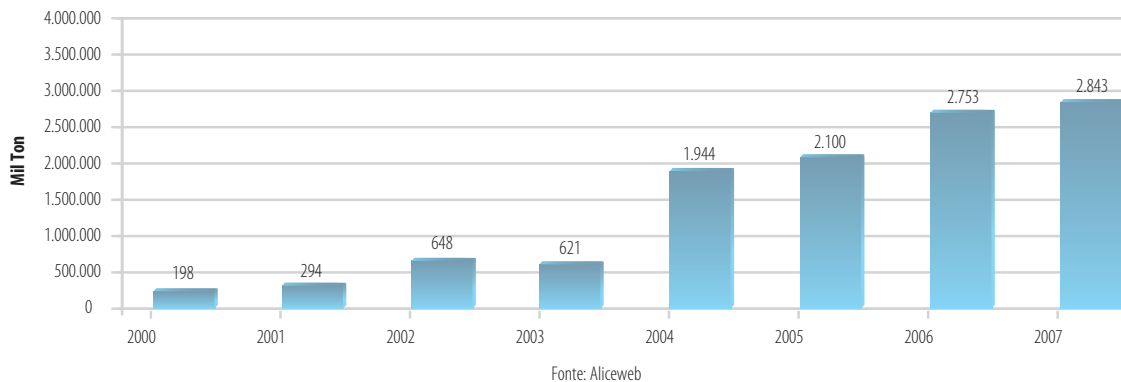


Produção de Total de Álcool em 2007

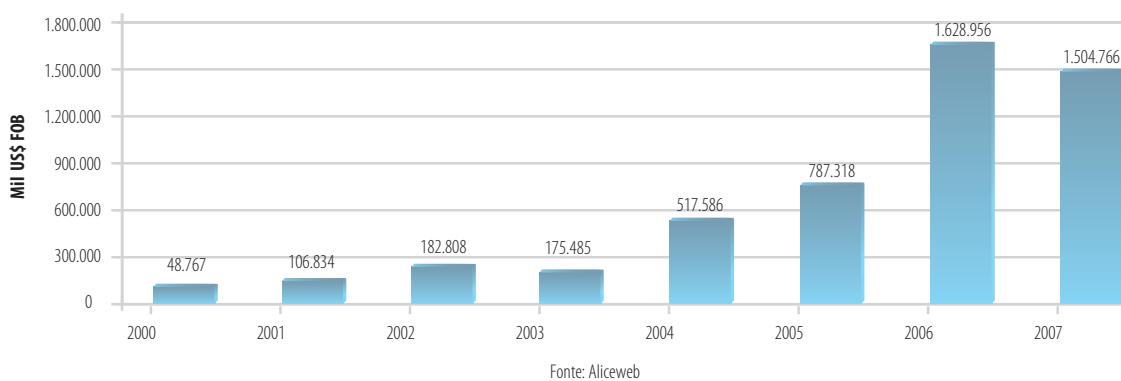




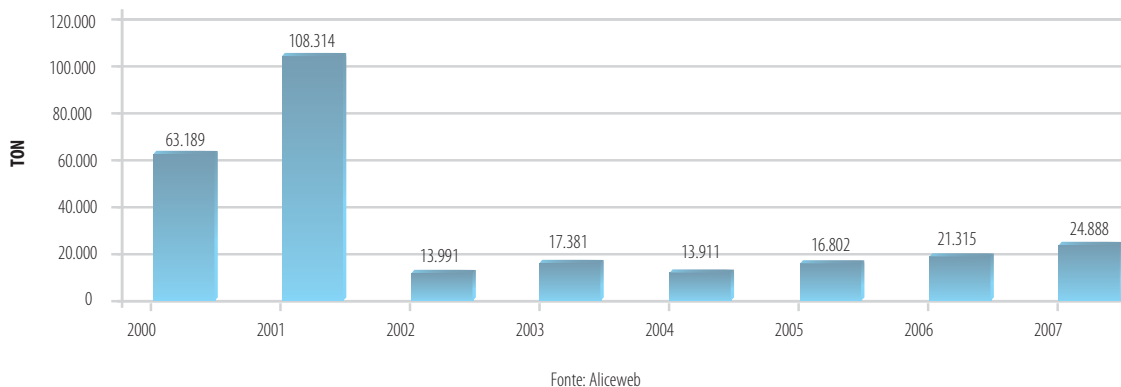
Exportação Brasileira de Álcool



Exportação Brasileira de Álcool

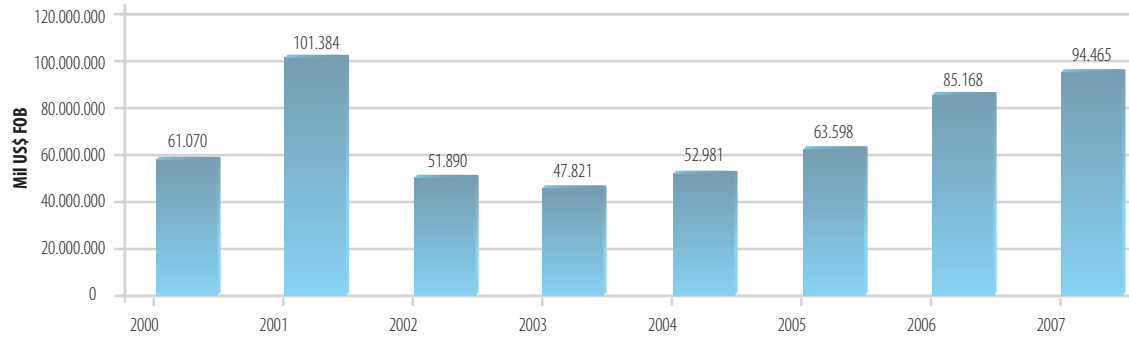


Importação Brasileira de Álcool



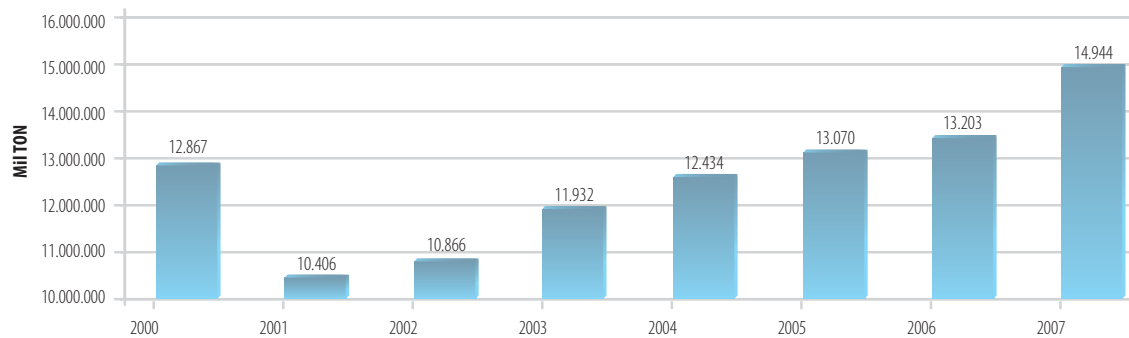


Importação Brasileira de Álcool



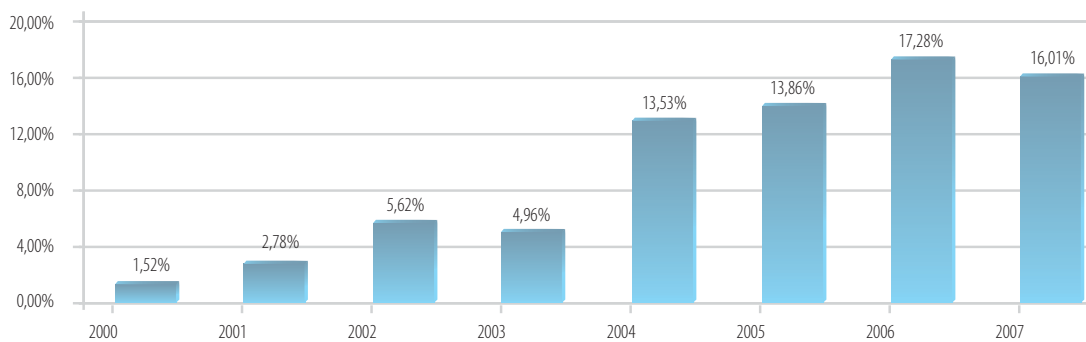
Fonte: Aliceweb

Consumo Interno de Álcool



Fonte: Aliceweb

Coefficiente X / Produção

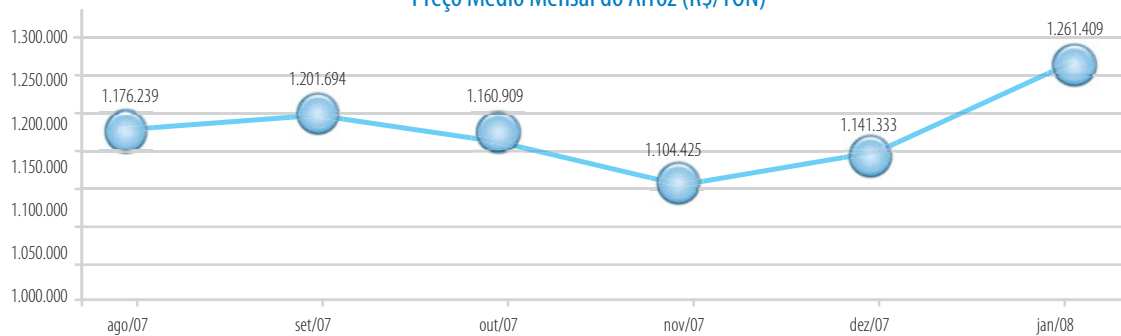


Fonte: Aliceweb



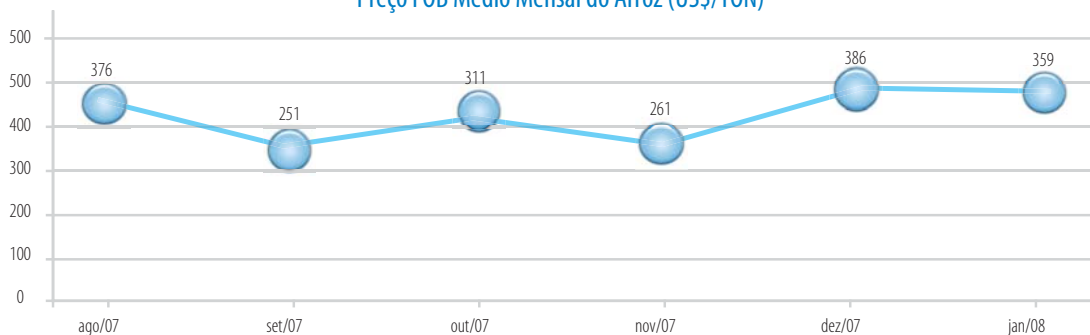
ARROZ

Preço Médio Mensal do Arroz (R\$/TON)



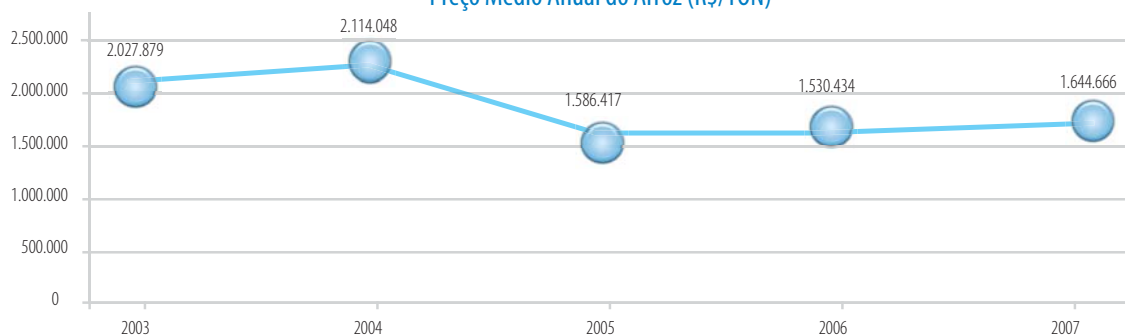
Fonte: Cepea/Esalq/BM&F

Preço FOB Médio Mensal do Arroz (US\$/TON)



Fonte: Aliceweb - MDLC

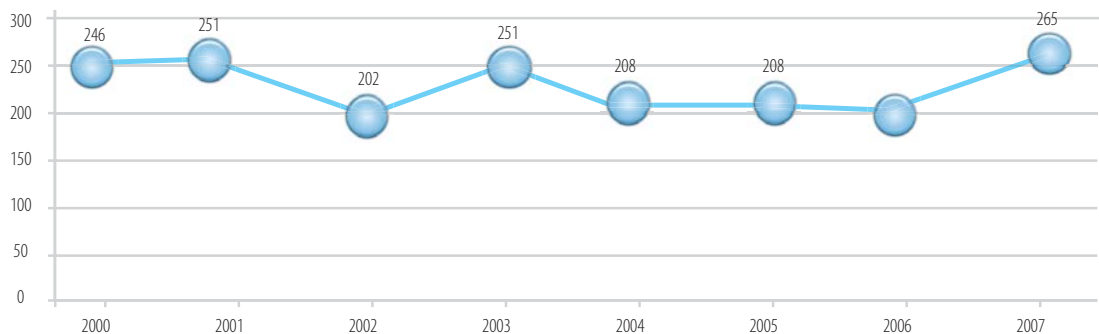
Preço Médio Anual do Arroz (R\$/TON)



Fonte: IEA - Governo do Estado de São Paulo
*Venda no mercado atacadista

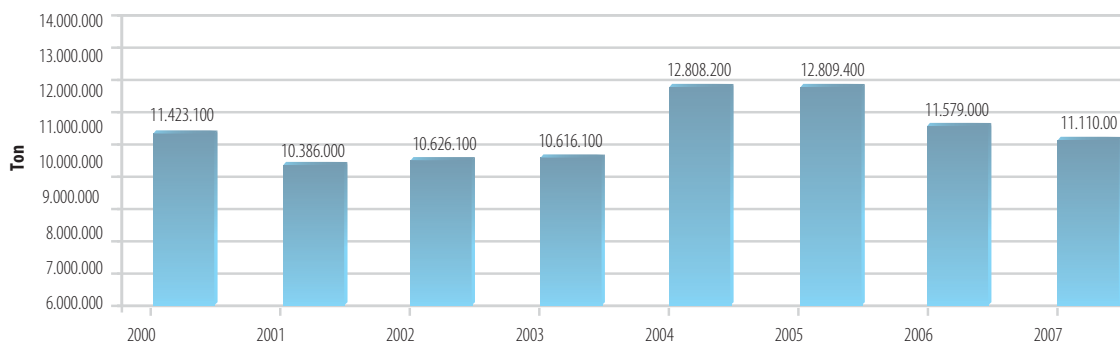


Preço FOB Médio Anual do Arroz (US\$/TON)



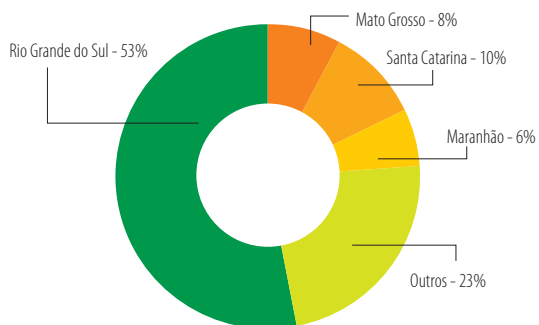
Fonte: Aliceweb - MDLC

Produção Brasileira de Arroz



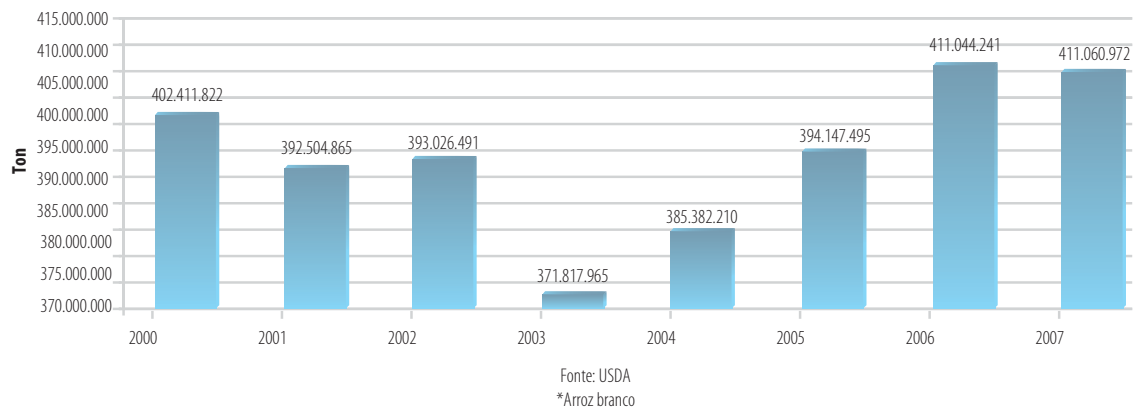
Fonte: Cnnab

Produção Brasileira de Arroz por Estado em 2007

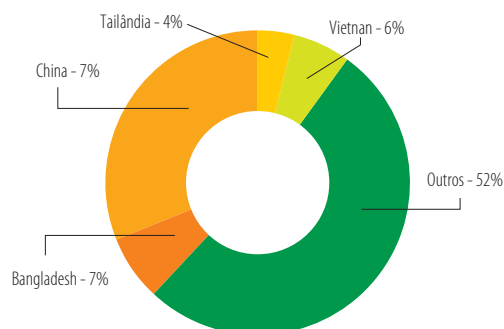




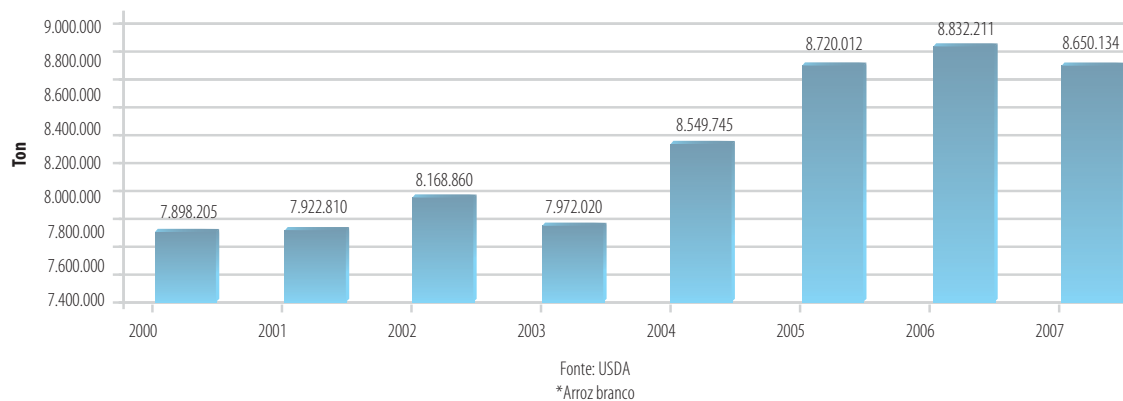
Prudção Mundial de Arroz*



Produção Brasileira de Arroz por País em 2007

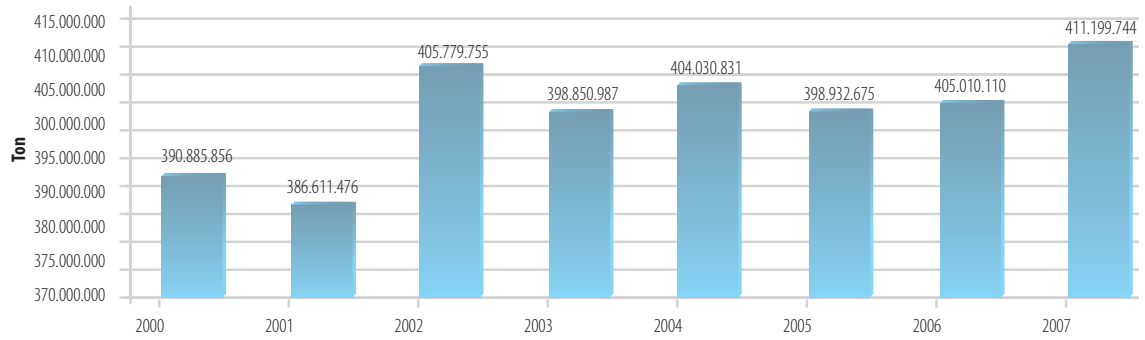


Consumo Interno do Arroz*



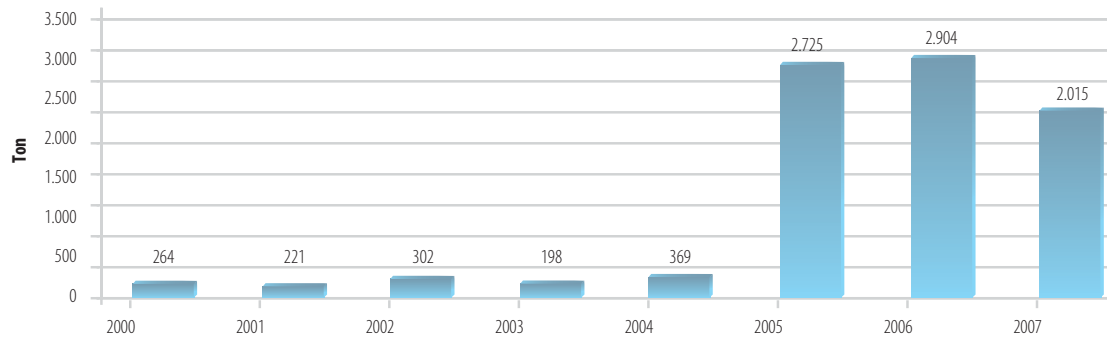


Consumo Mundial de Arroz*



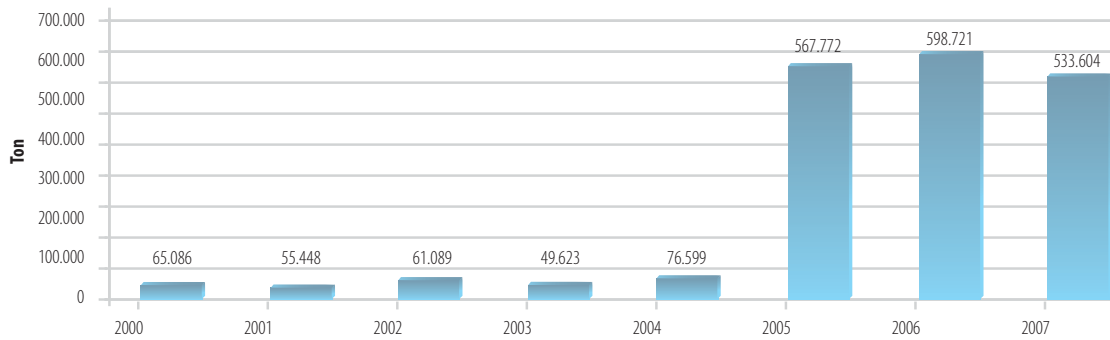
Fonte: USDA
*Arroz Branco

Exportação Brasileira de Arroz



Fonte: Aliceweb - MDLC

Exportação Brasileira de Arroz

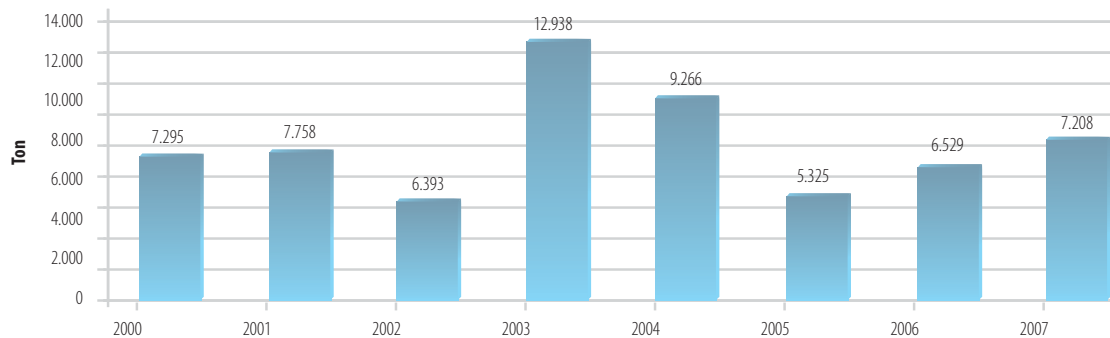


Fonte: Aliceweb - MDLC



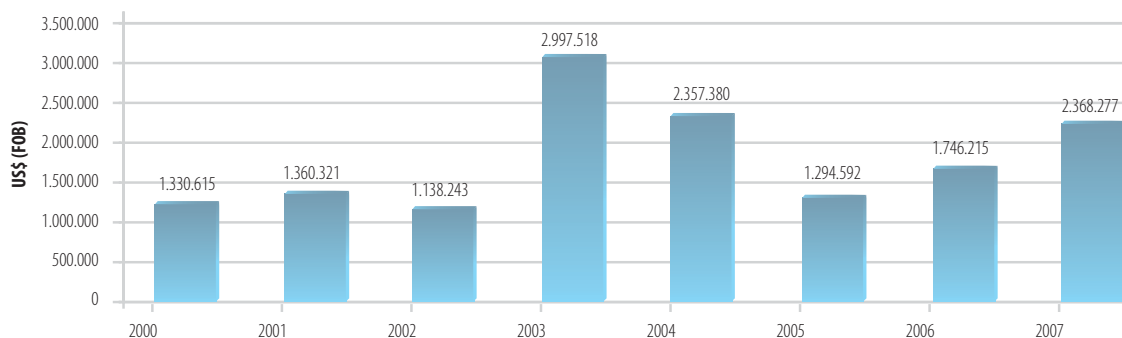


Importação Brasileira de Arroz



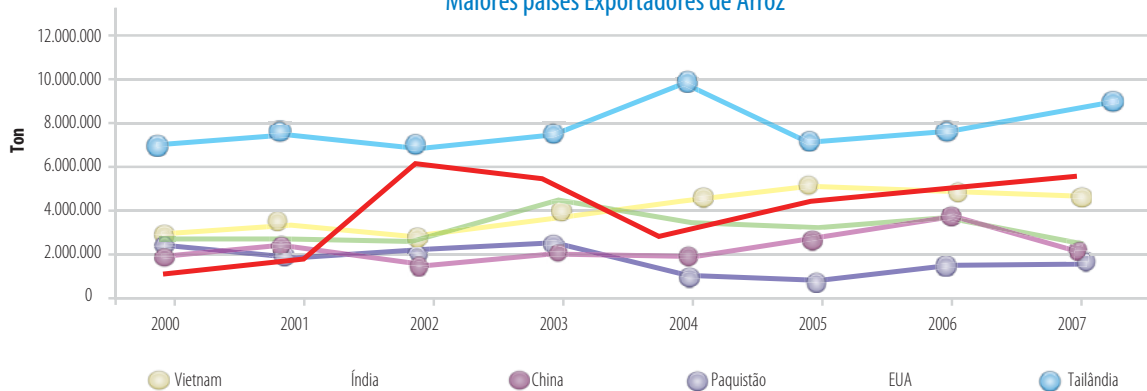
Fonte: Aliceweb - MDLC

Importação Brasileira de Arroz



Fonte: Aliceweb - MDLC

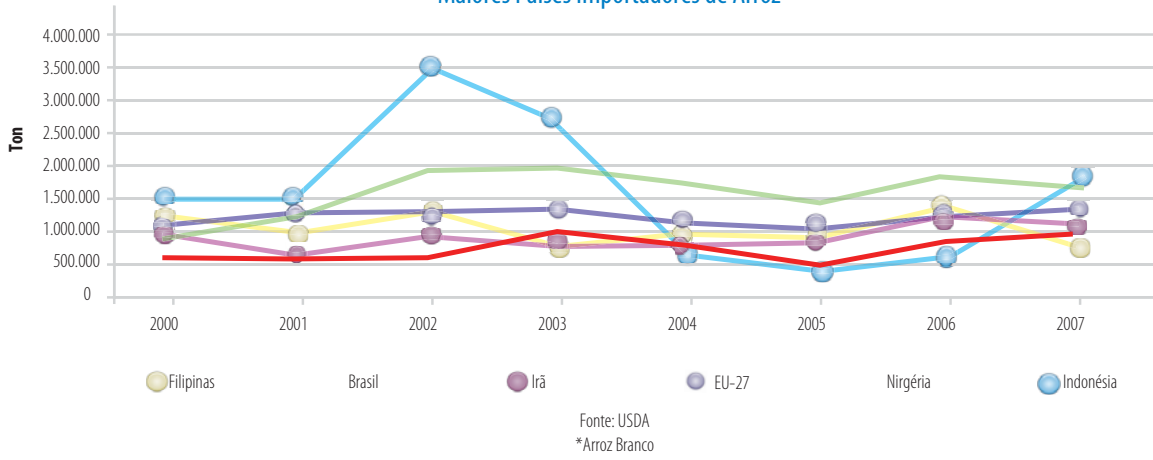
Maiores países Exportadores de Arroz*



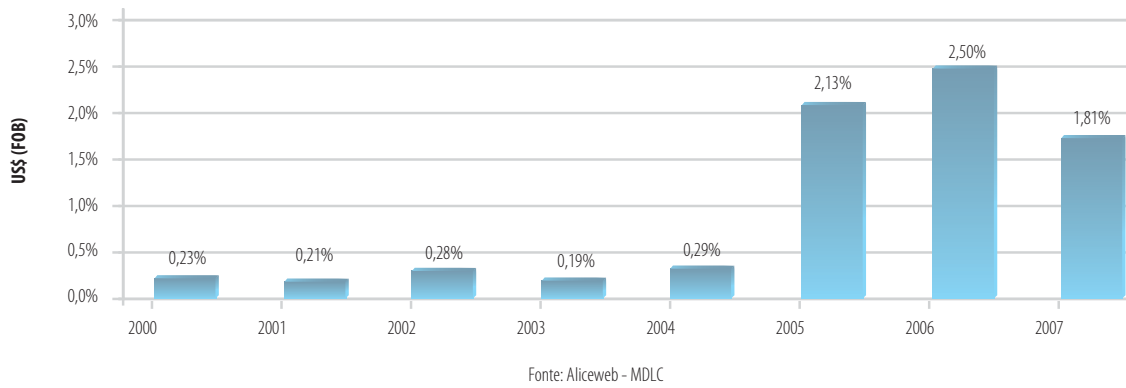
Fonte: USDA
*Arroz Branco



Maiores Países Importadores de Arroz*

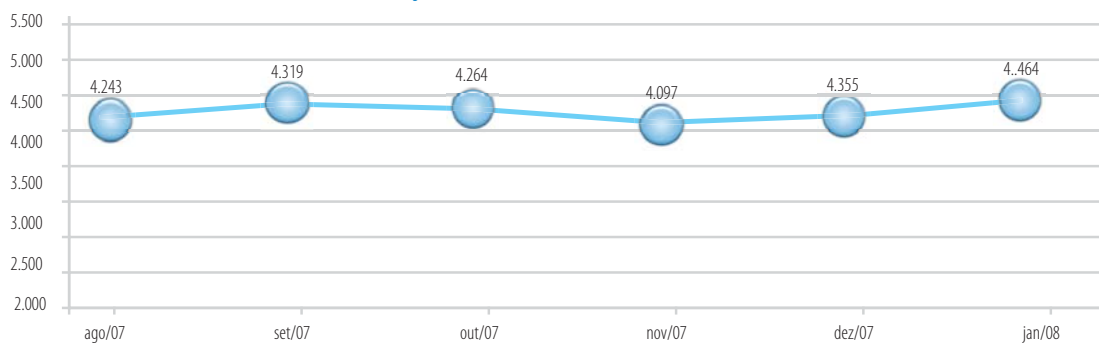


Coefficiente X/Produção



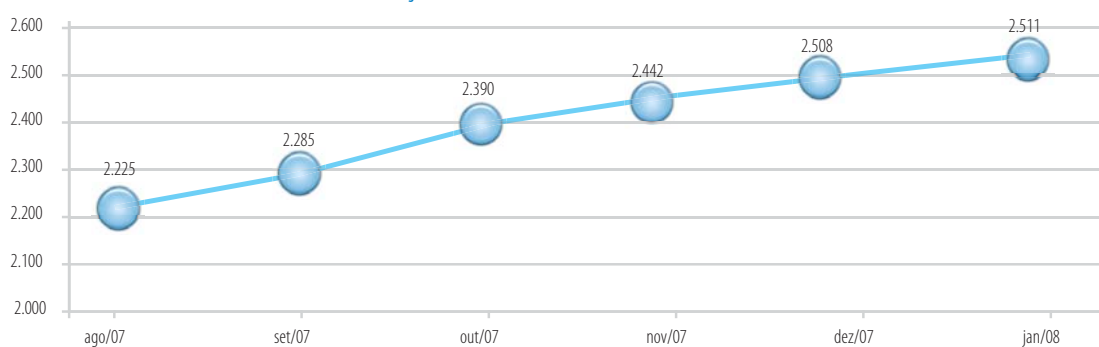
CAFÉ

Preço Médio Mensal do Café (US\$/Ton)*



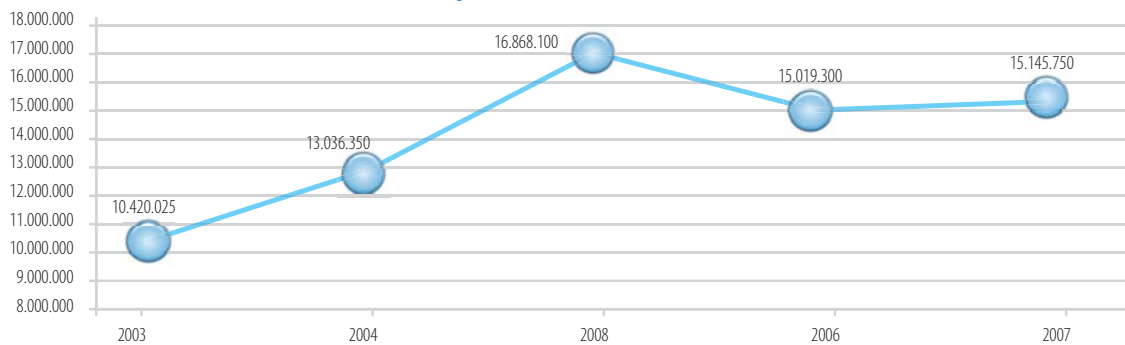
Fonte: Cepea/Esalq
*Preço recebido pelo produto do Café.

Preço FOB Médio Mensal do Café (US\$/Ton)

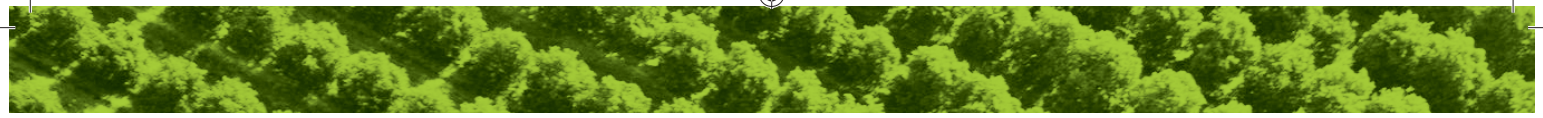


Fonte: Aliceweb-MDLC

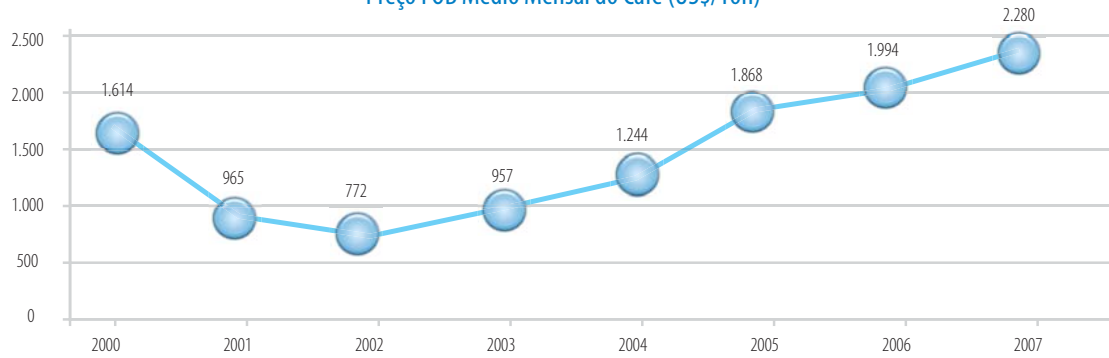
Preço Médio Anual do Café (R\$/Ton)*



Fonte: Cepea/Esalq
*Preço recebido pelo produto do Café Arábica.

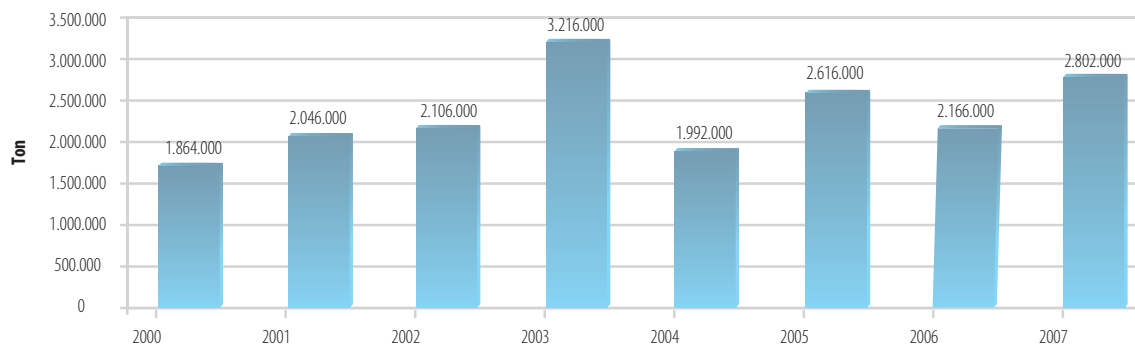


Preço FOB Médio Mensal do Café (US\$/Ton)



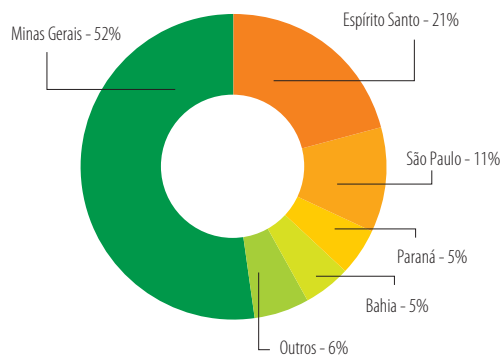
Fonte: Aliceweb-MDLC

Produção Brasileira de Café*



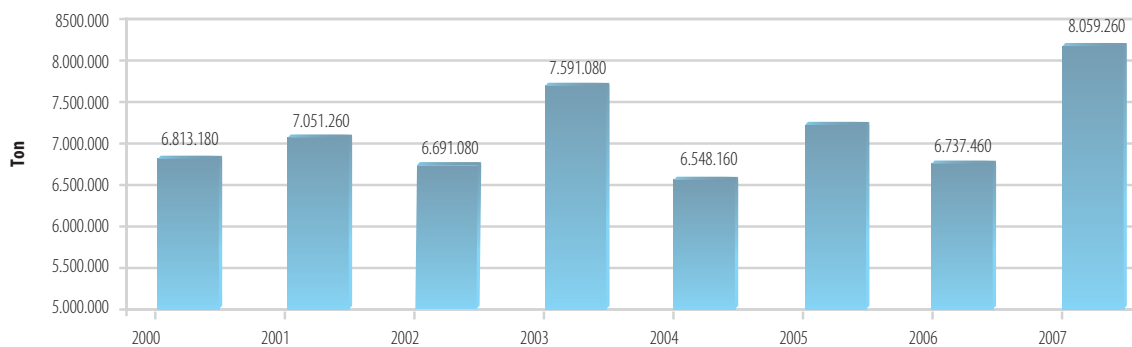
Elaboração: USDA
*Café verde

Produção Brasileira de Café por Estado em 2007



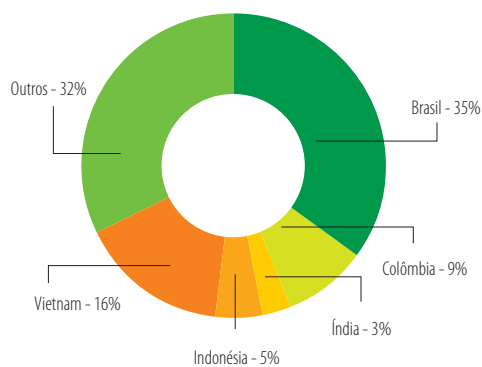


Produção Mundial de Café*

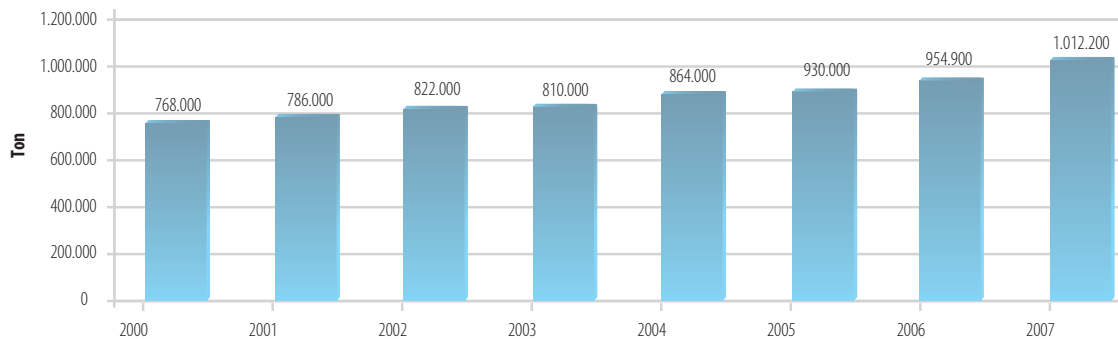


Elaboração: USDA
*Café verde

Produção Mundial de Café por País em 2007



Consumo Interno de Café*

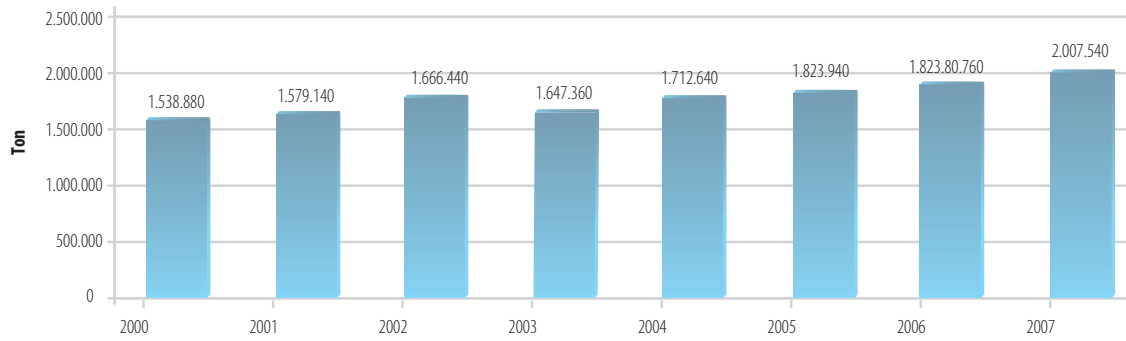


Elaboração: USDA
*Café verde



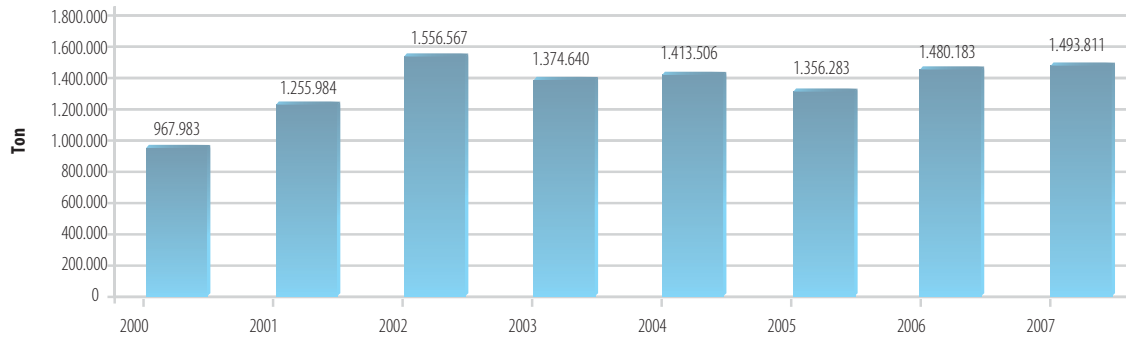


Consumo Mundial de Café*



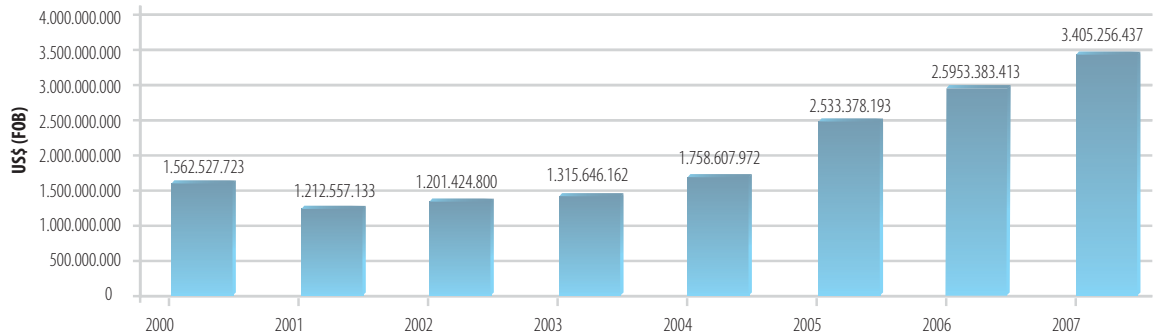
Elaboração: USDA
*Café verde

Exportação Brasileira de Café



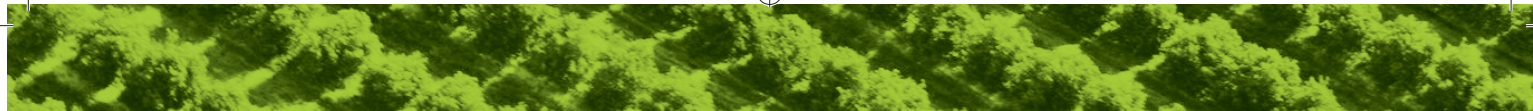
Fonte - Aliceweb - MDLC

Exportação Brasileira de Café

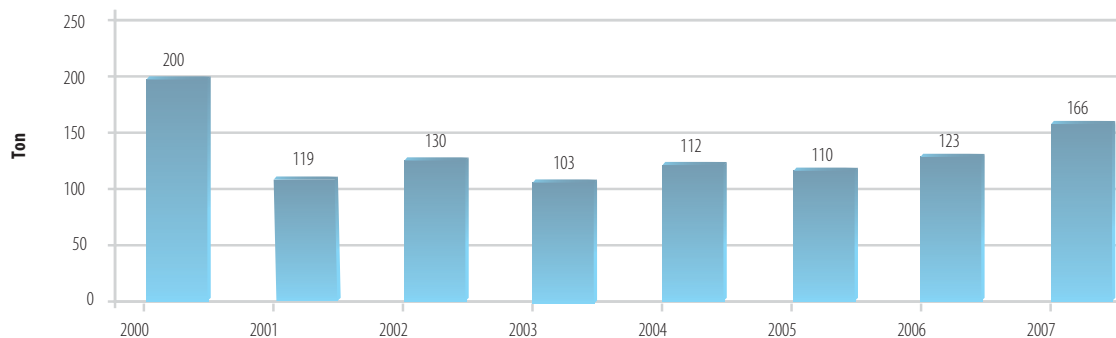


Fonte - Aliceweb - MDLC



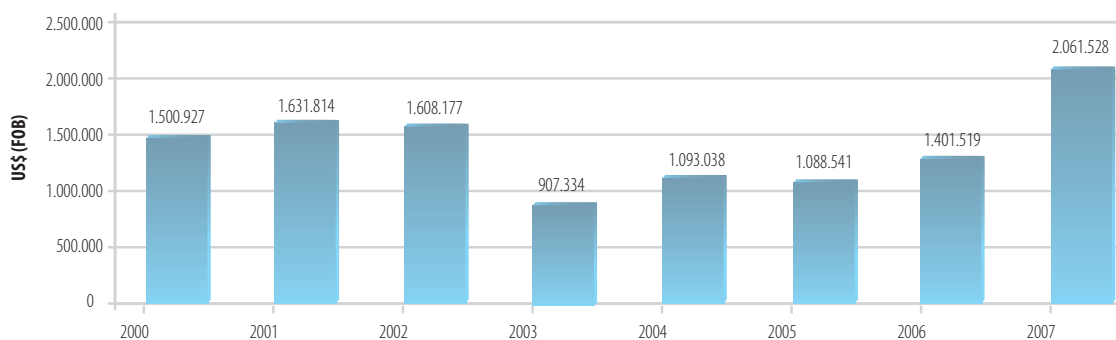


Importação Brasileira de Café



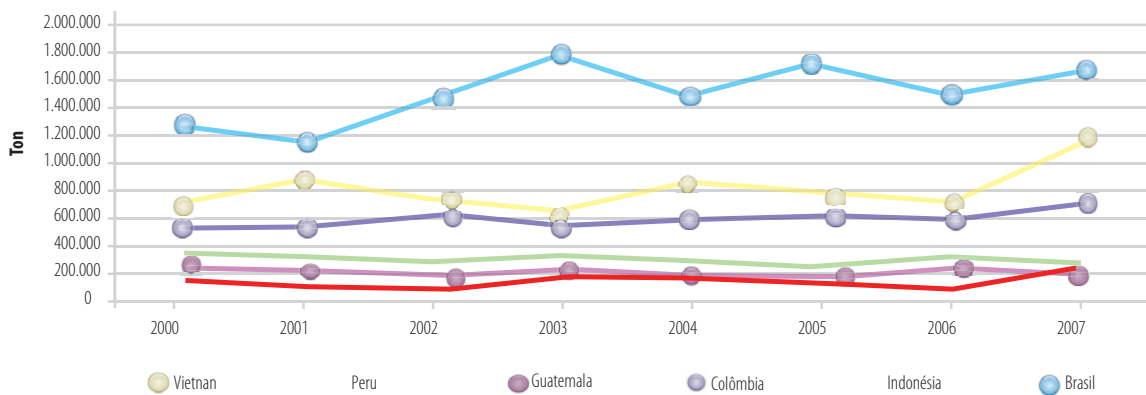
Fonte: Aliceweb-MDLC

Importação Brasileira de Café



Fonte: Aliceweb-MDLC

Maiores Países Exportadores de Café*

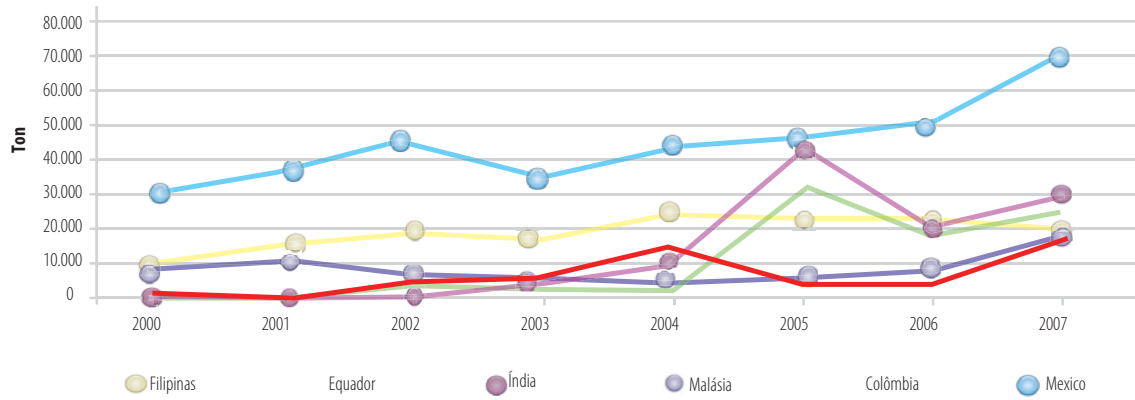


Fonte: USDA
*Café Verde



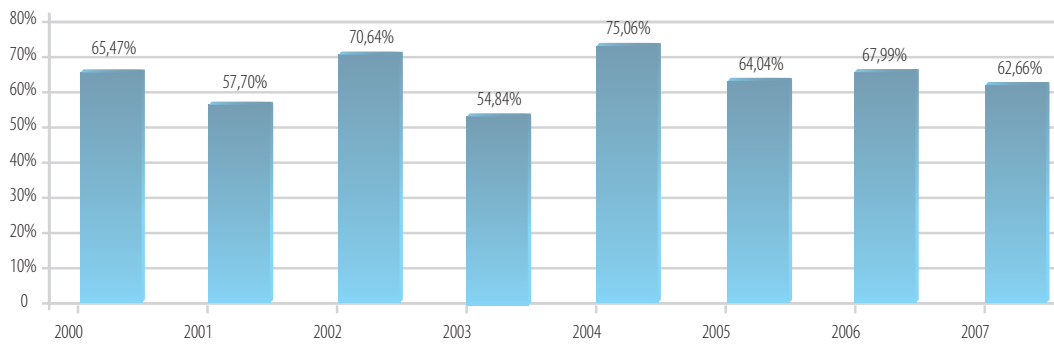


Maiores Países Importadores de Café*



Fonte: USDA
*Café Verde

Coeficiente X/Produção*

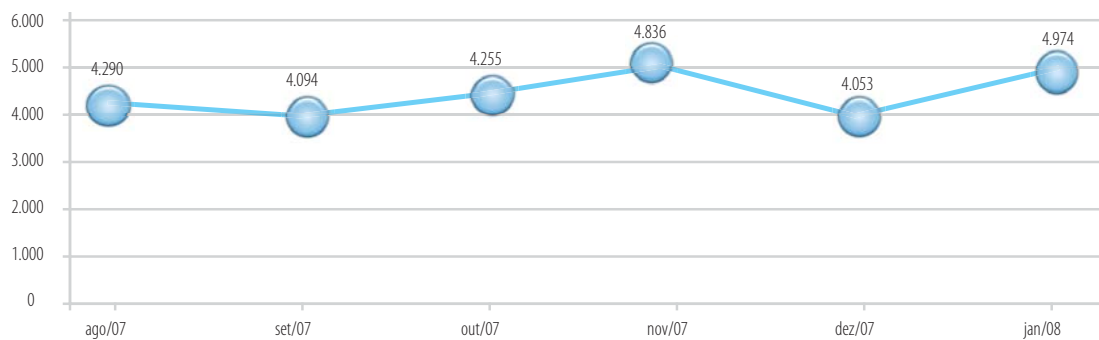


Fonte: USDA
*Café Verde



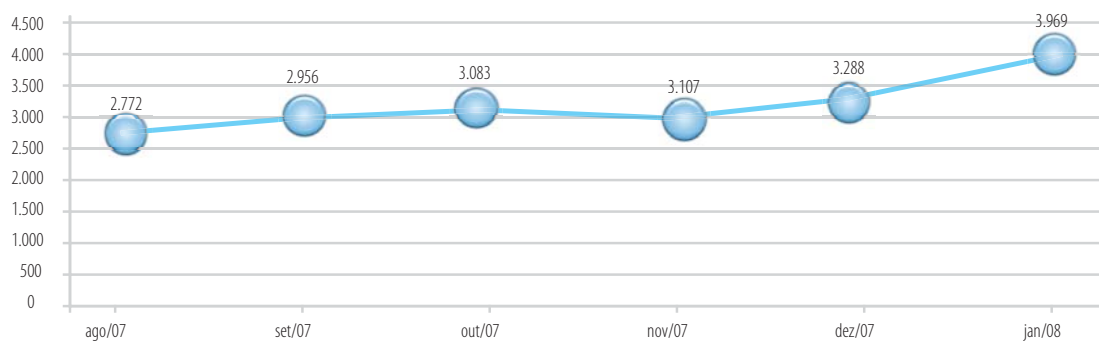
CARNE BOVINA

Média Mensal de Preço do Boi Gordo (R\$/Ton)



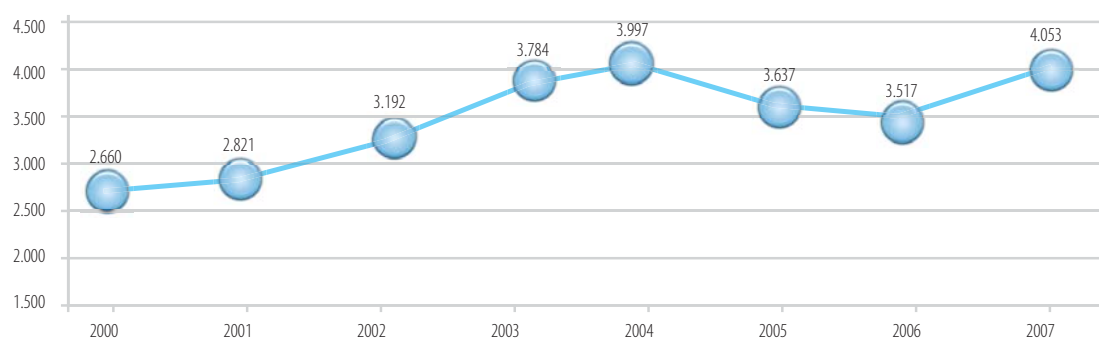
Fonte: CEPFA/USP

Média Mensal de Preço do Boi Gordo (US\$/Ton)



Fonte: Aliceweb - MDLC

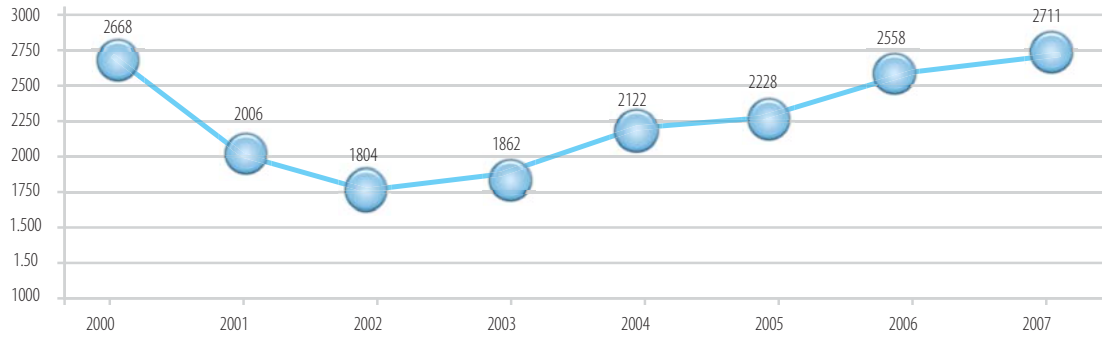
Média Anual de Preço do Boi Gordo (R\$/Ton)



Fonte: CEPFA/USP

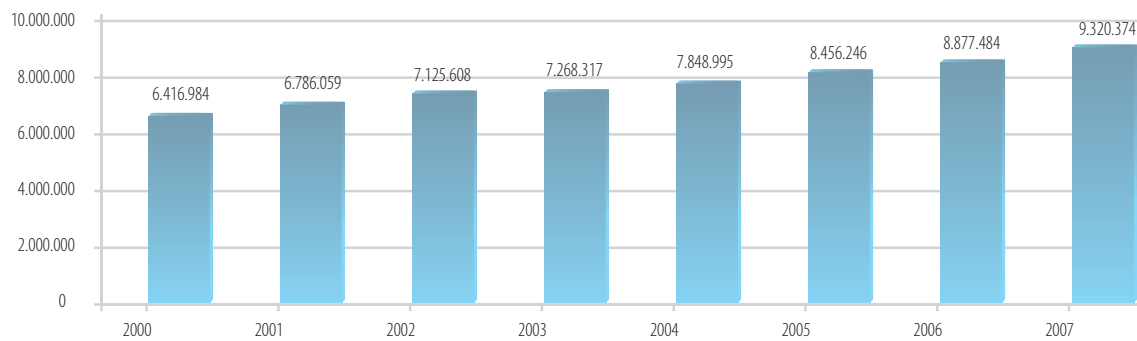


Média Anual de Preço FOB da Carne de Boi (US\$/Ton)



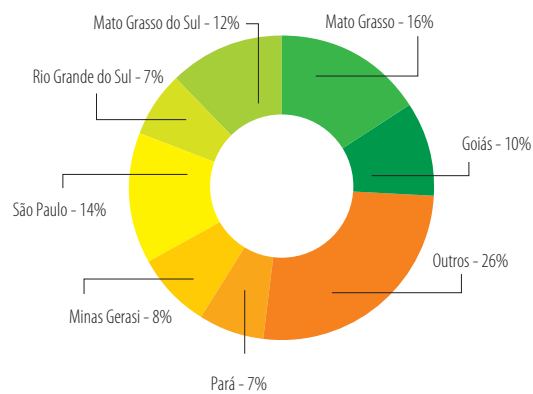
Fonte: Aliceweb - MDLC

Produção Brasileira de Carne Bovina



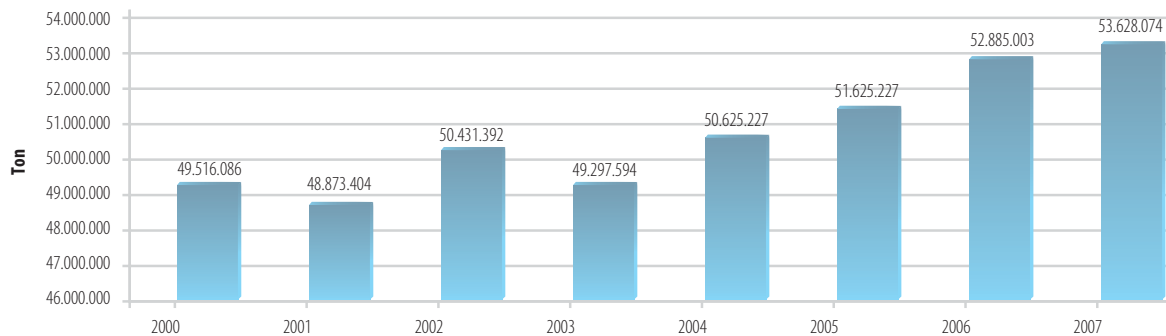
Fonte: USDA

Produção Brasileira de Carne Bovina em 2007



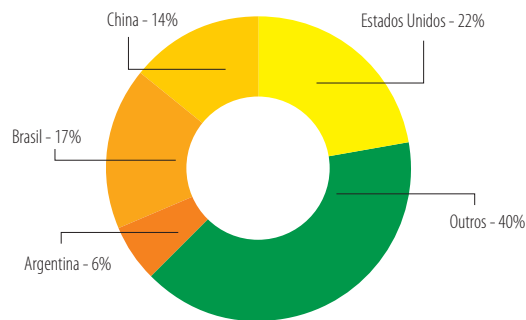


Produção Mundial de Carne Bovina

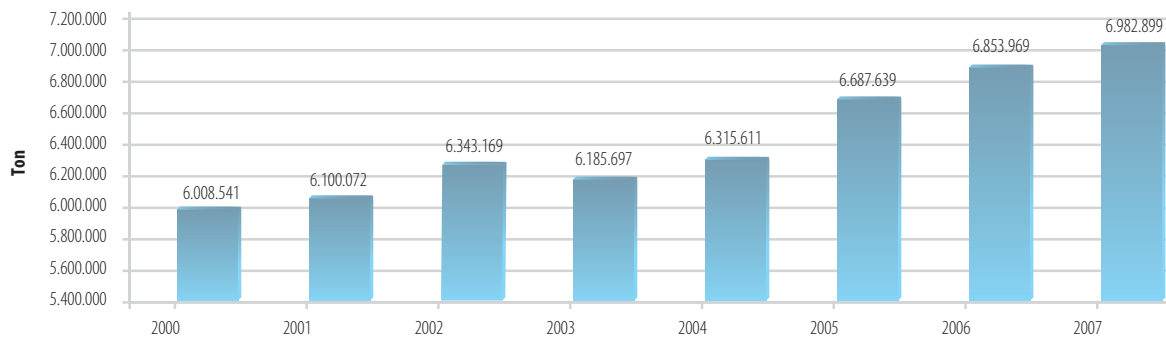


Fonte: USDA

Produção Mundial de Carne Bovina em 2007



Consumo Interno de Carne Bovina

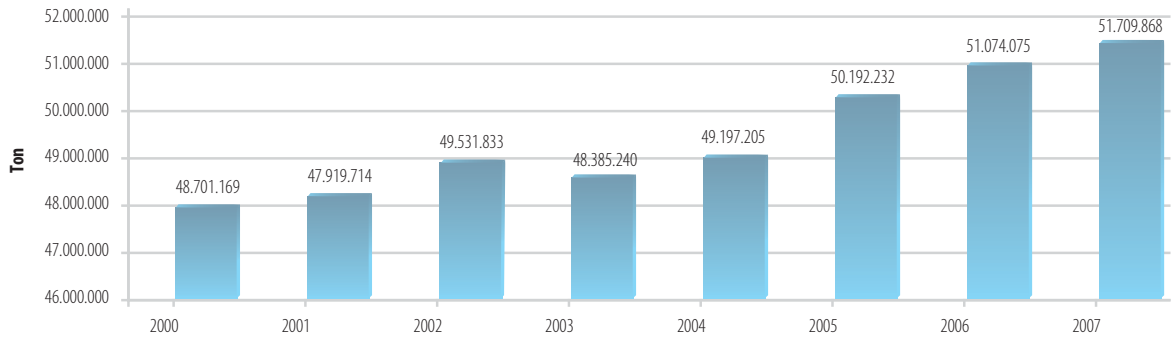


Fonte: USDA



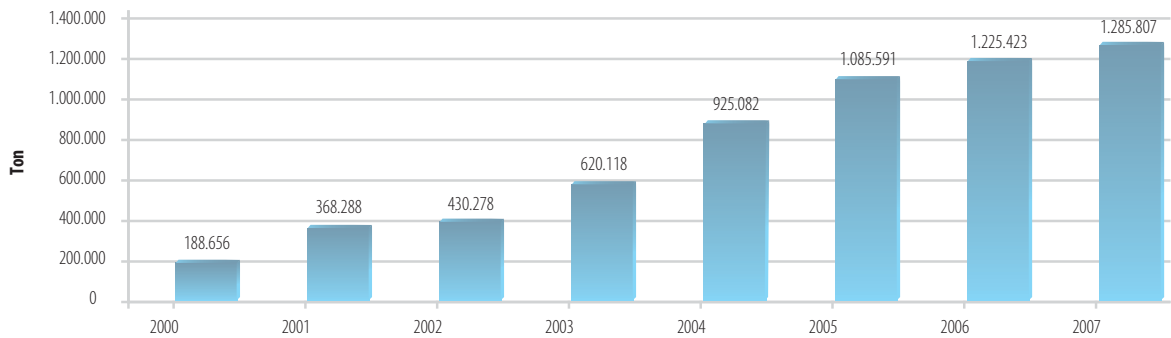


Consumo Mundial de Carne Bovina



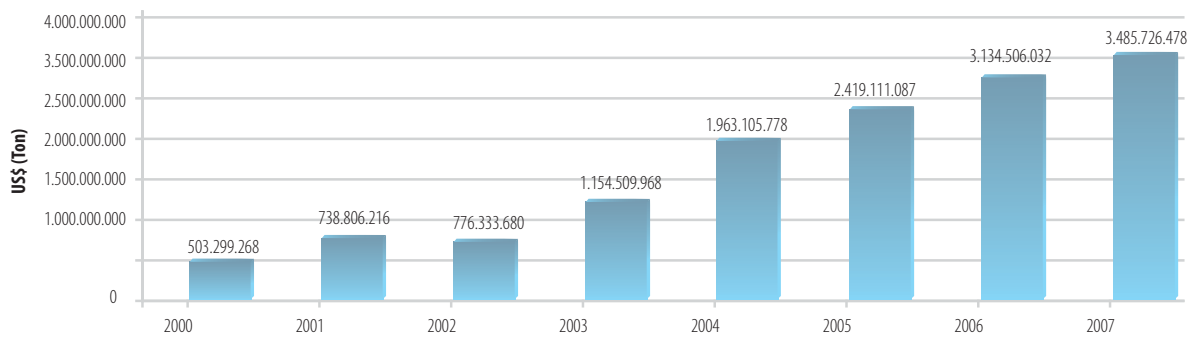
Fonte: USDA

Exportação Brasileira de Carne Bovina



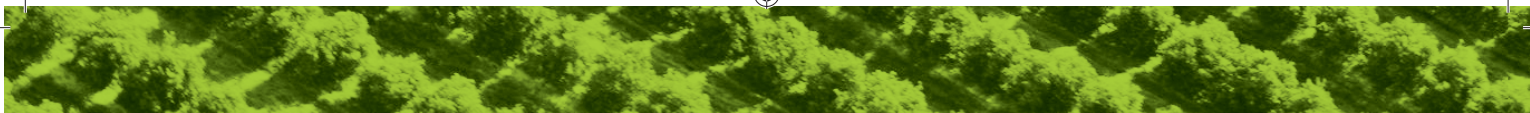
Fonte: Aliceweb - MDLC

Exportação Brasileira de Carne Bovina

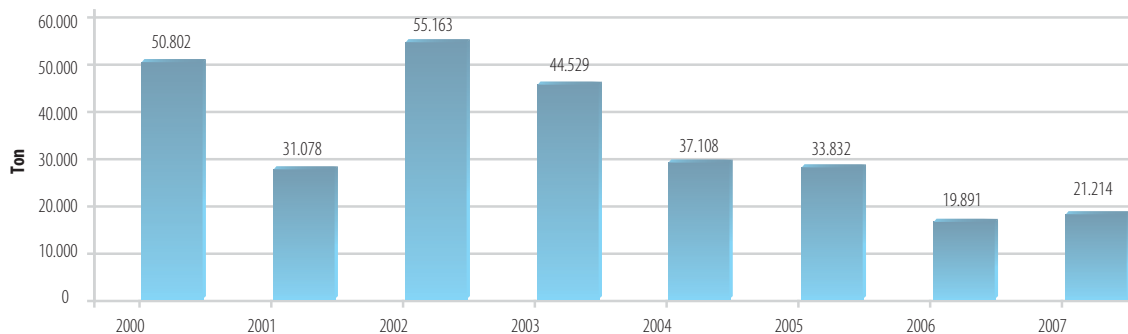


Fonte: Aliceweb - MDLC



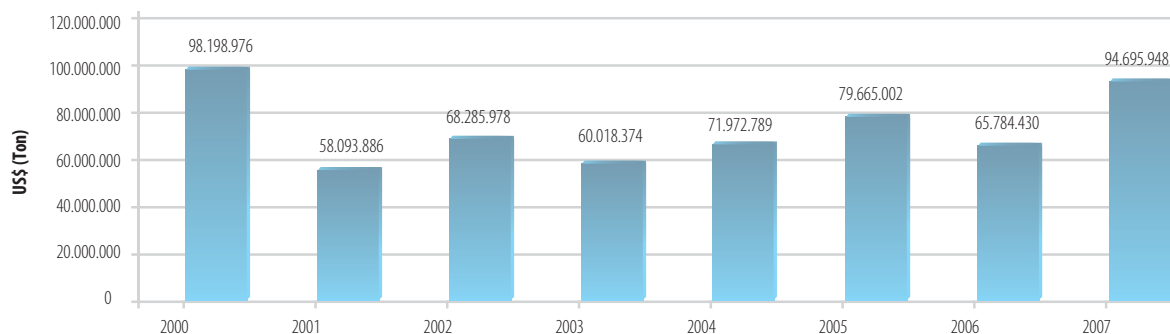


Importação Brasileira de Carne Bovina



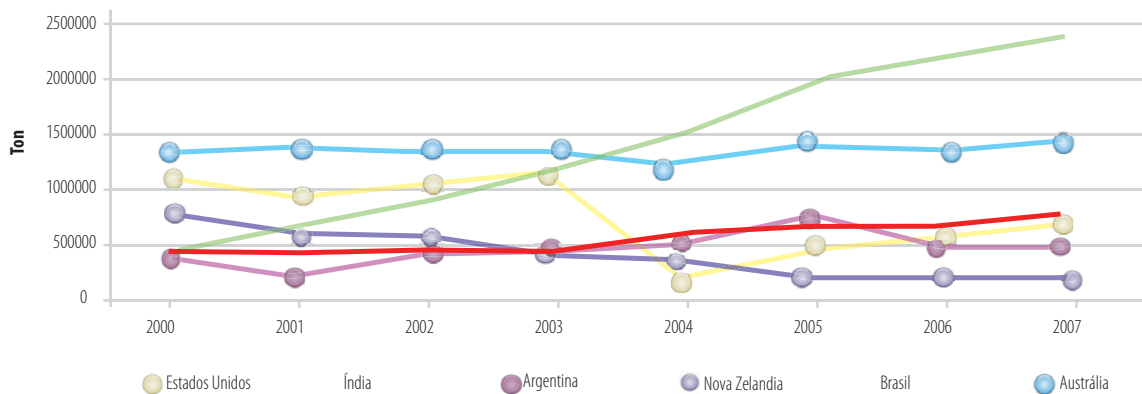
Fonte: Aliceweb - MDLC

Importação Brasileira de Carne Bovina



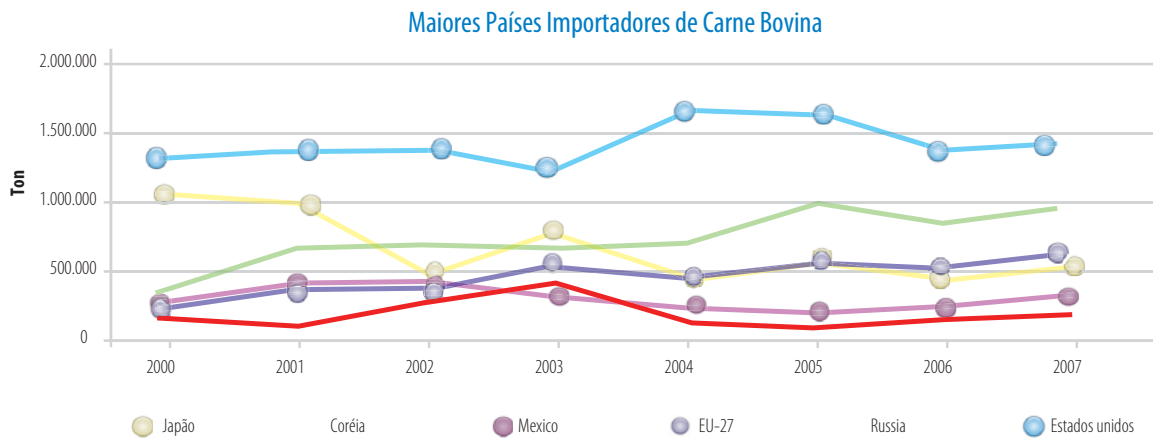
Fonte: Aliceweb - MDLC

Maiores Países Exportadores de Carne Bovina

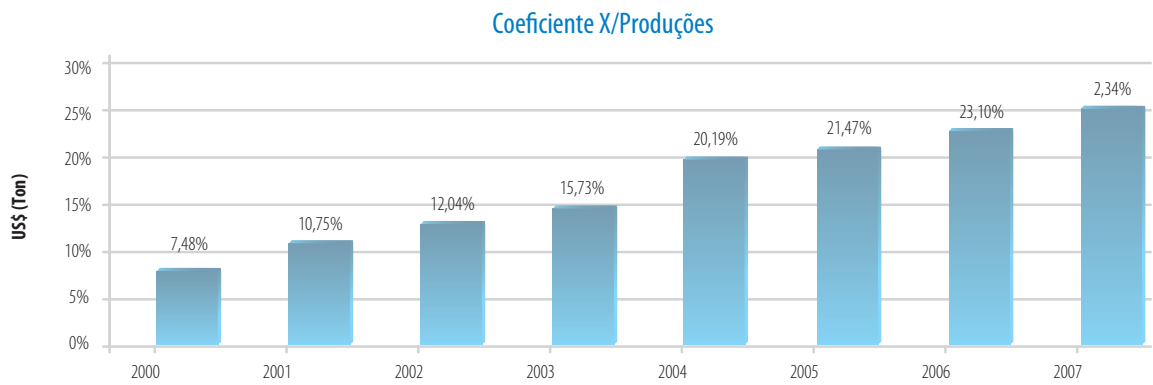


Fonte: USDA





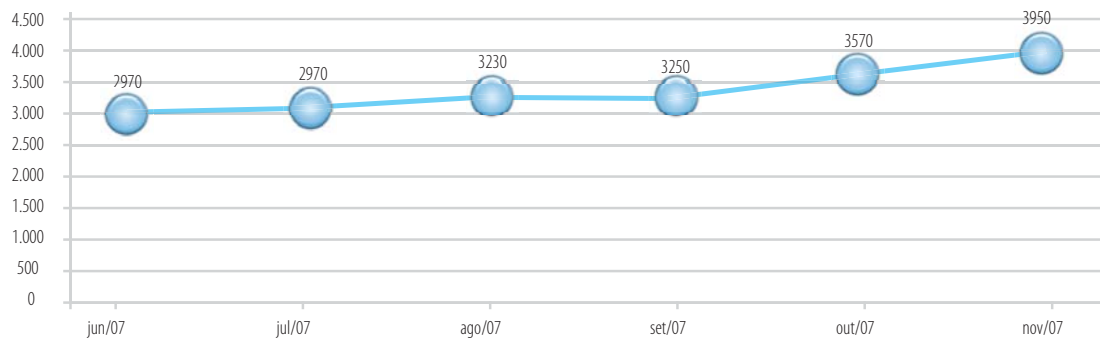
Fonte: USDA



Fonte: USDA
Elaboração IICA

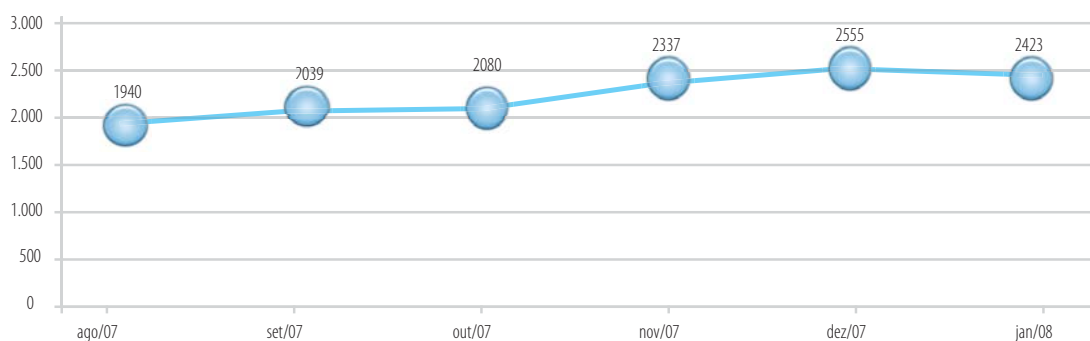
CARNE SUÍNA

Média Mensal de Preço da Carne Suína* (R\$/Ton)



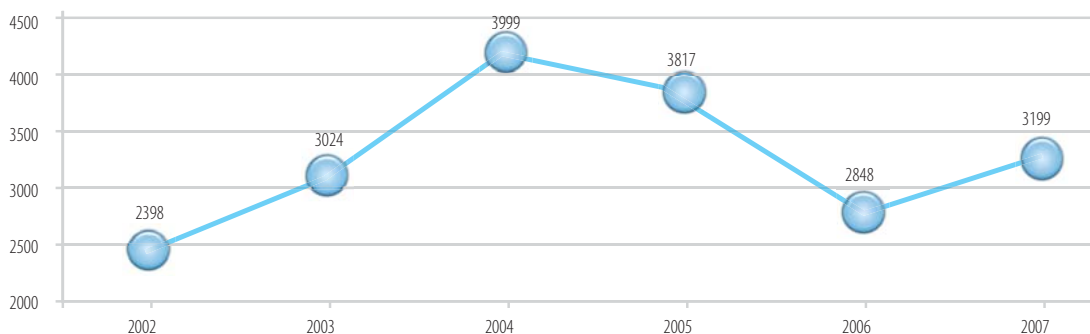
Fonte: IEA - Governo do Estado de São Paulo
*Mercado atacadista

Média Mensal de Preço FOB da Carne Suína* (US\$/Ton)



Fonte: Aliceweb/MDLC

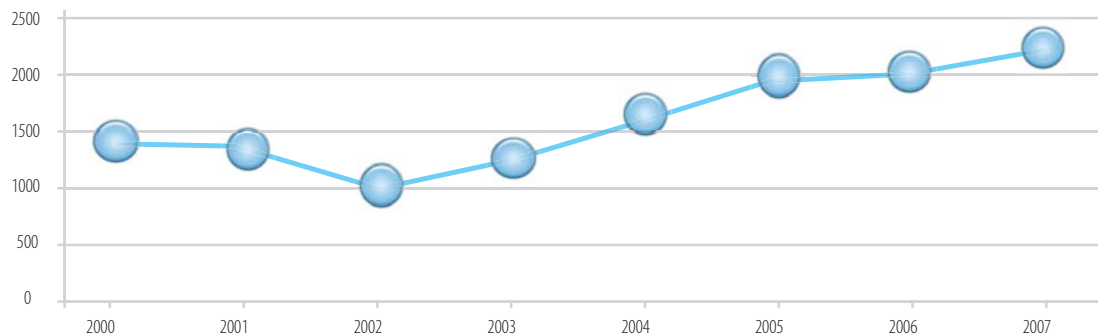
Média Anual de Preço da Carne Suína* (R\$/Ton)



Fonte: IEA - Governo do Estado de São Paulo
*Mercado atacadista

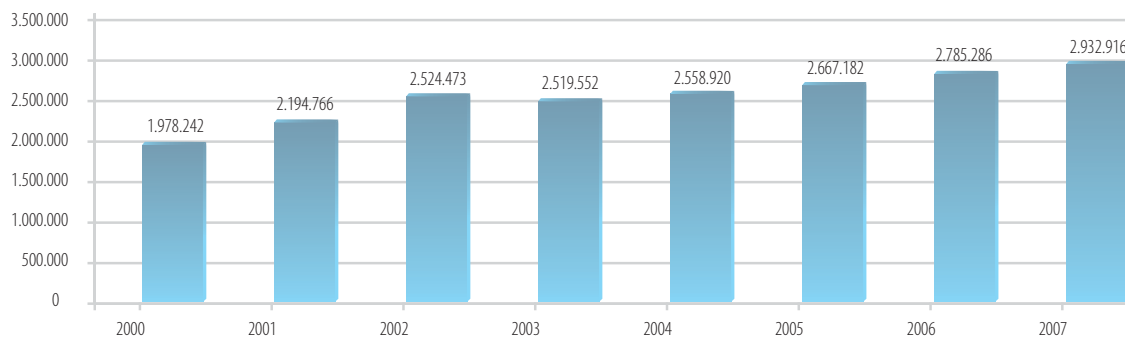


Média Anual de Preço FOB da Carne Suína (US\$/Ton)



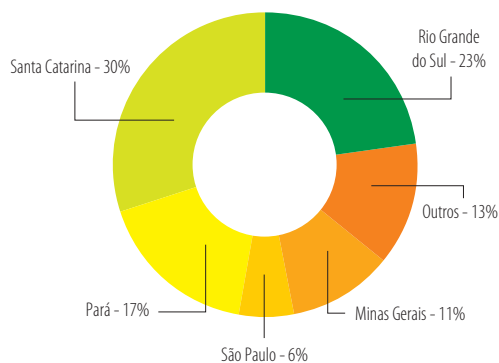
Fonte: Aliceweb - MDLC

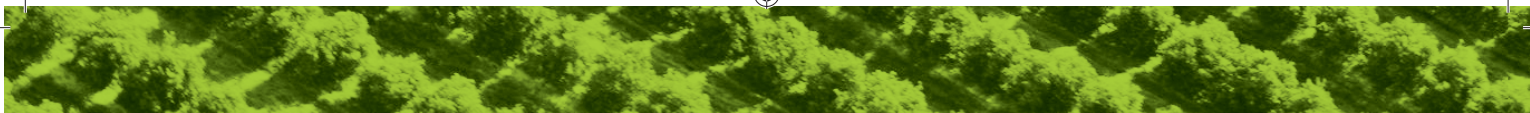
Produção Brasileira de Carne Suína



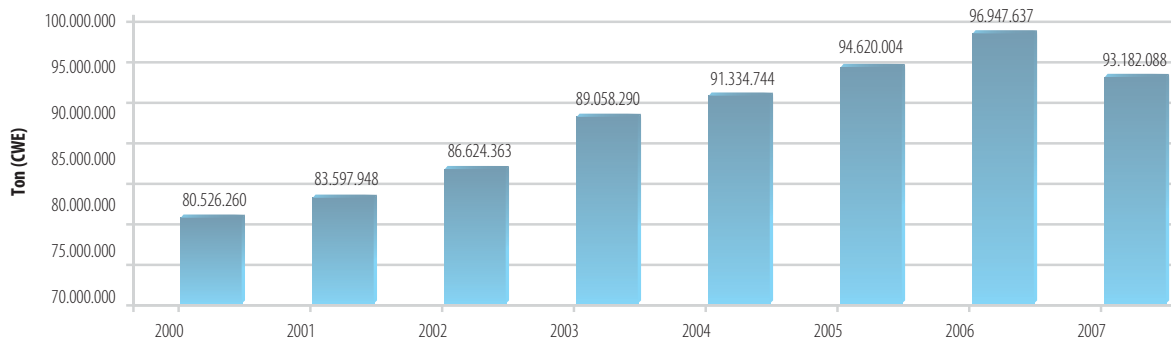
Fonte: USDA

Produção Brasileira de Carne Suína em 2007



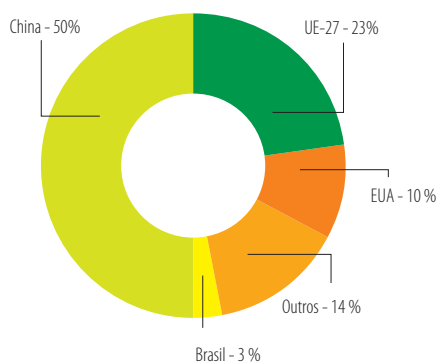


Produção Mundial de Carne Suína

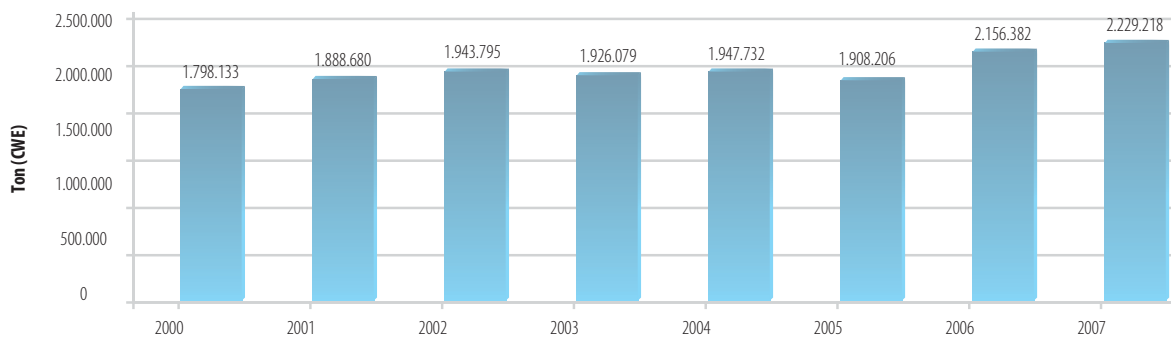


Fonte: USDA

Produção Mundial de Carne Suína por País em 2007



Consumo Interno de Carne Suína

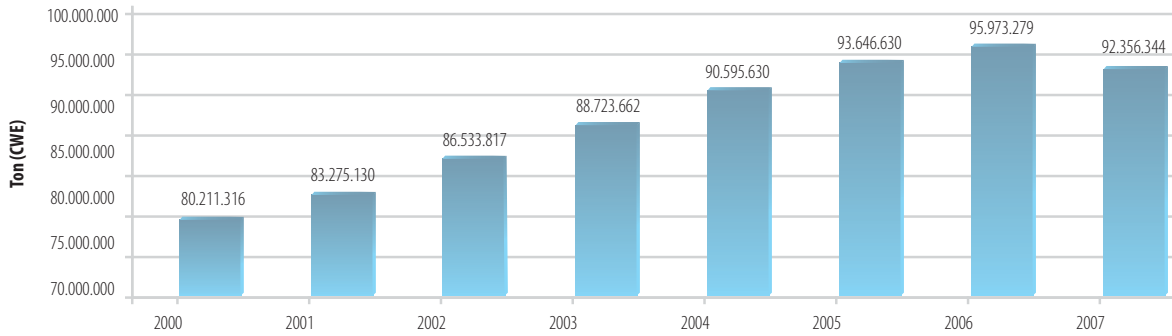


Fonte: USDA



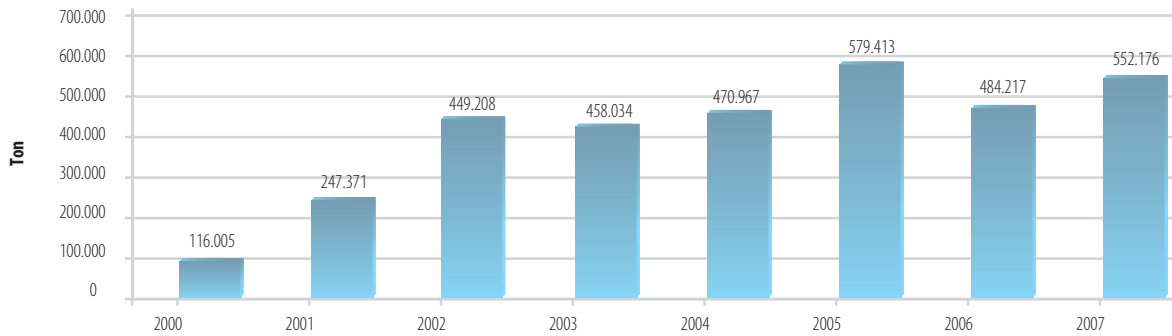


Consumo Mundial de Carne Suína



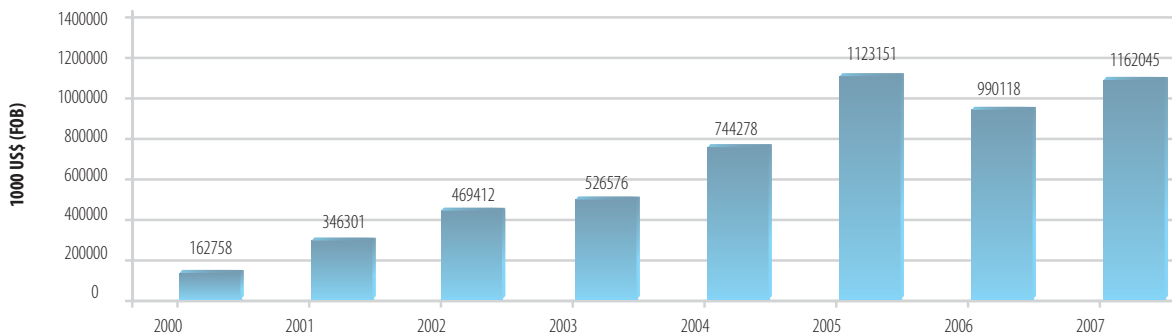
Fonte: USDA

Exportação Brasileira de Carne Suína



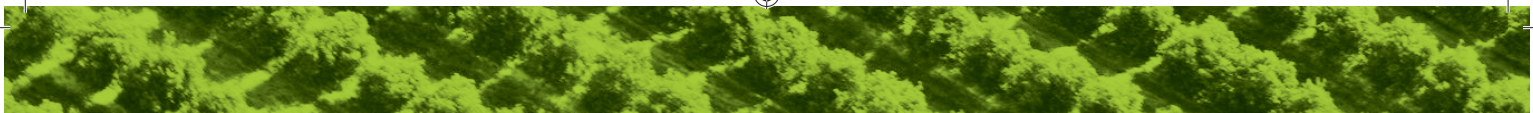
Fonte: Aliceweb - MDLC

Exportação Brasileira de Carne Suína

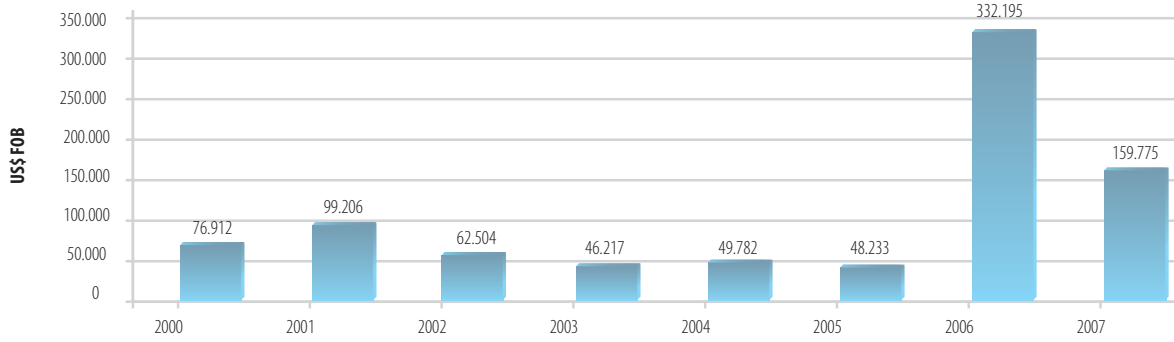


Fonte: Aliceweb - MDLC



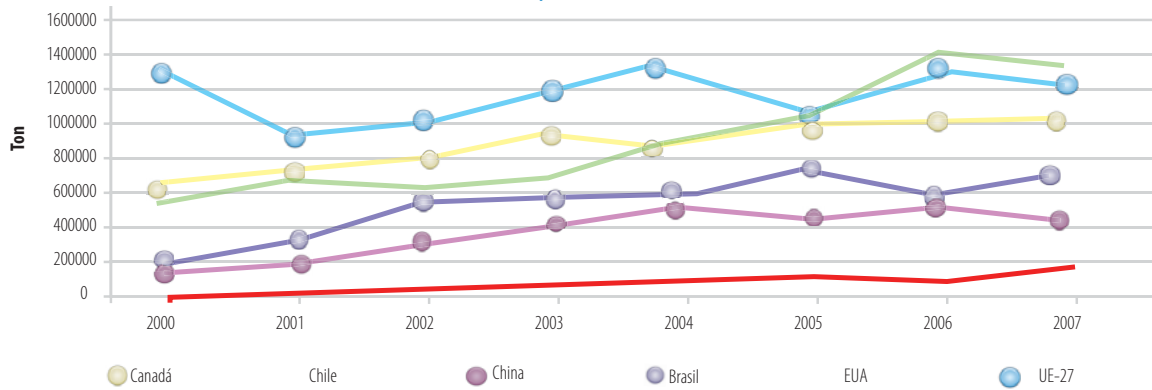


Importação Brasileira de Carne Suína



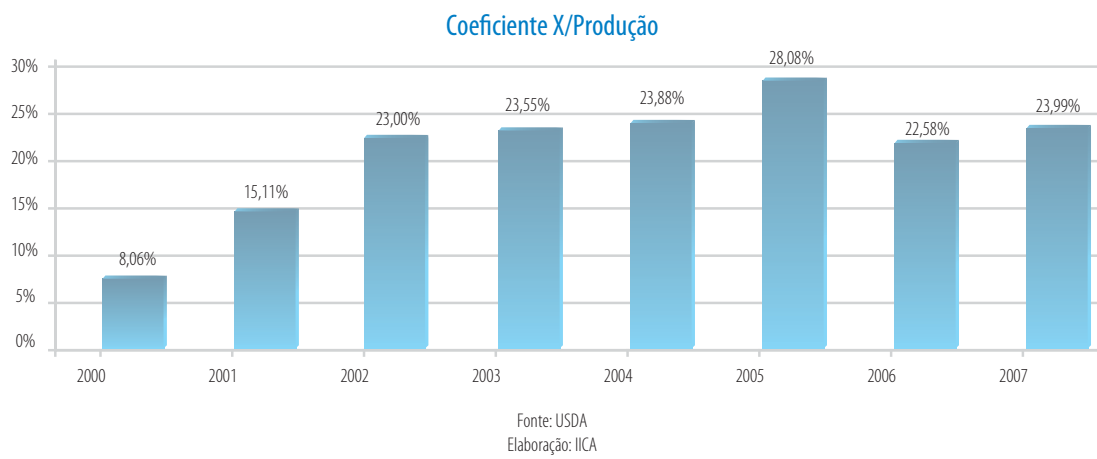
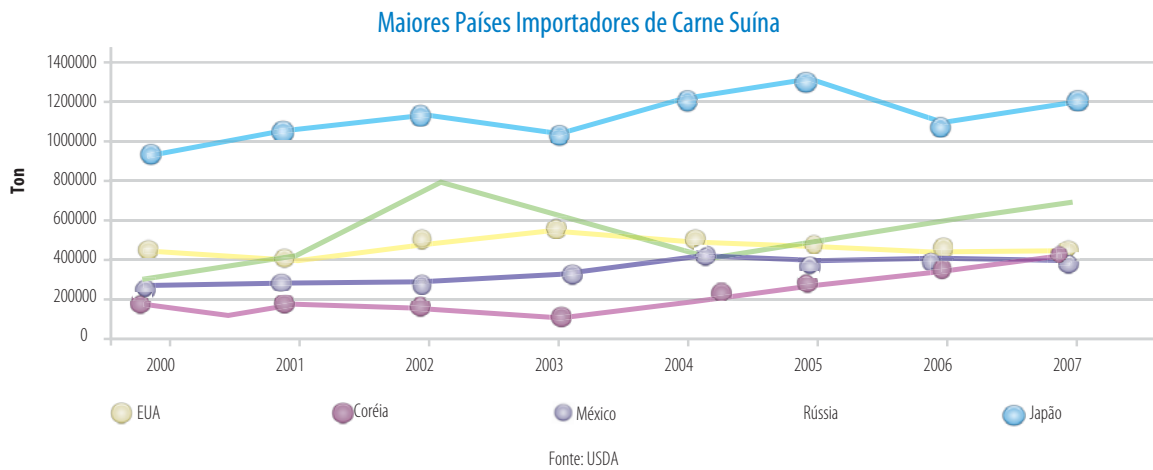
Fonte: Aliceweb - MDLC

Maiores Países Exportadores de Carne Suína



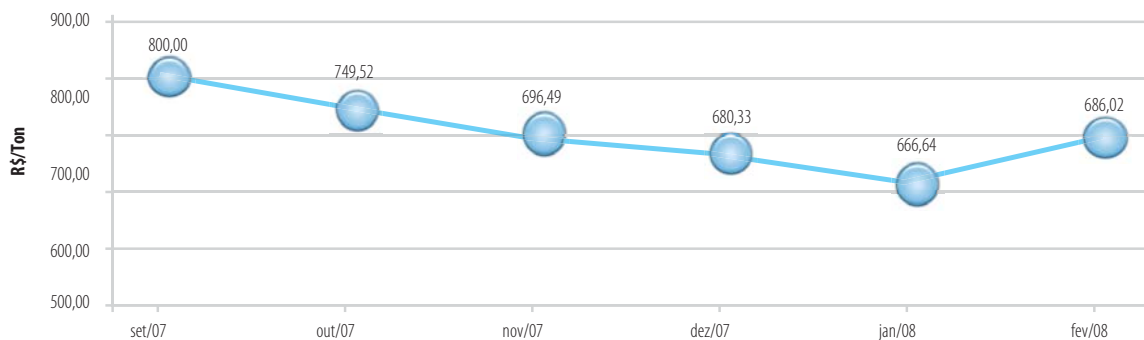
Fonte: USDA





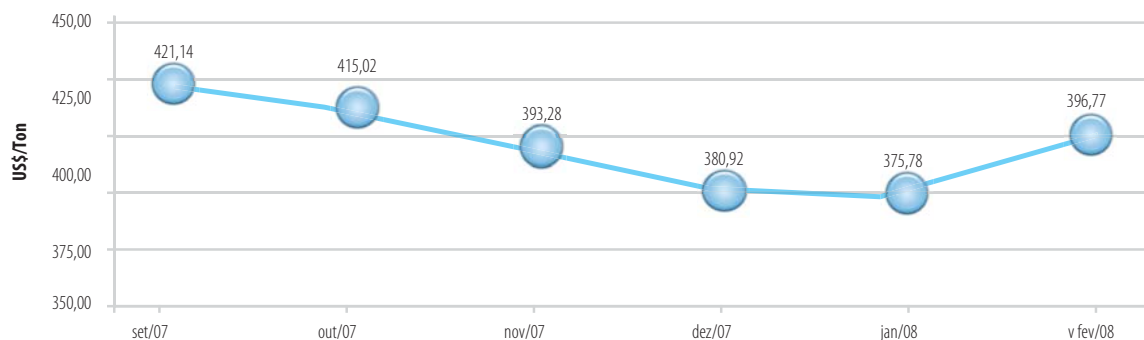
LEITE E DERIVADOS

Média Mensal do Preço do Leite*



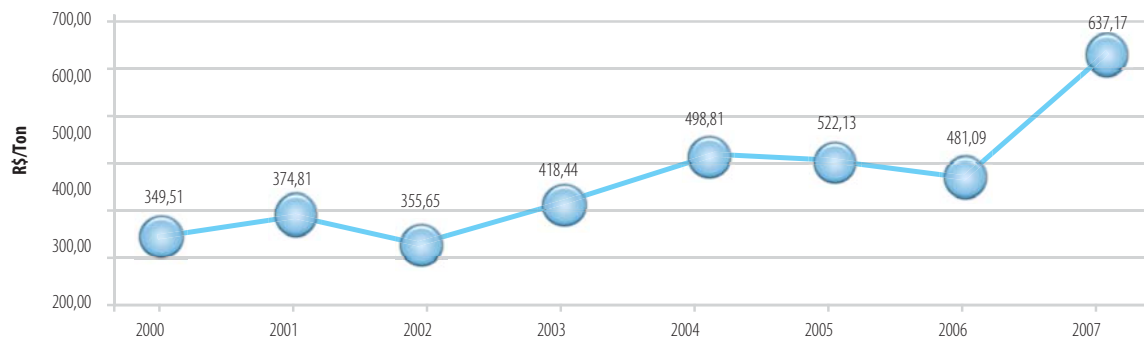
Fonte: CEPEA/ESALQ
*Leite Tipo C

Média Mensal do Preço do Leite*



Fonte: CEPEA/ESALQ
*Leite Tipo C

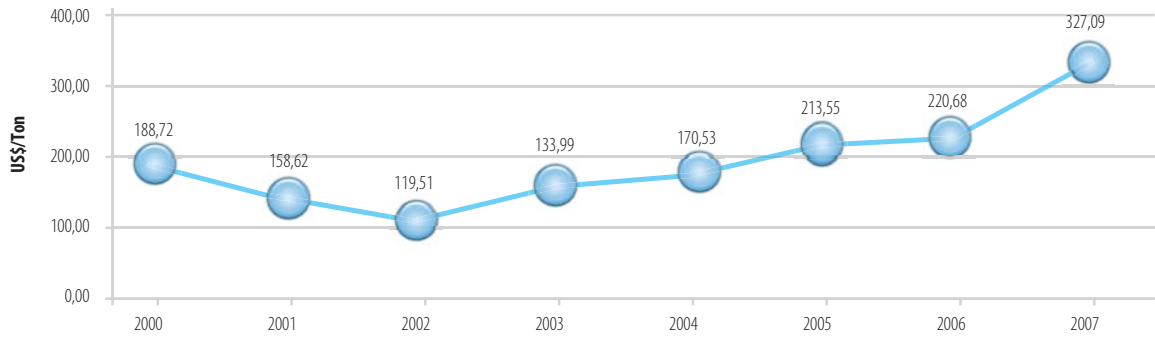
Média Anual do Preço do Leite*



Fonte: CEPEA/ESALQ
*Leite Tipo C

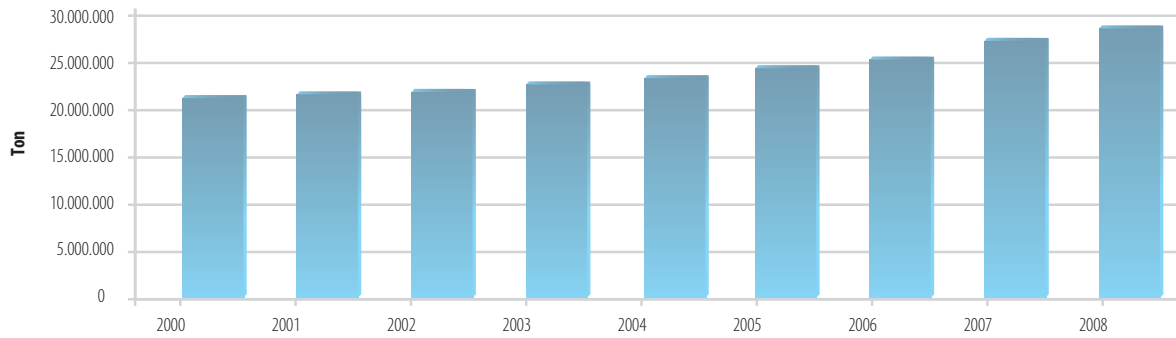


Média Anual do Preço do Leite*



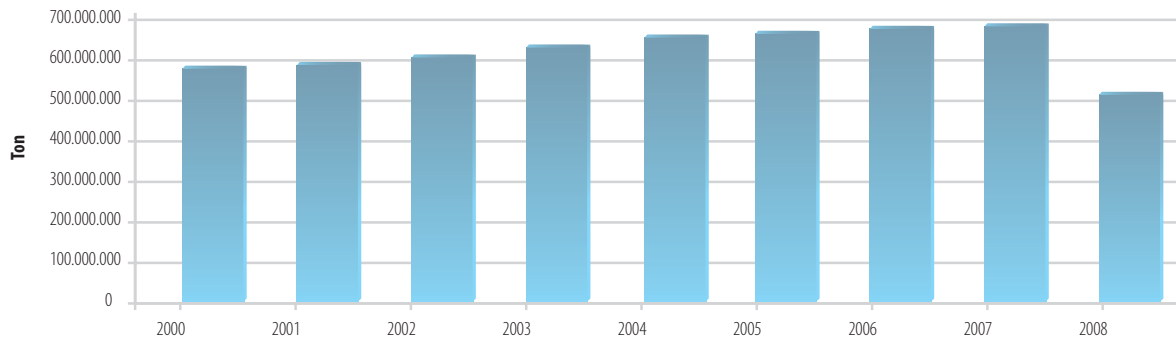
Fonte: CEPEA/ESALQ
*Leite Tipo C

Produção Brasileira de Leite e Derivados (2000-2008)



Fonte: USDA

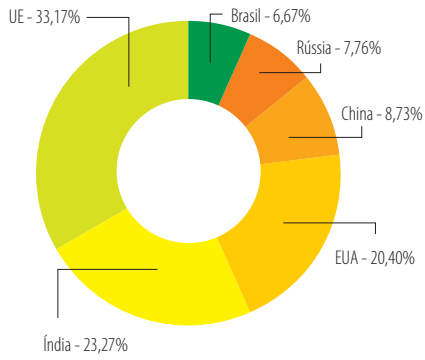
Produção Mundial de Leite e Derivados (2000-2008)



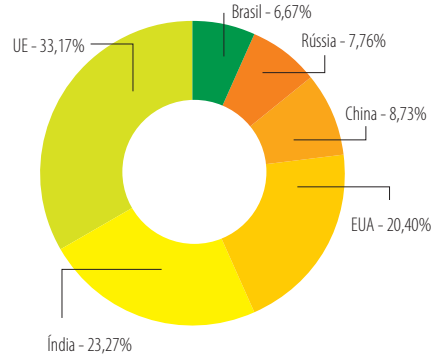
Fonte: USDA



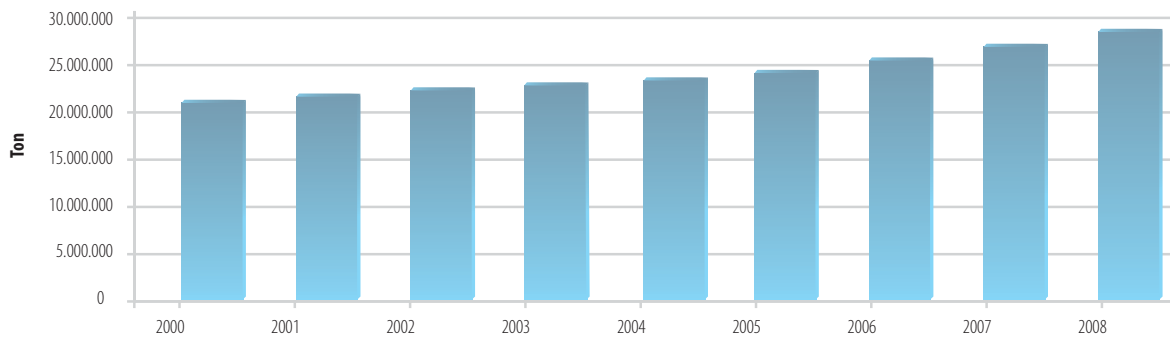
Produção Mundial de Leite e Derivados (2007)



Produção Mundial de Leite e Derivados (2008)

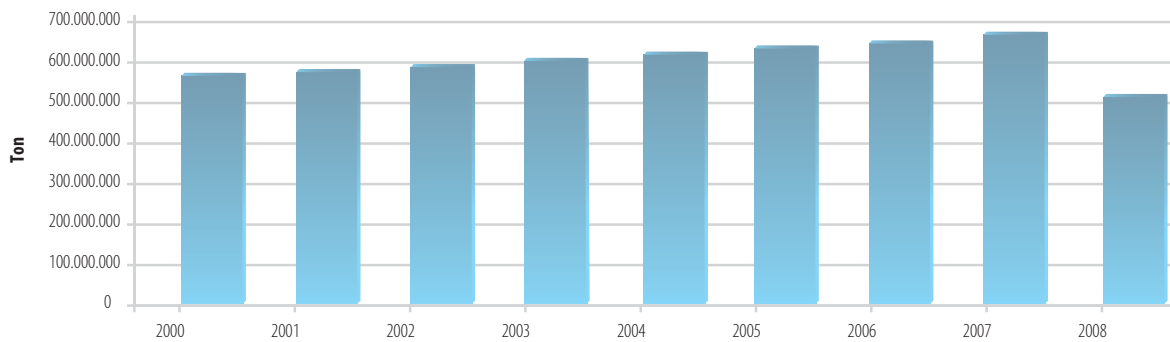


Consumo Brasileiro de Leite e Derivados (2000-2008)

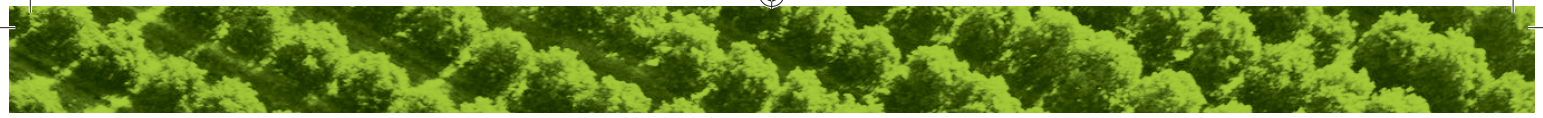


Fonte: USDA

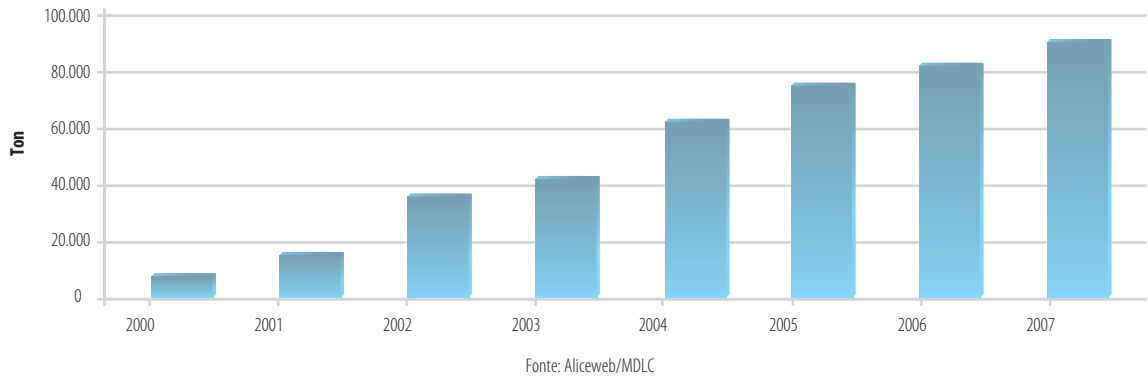
Consumo Mundial de Leite e Derivados (2000-2008)



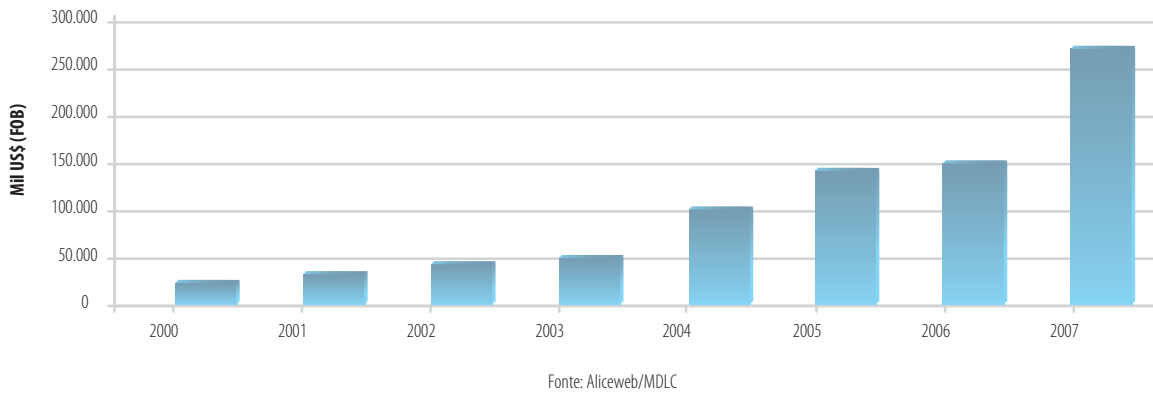
Fonte: USDA



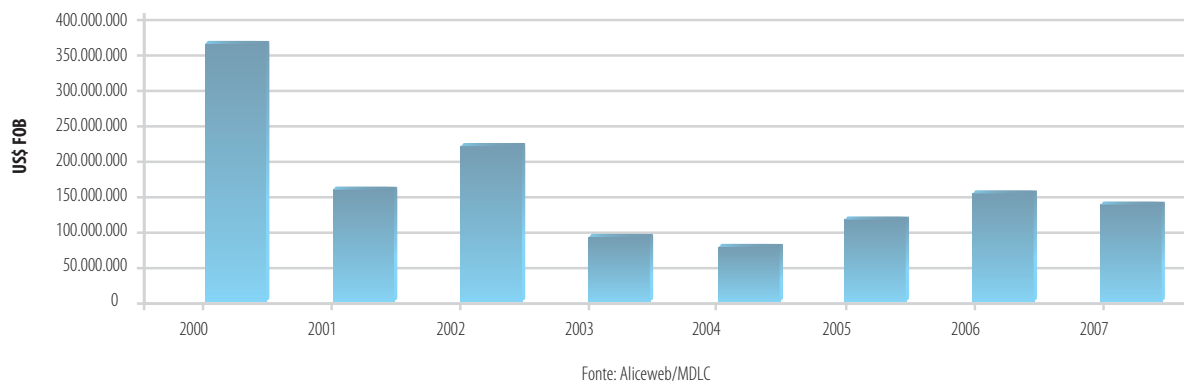
Exportação Brasileira de Leite e Derivados (2000-2007)

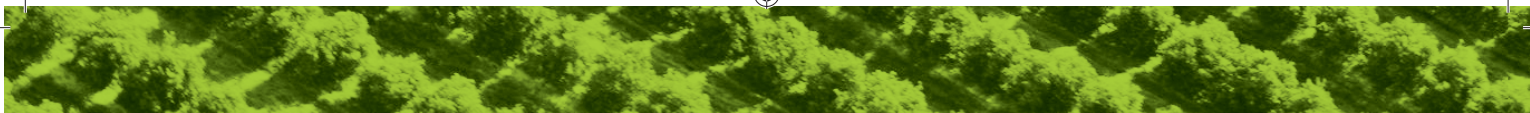


Exportação Brasileira de Leite e Derivados (2000-2007)

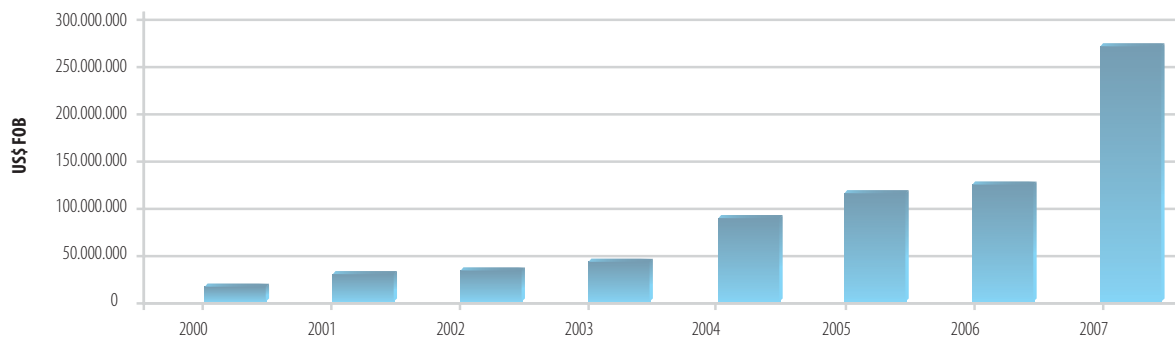


Importação Brasileira de Leite e Derivados (2000-2007)



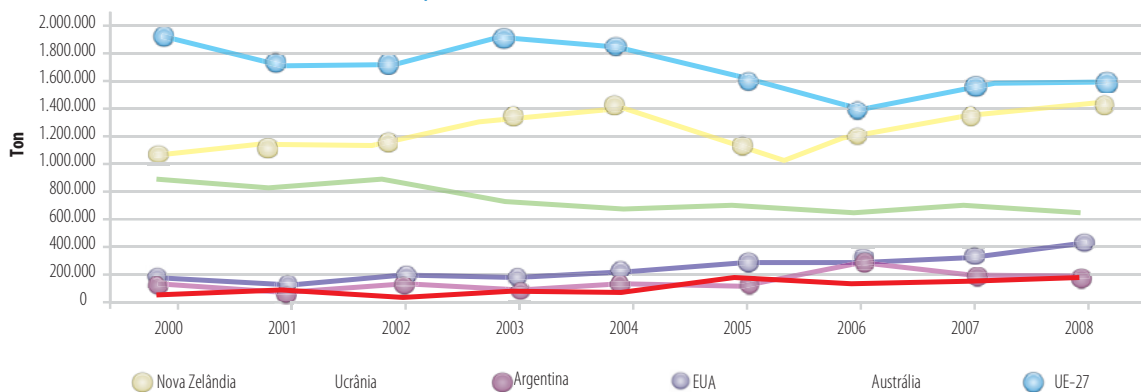


Exportação Brasileira de Leite e Derivados (2000-2007)



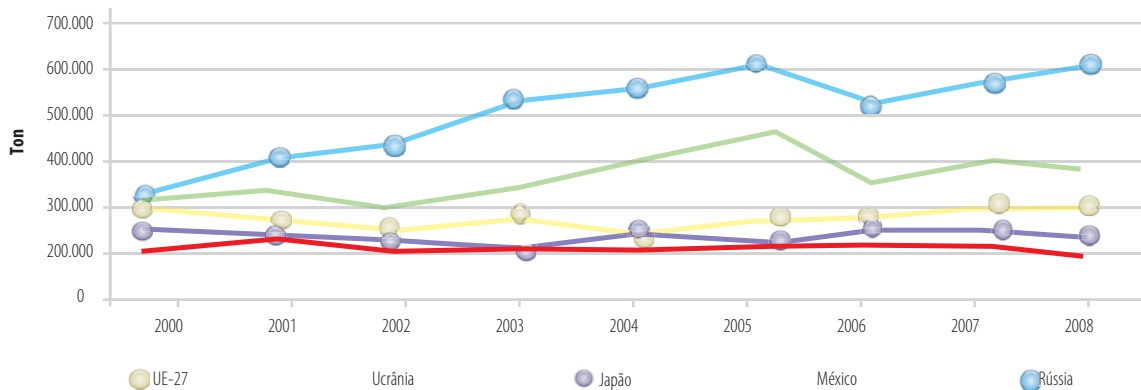
Fonte: Aliceweb/MDLC

Maiores Exportadores de Leite e Derivados (2000-2008)



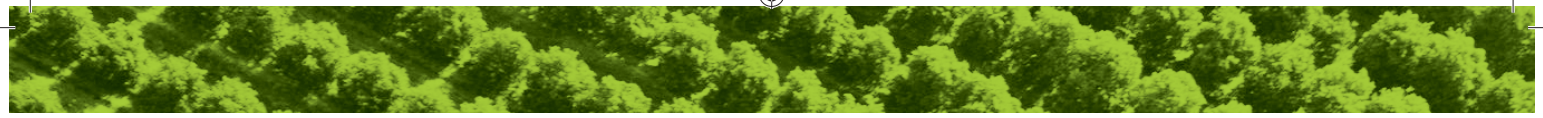
Fonte: USDA

Principais Importadores de Leite e Derivados (2000-2008)

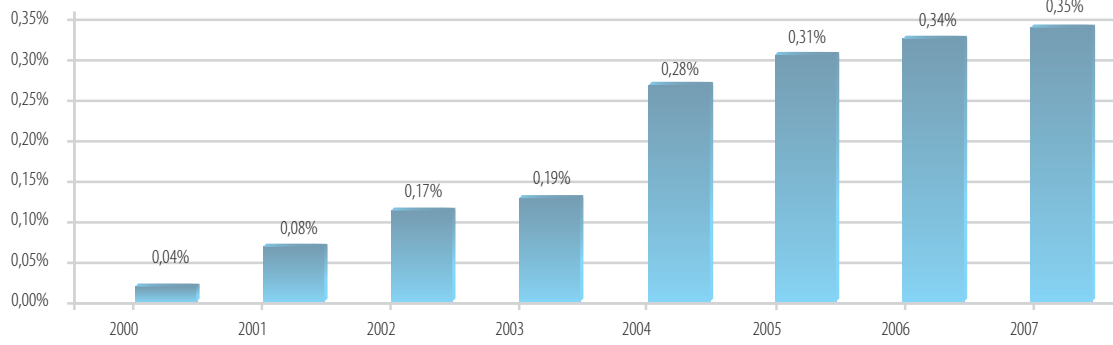


Fonte: USDA



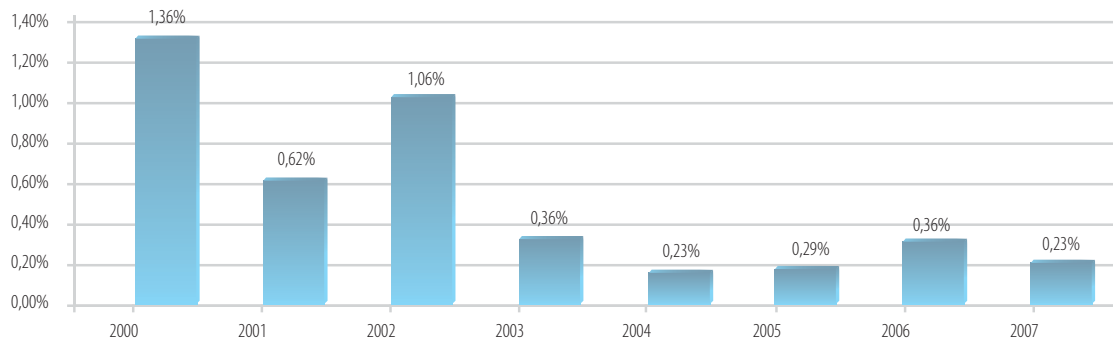


Coefficiente X/Produção



Fonte: IICA Brasil

Coefficiente M/Produção

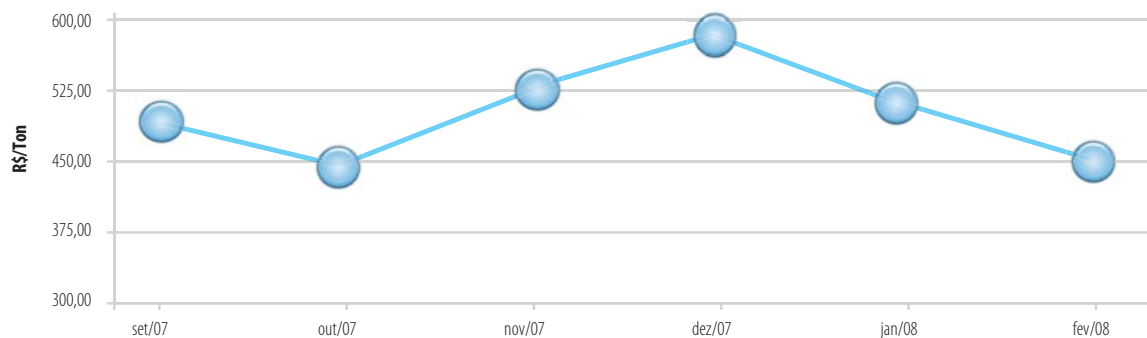


Fonte: IICA Brasil



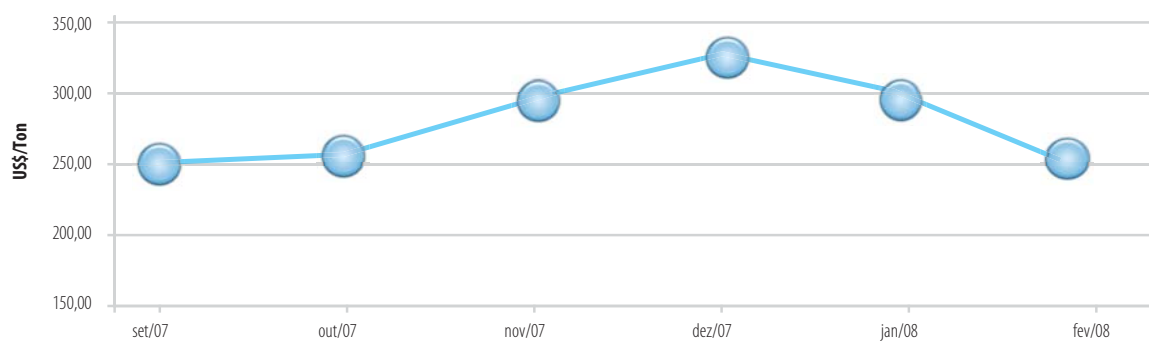
MILHO

Média Mensal do Preço do Milho



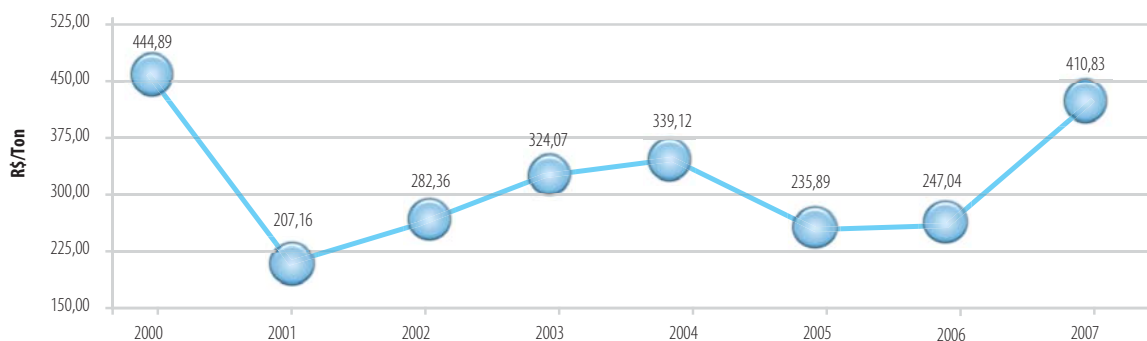
Fonte: CEPEA/ESALQ

Média Mensal do Preço do Milho



Fonte: CEPEA/ESALQ

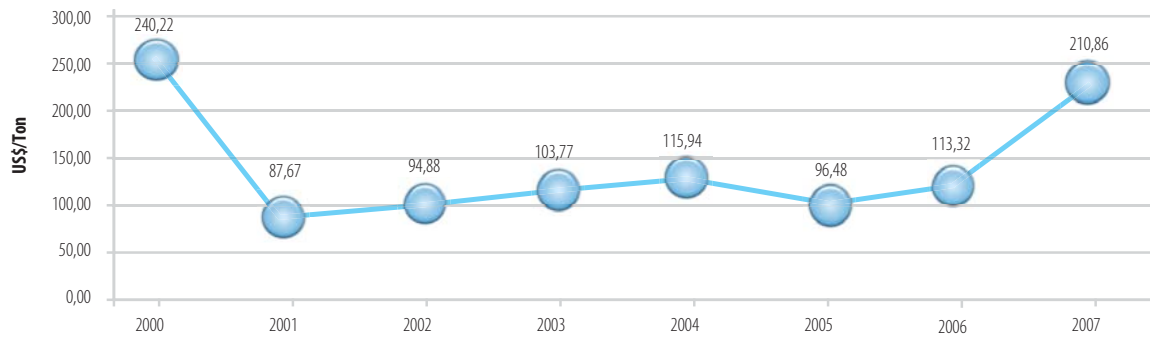
Média Anual do Preço do Milho



Fonte: MAPA e CEPEA/ESALQ

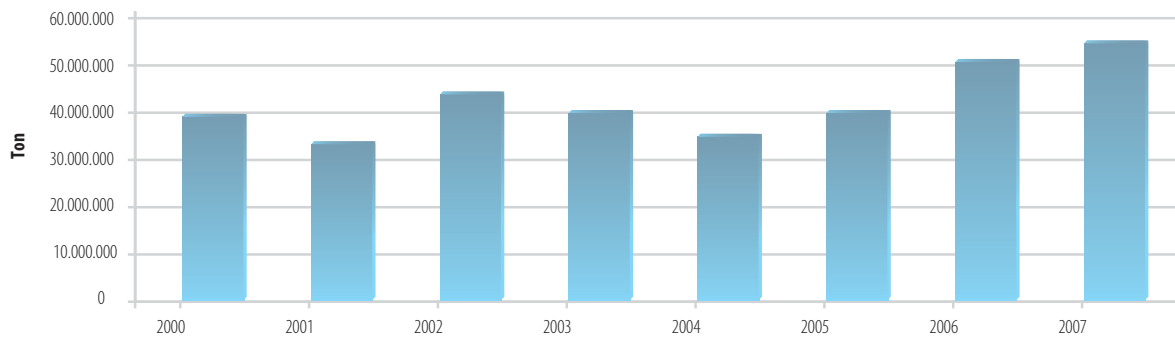


Média Anual do Preço do Milho



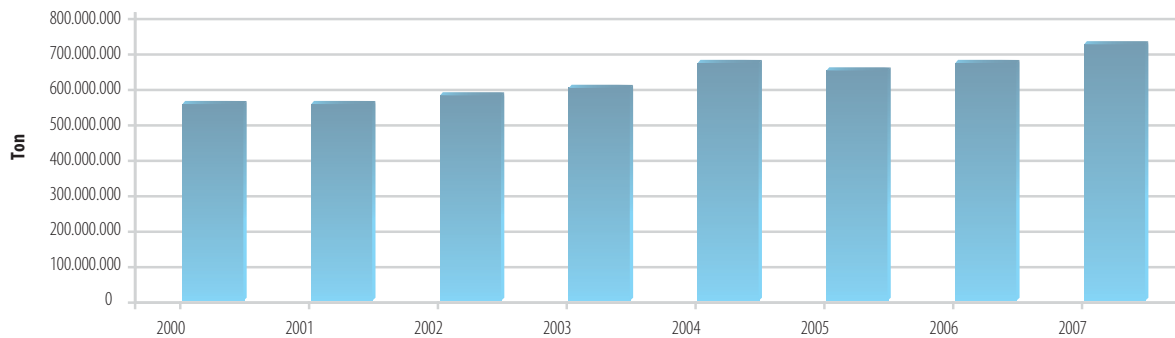
Fonte: MAPA e CEPEA/ESALQ

Produção Brasileira de Milho (2000-2007)



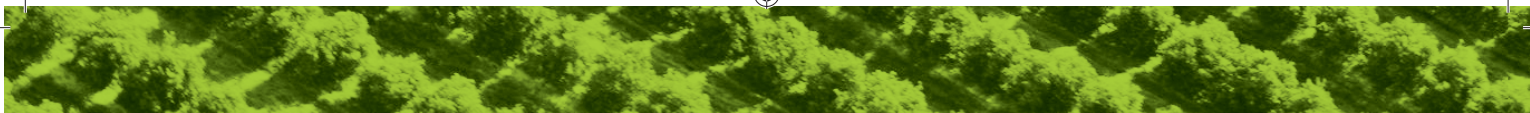
Fonte: USDA

Produção Mundial de Milho (2000-2007)

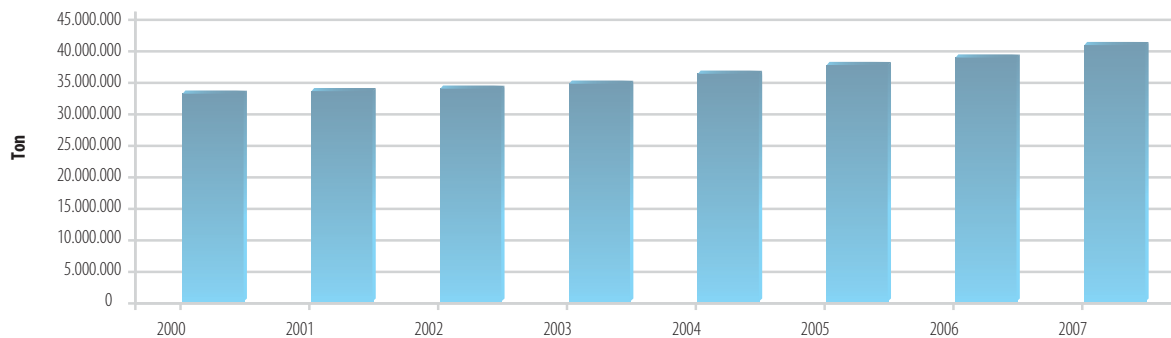


Fonte: USDA



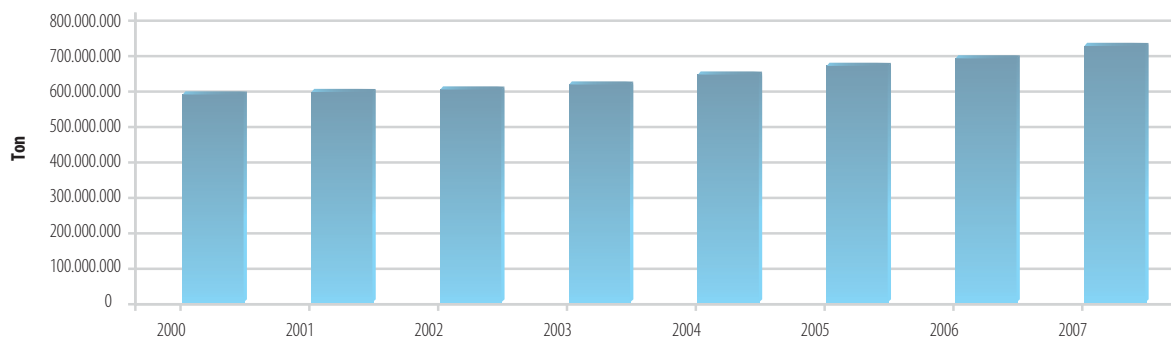


Consumo Brasileiro de Milho (2000-2007)



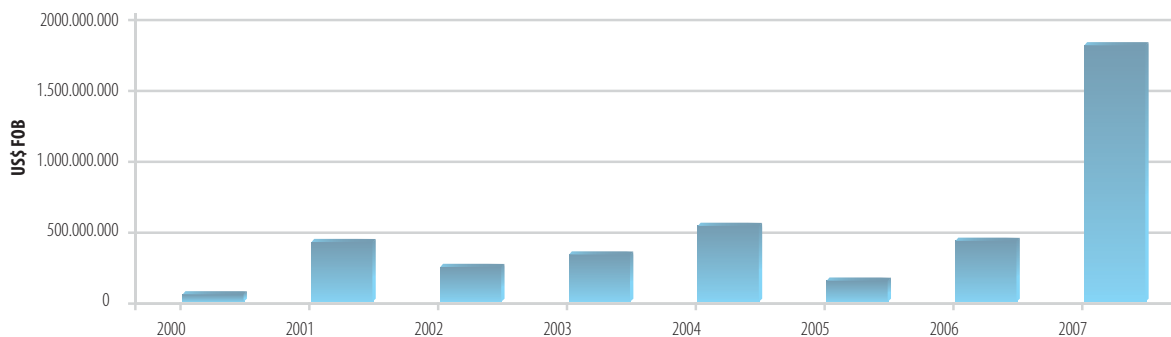
Fonte: USDA

Consumo Mundial de Milho (2000-2007)



Fonte: USDA

Exportação Brasileira de Milho (2000-2007)

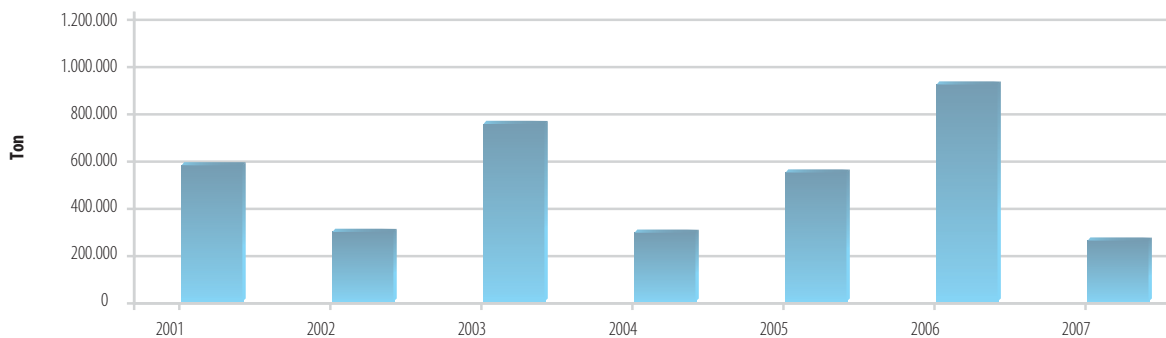


Fonte: Alicaweb/MDLC



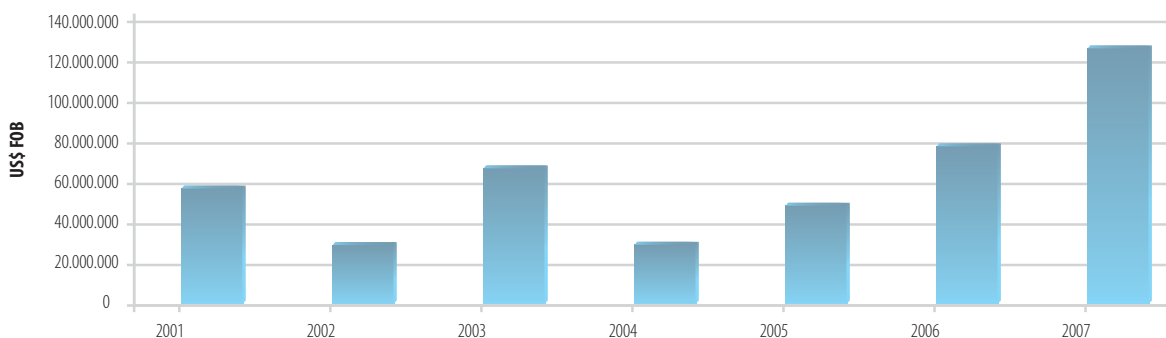


Importação Brasileira de Milho (2001-2007)



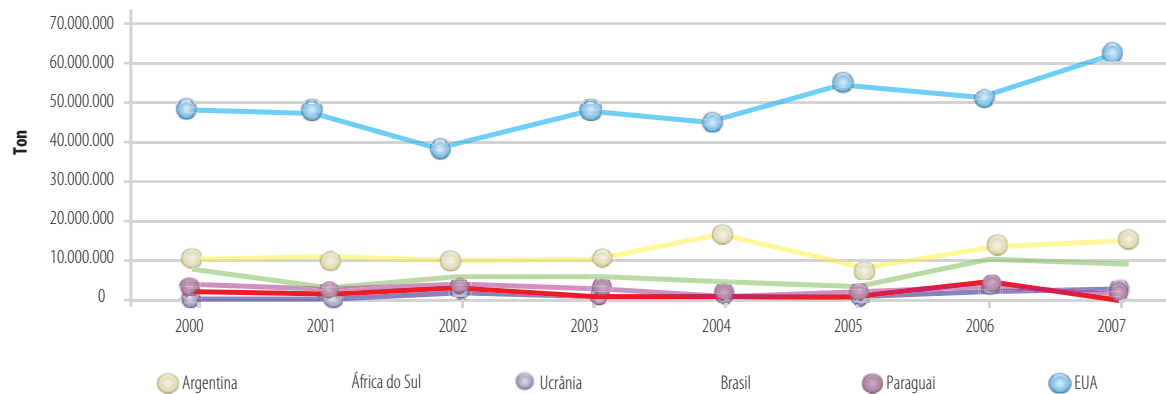
Fonte: Alicaweb/MDLC

Importação Brasileira de Milho (2001-2007)



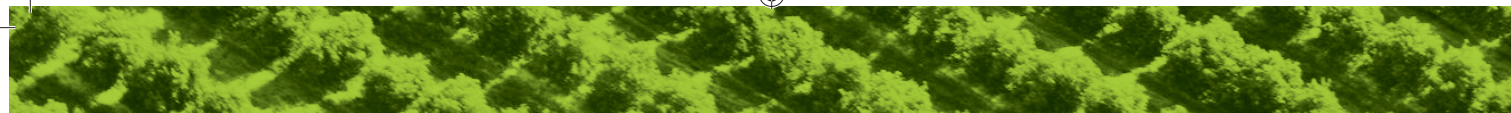
Fonte: Alicaweb/MDLC

Principais Exportadores de Milho (2000-2007)

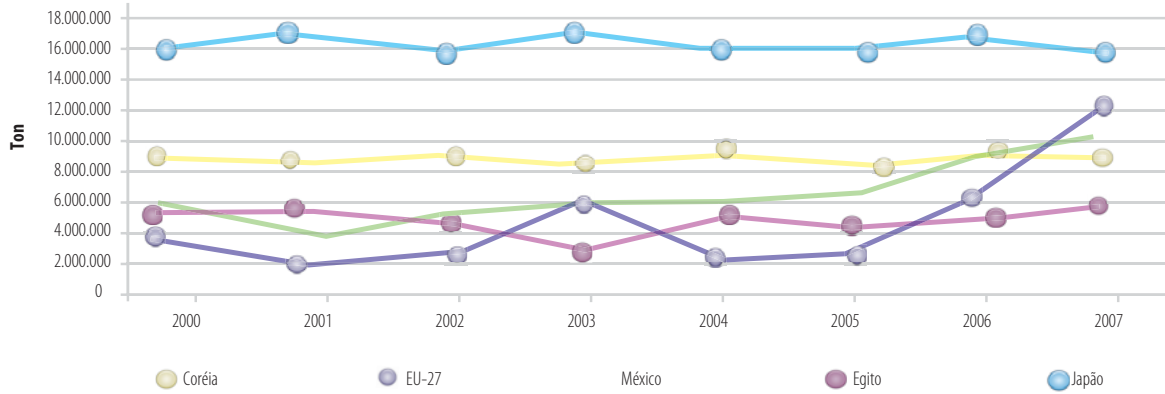


Fonte: USDA



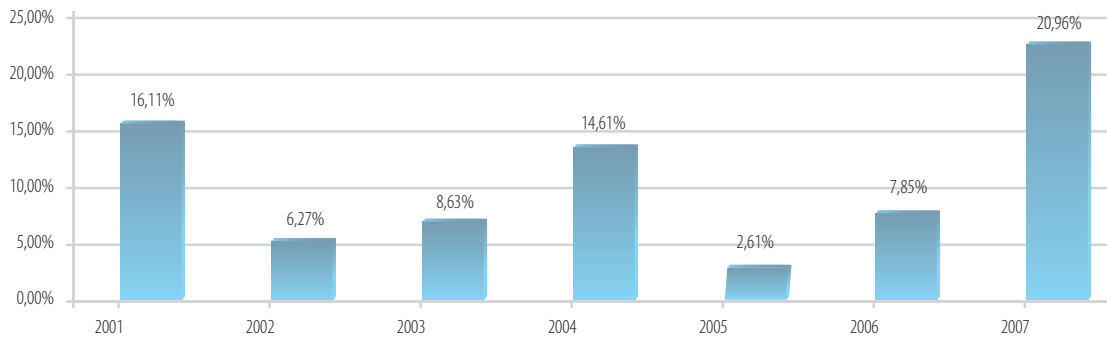


Principais Importadores de Milho (2000-2007)



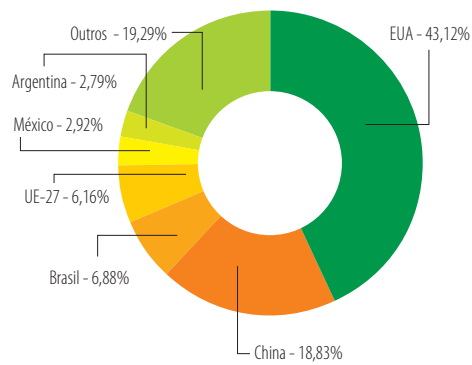
Fonte: Aliceweb/MDLC

Coefficiente X/Produção



Fonte: IICA Brasil

Produção Mundial de MILHO (2007)





Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura – IICA
Representação do IICA no Brasil
SHIS QI 3, Lote "A", Bloco "F" – Centro Empresarial Terracotta
CEP: 71.605-450 – Brasília-DF
Fone: 55 61 2106 5477
Fax: 55 61 2106 5459
E-mail: iica.br@iica.int
Homepage: www.iica.org.br

